



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

**Elio Ramires Garcia**

***Do Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé:  
transição de movimento sociorreligioso a  
movimento político e organizado  
Singularidades: transição e longevidade***

Vitória  
2015



**Elio Ramires Garcia**

**DO ESTADO UNIÃO DE JEOVAH À UNIÃO DOS POSSEIROS DE  
COTAXÉ: TRANSIÇÃO DE MOVIMENTO SOCIORRELIGIOSO A  
MOVIMENTO POLÍTICO E ORGANIZADO  
SINGULARIDADES: TRANSIÇÃO E LONGEVIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

**Linha de Pesquisa:** História Social das Relações Políticas.

**Orientador:** Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

**Coorientador:** Prof. Dr. Ueber José de Oliveira.

Vitória

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Garcia, Elio Ramires, 1943-  
G216d Do *Estado União de Jeovah* à União dos Posseiros de Cotaxé : transição de movimento sociorreligioso a movimento político e organizado–singularidades : transição e longevidade / Elio Ramires Garcia. – 2015.  
203 f. : il.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.

Coorientador: Ueber José de Oliveira.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Matos, Udelino Alves de. 2. Propriedade territorial. 3. Camponeses – Revoltas. 4. Brasil – História - Revolta do Cotaxé, 1952-1953. I. Fagundes, Pedro Ernesto. II. Oliveira, Ueber José de, 1981-. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

**ELIO RAMIRES GARCIA**

**DO ESTADO “UNIÃO DE JEOVAH” À UNIÃO DOS POSSEIROS DE COTAXÉ:  
TRANSIÇÃO DE MOVIMENTO SOCIORRELIGIOSO A  
MOVIMENTO POLÍTICO E ORGANIZADO  
SINGULARIDADES: TRANSIÇÃO E LONGEVIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em \_\_\_\_ de junho de 2015.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador

---

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Coorientador

---

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Valter Pires Pereira  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Adelar João Pizetta  
Escola Nacional Florestan Fernandes

A Luzimar Nogueira Dias, saudoso amigo, *in memoriam*, pela percepção da importância do Movimento de Cotaxé no contexto das lutas pela terra, no geral, e nas lutas camponesas no Espírito Santo, em particular.

A Adilson Vilaça, pela tenacidade com que se lançou à busca de elementos e informações para complementar, com méritos, a tarefa a que se propôs e que foi iniciada por Nogueira Dias.

## AGRADECIMENTOS

Seria impossível, em poucas linhas, agradecer a todos aqueles que contribuíram, direta e indiretamente, para a realização deste trabalho. Agradeço primeiramente ao orientador Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes, pelo envolvimento com a investigação e pela confiança demonstrada em relação à importância do tema estudado nesta pesquisa, o qual me propiciou preciosas e decisivas orientações, além do empréstimo de alguns livros necessários à produção deste trabalho.

Devo agradecer também ao coorientador Prof. Dr. Ueber José de Oliveira, que foi um dos grandes responsáveis por me inserir na vida acadêmica, em função do decisivo incentivo, desde 2010, ainda em curso de especialização na cidade de Colatina, no sentido de que a monografia sobre o tema lá estudado servisse como base para um projeto de pesquisa a ser apresentado à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Aos meus pais, Edelbranda Ortega Garcia e Diomar Ramires Ortega, in memoriam, que me prepararam para enfrentar as vicissitudes da vida. A Maria Pires Garcia, minha esposa, pelo estímulo e pelo apoio irrestrito, e aos meus filhos Marcos, Márcia e Mônica, pelas constantes preocupações e cuidados.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco e Prof. Dr. Valter Pires Pereira, pelos esclarecimentos e pelas riquíssimas e decisivas sugestões, ainda na qualificação e, nesta etapa, com o concurso do Prof. Dr. Ueber José de Oliveira, e, também, ao Prof. Dr. Adelar João Pizetta, que atendeu prontamente ao convite para integrar esta banca.

Às professoras e aos professores que ministraram as disciplinas no mestrado, Adriana Pereira Campos, Maria Beatriz Nader, Fabio Muruci dos Santos, Júlio Cesar Bentivoglio, Sebastião Pimentel Franco e Thiago Lima Nicodemo, pelas importantes contribuições e pelos ricos aportes. Este agradecimento é extensivo ao Prof. Carlo Maurizio Romani, pelos subsídios aportados a este estudo, quando da realização do seminário de dissertação.

A todos os colegas da turma de 2013/1 do mestrado em História – UFES, pelo companheirismo, pelo interesse e troca de idéias e, também, pelo compartilhamento de textos, disponibilidade permanente para contribuir e espírito de equipe, posturas estas personificadas na colega Ruth Cavalcante Neiva.

A Eriaine Ribeiro da Silva, que, conhecendo as linhas gerais do objeto de pesquisa, empenhou-se sobremaneira para que o seu estudo fosse transformado em projeto de pesquisa.

Aos professores do Departamento de Geografia e de Ciências Sociais da UFES, Simone Raquel Ferreira, André Ghizelini, João Carlos Saldanha e Paulo César Scarim, pelas valiosas sugestões e contribuições disponibilizadas a este pesquisador quanto ao estudo de variados temas com afinidades a este trabalho.

Devo também fazer uma menção especial àqueles que, disponibilizando parte preciosa de seus tempos e pelas originais informações, contribuíram decisivamente para os, ainda que parcos, resultados alcançados neste estudo, os quais gentilmente me concederam entrevistas, a saber: Antônio Ribeiro Granja, Carlos Augusto Lima Paz, Erasmo de Carvalho Moreira, Geralda Gama, Janda das Virgens Caiado, Josué Brocchini, Paulo Ribeiro Martins, Wellington Teixeira Gomes, destacando a grande contribuição de Elvécio Alves Tristão, tanto pelas informações quanto pelas indicações de nomes de pessoas conhecedoras do episódio aqui estudado, para que fossem entrevistadas.

Registro, aqui, o reconhecimento pelas substantivas contribuições das professoras Eugênia Magna Broseguini Keys e Terezinha Côgo Venturim, as quais dedicadamente contribuíram na revisão final do trabalho, assumindo-o como se fosse de suas próprias lavras.

Agradeço a todos os funcionários do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), pela disponibilidade e pela colaboração, com alusão especial a Tiago de Matos Alves e Michel Caldeira de Souza.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas pela qualidade na formação e, também, ao Fundo de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo, pela concessão da bolsa de mestrado, sem a qual não teria sido possível realizar esta pesquisa.

Todos aqueles que foram citados tiveram uma participação fundamental nos acertos desse trabalho, porém, em relação aos erros, aos equívocos e às lacunas do mesmo, estas são de minha inteira responsabilidade.

Poucos sabem e se dão conta de que o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a Proclamação da República, tem uma reiterada experiência de confronto militar com o Exército: em Canudos, no Contestado e, de um outro modo, em Trombas e Formoso; ou, então, uma experiência de intervenção direta do Exército: na insurreição do Sudoeste do Paraná, no Nordeste e, mais recentemente, nos conflitos camponeses do Araguaia-Tocantins.

José de Souza Martins

Para que serve a História senão para ajudar os contemporâneos a manter a confiança no futuro e armarem-se melhor para enfrentar as dificuldades com que quotidianamente se deparam?

Georges Duby

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar o processo de transição ocorrido no movimento camponês de matriz sociorreligiosa mais longo da história do Brasil, o qual teve lugar no distrito de Cotaxé, município de Ecoporanga, no estado do Espírito Santo. Estudará o *locus* de tal fato histórico, suas características físicas e demográficas e o processo de ocupação da região, particularmente no período compreendido entre os anos 1930 e 1960. Inicialmente de natureza sociorreligiosa, o aqui denominado Movimento de Cotaxé tem seus primórdios nos anos finais da década de 1940, quando Udelino Alves de Matos, um bem falante pregador, aporta à região. Aliando o discurso da terra com um impreciso discurso de fundo religioso, o pregador baiano propõe a construção de um novo ente federativo, o *Estado União de Jeovah*, na zona litigada pelos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Como providências práticas, o pregador baiano organiza um grupo armado para expulsar proprietários e toma a iniciativa de lançar as bases organizacionais do novo Estado. Liquidado União de Jeovah por ação da Polícia Militar do Espírito Santo em 1953, Udelino desaparece, ou é “desaparecido”. No entanto, mesmo desaparecido Udelino, permanece não resolvida, principalmente, a questão da posse e titulação da terra, permanecem presentes os principais atores sociais, tanto posseiros quanto grileiros, importantes atores individuais e, também, a violência institucional e a violência informal. Nesse contexto de superação traumática, mas também de continuidades, registra-se a presença posterior do PCB, atuando na região e mediando a transição de movimento inicialmente sociorreligioso para movimento eminentemente político e organizado, além de articulado a outros setores dos movimentos sociais. Essa transição, mediada pelo Partido Comunista, constituiu-se no problema central a ser elucidado neste estudo. O movimento de Cotaxé tem seu final com a saída do último dos líderes dos posseiros, durante o mês de outubro de 1966, tendo existido por longos 18 anos. Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, utilizamos, como metodologias tanto a análise documental quanto, no campo da história oral, as entrevistas com alguns poucos personagens, os quais vivenciaram, pelo menos em parte, aqueles episódios.

**Palavras-chave:** Udelino Alves de Matos; Propriedade territorial; Camponeses – Revoltas; Brasil – História - Revolta do Cotaxé, 1952-1953. Transição. Resistência.

## ABSTRACT

This paper aims to study the transition process taken place in the peasant movement of socio-religious matrix the longest in the history of Brazil, which took place in Cotaxé district in the city of Ecoporanga in the state of Espírito Santo. Will study the *locus* of this historical fact, its physical and demographic characteristics and the process of occupation of the region, particularly in the period between the years 1930 and 1960. Initially from socio-religious nature, over here termed Cotaxé Movement has its beginnings in the final years of the 1940s, when Udelino Alves de Matos, a well preacher speaker, brings to the region. Allying the speech of the earth with a inaccurate religious background speech, the Bahian preacher proposes the construction of a new federative entity, the Union State of Jeovah at the litigated zone by the states of Espírito Santo and Minas Gerais. Like practical steps, the Bahian preacher organizes an armed group to expel owners and take the initiative of launching the organizational bases of the new State. Settled Union Jeovah by the Military Police of the Espírito Santo, Udelino disappears, or was "disappeared". However, even disappeared Udelino, remains unresolved, especially the issue of ownership and titling of land, the main social actors remain present, both squatters as land grabbers, important individual actors and also institutional violence and the informal violence. In this context of overcoming traumatic, but also of continuities, register the later presence of PCB, operating in the region and mediating the initially socio-religious movement transition to highly political and organized movement, and articulated to other sectors of social movements. This transition, mediated by the Communist Party, constitutes the central problem to be elucidated in this study. The Cotaxé Movement has its end with the exit of the last of the leaders of the squatters during october of 1966, having existed for long 18 years. To achieve the objectives proposed in this study, we used both methodologies and document analysis as in the field of oral history, interviews with a few characters, who experienced, at least in part, those episodes.

**Keywords:** Udelino Alves de Matos; Landed property; Peasants - Riots; Brazil - History - Revolt of Cotaxé, 1952-1953. - Transition. - Resistance.

## LISTA DE SIGLAS

<b>ALE</b>	Associação dos Lavradores de Ecoporanga
<b>Ales</b>	Assembleia Legislativa do Espírito Santo
<b>ALTAES</b>	Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo
<b>APEES</b>	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
<b>CONSINTRA-ES</b>	Conselho Sindical dos Trabalhadores do Espírito Santo
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>CPI</b>	Comissão Parlamentar de Inquérito
<b>EPLN</b>	Exército Popular de Libertação Nacional
<b>ES</b>	Estado do Espírito Santo
<b>FGV/CPDOC</b>	Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
<b>FLATAES</b>	Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IC</b>	Internacional Comunista
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>MG</b>	Estado de Minas Gerais
<b>PCB</b>	Partido Comunista do Brasil (até agosto de 1961)
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro (após agosto de 1961)
<b>PCC</b>	Partido Comunista da China
<b>PCdoB</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>PL</b>	Projeto de Lei
<b>PMES</b>	Polícia Militar do Espírito Santo
<b>PMMG</b>	Polícia Militar de Minas Gerais
<b>PRP</b>	Partido de Representação Popular
<b>PSB</b>	Partido Socialista Brasileiro
<b>PSD</b>	Partido Social Democrático
<b>PSP</b>	Partido Social Progressista
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro
<b>SUPRA</b>	Superintendência da Reforma Agrária
<b>UDN</b>	União Democrática Nacional
<b>UFAM</b>	Universidade Federal do Amazonas
<b>Ufes</b>	Universidade Federal do Espírito Santo
<b>UPC</b>	União dos Posseiros de Cotaxé

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
<b>CAPÍTULO 1 - A OCUPAÇÃO DA SERRA DOS AIMORÉS: O CONTESTADO .....</b>	<b>27</b>
1.1 A SERRA DOS AIMORÉS .....	27
1.2 MINEIROS: ESGOTAMENTO DAS MINAS E A MARCHA PARA O LESTE .....	32
1.3 O INTERVENTOR SANTOS NEVES E A MARCHA PARA O OESTE .....	46
<b>CAPÍTULO 2 – UDELINO ALVES DE MATOS E <i>UNIÃO DE JEOVAH</i> .....</b>	<b>68</b>
2.1 A CHEGADA E AS ATIVIDADES DE UDELINO, O PREGADOR VISIONÁRIO .....	68
2.2 <i>UNIÃO DE JEOVAH</i> : DE SOCIORRELIGIOSO A SOCIOPOLÍTICO .....	76
2.3 UDELINO NO PALÁCIO DO CATETE .....	88
2.4 LIQUIDANDO <i>UNIÃO DE JEOVAH</i> : A AÇÃO REPRESSORA DA PMES ...	92
<b>CAPÍTULO 3 – A RESISTÊNCIA CAMPONESA, O SEGUNDO MOMENTO .....</b>	<b>103</b>
3.1 APÓS A DESAPARIÇÃO DE UDELINO, CONTINUIDADES E TRANSIÇÃO .....	104
3.2 UM NOVO ATOR POLÍTICO: O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB) .....	110
3.3 MEDIANDO A TRANSIÇÃO: A ATUAÇÃO DO PCB .....	119
3.4 A PRESENÇA DO PCdoB EM COTAXÉ APÓS O GOLPE MILITAR .....	136
3.5 UM POSSÍVEL CENÁRIO DE RESISTÊNCIA ARMADA À DITADURA ....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	148
REFERÊNCIAS .....	156
APÊNDICES .....	164
<b>APÊNDICE A -</b> Declaração de Wellington Teixeira Gomes .....	<b>164</b>
<b>APÊNDICE B -</b> Declaração de Paulo Ribeiro Martins .....	<b>165</b>

<b>APÊNDICE C</b> -	Declaração de Carlos Augusto Lima Paz em 24 abr. 2014 ..	166
<b>APÊNDICE D</b> -	Declaração de Carlos Augusto Lima Paz em 4 jun. 2014 .....	171
<b>APÊNDICE E</b> -	Declaração de Carlos Augusto Lima Paz em 6 jun. 2014 .....	172
<b>APÊNDICE F</b> -	Entrevista: Perguntas para Janda das Virgens Caiado .....	173
<b>APÊNDICE G</b> -	Entrevista: Respostas de Janda das Virgens Caiado .....	179

## **ANEXOS** ..... 189

<b>ANEXO A</b> -	Artigo Faroeste Caboclo: Meus colegas lavradores .....	189
<b>ANEXO B</b> -	Artigo Nascido para guerrear .....	193
<b>ANEXO C</b> -	Artigo Rápido no gatilho, certeiro na pontaria, destemido na defesa da lei .....	196
<b>ANEXO D</b> -	Artigo As CPs do Esquecimento: uma pá de cal na História .....	199
<b>ANEXO E</b> -	Ofício do governador Francisco Lacerda de Aguiar para o presidente da Ales, Hécio Pinheiro Cordeiro .....	203

## INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo estudar e analisar aspectos ainda pouco conhecidos sobre as duas fases do movimento camponês, de caráter inicialmente sociorreligioso, através da qual foi proposta a construção de um novo ente federativo, um Estado campesino na região do Contestado, zona litigada pelos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais até 1963.

Concebido e dirigido por Udelino Alves de Matos, o pretense *Estado União de Jeovah* foi desmontado pela ação da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), principalmente, e, secundariamente, pela ação da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). A derrota do chamado *movimento jeovense* significou, para o seu idealizador, um final abrupto e inesperado, e, na sequência do desmonte do *Estado União de Jeovah*, em decorrência de diversos fatores, transita de movimento sociorreligioso para movimento político de luta pela terra, agenda proposta pela União dos Posseiros de Cotaxé (UPC) e pelo então denominado Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>1</sup>. Este partido faz sua aparição naquela área e passa a atuar em conformidade com a sua linha política, mediando a transição, sendo este o problema fundamental a ser elucidado neste trabalho. Estudamos, ainda, o seu longo período de existência, a segunda singularidade desse movimento camponês, o de maior duração na história do Brasil.

Assim, tal como problematizado, o trabalho se propôs a buscar elementos que contribuíssem para desvelar aspectos ainda ignorados, com a finalidade de, também, tornar mais conhecidos os acontecimentos aqui investigados. O estudo também se propôs, para a resolução da sua questão central, estabelecer quais os fatores que, presentes no primeiro momento, se fazem também presentes no segundo, fundamentando a transição, após a superação de *União de Jeovah*, para a etapa da luta política e organizada, etapa na qual, em função da resistência camponesa, chegam a ocorrer episódios de choques armados de posseiros contra policiais e

---

<sup>1</sup> Conforme definição do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas: “**Partido Comunista do Brasil (PCB)**: Partido político de âmbito nacional fundado em março de 1922 [...]” (FUNDAÇÃO..., 1997b). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>>.

jagunços. Tentamos estabelecer este aspecto único, absolutamente singular, qual seja o da transição, além de sua notável e ímpar longevidade, o longo tempo de duração do movimento que, aqui, denominamos como Movimento de Cotaxé, ou apenas *Cotaxé*, nomenclaturas que, doravante, usaremos neste trabalho.

Após a derrota definitiva do seu primeiro momento, o chamado *movimento jeovense*, surge em cena um ente político que propõe a organização dos camponeses em torno da luta pela reforma agrária. Essa proposta foi agregada ao movimento a partir da atuação do então denominado, conforme Ferreira (2013, p. 1), “[...] Partido Comunista do Brasil, depois renomeado como Partido Comunista Brasileiro (PCB) [...]”, sendo aquela a designação inicial e esta, a sigla do partido comunista fundado em março de 1922.

Tal presença conteudista e organizativa, fator fundamental na mediação do processo de transição, como acreditamos haver demonstrado, ocorre a partir de 1952, quando se detecta a presença dos dois primeiros militantes do PCB naquela região. No sentido de ganhar a direção política do movimento, a atuação dos primeiros comunistas lá presentes buscou, inicialmente, conquistar adeptos e estruturar a organização local daquele partido. A partir desta orientação, fundamentada na linha política do PCB, o Movimento de Cotaxé, sociorreligioso na sua origem, e utópico, aqui compreendido como sonho de possível realização, quanto à proposição de construção de *União de Jeovah*, ganhou o caráter de luta organizada pela defesa das posses e, em seguida, pela reforma agrária, luta intensificada no país na meação da década de 1950.

Considerando o fato de que o *movimento jeovense*, e em seguida, a chamada *revolta camponesa*, ocorreram na mesma área geográfica, Vilaça (2002, não paginado<sup>2</sup>) concluiu que os “[...] dois momentos constituem fatos históricos ocorridos em seqüência que os coloca quase de mãos dadas no tempo - a fundação e o desbaratamento do efêmero estado de 1950 a 1954 e a revolta camponesa de 1959 a 1962”.

---

<sup>2</sup> Artigo de Adilson Vilaça intitulado **As CPIs do Esquecimento: Uma pá de cal na história**, que estava disponível no site do e-jornal Século Diário. Como este foi invadido em 2014, não sendo mais possível acessá-lo, este documento do arquivo pessoal deste pesquisador está disponibilizado no Anexo D deste trabalho.

Ao estudarmos os fatores que, presentes no primeiro, transitaram para o segundo momento, constatamos que os dois momentos do Movimento de Cotaxé, não estavam apenas *quase de mãos dadas*, mas absolutamente de mãos dadas, em função das continuidades, constituindo-se a etapa da, por vezes incorretamente denominada, *revolta camponesa* uma sequência do *movimento jeovense*, após sua derrota e o desmonte do *Estado União de Jeovah*, sendo a mediação dessa transição a hipótese central desta pesquisa.

Além de articulados com as lutas camponesas que eclodem no país a partir da década de 1950 e que adentram pela de 1960, posseiros remanescentes do período *jeovense*, além de novos migrantes, agora sob a influência e organizados pelo PCB e representados pela União dos Posseiros de Cotaxé (UPC), fundada em novembro de 1954, também se articularam com o movimento sindical urbano na segunda metade da década de 1950, quando da fundação, em novembro de 1957, da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo (ALTAES). Nos primeiros anos da década de 1960, antes mesmo da legalização das entidades sindicais camponesas, sindicatos, federações e confederação de trabalhadores rurais, o Movimento de Cotaxé participa, em junho de 1962, da fundação da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo (FLATAES).

Cuidou este trabalho de estabelecer, também, a relação entre a natureza sociorreligiosa, na gênese do episódio histórico em foco, com o problema social centrado na questão da luta pela posse e titulação da terra e as atividades dos denominados *grileiros*, além da sua evolução para movimento sociopolítico, ainda durante o período de *União de Jeovah*. Acompanhou a sua posterior transformação em movimento essencialmente político, como resultado da atuação do PCB, e inserido na luta pela reforma agrária, tal como ocorreu em Cotaxé, distrito do município de Ecoporanga, no extremo-noroeste do Espírito Santo, com início nos últimos anos da década de 1940, tendo o seu final no ano de 1966.

A aproximação com este tema, o aqui denominado Movimento de Cotaxé, ocorre a partir do interesse deste pesquisador por questões de natureza social desde as suas primeiras leituras. Dois livros, lidos no ano de 1954, permitiram uma tomada de consciência, ainda que incipiente, sobre as necessidades e agruras das

camadas marginalizadas da sociedade bem como do direito de rebelião contra a opressão, consagrado pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, no período da Revolução Francesa, de 1789. Tal direito de resistir à opressão está explicitado na concepção da burguesia francesa, então ascendente, no Art. 2º da mencionada Declaração, que assim se expressa, conforme informação do site *Bem vindo ao Senado francês*: “[...] A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão (A DECLARAÇÃO..., 1789)”.

Resumidamente, uma das obras referidas intitula-se *O Índio Penháí*, de autoria de Horácio Messias Nogueira, publicada em 1952. Esse texto nos remete à prática da preação contra os indígenas desde o início efetivo da colonização, nos tempos da América Portuguesa. Conta-nos, em linguagem típica do romance histórico, de como um indiozinho, o Penháí, um caingangue preado ainda *curumim*, teve sua família dizimada pelos predadores. Após estar aparentemente *catequizado*, Penháí acaba promovendo um justo acerto de contas com os integrantes da expedição de preação, utilizando métodos próprios e, também, métodos idênticos àqueles utilizados pelos escravizadores de indígenas.

O segundo livro, bem mais antigo, denomina-se *O Noventa e Três*, teve a sua primeira edição publicada em 1874 e tem como autor o romancista francês Victor Hugo. Nesta obra histórico-literária, Hugo relata as vicissitudes de um aristocrata, o Marquês de Lantenac, influente insurgente contra a Revolução Francesa. O título do livro remete ao ano de 1793, ano que marca o auge do movimento de resistência dos proprietários de terras da região da Vendeia, eclodido em 1792, em oposição à Revolução Francesa.

Evidentemente que não se pode ter noção da posição política dos atores da revolução francesa aos onze anos de idade. Mas o fundamental a destacar, sobre esse texto, é que ficou a admiração pela coragem e determinação do dito aristocrata contra algo que ele definia como opressão. Posteriormente, retificamos a nossa posição no que concerne aos predicados combatentes do dito marquês. Valeu, não

obstante, como formação: o direito de rebelião contra a tirania e a ação concreta contra aquilo que assim foi, subjetivamente, definido como tirania ou opressão.

Acrescente-se a isso o fato de que constava entre os itens de leitura na casa paterna, a imprensa democrática e de esquerda da época, o jornal do Partido Socialista Brasileiro (PSB), O Semanário, os jornais do PCB, primeiramente A Voz Operária e, a partir de 1959, o jornal Novos Rumos. A Bíblia Sagrada se fazia presente nesta cesta, com leitura quase obrigatória, e também o semanário Folha Capixaba, editado pelo Comitê Estadual do PCB no Espírito Santo. Adquirimos, assim, o hábito de ler a *Folha*.

Foi através deste periódico que tomamos conhecimento de que, no decorrer dos anos de 1959 até 1962, ocorreram em Cotaxé, Município de Ecoporanga, no extremo-noroeste do Estado do Espírito Santo (ES), agudos choques entre posseiros e jagunços de pretensos proprietários de terras, grileiros de glebas já ocupadas por posseiros, além de destacamentos da Polícia Militar, em geral mancomunados com e a serviço destes mesmos grileiros.

De fato, tratava-se, nos primeiros anos da década de 1960, do recrudescimento da violência permanentemente praticada contra os posseiros, a qual nunca foi realmente encerrada, mesmo após a desapareição do efêmero *Estado União de Jeovah* e do seu proponente, o dublé de pregador e professor Udelino Alves de Matos. Udelino liderava um movimento que propunha a criação de um novo ente federativo na região da Serra dos Aimorés, movimento que foi liquidado pela ação da PMES em fevereiro de 1953, segundo o relato do então major Djalma Borges, comandante do contingente policial enviado àquela localidade com tal finalidade, conforme relata Dias (1984, p. 55-60), e encaminhado ao governador do Estado, Jones dos Santos Neves (1951-1955), no dia 12 de março de 1953.

Naquele ano de 1961, através das matérias da *Folha*, tivemos o primeiro contato com o tema e, por essa época, com ele identificamos a nossa aproximação. Em 1963 fizemos uma viagem à região, a partir de relações com amigos que tinham familiares naquela área, viagem que se repetiu algumas outras vezes. Conheci os locais onde *mataram* (sic), genericamente, sem definição de quem matou, ou

*emboscaram e atiraram*. Também conheci vários posseiros e até os chefes mais destacados do movimento tais como Zé Genuíno da Silva Gama, Romualdo da Silva Gama e Benício Jacinto da Silva, filhos do conhecido e respeitado *velho* Genuíno da Silva Gama, pioneiro da ocupação, falecido em 1959, além do posseiro Jurandir Pereira Pinto e outros.

No período posterior ao golpe de estado, em abril de 1964, com a instauração da ditadura militar, este movimento, devido às novas condições de poder e de repressão criadas no país, vê reduzidas as suas possibilidades de se manter atuante e acaba por perder completamente a sua condição de existência. Nesta quadra, a resistência camponesa em Cotaxé, sucessora encadeada e em linha direta do *Estado União de Jeovah* do pregador Udelino, é apoiada e orientada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), reorganizado em 1962, após a cisão no movimento comunista brasileiro.

Essa organização político-partidária chegou, inclusive, a deslocar, em tempos distintos, dois de seus mais destacados militantes para atuar na área. Inicialmente, foi enviado para a região um cidadão baiano já idoso, garimpeiro, aqui conhecido como o *Velho*, e que, na verdade, chamava-se Manoel Galvão Sampaio, conforme informações prestadas a este pesquisador, através da internet, em 2013, por Wellington Teixeira Gomes (APÊNDICE A) e Paulo Ribeiro Martins (APÊNDICE B).<sup>3</sup>

Posteriormente, em substituição a Sampaio, transferido para outra área rural, foi enviado para atuar entre os posseiros de Cotaxé o estudante secundarista cearense, cognominado Augusto – na verdade chama-se Carlos Augusto Lima Paz –,<sup>4</sup> para atuar junto aos posseiros. Nessa atividade, considerando as condições adversas de uma ditadura, a atuação de Augusto voltou-se, primeiramente, para a orientação da autodefesa, em caso de ataques de jagunços bem como de ataques de contingentes policiais e outros provocadores, como realmente ocorreram. Ademais, voltava-se para fazer levantamentos topográficos em função de uma

---

<sup>3</sup> Martins havia morado com o casal Sampaio antes do golpe de 1964. Gomes, historiador mineiro, tentando recuperar a trajetória de Sampaio, *desaparecido* após o golpe e tido como falecido, acabou por descobri-lo aqui no Espírito Santo.

<sup>4</sup> Carlos Augusto Lima Paz, também conhecido como “Augusto” ou “Parangaba”, como mencionado por Dias (1984, p. 132). Através de declaração escrita em abril de 2014, e encaminhada, via internet, a este pesquisador (APÊNDICES C e D).

possível utilização daquela área como um reduto de resistência armada à ditadura militar. Num segundo momento, percebida a inviabilidade de permanência naquela zona, o PCdoB orientou os posseiros no sentido de um acordo a ser negociado com o novo *proprietário* daquelas glebas, o qual se apresentou no cenário após acertos comerciais com os antigos grileiros.

Ainda no âmbito da aproximação com o nosso objeto de estudo, tomamos conhecimento, em 1984, do lançamento do livro *Massacre em Ecoporanga*, do jornalista Luzimar Nogueira Dias. No livro, primeiro trabalho mais abrangente sobre as lutas camponesas na região de Cotaxé, o mencionado jornalista, baseado nos jornais da época, faz um levantamento sobre as origens do movimento assim denominado *jeovense* e da tentativa de institucionalização do *Estado União de Jeovah*, considerado aqui como um primeiro momento do Movimento de Cotaxé, até o seu desfecho, com derrota definitiva, no final do ano de 1966. Tal ocorre quando os posseiros negociam indenizações pelos anos de trabalho e benfeitorias, partindo, posteriormente, à procura de glebas no Centro-Oeste e no Norte do país.

Assim, o livro *Massacre em Ecoporanga*, de autoria do jornalista Luzimar Nogueira Dias, tornou-se a principal referência bibliográfica deste estudo. Já no final da década de 1990, tomamos conhecimento da publicação do romance *Cotaxé*, do também jornalista e escritor Adilson Vilaça, herdeiro do arquivo, documentos e notas do autor de *Massacre*, por uma especial gentileza de Sandra Dias, viúva do jornalista Dias, autor do *Massacre*, segundo afirmou Vilaça (2002). Este tornou-se *herdeiro* devido ao lamentável e prematuro passamento de Dias, ocorrido em 1986. Relatou Vilaça que, recebendo os arquivos, determinou-se a prosseguir suas pesquisas, das quais resultaram dois livros e diversos artigos publicados na imprensa da capital. O primeiro dos livros, *Cotaxé*, teve a sua primeira edição lançada em 1997. O segundo, bem mais recente, visto que publicado em 2007, tem como título *Cotaxé, a reinvenção de Canudos*, o qual resultou de um trabalho monográfico em curso de especialização em História Política, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Acrescente-se, como fontes bibliográficas sobre o Movimento de Cotaxé, os artigos publicados na revista *Século*, acessados através do site do e-jornal *Século*

Diário, tanto de artigos de Vilaça (ANEXOS B, C e D) quanto aqueles de autoria do também jornalista Geraldo Hasse (ANEXO A). Registre-se também, como fonte, o texto de André Luiz Gomes de Souza com base no seu trabalho de conclusão do curso de graduação em História, na Ufes, o primeiro dos poucos trabalhos acadêmicos sobre Cotaxé e, neste caso, mais especificamente sobre o período jeovense, conforme o artigo de Souza (1998), intitulado *História do Estado União de Jeová*. Este estudo contempla e incorpora, também, as pertinentes observações do pesquisador Wallace Tarcísio Pontes que, em sua dissertação de mestrado, defendida em 2007 também na Ufes, estuda o esvaziamento populacional da região, concluindo que a violência imperante na área, quando dos episódios aqui estudados, foi o fator preponderante a determinar o referido fenômeno. Neste estudo também foi utilizada, como fonte, a mídia impressa da época, notadamente o jornal Folha Capixaba, o qual dava ampla cobertura às lutas camponesas na região de Cotaxé, principalmente no seu segundo momento, a partir da fundação e sob a direção formal da UPC.

Não obstante, a saga de Udelino Alves de Matos e seu sonho, o estabelecimento de *União de Jeovah*, um Estado para os desvalidos da sorte e proposta de materialização da sua afirmativa de que *Deus nos deu o paraíso*, segundo o discurso recuperado pelas pesquisas de Vilaça (2002), bem como os episódios posteriores que atravessaram as décadas de 1950 e 1960, permanecem, todos, praticamente desconhecidos dos capixabas. Modestamente, nos inserimos entre aqueles que continuam tentando resgatar e divulgar, com a finalidade de tornar menos desconhecido este marcante episódio da história do Espírito Santo.

Estudando a natureza sociorreligiosa do período jeovense, constata-se que a marca dos movimentos camponeses rústicos, mais além do inegável e destacado papel aglutinante da religiosidade, funcionando como elemento catalisador de aspirações e fortemente presente em todas as manifestações da vida interiorana, é a sua identificação, no fundamental, com a questão do uso e da titularidade da terra, sem prejuízo de outras e variadas racionalidades que justificam e explicam os deslocamentos populacionais para regiões longínquas, adequadamente identificadas como sendo regiões de *fronteira*. A terra seria o *locus* mítico da utopia, aqui tomada ainda no sentido de sonho de possível realização, da construção de sociedades

livres das mazelas das sociedades rurais das quais se deslançaram os tais movimentos genericamente denominados, e nem sempre com propriedade, como *messiânicos*, uma das modalidades das chamadas movimentações camponesas sociorreligiosas.

Confirmando a eficácia e a centralidade do discurso da terra, Vilaça (2002, não paginado) constata que, “[...] Mesmo sendo um rezador, Udelino descobriria que o apelo da terra [...] melhor colava nos posseiros que afluíram à sua reforma agrária do que sua ladainha”. Quanto à questão da natureza do chamado *movimento jeovense*, registre-se que, posteriormente, Vilaça alteraria a sua concepção inicial a respeito, abdicando da concepção do *apelo da terra* e desfilando uma argumentação tendente a demonstrar, a partir de um outro olhar, sua natureza messiânica, afirmando, à guisa de justificativa para a sua mudança de concepção, que “[...] o que importou, verdadeiramente, foi a mudança do foco. Foi o novo olhar (VILAÇA, 2007, p. 12)”.

Estas são, resumidamente, algumas das questões que foram objeto do nosso estudo e que foram discutidas em cada uma das partes constitutivas deste trabalho.

No que se refere à distribuição do estudo pelos capítulos e as abordagens neles contidas, elas assim podem ser explicitadas. Iniciando o estudo, a introdução contempla a definição da proposta e do objeto de pesquisa, determinando o seu recorte temporal e a metodologia a ser utilizada. Também contempla um breve resumo dos fatos, nos seus dois e subsequentes momentos, determinando as suas características e motivações, um relato sobre como este pesquisador aproximou-se do objeto de sua pesquisa, a construção do objeto, além de uma breve apreciação sobre as fontes utilizadas.

No primeiro capítulo deste trabalho, procuramos estudar algumas das características do povoamento da Serra dos Aimorés, da região norte do estado do Espírito Santo, e, principalmente, do seu extremo-noroeste. Fizemos uma revisão do processo de *ocupação* assim denominada *branca*, em substituição à primeira ocupação indígena, revendo, primeiramente, a marcha de mineiros para Leste, após a exaustão da produção das minas de ouro, com o deslocamento de contingentes

populacionais e fundação de povoados e vilas na Serra dos Aimorés. Tal deslocamento no sentido leste, efetivado também através do vale do rio Doce e dos vales dos rios situados no leste de Minas Gerais e no extremo-norte do Espírito Santo, os rios Mucuri e São Mateus, respectivamente, os quais desaguam nas proximidades da região limítrofe do Espírito Santo com a Bahia, apontava, com relativa nitidez, para a tentativa de estabelecer uma saída para o litoral.

Esta movimentação para leste poderia, sem muito esforço, ser compreendida como uma tentativa de retorno à situação dos primeiros anos do século XVIII, quando a capitania do Espírito Santo foi transformada, pela Coroa, em barreira de contenção contra a possível evasão e contrabando do ouro e de defesa natural da região das minas gerais. A criação da capitania de Minas Gerais e a produção aurífera fizeram com que a Coroa, inclusive, proibisse a construção de estradas que pudessem ligar o Espírito Santo a Minas Gerais e que, hipoteticamente, poderiam ser utilizadas para a referida evasão e contrabando.

Esgotadas as minas, os habitantes daquela região buscaram outras áreas onde fosse possível desenvolver atividades econômicas outras em substituição à cessada produção aurífera e atividades acessórias à mineração, mediante deslocamento direcionado preferencialmente para leste e em busca de uma saída marítima para o escoamento da produção da região leste de Minas Gerais. Esse caminho para o mar havia sido perdido pela proibição real de construção de vias de comunicação e reafirmada com instalação de fortes militares e pequenos núcleos de povoamento, ao longo das margens do Rio Doce, que funcionavam como sentinelas. Assim, Portugal, através da governadoria geral, em ato expedido entre 1709 e 1711, proibiu a abertura de vias de comunicação e transporte terrestre e, inclusive, a utilização dos rios, proibição que alcançava, também, o extremo-norte da capitania do Espírito Santo, na região da bacia do rio São Mateus. Tal proibição da governadoria-geral seria revogada apenas nas primeiras décadas do século XIX, já no Império, quando foi autorizada, em 1814, a construção da chamada estrada nova do Rubim, segundo Oliveira (2008, p. 274-275), um “[...] caminho mandado abrir, durante o governo [Francisco Alberto] Rubim, ligando a baía da Vitória à Vila Rica, na capitania de Minas Gerais”.

Ao deslocamento dos mineiros no sentido do litoral chamamos, neste estudo, de *Marcha para o Leste*, por analogia e em contraposição à *Marcha para o Oeste*, um chamamento para a ocupação, pelos capixabas, do norte do Espírito Santo, feito pelo então interventor Jones dos Santos Neves (1943-1945), tal qual a proposta de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945), também denominada como *Marcha para o Oeste* e definida, conforme Priori (2011), como sendo uma

[...] política de terras implementada pelo governo Vargas e conhecida como *Marcha para o Oeste*. [...] política voltada para a constituição de uma política agrária, tendo como princípio a pequena e a média propriedade, com base em núcleos coloniais, com vistas à produção de alimentos e de matérias primas [...] (PRIORI, 2011, p. 12).

Discutimos, também, a política capixaba de tentar alcançar a província de Minas Gerais, a partir da meação do século XIX, partindo da cidade e do porto de São Mateus, no litoral do extremo-norte do Espírito Santo, mediante a abertura de vias de comunicação e transporte fluvial e terrestre. Tal política foi paradoxalmente definida pelas próprias autoridades provinciais do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, como uma *tentativa de atrair* os naturais de Minas Gerais para o exercício de atividades comerciais através do território capixaba e do porto de São Mateus, abrindo, para os mineiros, os caminhos para o comércio marítimo e para o escoamento da produção agrícola da região conhecida como o *Descoberto do Peçanha*, no leste de Minas Gerais, como assinalado por Russo (2013, p. 40). Tais iniciativas das autoridades provinciais capixabas vêm, de certa forma, contraditar a compreensão, posterior e fortemente presente no imaginário capixaba, de que Minas Gerais e os mineiros promoveram, desde o início da sua *Marcha para o Leste*, algo assemelhado e, inclusive, assim considerado pelas autoridades capixabas, nas primeiras décadas do século XX, como uma tentativa de invasão objetivando a secção e separação da região norte, a porção de terras localizada acima do Rio Doce, do território do Espírito Santo.

Também estudamos, ainda no primeiro capítulo, as contramedidas capixabas ao deslocamento mineiro ocorrido a partir do esgotamento da produção aurífera, a denominada *Marcha para o Leste*, contramedidas essas que consistiram em uma série de diretivas objetivando intensificar o povoamento da região situada ao norte do Rio Doce, desde o litoral até o oeste, voltada, em particular, para o extremo-

noroeste, também denominada, como já vimos, *Marcha para o Oeste*, como informam Neves; Achiamé e Neves (2002, p. 85), tal qual a nominava o interventor nomeado por Getúlio Vargas, Jones dos Santos Neves (1943-1945).

Além disso, examinamos as correntes migratórias capixabas e as modalidades de atividades econômicas desenvolvidas durante a ocupação do norte do Estado, notadamente a partir da década de 1920. Revisamos a natureza e os modos de produção verificados na região. Nesse aspecto, endossamos a tese do Professor Joe Foweraker (1982), segundo a qual se tratava de um modo de produção pré-capitalista, com relações de mercado ocasionais, típico das regiões de fronteira e das frentes de expansão, como o existente nas chamadas *posses*, nas quais prevalecia o trabalho individual, com o costumeiro reforço do trabalho familiar. Por outro lado, consideramos o surgimento, ao longo do tempo, de atividades eminentemente capitalistas, típicas das frentes pioneiras, materializadas estas, em especial, pela frente madeireira e pela frente da pecuária.

Ademais, repassamos os agudos choques sociais que passaram a ocorrer quando do encontro destas distintas formas de organização econômica e social, com posseiros e pequenos proprietários resistindo à violência empregada pela frente pioneira capitalista, a qual objetivava desalojá-los de suas posses, no sentido de facilitar a derrubada da floresta e a limpeza física da área, pela prática do desmatamento, com a finalidade da utilização da madeira como insumo industrial, para implantar a atividade pecuária e, acessoriamente, para desenvolver a cultura do café.

Neste mesmo primeiro capítulo, revisamos, também, as iniciativas capixabas para desbravar e colonizar o norte a partir do litoral, primeiramente com a fundação de fazendas de gado e de café e, em seguida, através da colonização com imigrantes estrangeiros, notadamente os italianos, nas décadas de 1880 e de 1890.

No segundo capítulo nos debruçamos sobre a primeira ação de *revolta camponesa*, o movimento de posseiros dirigido por Udelino Alves de Matos, inicialmente de natureza sociorreligiosa, e, no seu desdobramento - a partir da proposição da instituição de mais um Estado federado na área litigada pelo Espírito

Santo e por Minas Gerais, o chamado *Estado União de Jeovah* -, em movimento de natureza eminentemente política, como tentamos demonstrar no decorrer deste trabalho. Liquidado *União de Jeovah* e desaparecido o seu criador e todo o seu *estado-maior*, por força de violenta ação da Polícia Militar, ocorre uma interrupção abrupta e inesperada, pelo menos para as expectativas do próprio Udelino e de seus liderados. Mesmo após destruído *União de Jeovah*, resultam continuidades e permanências de vários dos fatores sociais e, até mesmo, de fatores outros como a religiosidade, um elemento catalisador de vontades e anseios fortemente presente nas regiões interioranas, além de alguns atores individuais que lá atuavam desde o período Udelino, fatores e atores estes que transitam para um segundo momento do Movimento de Cotaxé.

Fizemos a revisão, no terceiro capítulo, deste segundo momento do Movimento de Cotaxé, caracterizando-o como sendo o da *resistência camponesa*, agora dirigida por um agente político que faz sua intencional aparição na área, como, acreditamos, conseguimos demonstrar, o qual como que *interfaceia* a transição de movimento inicialmente sociorreligioso, para movimento eminentemente político e organizado. Tal agente político, o PCB, atua a partir dos primeiros anos da década de 1950 e sua atividade contudista encaminhou a resistência, por vezes armada, e a atuação política dos posseiros para a luta pela reforma agrária, distinta do período Udelino, este com marcada característica de revolta camponesa, distinção que foi discutida no decorrer deste estudo.

Estudamos, ainda no terceiro capítulo, o desaparecimento do pregador Udelino e a liquidação do seu utópico sonho de construção de *União de Jeovah*, e estudamos, também, as continuidades que deram suporte à mediação do processo de transição, realizada pelo PCB.

Analisamos, ainda, a presença do PCdoB, a partir de 1963, e seu projeto de implantar, naquela região de difícil acesso e de larga tradição de luta, uma área de escape e, até mesmo, um possível bastião de resistência armada e de combate à ditadura militar, nos moldes e na concepção daquele partido político. Discutimos o fato de que, na impossibilidade de manter a luta nas condições da ditadura militar ou mesmo de permanecer na área, o PCdoB encaminhou aos posseiros uma sugestão

no sentido da negociação do valor das benfeitorias e do recebimento de outras indenizações. Acompanhamos o dobrar dos sinos deste segundo momento e a definitiva derrota do movimento de gênese sociorreligiosa mais longo da história do Brasil, o único que transita de uma fase sociorreligiosa para uma fase notadamente política, como resultado da atuação de um ente político que passou a atuar na região em conformidade com a sua própria linha política vigente naquele período.

Até aqui, tentamos condensar as abordagens que foram desenvolvidas em cada um dos capítulos e, no decorrer do trabalho e no momento oportuno, discutimos mais detalhadamente as duas mais destacadas singularidades do Movimento de Cotaxé.

## CAPÍTULO 1 - A OCUPAÇÃO DA SERRA DOS AIMORÉS: O CONTESTADO

### 1.1 A SERRA DOS AIMORÉS

A Serra dos Aimorés era uma região relativamente desconhecida e coberta por densa floresta e, segundo Charles Frederick Hartt, viajante que aqui esteve entre 1865 e 1867, a mais exuberante floresta, a Mata Atlântica. Taxativo, Hartt (*apud* BORGIO; ROSA; PACHECO, 1996, p. 31), afirmou que “[...] em parte alguma do Brasil, nem mesmo no Pará, vi uma floresta mais exuberante do que a do rio Doce”.

Acrescentam ainda Borgia; Rosa e Pacheco (1996, p. 27), que desde “[...] o período colonial, os cronistas descrevem as matas espírito-santenses, e as florestas brasileiras em geral, como exuberantes [...]”, ao tempo em que estes mesmos autores assim descreviam a localização das florestas na região norte: “Na região norte do Espírito Santo a mata virgem só terminava, a oeste, na serra dos Aimorés, limite com as Minas Gerais e, ao norte, nas selvas do Mucuri (*ibid*, p. 32)”.

Com relação à Serra dos Aimorés, PONTES (2007) afirma que

Até os fins do século XIX, [...] tal qual hoje descrita nos livros de geografia, não figurava regularmente em mapas cartográficos do país. Os governos mineiro e capixaba sequer sabiam se ela era ou não contínua. A parte central daquelas montanhas, [era] então quase desconhecida [...] (PONTES, 2007, p. 40).

No que se refere às causas desse alegado desconhecimento, observa-se que, assinalam Borgia; Rosa e Pacheco, (1996, p. 14), “[...] até meados do século XIX a penetração para o interior foi dificultada pelas florestas tropicais, assim como pela reação dos grupos nativos [...]”.

O norte capixaba, inclusive a sua sub-região noroeste, foi a última fronteira incorporada à civilização pelo processo de ocupação e colonização no estado do Espírito Santo. Dias (1984, p. 11), afirma que “[...] as terras do Norte do Espírito Santo, incluindo Ecoporanga, foram as últimas áreas incorporadas à fronteira agrícola estadual [...]”, um processo que vai concluir-se tardiamente porque, como

informam Borgo; Rosa e Pacheco (1996, p. 17), com maior intensidade, “[...] só ao final dos anos [19]50 é que o povoamento chega ao noroeste da região [...]”.

Acrescente-se que, ainda segundo Borgo; Rosa e Pacheco (1996, p. 101), “[...] todo esse movimento para o norte cresceu especialmente após 1928, quando foi inaugurada a ponte sobre o Rio Doce [...]”, no município de Colatina, a qual, permitindo a travessia, criou as condições para a ocupação, com a concomitante desocupação indígena, e o início da colonização da porção de terras capixabas situadas ao norte daquele rio, uma nítida região de fronteiras, conceito que pode, por ora, ser simplificarmente definido, de acordo com Campos (2013, p. 3), como: “[...] a) Fronteiras que se apresentam como *locus* de novas atividades econômicas ou tecnológicas. b) Regiões-fronteira clássicas, que dizem respeito ao povoamento de áreas de baixa densidade em atividades e populações”.

No entanto, como vimos, tratava-se de um território já anteriormente ocupado, tanto que

[...] em 1870 ainda havia, no norte do Espírito Santo, concentrados principalmente nas matas virgens de todo o vale do rio Doce, inclusive a região mineira, tribos botocudas, algumas aldeadas, outras ainda nômades. Existiam alguns aldeamentos já com índios civilizados por missionários católicos (BORGO; ROSA; PACHECO, 1996, p. 63).

Antiga prática, tão logo da chegada dos padres jesuítas, o confinamento em aldeias, com a transferência para regiões outras, decorre, no fundo, da concepção de que os índios constituíam sempre um empecilho às atividades econômicas dos colonizadores. Os indígenas, por essa razão, eram afastados do seu *habitat* e confinados em aldeias.

Utilizados diferentes meios e arazoados, os indígenas foram praticamente excluídos da nossa história e alvo de guerras de extermínio, como a guerra decretada em maio de 1808, pelo príncipe regente Dom João, o qual emitiu uma Carta Régia dando início à chamada *guerra ofensiva*<sup>5</sup> contra os Botocudos. Nesse

---

<sup>5</sup> BRASIL. Leis Históricas. Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 37-41. Carta Régia de 13 de maio de 1808: “Manda fazer guerra aos índios Botocudos[...]”, enviada ao Governador e Capitão General da Capitania de Minas Geraes: “[...] deveis considerar como principiada contra estes Índios antropophagos uma guerra ofensiva.”

sentido, vale frisar que “[...] boa parte da historiografia oitocentista os ignorou, de fato, referindo-se a eles muito mais como obstáculos que ‘infestavam’ as matas e sertões, impedindo o avanço da ‘civilização’ do que como personagens da história pátria” (MOREIRA, 2010, p. 2). Por isso, paralelamente à guerra de extermínio aos botocudos *bravos*, aqueles que recusavam o aldeamento, a política de aldear os indígenas foi mantida, como forma de utilizar sua mão de obra e, ao mesmo tempo, garantir a continuidade da colonização.

Posteriormente, os sobreviventes dos primevos habitantes, “[...] os grupos indígenas impactados pela expansão da fronteira extrativista e agrícola sobre aquela região de espessas matas [...] (MATTOS, 2004, p. 26)”, foram empurrados para aquela que foi, conforme assinala Dias (1984), “[...] a última frente de resistência indígena do Leste brasileiro (o famoso bolsão dos Botocudos), [...] e, finalmente, aí cercados e encurralados pelas frentes pioneiras de colonização [...]” (DIAS, 1984, p. 11). O *bolsão dos botocudos* foi formado e cercado pelo deslocamento populacional com origem em três correntes migratórias, constatando-se que a

[...] penetração se fez através da migração de contingentes populacionais em três grandes arcos: 1. Do sul do Espírito Santo para a fronteira agrícola do norte do Estado; 2. De Minas Gerais para a região da serra dos Aimorés, nascente do rio São Mateus; 3. Da Bahia para o extremo norte do Estado (BORGO; ROSA; PACHECO, 1996, p. 71).

Contudo, a referência sobre a corrente migratória proveniente da Bahia deve ser tomada com bastante cautela, em virtude de sua fundamentação pouco consistente em comparação com aquela relativa às duas outras, além de apresentar importância relativamente restrita no âmbito deste estudo.

Ainda com referência ao *bolsão dos botocudos*, como mencionado por Dias (1984, p. 11), sua configuração geográfica resulta da instituição de áreas vedadas à presença e circulação de desbravadores, sendo resultante de uma

[...] estratégia da Coroa Portuguesa de isolar toda a região oeste do Espírito Santo, transformando-a num vazio impenetrável [...]. Neste contexto, a “área proibida” tornou-se refúgio seguro para as últimas tribos bravias do leste brasileiro, particularmente os botocudos, concentrando assim um grande contingente indígena durante todo o século XIX (RUSSO, 2013, p. 19).

A respeito do mencionado *bolsão dos botocudos*<sup>6</sup> e da resistência indígena, convém ressaltar, de acordo com Pontes (2007, p. 42), que

[...] em finais do século XIX e início do século XX era entre o Leste de Minas, o Oeste do Espírito Santo e sul da Bahia – região de extensas e frondosas florestas – que se encontrava o último bolsão de resistência indígena do sudeste brasileiro. A identificação daquelas tribos com o resto de botocudos e aimorés que continuavam vivendo nas matas entre o Mucuri e o rio Doce foi feita pelos missionários capuchinhos em relatórios sobre o aldeamento de Itambacuri (PALAZZOLO, apud SANTOS NEVES; PACHECO, 1992, p. 40-42 [sic]).

Tratava-se, no caso em estudo, como assevera Moreira (2010, p. 6), de uma “[...] população de índios tribalizados e relativamente independentes que viviam no vale do rio Doce, entre os quartéis de Minas Gerais e do Espírito Santo [...]”, os quais estavam fora do alcance das autoridades e dos seus esforços para organizá-los e controlá-los. Eram integrantes dos assim chamados, na formulação de Mattos (2007, p. 213), “[...] botocudos ‘nômades e malfazejos’”. Todavia, ao fim e ao cabo, como concluem Borgo; Rosa e Pacheco (1996, p. 17), “[...] as populações indígenas foram, na maior parte, dizimadas ou aculturadas [...]”.

Com relação à frente de colonização capixaba, após afastados os indígenas e com a “[...] conseqüente [sic] ‘desinfestação’ de seus territórios de mata [...]” (MATTOS, 2004, p. 390, grifo nosso), aqueles obstáculos que *infestavam* as matas e sertões, dificultando o avanço da *civilização*, acelera-se a ocupação por colonizadores, especialmente em direção à região noroeste.

Depois da liquidação definitiva da resistência indígena, nas décadas de 1930 e de 1940, ocorre a ampliação da ocupação por colonos provenientes do sul do Espírito Santo, com o avanço da cultura do café e da agricultura de subsistência, com base na pequena propriedade quando, ao mesmo tempo, ocorre a intensificação do surto madeireiro. Assim,

A cultura do café possibilitou a fixação de colonos e a sustentação econômica do empreendimento agrícola de colonização. O último surto madeireiro, iniciado durante os anos da última Guerra Mundial, proporcionou a abertura de estradas para o deslocamento das frentes de colonização (DIAS, 1984, p.12).

---

<sup>6</sup> O *bolsão dos botocudos* também pode ser compreendido como sendo “todo o terreno infestado pelos Índios Botocudos”, conforme definido pela já mencionada Carta Régia de 1808.

Com relação à extensão das propriedades dos colonizadores provenientes do sul do Estado, nesta modalidade de colonização, informam Borgo; Rosa e Pacheco (1996, p. 79), que “[...] a maioria dos estabelecimentos continuou, todavia, com dimensões inferiores a 100 ha, sob regime de propriedade individual [...]”.

No extremo-noroeste, principalmente quando ocupação se deu com a chegada da frente migratória do leste de Minas Gerais, notadamente a partir da década de 1930, a chegada de numerosos posseiros resultou na fundação de muitos núcleos populacionais. Os posseiros desmatavam apenas o suficiente e o necessário para o plantio de culturas de subsistência, com a produção de excedentes destinados à comercialização. Relativamente ao desmatamento, a atividade dos camponeses que produzem para consumo e para a produção dos excedentes que comercializam é muito distinta, no que se refere aos danos e à velocidade da devastação, do método empregado por pecuaristas. Quanto a esses resultados, Dean (2002) afirma que a

[...] orla interior da Mata Atlântica atraía pecuaristas em expansão, cuja intervenção nas pastagens limítrofes era mais rápida e devastadora que a imposta às matas pelos lavradores. [...] Os pecuaristas queimavam os campos não uma vez por ano mas constantemente [...] (DEAN, 2002, p. 218).

Em relação ao avanço da frente migratória proveniente do sul do Espírito Santo, iniciada em 1924, o avanço da cultura do café resultou na ocupação do território através e no rastro das estradas abertas em função da atividade madeireira e sua progressão noroeste acima, a partir da margem norte do Rio Doce.

Resultante de um processo iniciado ao final do ciclo da mineração, a corrente migratória oriunda do leste de Minas Gerais, ocupando parte da Serra dos Aimorés, empreendeu o que podemos denominar como sendo uma verdadeira *marcha para o leste*, não obstante ser denominada pelas autoridades capixabas, até mesmo em documentos oficiais, como sendo o desenrolar de uma *invasão mineira*. Veremos, no tópico seguinte, as circunstâncias históricas do deslocamento dos mineiros em direção ao litoral, com todas as suas decorrências, conflitos e choques que ocorreram posteriormente, particularmente aqueles registrados nas quatro primeiras décadas do século XX.

## 1.2 MINEIROS: ESGOTAMENTO DAS MINAS E A MARCHA PARA O LESTE

O avanço de mineiros, as levas de migrantes que se deslocavam no sentido leste, inicia-se tão logo do esgotamento da produção das minas de ouro, no final do século XVIII e no limiar do século XIX. Tal *marcha de mineiros para o leste* reclamava e impunha, a partir de então, a demarcação da divisa entre o Espírito Santo e Minas Gerais. Ainda em 1800, os governos de ambas as províncias assinaram um *Auto de Demarcação*, o qual consistia numa primeira tentativa de fixar os seus limites

Ao mesmo tempo em que ocorria a exaustão das minas, com o declínio da produção aurífera, observava-se a expansão da população e o seu deslocamento em múltiplas direções, em busca de atividades outras que substituíssem a atividade da mineração ou a ela complementares. Esgotado o ouro, passa a ocorrer, segundo afirma Pontes (2007, p. 38), um “[...] movimento centrífugo, acarretando frentes de ocupação em todas as direções, principalmente rumo ao Leste, de encontro ao mar, do qual precisava para escoar seus produtos [...]”, acrescentando ainda Pontes (2007, p. 33) que o “[...] constante aumento da população, o esgotamento da produção aurífera e as vorazes necessidades do erário régio levaram os governantes da Capitania de Minas a estimular e favorecer o desbravamento em todas as direções”.

A expansão da fronteira agrícola da província aurífera provocou o deslocamento de grande contingente de desbravadores, o qual abriu caminho por densas e inóspitas matas e orientou-se principalmente no sentido leste. Pontes (2007, p. 16) assevera que “[...] Ao se expandir, a fronteira agrícola de Minas Gerais abriu passagem para além da incontinua orografia que delimita sua borda Oeste, rumando em direção ao mar e defrontando-se com outra vaga humana em busca de terras agricultáveis”.

Eram migrantes em busca de terras devolutas, os quais, desconsiderando as imprecisas divisas entre as duas capitanias, a de Minas Gerais e a do Espírito Santo, buscavam ocupar e colonizar as montanhas da Serra dos Aimorés, na zona

contestada, e do vale do Rio Doce nos seus cursos médio e baixo. Tratava-se, em última instância, da busca de condições para garantir os meios materiais necessários à reprodução da vida. Esta é uma das intencionalidades, uma das racionalidades dos deslocamentos, conforme Foweraker (1982, p. 42), em virtude das quais “[...] os camponeses vão para a fronteira em busca de terras para se estabelecer, e assim proverem sua subsistência [...]”.

O apoio oficial à *Marcha para o Leste*, fica demonstrado observando-se uma iniciativa das autoridades da província de Minas Gerais, qual foi a determinação, em 1853, para o início dos trabalhos de abertura de uma picada para *cavalleiros* e *cargueiros*. Tal iniciativa não tinha, no entanto e ao que tudo indica, qualquer intenção de ocupação ou invasão do território capixaba. Ao contrário, foi uma iniciativa aplaudida pelo governo provincial capixaba, constando, inclusive de forma elogiosa, do relatório do então presidente da província, Sebastião Machado Nunes (*apud* RUSSO, 2013):

Muito tempo há que se projeta estabelecer uma comunicação entre a comarca do Serro em Minas, e a de São Matheus desta província. Informo-vos com prazer que já se deu princípio aos trabalhos próprios para se conseguir este *importante melhoramento de incalculável vantagem para aquella como para esta província*. [...] Em data de 3 de março do anno p.p. [1853] foi por ordem do Exm. Presidente de Minas celebrado um contracto com o major João Baptista Dias e o capitão Remígio Elceto de Souza para a abertura de uma picada transitável por cavalleiros e cargueiros, partindo da freguezia do Pessanha até o primeiro povoado à margem do rio São Matheus (NUNES *apud* RUSSO, 2013, p. 41-42, grifo nosso).

O deslocamento dos mineiros em direção ao leste foi decididamente apoiado pelos órgãos oficiais de Minas Gerais. A atividade migratória e de colonização, ainda na meação de século XIX, era organizada, por exemplo, pela Companhia do Mucuri, a qual impulsionava a ocupação das montanhas a leste de Minas. Tal companhia de colonização, fundada em 1847 e dirigida pelo político mineiro Teófilo Otoni, acaba encampada pelo governo imperial em 1861, prosseguindo, não obstante, em suas atividades. Dentre estas, mais além das atividades de colonização propriamente ditas, estava a instalação de aldeamentos, dirigidos por missionários, como o Aldeamento dos Índios de Itambacuri, este somente instalado em 1873, uma medida tomada no sentido de liberar da incômoda presença indígena as áreas que deveriam ser colonizadas.

O esforço de colonização iniciado por Teófilo Otoni, além de dirigir-se para as serras do leste, para as terras férteis do vale do rio Mucuri, tinha também as terras situadas na região das nascentes dos braços norte e sul do Rio São Mateus, localizadas em Minas Gerais, como alvo de integração comercial ao vale daquele rio. Russo (2013, p. 44), afirma que “[...] Teófilo Otoni projetou a abertura de rotas para possibilitar o fluxo de comércio entre as povoações já bem estabelecidas na região – como o *Peçanha* e as freguesias adjacentes – com o vale do Mucuri”.

Além de procurar integrar a região das nascentes do Rio São Mateus – o mencionado *Peçanha* - ao vale do Mucuri, Teófilo Otoni, para complementar seu projeto, cuidava, também, de integrar a Colônia do Mucuri ao município capixaba de São Mateus e ao seu porto, como parte da recorrentemente mencionada busca de uma saída para o mar, um escoadouro para a produção do leste de Minas Gerais.

Assim, uma outra via de comunicação e transporte, outra picada, foi também construída dentro do espírito de cooperação e de benefícios mútuos naquela quadra imperantes nas relações entre as províncias do Espírito Santo e de Minas Gerais. Trata-se da picada ligando a cidade de São Mateus à Colônia do Mucuri, através de Santa Clara, que, como informa Russo (2013, p. 43), “[...] era um entreposto comercial, situado a caminho de Nova Filadélfia (atual município de Teófilo Otoni), no interior mineiro [...]”.

A Companhia do Mucuri havia fundado, entre outras, a Colônia do Mucuri. Entre os colaboradores daquela empresa havia um engenheiro francês chamado Charles Bernard. A propósito da construção dessa picada *ligando a cidade de São Mateus à colônia do Mucuri*, em regime de cooperação, Pereira de Barros, então presidente da província do Espírito Santo, já se manifestava, em fevereiro de 1957, através de relatório no qual

[...] informa acerca do interesse manifestado pelo diretor da empresa do Mucuri, Teófilo Otoni, para o projeto dessa estrada, tendo colocado à disposição do governo provincial o engenheiro francês daquela companhia - Charles Bernard - o qual já se encontrava em São Mateus para acompanhar os trabalhos de abertura da referida picada. Cumpre agora *fazer continuar uma estrada de incalculáveis vantagens futuras, e que desde já fará agitar um grande commercio de gados entre o município de São Matheus e Minas Novas por intermédio de Philadelphia e Santa Clara no Mucury* (RUSSO, 2013, p. 45, grifo nosso).

Aqui não seria demasiado esclarecer que o município de São Mateus, criado em 1848, abrangia quase toda a área do extremo-norte – salvo Conceição da Barra, ao norte de São Mateus -, desde o litoral até a Serra dos Aimorés, ainda que a divisa entre as províncias do Espírito Santo e de Minas Gerais não estivesse exatamente definida. A área de São Mateus era constituída tal como demonstrado pelo *croqui* do IBGE, na figura 1, abaixo.



**Figura 1.** Croqui da área abrangida pelo município de São Mateus em 1872<sup>7</sup>

**Fonte.** IBGE (1944).

Pode-se notar que o município de São Mateus, indicado na área hachurada do *croqui*, era então constituído, também, pelas áreas nas quais estão localizados, entre outros, os atuais municípios de São Mateus, o de Barra de São Francisco,

<sup>7</sup> IBGE. Malha Municipal. Fonte: Recenseamento Populacional de 1872 e Ministério de Viação e Obras Públicas, 1944. Elaborado por Maria Helena Palmer Lima, 1997. Consulta feita no escritório do IBGE, na cidade de Colatina (ES) em 30 mar. 2015.

emancipado de São Mateus em 1943, e o de Ecoporanga, este, por sua vez, emancipado do então município capixaba de Joeirana em 1955.

Posteriormente, um relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, Costa Pereira Jr., em maio de 1861, explicita a finalidade última daquela iniciativa conjunta de colaboração entre capixabas e mineiros, buscando benefícios e vantagens recíprocas, o qual está assim redigido:

*Aberta em 1858 pelas diligencias do engenheiro Carlos de Bernard, dirige-se da cidade de São Mateus, ao ribeiro de Pedras, affluente do Mucury, onde se entronca na estrada que vem de Santa Clara para Philadélfia, seguindo d'ahi para Minas Novas, onde a encontra a estrada geral do Rio a Bahia. [...] O fim a que se mirou com a abertura desta picada foi, ligar-se a cidade de São Matheus com a colônia do Mucury (RUSSO, 2013, p. 44, grifo da autora).*

A abertura dessas vias de comunicação, documentalmente comprovadas como consensuais, aponta para a natureza mesma da colaboração entre as províncias do Espírito Santo e de Minas Gerais, na busca de atividades comerciais, ainda que incipientes, indicando Russo (2013, p. 43), que “[...] a partir de 1856, houve algum comércio entre São Mateus e Santa Clara, às margens do rio Mucuri [...]”, constatando-se, também, que “[...] 1859 registra que pela [estrada] de Santa Clara em São Mateus tem descido algumas boiadas: [...] (*ibid.* p. 45)”.

Assim, pode-se afirmar que as ações no sentido da “[...] conquista desses sertões, por parte de Minas Gerais, começou a partir da segunda metade do século XVIII, diante da necessidade de incrementar as atividades agrícolas e pastoris para compensar a queda na produção aurífera (MOREIRA, 2011, p. 5)”.

Tais ações, a construção de vias de transporte e as atividades comerciais, resultam da postura de colaboração e estabelecem, no mínimo para o período da segunda metade do século XIX, uma contraposição ao entendimento de que Minas Gerais tinha por objetivo ocupar a região norte, acima do Rio Doce, desmembrando o Espírito Santo em busca de uma saída para o mar. Os documentos trazidos à luz pelas pesquisas de Maria do Carmo de Oliveira Russo (2013), e publicadas em livro, demonstram uma situação de tranquila e pacífica cooperação na busca por

vantagens e benefícios mútuos, nunca de conflito e violência entre as duas províncias naquele período.

Outro exemplo de apoio oficial ao avanço mineiro no sentido leste foi a inauguração, relatada por Pereira (1988, p. 17), “[...] da estrada que Juscelino Kubitschek<sup>8</sup> fez construir, colocando Mantena, principal cidade do Contestado, a minutos de Governador Valadares [...]”. Tal fato, ocorrido muitos anos mais tarde, já no século XX e em contexto bastante distinto daquele da meação do XIX, teve lugar no povoado antes denominado Gabriel Emílio, fundado por capixabas em 1937, e que é, desde 1944, a cidade de Mantena, em Minas Gerais. Nesta quadra, no entanto, as autoridades capixabas já estavam praticamente convencidas das intenções de Minas Gerais no sentido de, criando fatos consumados, ocupar terras que os capixabas consideravam como suas.

Nas primeiras décadas do século XX, a Serra dos Aimorés, era tida como uma área desconhecida tanto pelo governo do Espírito Santo quanto pelo de Minas Gerais: estava ainda por ser explorada, desbravada, ocupada e colonizada. O deslocamento de mineiros para leste, naquele contexto, ocorria sem que tivessem sido demarcados os limites entre os dois, após a República, Estados federados.

Nestas circunstâncias, o deslocamento da frente de expansão mineira colocava na ordem do dia, para o Espírito Santo, a questão da demarcação definitiva da divisa, em função de que este considerava que o avanço mineiro ocupava terras que considerava estar sob sua jurisdição. O apoio, através de investimentos em infraestrutura, à criação de povoados e vilas por cidadãos mineiros, levado a cabo pelos sucessivos governos de Minas Gerais, provocava apreensões, acreditamos que, em certa medida, descabidas, no imaginário das autoridades capixabas, preocupadas com a disposição bandeirante dos governos mineiros.

Entretanto, investigações mais acuradas, como as já mencionadas pesquisas de Russo (2013), indicam que os próprios capixabas, a partir da metade do século XIX, também buscavam alcançar regiões de Minas Gerais através da abertura de vias de comunicação, tanto fluviais quanto terrestres, e buscavam estabelecer

---

<sup>8</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, quando governador do estado de Minas Gerais, de 1951 a 1955.

relações comerciais com as regiões produtoras do leste de Minas Gerais, como, notadamente, a já mencionada região do *Peçanha*. Exemplificando as iniciativas capixabas no sentido de alcançar a província de Minas Gerais, Russo (2013) assinala que

[...] o Major Antônio Rodrigues da Cunha é citado como pioneiro na abertura da picada do Peçanha, por volta de 1871. A região do *Peçanha* (*Descoberto do Peçanha*) em Minas, interligava São Mateus à região do Serro, pondo assim em comunicação as duas Províncias (RUSSO, 2013, p. 50).

As conclusões das referidas pesquisas se constituem, assim, numa contraposição às afirmativas de que estava em curso, desde muito, uma *invasão mineira* e, também, a de que o extremo-norte do Espírito Santo, particularmente o seu extremo-noroeste, região da Serra dos Aimorés, era uma região quase que totalmente desconhecida.

Ao mesmo tempo, como informa Pontes (2007, p. 34), “[...] pelo lado capixaba, seu território, ou melhor, o que se conhecia dele, permanecia escassamente povoado, com o maciço da população ocupando apenas o litoral”, isso desde o período colonial, quando a determinação da Coroa proibindo a construção de vias de comunicação, no sentido de prevenir o contrabando do ouro, “[...] limitou definitivamente o espaço territorial desta Província [do Espírito Santo], durante o século XIX, confinando-a a faixa litorânea (RUSSO, 2013, p. 19)”.

Aqui é necessário examinar outra e importante circunstância relativa à ocupação do extremo-norte e em direção do extremo-noroeste. A partir dos primeiros anos da década de 1850 ocorreu um significativo deslocamento populacional de capixabas, primeiramente com a abertura de picadas, no sentido da ocupação e do desbravamento do noroeste, e, logo depois, com a fundação de fazendas de gado e de café, na direção oeste, adentrando o interior do município de São Mateus. Tais atividades tinham origem naquela cidade, sede do município de mesmo nome, e no seu porto, conforme Russo (2013, p. 13), “[...] enquanto ponto de partida para a penetração para [sic] ‘os sertões’, para [sic] conquista de terras em direção ao interior mineiro [...]”, até a região denominada Alto São Mateus, no leste da província de Minas Gerais, na qual nascem os braços norte e sul do Rio São Mateus.

Nessa questão da penetração para os *sertões*, a leitura da pesquisadora Russo (2013) é algo distinta da leitura de outros autores mencionados neste trabalho, tais como a de Pontes (2007). Este autor concluiu que, a partir da drástica redução da produção aurífera, por volta do final do século XVIII, teria ocorrido, de forma intencional, uma mal definida e mal comprovada *invasão mineira*, no sentido de ocupar a região norte do Espírito Santo. A documentação pesquisada por Russo (2013), no entanto, desvela o fato de que, por um lado, havia, pelo menos na segunda metade do século XIX, uma corrida capixaba no sentido da *conquista de terras em direção ao interior mineiro* e, por outro, que havia uma relação bastante amistosa entre as duas administrações. Naquela quadra, as autoridades capixabas, através do município de São Mateus, tratavam de atrair os produtores mineiros para o comércio com o Espírito Santo, franqueando, inclusive, o porto da cidade de São Mateus para ser utilizado nas suas atividades de exportação de produtos destinados a outras praças, como Vitória e o Rio de Janeiro.

Após a instalação, por volta de 1835 e 1836, de repartições arrecadoras de impostos em São Mateus e na *Villa da Barra de São Mateus*, hoje Conceição da Barra, era nítida a intenção das autoridades capixabas de cobrar impostos sobre as mercadorias que circulassem através do seu território e, particularmente, através do porto de São Mateus. Destarte, e por via de consequência, as autoridades e produtores mineiros não teriam, assim, nenhuma necessidade de *invadir* e *seccionar* o estado do Espírito Santo para chegar à conquista de uma saída para o mar, algo muito presente no imaginário capixaba alguns anos mais tarde.

O avanço capixaba para o desbravamento, ocupação e colonização do interior do então município de São Mateus tem como figura de maior proeminência o então major da Guarda Nacional Antônio Rodrigues da Cunha, um dos integrantes da mais poderosa oligarquia rural atuante na vida política, econômica e cultural de São Mateus, a oligarquia “[...] que era dominada pelo fazendeiro e *Comendador Antonio Rodrigues da Cunha*, coronel da Guarda Nacional e Comandante da Legião Norte da Província (RUSSO, 2013, p. 30, grifo nosso)”.

O major Antônio Rodrigues da Cunha, futuro Barão de Aimorés e filho do *Comendador*, foi, naquela quadra, o personagem mais destacado das incursões dos capixabas no sentido oeste. Por volta de 1863, deslocando-se a partir da cidade de São Mateus, através do rio de mesmo nome, esse personagem e alguns dos seus familiares deram início a um processo de fundação de fazendas de gado e de café, adentrando-se para o interior do município. Primeiramente, ainda em 1863, o major Cunha implantou, como informa Russo (2013, p. 30), “[...] uma fazenda na Cachoeira do Cravo, primeira cachoeira rio acima, às margens do Cricaré (braço sul) logo após a confluência dos dois braços”.

Sete anos mais tarde, devido ao esgotamento das terras da fazenda Cachoeira do Cravo e sua inadequação para a cultura do café, ele procurou, ainda de acordo com Russo (2013, p. 31), “[...] uma terra melhor para esse fim, localizando-se esta a algumas léguas à frente, o que acarretou o surgimento da Fazenda Serra de Baixo, por volta de 1870 [...]”, tendo o major, posteriormente, denominado essa sua nova terra como *Serra dos Aimorés*.

O desbravamento e a colonização da região que originou o atual município de Boa Esperança teve início com a formação de fazendas por familiares do major Cunha. A Fazenda Boa Esperança, por exemplo, foi fundada por volta de 1876 pelo coronel Matheus Gomes da Cunha, enquanto que a Fazenda Terra Roxa foi fundada pelo também major José Gomes Sodré, seu cunhado.

Abrindo picadas na mata e alcançando as terras da parte central do extremo-norte, a meio caminho entre o litoral e a Serra dos Aimorés, a abertura da fazenda Serra de Baixo criou as condições para a locação, em 1892, de imigrantes italianos. Esta fazenda tornou-se a sede do povoado *Serra dos Aimorés*, assim e posteriormente denominado pelo próprio major, e passa, por algum tempo, a ser conhecida como Barracão, em função da construção de um barracão para abrigar as famílias de imigrantes italianos. Recebeu, em 1894, o nome de Aimoreslândia e, depois, por injunções dos próprios imigrantes italianos, o nome de Nova Venécia.

A chegada desses imigrantes italianos resultou da intervenção do major Antonio Rodrigues da Cunha, Barão de Aimorés a partir de agosto de 1889, junto às autoridades consulares italianas em Vitória, afirmando-se, a respeito desse fato, que

O Comendador Reginaldo Gomes da Cunha, comerciante importante no Rio de Janeiro e de muitas amizades na Corte, estimulou a Antonio Rodrigues da Cunha, O barão dos Aymorés, nessa época Major da Guarda Nacional (1887), a ir ao Consulado da Itália onde conseguiu que parte dos imigrantes italianos destinados ao Espírito Santo viessem para São Mateus (NARDOTO, 2000 *apud* RUSSO, 2013, p. 34-35).

Alguns desses imigrantes, aqui chegados por iniciativa do Império e, portanto, destinados ao núcleo de iniciativa governamental de Santa Leocádia, fundado em 1888, foram criminosamente iludidos e desviados para a sua própria fazenda pelo Barão de Aimorés. Recriminando a conduta do *Barão* neste episódio, em decorrência do qual a colônia de Nova Venécia, de iniciativa particular, como afirmou Derenzi (1974, *apud* Russo, 2013, p. 34),

[...] não recebeu imigrantes diretos da Itália [...]. Os imigrantes que lá se estabeleceram foram desviados ao chegarem no porto de Vitória e criminosamente iludidos. Parte de seus primeiros moradores foram levados pelo Dr. Constante Sodré e pelo Barão de Aimorés, este para sua longínqua Fazenda Serra de Baixo (DERENZI, 1974 *apud* RUSSO, 2013, p. 34).

Essas foram, além da fundação de Boa Esperança em 1876, as tentativas capixabas de ocupação e colonização daquele território a partir de São Mateus, através, inicialmente, da colônia de Santa Leocádia, nas últimas duas décadas do século XIX, com imigrantes brasileiros e estrangeiros, a maior parte de origem italiana, sabendo-se que

Em 1888 chegou [sic] ao Porto de São Mateus os primeiros imigrantes compostos por cerca de 50 famílias de italianos. Elas foram encaminhadas para os lotes demarcados no vale do córrego Bamburral, para a formação do núcleo de Santa Leocádia, uma iniciativa do Governo Imperial (RUSSO, 2013, p. 34).

Torna-se conveniente registrar aqui que a distância entre o núcleo Santa Leocádia e São Mateus era de, aproximadamente, 24 km no sentido oeste, e que os núcleos de Nova Venécia e de Boa Esperança distavam, respectivamente, 69 e 59 km do litoral e, portanto, estavam situados praticamente a meio caminho entre o litoral e a Serra dos Aimorés, registrando-se que, destes núcleos até a mencionada

serra, a densa floresta permaneceria praticamente intocada por, pelo menos, mais quarenta anos, contados do início do século XX.

Esses sucessos demonstram que o extremo-noroeste e também o extremo-norte do Espírito Santo não eram regiões totalmente desconhecidas, como afirmam alguns autores, constituindo-se em uma contraposição a conclusões ainda hoje firmemente estabelecidas, além de demonstrar, também, que a posteriormente denominada e temida *invasão mineira* não estava configurada até o início do século XX, e que, por esse tempo, as relações com Minas Gerais não se constituíam como qualquer tipo de ameaça aos interesses do Espírito Santo.

Muito pelo contrário, havia por parte dos governantes do Espírito Santo e, também, por iniciativa das administrações oligárquicas do município de São Mateus, uma efetiva política de cooperação e, até mesmo, uma tentativa de atração dos mineiros para que viessem exercer atividades comerciais no território capixaba, franqueando-lhes, inclusive, o porto da cidade de São Mateus.

A propósito dos receios capixabas quanto a uma hipotética invasão mineira, cultivada e ainda presente no imaginário capixaba, conviria acompanhar, com Dean (2002), algo da trajetória desse destacado personagem que foi Teófilo Otoni, o qual, como vimos, deixou sua marca, inclusive, na história do Espírito Santo. Suas atividades na colonização do vale do Mucuri, integrando a região do chamado *Peçanha*, objetivavam, também, a procura de uma saída para o mar, mas utilizando aquele rio como via de navegação. Como afirma Dean (2002),

Em 1852, Teófilo Otoni, uma figura política visionária, caindo em desgraça na corte por haver participado da rebelião liberal de 1842, *exilou-se no vale do rio Mucuri, onde colocou em prática um plano de acesso ao mar ao norte de Minas Gerais*. Organizou uma companhia de transporte hidroviário e rodoviário e, associado a ela, *fundou um povoamento em um dos afluentes do Mucuri*, no terreno onde hoje está a cidade que leva seu nome. Ele a chamou de Filadélfia, em homenagem ao princípio adotado na colônia Quaker da Pensilvânia de coexistência com os indígenas (DEAN, 2002, p. 173, grifo nosso).

Otoni, dessa forma, a par da cooperação com as autoridades capixabas e à frente da sua Companhia do Mucuri, também tentava alcançar o mar através do

próprio território mineiro, através do próprio rio Mucuri, o qual deságua no Atlântico, na região sul da Bahia.

É a partir da meação da década de 1920 e em outro contexto, um cenário de disputas mais agudas entre o Espírito Santo e Minas Gerais, que ocorrem, inclusive, choques entre as forças policiais de ambos os Estados. Surge, nesse contexto, a partir de 1924, e ampliada em 1943, uma proposta mais consistente, como veremos no item seguinte, de uma política de ocupação, pelos capixabas, tanto do norte quanto, em particular, do noroeste do Estado, no sentido de firmar o exercício da jurisdição capixaba sobre aquela parte do território disputado por ambos os Estados.

Assim é que, mesmo tardiamente, o governo do Espírito Santo, objetivando intensificar a ocupação da aludida região, havia iniciado, em abril de 1926, a construção de uma ponte no município de Colatina, inaugurada em junho de 1928. A ponte permitiu superar a difícil travessia do então caudaloso Rio Doce e facilitar a ocupação com naturais do Estado, os descendentes de imigrantes provenientes da sua região sul. Ainda que o processo de ocupação tenha se iniciado antes da inauguração da ponte, Pontes (2007) afirma que

[...] a travessia do rio Doce constituiu-se em uma das grandes dificuldades, que apenas foi superada com a construção da ponte de Colatina, em 1928. A partir de então a região começou a ser povoada por capixabas atraídos pelas imensas riquezas do território, procedendo do sul para o norte. Simultaneamente, Minas Gerais começou a povoar partindo do interior de seu território rumo ao litoral, transpassando a Serra dos Aimorés e avançando território adentro até ocupar uma larga faixa de terras que o Espírito Santo julgava lhe pertencer (PONTES, 2007, p. 90).

Em contraposição à frente mineira de expansão e sua marcha para o leste, foi iniciada a organização da frente capixaba de colonização sendo que, como primeira providência concreta nesse sentido, como informa Ribeiro (1996, p. 94), “[...] durante o Governo do coronel Nestor Gomes (1920-1924) foi criada a Companhia Territorial de Colonização para o Norte do Rio Doce [...]”.

As atividades dessa companhia de colonização, como se depreende, foram iniciadas antes mesmo dos governos de Florentino Avidos (1924-1928) – neste governo foi iniciada e inaugurada a ponte sobre o Rio Doce em Colatina -, Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), do interventor João Punaro Bley (1930-1943), e

muito antes, também, do chamamento *jonista*, um derivativo do nome do interventor Jones dos Santos Neves (1943-1945), para a ocupação de toda a região ao norte do rio Doce, o chamado norte do Estado. Este chamamento, como já vimos, foi anunciado ainda em 1943 e denominado, pelo próprio Santos Neves, como *Marcha para o Oeste*, denominação que, certamente refere-se, ainda que apenas formal e nominalmente, ao projeto de mesmo nome anunciado por Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo (1937-1945)<sup>9</sup>, um projeto que objetivava ocupar *vazios demográficos* mediante uma colonização baseada na pequena propriedade rural e que, de certa forma e paulatinamente, pudesse alterar o padrão de apropriação da terra caracterizado pela grande propriedade.

Apesar da sua natureza oligárquica, na concepção de Moreira (1998, p. 185), conforme veremos em detalhes mais adiante, a *Marcha para o Oeste* seria, do ponto de vista das autoridades capixabas, um contraponto à hipotética ameaça mineira de ocupação do norte do Espírito Santo até o seu litoral, a partir da Serra dos Aimorés, serra que abrange desde a parte norte do município de Baixo Guandu, acima do Rio Doce, até os atuais municípios de Ponto Belo e Mucurici, praticamente na confluência das divisas do Espírito Santo, de Minas Gerais e da Bahia.

Cenário dos eventos estudados neste trabalho e encravado na zona do Contestado, o município de Ecoporanga era palco da ocupação por desbravadores mineiros, em sua grande maioria, capixabas e alguns poucos baianos, uma frente de expansão aqui compreendida como a primeira e característica forma de ocupação do território, avançando para uma região de fronteira. Ocupavam e trabalhavam corajosamente naquela região de terras assim chamadas devolutas<sup>10</sup>, aproveitando o hiato de jurisdição e de autoridade, por ausência do poder público tanto mineiro quanto capixaba.

---

<sup>9</sup> “O Estado Novo foi um período autoritário da nossa história, que durou de 1937 a 1945. Foi instaurado por um golpe de Estado que garantiu a continuidade de Getúlio Vargas à frente do governo central, tendo a apoiá-lo importantes lideranças políticas e militares”. Para maiores detalhes, ver : CPDOC/FGV: Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>>.

<sup>10</sup> Nos termos do art. 3º da Lei 601 /1850, terras devolutas são aquelas de domínio público e sem destinação pública específica. Modernamente considera-se que terras devolutas são terras sob domínio dos poderes públicos federal, estadual ou municipal, que não se encontram aplicadas em projetos públicos ou sob domínio particular e, em relação às quais, estes poderes determinam sua destinação, uso, cessão a particulares ou, ainda, para finalidades outras, em conformidade com a lei.

No final da década de 1940, estes desbravadores enfrentavam as dificuldades de uma área selvagem e inóspita, desmatando com métodos rudimentares e plantando culturas de subsistência. Estariam, em pouco tempo, como veremos no curso deste trabalho, nas mesmas circunstâncias nas quais estiveram os botocudos. Tornaram-se prisioneiros de um novo *bolsão*, o dos posseiros, cercados que foram pela expansão da atividade das madeireiras e, em seguida, pela implantação da pecuária, além da aparição de vários *grileiros*, após valorizada a terra, em razão do trabalho pioneiro dos posseiros. Este inescrupuloso aproveitador, o *grileiro*, é também conhecido como *parasita do posseiro*. Naquela região, logo depois que os posseiros “[...] fizeram sua ‘aberta’, povoaram e colonizaram tudo isto, domando a natureza e produzindo para o nosso país. Aí veio o grileiro. Porque [...] o grileiro é o parasita do posseiro (PEREIRA, 1988, p. 123)”.

Com a chegada de um número cada vez maior de posseiros desde o leste de Minas Gerais, ocorre, principalmente na década de 1940, a ampliação da fronteira agrícola capixaba, com a construção de estradas e a ampliação do processo de ocupação de todo o noroeste do Espírito Santo, o qual conduz à fundação de povoados, vilas e, posteriormente, cidades. Ao mesmo tempo, e em relação ao avanço da frente migratória proveniente do sul do Estado, integrada por descendentes dos imigrantes italianos e pomeranos, conforme constataram Borgo; Rosa e Pacheco (1996, p. 102), “[...] a extração de madeira precedia o avanço da frente do café: as matas eram derrubadas, novas cidades cresciam ao lado das plantações [...]”.

Tal crescimento e prosperidade, no entanto, ocorriam apenas quando as novas cidades resultavam de povoamentos fundados principalmente por cafeicultores. Sobre o avanço da frente madeireira, a progressão da ocupação e as atividades econômicas desenvolvidas na região, informa Dias (1984) que,

Acabada a madeira em um local, a frente madeireira deslocava-se para outro, mais adiante, deixando um rastro de estradas, casas, povoações. Estas se consolidaram e atingiram o estágio de vilas e cidades, quando o surto seguinte foi o cafeeiro, ou estagnaram, quanto a atividade seguinte foi a pecuária (DIAS, 1984, p. 12).

O processo de ocupação, pelos capixabas, com o avanço das frentes de colonização, foi resultado, em última análise, da atuação pioneira da *Companhia Territorial de Colonização para o Norte do Rio Doce*, iniciada ainda em 1924. Todavia, a ocupação do norte receberia, pelo menos no discurso, um novo componente no ano de 1943. Trata-se da já mencionada *Marcha para o Oeste*, cuja convocatória será estudada e terá estabelecidos os seus significados no tópico seguinte.

### 1.3 O INTERVENTOR SANTOS NEVES E A MARCHA PARA O OESTE

Neste tópico estudaremos, além de aspectos dos antecedentes históricos, um conjunto de medidas tomadas pelos governantes capixabas, principalmente a partir das décadas de 1930 e de 1940, no sentido de efetivar o povoamento e a colonização do norte, da sua então região noroeste e, em particular, a do extremo-noroeste, região na qual, especificamente, ocorreram os fatos e conflitos que são objeto deste estudo.

As iniciativas capixabas de povoamento da região norte do Espírito Santo, no entanto, começaram efetivamente a ser desenvolvidas a partir da década de 1860, com a fundação de fazendas de gado e de café e, também, com a tentativa de colonização com imigrantes italianos nos núcleos de Santa Leocádia, em 1888, e de Nova Venécia, em 1892, conforme já salientado.

No entanto, as tentativas de ocupação ganham impulso a partir da década de 1920, notadamente a partir do período da administração do coronel Nestor Gomes (1920-1924), com a criação da *Companhia Territorial de Colonização para o Norte do Rio Doce*, e atravessam os períodos dos governos estaduais posteriores.

Já na década de 1940, as iniciativas de ocupação efetivadas por capixabas acabam por afigurar-se como uma real contraposição, não obstante nunca declarada, a uma hipotética *invasão mineira*, o antigo e constante deslocamento de mineiros em direção ao litoral capixaba, conforme estudamos no tópico anterior, deslocamento denominado, neste trabalho, como *Marcha para o Leste*.

A par da *Marcha para o Leste*, registre-se aqui, que desde os primórdios da colonização do Espírito Santo, como afirma Pontes (2007, p. 30), “[...] a escassa população capixaba concentrou-se exclusivamente no litoral, temendo as constantes agressões de índios bravios e os inimigos da metrópole (os franceses e holandeses) que assolavam a costa [...]”.

Através do trabalho de Pontes (2007) é possível constatar que, em 1749, a população de toda a Capitania era de apenas 9.446 habitantes, tendo demorado 64 anos para que aquele número fosse duplicado, apontando o recenseamento realizado em 1813 a existência de 18.807 habitantes. Mesmo verificando-se grande crescimento demográfico de 1813 até 1940, com a população do Estado saltando de 18.807 para 758.475 habitantes, de acordo com os resultados do censo de 1940, a população capixaba, mesmo assim, continuava concentrada na região sul e, nesta, equilibradamente distribuída, com expressiva ocupação tanto no litoral quanto no interior. O norte, constituído por toda a região situada acima do Rio Doce, com uma reduzida e praticamente litorânea população, apresentava, ainda, extensas áreas desocupadas, notadamente a região compreendida entre Nova Venécia e a Serra dos Aimorés, conforme anteriormente estudamos.

Sobre a relação entre a população do sul e a do norte do Estado, e no sentido de justificar a conclamação para a ocupação do norte e a integração da região ao conjunto do estado do Espírito Santo - uma marcha em direção ao norte, não precisamente a oeste -, assinalou o interventor Jones dos Santos Neves (1943-1945), em discurso proferido no mês de abril de 1943 na cidade de São Mateus:

Para uma área de 23.221 km<sup>2</sup>, com uma população de 699.713 habitantes, situada ao sul do Rio Doce, dispõe o Estado de uma região com 21.463 km<sup>2</sup>, em sua zona norte, povoada apenas por 58.762 habitantes, segundo o recenseamento de 1940 (NEVES; ACHIAMÉ; NEVES, 2002, p. 48).

Mesmo com a expansão da ocupação e colonização, no sentido oeste e até Nova Venécia, ocorrida nas duas últimas décadas do século XIX, dali em diante e até a Serra dos Aimorés, no extremo-noroeste propriamente dito, aquele território era constituído por uma região de densas florestas, da qual estava praticamente ausente o elemento colonizador. Esse vazio populacional foi assim definido por

Pontes (2007, p. 35): de “[...] Nova Venécia, cidade ‘boca de sertão’ resultante da lenta penetração pelo vale do São Mateus [...] subindo em direção à Serra dos Aimorés, seguia-se [sic] extensas e intransponíveis matas”.

O deslocamento de mineiros em direção à Serra dos Aimorés e às terras do vale do Mucuri, no sentido leste e em busca do litoral, provocava certas preocupações aos governantes do Espírito Santo. Por isso, a ocupação e a posterior colonização daquele enorme e relativamente desconhecido território colocava-se na ordem do dia. O primeiro obstáculo a ser vencido, no sentido de permitir tanto a chegada de colonos quanto o escoamento das madeiras que seriam extraídas, consistia na, até então, quase impossível travessia do Rio Doce em escala desejável e necessária.

Separando as regiões do Espírito Santo, conforme Borgo; Rosa e Pacheco (1996, p. 64), “[...] o rio Doce era o limite natural entre o norte de terras devolutas e o sul em processo de colonização [...] (*ibid.*, p. 64)”, sendo que a região norte era constituída por uma vasta área, despovoada e improdutivo. Agregam, ainda, (*ibid.*, p. 68) que são “[...] personagens desbravadores desse cenário o agrimensor, o posseiro/proprietário e o madeireiro, que têm como pano de fundo as serrarias e os exportadores de madeira”.

Ainda no século XIX e objetivando o povoamento do norte e do extremo-noroeste, o governador Moniz Freire (1892-1896), havia proposto, em rasgo futurista, a implantação de uma estrada de ferro ligando São Mateus à Serra dos Aimorés. No entanto, foi apenas no governo de Florentino Avidos (1924-1928) que o projeto de Moniz Freire recebeu algum alento governamental, com aquele governador anunciando a contratação da construção da mencionada estrada de ferro e de um ramal até Colatina.

Para transpor o rio Doce e interligar o sul ao norte, foi projetada, construída e inaugurada uma ponte, a qual estava integrada ao projeto da estrada de ferro. Tal circunstância constitui-se, então, no primeiro projeto mais consistente no sentido de acelerar a ocupação do norte, desde o litoral até a Serra dos Aimorés, na divisa com Minas Gerais, através de estrada de ferro e tendo a ponte sobre o Rio Doce como

ligação entre as regiões sul e norte do Estado. Tratava-se, naquele contexto e segundo entendimento das autoridades capixabas, de uma real medida de contenção da *invasão mineira*, uma contraposição à alegada e temida ocupação, por parte dos mineiros, de territórios considerados capixabas.

Todavia, como vimos, mesmo antes da inauguração da ponte sobre o Rio Doce, já tivera início o processo de ocupação, pelos capixabas, da sub-região noroeste. Ainda no governo de Nestor Gomes (1920-1924), migrantes provenientes do sul do Estado, descendentes de imigrantes italianos, os chamados ítalo-capixabas, e os descendentes de imigrantes, notadamente pomeranos, os chamados teuto-capixabas, foram encaminhados para a região.

Desta forma foram colonizados com teuto-capixabas o vale de Vargem Alegre, Laginha do Pancas, Vila Valério e Vila Pavão. Por sua vez, os ítalo-capixabas, oriundos de Castelo, no sul do Estado, nas terras do rio São Domingos, assim como Vila Liberdade (hoje Marilândia) e Nova Itália (hoje Novo Brasil) e Rio Bananal (BORGOS; ROSA; PACHECO, 1996, p.74).

Também, um razoável número de imigrantes poloneses, trazidos pela Sociedade de Colonização de Varsóvia, foi, naquela mesma quadra, instalado na região de Águia Branca, nos contrafortes da Serra dos Aimorés. Estes desbravadores adquiriram lotes de terras por intermediação da já mencionada *Companhia Territorial de Colonização para o Norte do Rio Doce*, companhia essa que atuava com base na atividade de agentes de vendas contratados, logo mesmo da sua fundação, segundo Ribeiro (1996):

Quando da criação da Companhia Territorial, foram também contratados agenciadores para percorrer os diversos municípios do Estado com propostas de vendas de terras nessa nova e fértil região do Norte do rio Doce, sob condições bastante vantajosas (RIBEIRO, 1996, p. 94).

Não obstante, tal política de colonização restringia-se apenas às áreas adjacentes ao Rio Doce, na sua margem norte, quando muito alcançando São Domingos e São Gabriel, distantes de Colatina 44 e 60 km, respectivamente, nunca chegando, por exemplo, ao município de Ecoporanga, no extremo-noroeste, palco das futuras e violentas disputas por terras que são objeto desse estudo.

Este é o contexto no qual ocorre o chamamento de Jones para a denominada *Marcha para o Oeste*, um discurso de ordem geral, ainda que com palavras adocicadas e sem diretivas mais precisas, o qual não estava assentado em resoluções democráticas. Muito pelo contrário, tratava-se de uma modernização desde o alto, autoritária, portanto, através de diretivas enquadradas no contexto do regime autoritário, o Estado Novo (1937-1945), vigente naquele momento, o qual tinha como instrumentos legais, por exemplo, a edição de decretos-leis. Este instrumento, ainda que pouco democrático, em conformidade com o período, não chegou a ser utilizado por Santos Neves no sentido de conferir significados mais precisos à sua proposta.

Através das afirmativas e também das ambiguidades contidas em vários discursos de Santos Neves, é possível perceber que a sua compreensão sobre a integração física e econômica do norte do Rio Doce significava, além de ocupar a região, estender a jurisdição capixaba - principalmente a tributária -, sobre aquele território, a modernização do norte e o fim das disparidades regionais, mediante a penetração do capitalismo no campo com base na grande propriedade.

Tal visão apresenta pouquíssimas semelhanças com a *Marcha para o Oeste* de Getúlio Vargas, ainda que Santos Neves mencionasse a questão do crescimento dentro dos limites estaduais, por analogia com os objetivos getulistas de integração dentro das fronteiras do território nacional. Em contrapartida, a proposição jonista guarda bastante similitude com a visão de Juscelino Kubitschek (JK), na denominada *Operação Brasília*, surgida treze anos mais tarde, em função de que esta não propunha qualquer medida que, mesmo de leve, pudesse contrariar os interesses da elite agrária, desconsiderando por completo, tal qual Jones, os anseios de ascensão social do campesinato.

O discurso desenvolvimentista de JK, a exemplo do discurso de Santos Neves, abarcava a ideia de que o crescimento econômico, em JK, e a ocupação, em Jones, resolveriam, por si sós, a questão da ascensão social do campesinato. No *Plano de Metas* e na *Operação Brasília*, conforme Moreira (1998),

[...] Kubitschek não preconizou nem realizou nenhuma meta que intervisse diretamente na situação econômica e social das massas rurais. Seu

governo, por exemplo, deixou de tratar da extensão da legislação trabalhista ao meio rural, não propôs uma política de recolonização e muito menos lidou com o problema da reforma agrária (MOREIRA, 1998, p. 32).

Já no contexto da *Marcha para o Oeste* proposta por Vargas, a opção pela colonização por via da pequena propriedade tinha um objetivo bastante claro: elevar o nível socioeconômico dos camponeses, transformando-os em pequenos proprietários e consumidores da produção industrial. Além disso, esperava-se criar um novo padrão de ocupação territorial que progressivamente freasse e destruísse o padrão historicamente herdado, caracterizado pelo latifúndio. Desse modo, tal projeto, como proposto por Getúlio Vargas, foi um programa de ocupação do território e de integração nacional, pensado segundo um projeto de desenvolvimento global, cuja prioridade era a construção de um parque industrial sustentado pela demanda interna.

A questão do mercado interno recebeu um tratamento completamente diverso por parte da administração JK. O *Plano de Metas e a Operação Brasília* buscaram ampliar o mercado sem necessariamente intervir na capacidade de compra da população rural. Ao contrário, visava apenas aproveitar um mercado pré-existente, ligando as diversas cidades do interior do Meio-oeste e Norte a São Paulo, através de um denominado *cruzeiro rodoviário*, conforme Moreira (1998, p. 30), “[...] Brasília e o ‘cruzeiro rodoviário’ foram primeiramente definidos como empreendimentos dinamizadores do interior brasileiro, que contaria, a partir de então, com uma nova rede de comunicação”. O objetivo de JK era substituir a produção manufatureira pela fabril, por meio da substituição do consumo de mercadorias manufaturadas por aquelas produzidas pelo setor industrial do Sudeste.

Apesar das imprecisões e dos insucessos da versão original da *Marcha para o Oeste*, a de Vargas, ela preconizou uma intervenção direta no *status quo* rural. Foi, por isso, um momento de intranquilidade para a oligarquia agrária, devido à sua postura crítica em relação ao latifúndio e aos debates paralelos que suscitou, especialmente aqueles que propunham a recolonização de áreas já ocupadas, ou seja, o debate mesmo sobre a reforma agrária. A *Operação Brasília*, no entanto, não levantava e nem mesmo abria a discussão sobre esta questão.

No entanto, do ponto de vista dos propósitos mais gerais – o desenvolvimento do interior –, existiam algumas semelhanças entre a *Operação Brasília*, de Juscelino Kubitschek, e a *Marcha para o Oeste*, de Getúlio Vargas. O mesmo não pode ser dito, no entanto, dos métodos e dos resultados concretos esperados com a operacionalização de uma e de outra. A conquista do Meio-oeste e do Norte proposta pelo governo Vargas fundamentou-se em um programa de colonização baseado na pequena propriedade e na organização cooperativa. Com Vargas, pela primeira vez, foi proposto certo ordenamento da questão agrária no país. Sobre a questão da propriedade e da elaboração de uma política agrária, no projeto Vargas,

A ideia de grandes propriedades latifundistas produzindo para exportação, tão arraigada entre as classes dominantes da República Velha, será em tese, transformada em uma política voltada para a constituição de uma política agrária, tendo como princípio a pequena e a média propriedade, com base em núcleos coloniais, com vistas à produção de alimentos e de matérias primas [...] (PRIORI, 2011, p. 12).

Ainda assim é conveniente frisar, não obstante, que a *Marcha para o Oeste* proposta por Vargas, direcionava-se para regiões consideradas como *vazios demográficos* e não se propunha, portanto, a recolonizar áreas já ocupadas ou a realmente realizar uma efetiva reforma agrária, ainda que, neste caso, suscitasse o debate sobre o tema.

A opção pela colonização por via da pequena propriedade tinha, portanto, um objetivo bastante definido, como já vimos, qual seja: o de elevar o nível socioeconômico dos camponeses, transformando-os em pequenos proprietários e consumidores de produtos industriais além de, esperava-se, criar um novo padrão de ocupação territorial que progressivamente destruísse, ou pelo menos freasse, o padrão caracterizado pelo latifúndio.

No Espírito Santo, a presença capixaba no extremo-noroeste deu-se segundo o modelo no qual fica explícita, como veremos mais adiante, a preferência governamental pela grande propriedade. A atividade da Delegacia de Terras de São Domingos, então um distrito do município de Colatina, constituiu-se em importante fator para a execução dessa política preferencial, atuando com morosidade e má-vontade com relação a pequenos requerentes, ocorrendo o inverso quando se tratava dos assim ditos grandes proprietários, grileiros na verdade.

Isso ocorria ao mesmo tempo em que o interventor Santos Neves (1943-1945) propunha a sua versão particular da *Marcha para o Oeste* e foi prática usual também nos governos seguintes, com Carlos Lindenberg (1947-1951), Jones dos Santos Neves (1951-1955), agora como governador eleito - com parte do período deste governo sendo exercido por Francisco Ataíde -, e Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1959), bem como nos dois governos subsequentes, o de Carlos Lindenberg (1959-1962) e o de Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966), ambos em segundo mandato.

As Delegacias de Terras despachavam os requerimentos de compra de grandes áreas feitos por notórios grileiros, os quais alegavam ser proprietários de outras vastas áreas requeridas e *regularizadas* principalmente na Delegacia de Terras da cidade de Carlos Chagas, em Minas Gerais. Tal prática cartorial era habitual em várias outras zonas de fronteira. Com relação à atuação dos cartórios e inspetorias de terras no Paraná, por exemplo, constatou-se que

[...] os posseiros sempre tiveram o cuidado de solicitar a regularização das posses que dominavam [...] encaminhando os necessários requerimentos dos pedidos de terras visando ao efetivo direito sobre elas. Esses requerimentos nunca foram considerados pelos órgãos responsáveis pelas terras [...] (PRIORI, 2011, p. 12).

Diferentemente da proposta de Vargas, mentor político do então interventor no Espírito Santo, a marcha proposta por Santos Neves, no sentido da ocupação e exploração das terras ao norte do Rio Doce, privilegiava a penetração do capitalismo no campo e, ao mesmo tempo, privilegiava a grande propriedade territorial rural, favorecendo o padrão oligárquico de apropriação da terra, na precisa definição de Vânia Maria Losada Moreira (1998), ao estudar a chamada *Operação Brasília*.

Santos Neves, na questão da propriedade da terra, tinha concepções muito assemelhadas às de JK, o qual, segundo Moreira (1998, p. 185), “[...] não propôs, ademais, nenhuma política de colonização e de reforma agrária [...], estimulando o padrão oligárquico de apropriação do território nacional”. A *Marcha para o Oeste*, na versão *jonista*, por não propor alteração quanto ao padrão vigente na questão da propriedade da terra e, por isso, não significar qualquer risco para grileiros e

latifundiários, tem natureza semelhante à *Operação Brasília*, a qual, ainda de acordo com Moreira (*ibid.* p. 185), “[...] não representava, portanto, nenhuma ameaça ao setor rural [...]”, agregando a mesma autora que, por sua natureza, “[...] Brasília [*a Operação*] não foi apenas a nova Marcha para Oeste, mas sobretudo a marcha oligárquica para o Oeste [...]”, por favorecer a formação de novos latifúndios.

Na *Marcha para o Oeste*, versão Santos Neves, o avanço do capitalismo, a par com a manutenção, a ampliação ou a implantação da grande propriedade rural, exprime a convivência do moderno e avançado com o antigo e atrasado. Aqui, por moderno e avançado deve compreender-se o capitalismo e sua expansão sobre a fronteira e, por antigo e atrasado, a estrutura da propriedade da terra, o latifúndio, uma herança do período colonial. Tal modelo guarda certas semelhanças com o *ornitorrinco*, na abordagem de Francisco de Oliveira (2003): no caso do animal, um híbrido que tem características da combinação de um mamífero, o mais avançado na escala evolutiva, com algo mais atrasado, o anfíbio.

Na versão jonista, é essa forma de convivência entre o moderno e o antigo que exprime, segundo Oliveira (2003, p. 7), “[...] o ‘transformismo’ brasileiro, forma da modernização conservadora, ou de uma revolução produtiva sem revolução burguesa [...]”, acrescentando o mesmo autor que o traço “[...] específico da revolução produtiva sem revolução burguesa era o caráter ‘produtivo’ do atraso como condômino da expansão capitalista (*ibid.*, p. 7)”.

Todavia, os posseiros, inseridos em distinto modo de produção, o pré-capitalista, e praticando a *economia do excedente*, como veremos em detalhe mais adiante, desenvolveram, *a posteriori*, vigorosas ações de resistência, obstaculizando de forma significativa e por muitos anos, o projeto de liquidação das posses e das pequenas propriedades e, ao mesmo tempo, de afirmação da grande propriedade, como, anos mais tarde, viria realmente a ocorrer de forma quase absoluta.

É no padrão da grande propriedade rural que se configura a presença dos capixabas no extremo-noroeste, desde a chegada mesma da frente madeireira. No entanto, fato da maior importância neste estudo, pelos seus desdobramentos, é que tal frente, com o significado de avanço do capitalismo em áreas de expansão de

fronteiras agrícolas, após progredir em direção ao norte por cerca de vinte anos, acaba por defrontar-se com uma modalidade de colonização em moldes pré-capitalistas já existente na região. Nesta modalidade, a atividade produtiva era organizada e executada com base no trabalho individual e no trabalho familiar. Na definição de modo de produção, neste caso pré-capitalista, distinta do modo não-capitalista, considere-se, como afirma Martins (1986, p. 2), que “[...] a concepção nuclear de modo de produção [...] é a do modo historicamente determinado de exploração da força de trabalho no processo de produção [...]”. Com relação à definição do modo de produção inicialmente imperante na fronteira, Foweraker (1982) afirma que

A economia da fronteira não é originalmente capitalista; pelo contrário, é caracterizada por uma produção pré-capitalista e relações de mercado ocasionais. Assim, a transformação do “ambiente natural” de uma região de fronteira numa “sociedade produtiva” traduz a transição das relações pré-capitalistas para as relações capitalistas (FOWERAKER, 1982, p. 58).

Tal modo pré-capitalista de organização da colonização, no extremo-noroeste, é característico da ocupação pela corrente migratória do leste de Minas, ausentes aí, antes da década de 1950, a frente pioneira, de natureza capitalista, tanto a frente madeireira quanto a frente da pecuária. No Espírito Santo ocorreu exatamente a circunstância de que a frente pioneira avançou sobre territórios já ocupados pelo deslocamento populacional nas condições da expansão da fronteira agrícola, a denominada frente de expansão. A respeito dessa diferenciação entre frente de expansão e frente pioneira, afirma Martins (1997), que a

[...] informação histórica que hoje se tem sobre a frente de expansão e a frente pioneira sugere que a primeira foi a forma característica de ocupação do território durante longo período. Começou a declinar com a chamada Marcha para Oeste, em 1943, e a intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos típicos agentes da frente pioneira sobre territórios novos, em geral já ocupados por aqueles que haviam se deslocado com a frente de expansão (MARTINS, 1997, p. 178).

Assim, o avanço da frente pioneira e, por assim dizer, capixaba, por avançar sobre territórios já ocupados, acabará por provocar grandes conflitos na sociedade que se ia construindo nos ermos da Serra dos Aimorés, conflitos nos quais se manifestam os movimentos de resistência camponesa, no nosso estudo, o Movimento de Cotaxé.

As concepções do interventor Santos Neves (1943-1945)<sup>11</sup> e sua proposta de ocupação do norte, a *Marcha para o Oeste*, como ele a denominava, estão delineadas, no fundamental, em discursos proferidos no município de São Mateus, no dia 3 de abril de 1943, em Colatina, no dia 2 de maio de 1943, e novamente em Colatina, no dia 26 de setembro de 1943. Declarando, segundo Neves; Achiamé e Neves (2002, p. 49), que é “[...] dever indeclinável dos órgãos administrativos do Estado integrar, definitivamente, o norte do Rio Doce na comunhão econômica do Espírito Santo [...]”, acrescentava que a ação governamental far-se-ia “[...] abrindo estradas, fomentando a produção, restabelecendo uma recolonização mais intensa, valorizando o elemento humano, provendo as suas necessidades e estimulando, enfim, o seu progresso [...]” (*ibid.*, p. 49”).

Todavia, a conclamação para a sua versão da *Marcha para o Oeste* não foi acompanhada de uma política de colonização, como já vimos, voltada para a ocupação dos *vazios demográficos* com base na pequena propriedade, como a *marcha* do seu patrono, Getúlio Vargas. Quando muito, mencionava certo plano de fomento à produção, voltado principalmente para a produção de café, e pomposamente apresentado como

Um bem delineado Plano de Fomento da Produção, levantado pelos órgãos técnicos do governo, já foi encaminhado ao Senhor Ministro João Alberto [...]. E será posto em prática este ano, na época oportuna do plantio, com o objetivo de estimular a produção rural de nossos campos (NEVES, ACHIAMÉ; NEVES, 2002, p. 52).

Em função desse hiato político-administrativo quanto à elaboração de projetos de colonização, a ocupação do extremo-noroeste continuava a ocorrer fundamentalmente através da chegada de posseiros provenientes do leste de Minas Gerais. Assim ocorria a denominada *invasão mineira* na área litigiosa, a execução do suposto plano de ocupação voltado para o litoral capixaba. No entanto, chegados os posseiros, os *invasores*, logo em seguida apareceriam os *grileiros* portando alegados títulos de propriedade obtidos em cartórios, não por acaso, também de

---

<sup>11</sup> Houveram dois governos de Santos Neves. O primeiro deles, na forma de interventoria, ainda durante o Estado Novo, de 1943 até 1945, e o segundo, como governadoria, neste caso com o governador Santos Neves sendo eleito para o período 1951-1955.

Minas Gerais. O registro nos cartórios de Minas é, seguramente, decorrência da dualidade de jurisdição, manhosamente aproveitada por potentados mineiros.

A versão jonista da *Marcha para o Oeste* parecia, assim, mais um jogo de palavras que propriamente a tomada de medidas práticas em relação à ocupação do extremo-noroeste, devendo ser relativizada, portanto, a sua caracterização como política de colonização. A frente madeireira, que significava avanço do capitalismo, marca sua presença nas áreas já povoadas do extremo-noroeste e nas quais predominavam pequenas posses e pequenas propriedades, alcança a região na meação da década de 1950, pouco após a debacle do *Estado União de Jeovah*.

Assim, aquela parte do território capixaba localizada ao norte do Rio Doce, quase metade da área total do Estado, e sua integração na *comunhão econômica do Espírito Santo*, por ausência de um projeto de ocupação e de colonização, malgrado as diretivas genéricas do interventor Santos Neves, acaba por ser objeto do interesse de madeireiros e grileiros, muitos dos quais pecuaristas, os quais, em frente-única, tentam, através do uso da violência, expulsar posseiros e pequenos proprietários.

A ocupação do extremo-noroeste, como foi delineada na *Marcha para o Oeste*, traz as indelévels marcas do avanço do capitalismo por intermédio das frentes madeireira e pecuária, as quais tinham notórios grileiros de terras devolutas como frente avançada, a garantia, quanto à estrutura da propriedade da terra, da prevalência da grande propriedade, o chamado padrão oligárquico de apropriação, e a mais que evidente ausência de projetos de colonização com base na pequena propriedade. Assim, o Estado, na mediação dos conflitos, colocava-se ao lado dos grandes proprietários, os quais desenvolviam uma política agressiva, baseada no uso da violência, contra aqueles setores sociais que constituíam como entraves aos seus projetos.

Desta forma, pode-se concluir que a *Marcha para Oeste*, como proposta por Santos Neves, pouco tem a ver com a *Marcha para o Oeste* proposta por Getúlio Vargas. Este propugnava, como já vimos, um projeto de colonização e de organização de cooperativas a ser implementado nos chamados *vazios*

*demográficos*, com base na distribuição de pequenas glebas, com o objetivo de formar uma camada de pequenos proprietários e induzir a criação e/ou a ampliação do mercado interno. Esses pequenos proprietários, além de prover a própria subsistência, através do plantio e da comercialização dos excedentes das suas safras, transformar-se-iam em potenciais consumidores de produtos da indústria nacional, propiciando, assim, a sua expansão. Assim,

A conquista do Meio-oeste e Norte proposta pelo governo Vargas fundamentou-se em um programa de colonização, baseado na pequena propriedade e na organização cooperativa. A Marcha para Oeste direcionava-se para regiões consideradas “vazios demográficos” e não se propunha a recolonizar áreas já ocupadas ou a realizar uma efetiva reforma agrária (MOREIRA, 1998, p. 184).

Não obstante, seria ainda necessária uma definição menos ambígua dessa categoria territorial vagamente definida como *vazios demográficos*, pois que ela estava sujeita a múltiplas concepções e entendimentos. Na verdade, os chamados vazios demográficos eram, na Serra dos Aimorés, como vimos, território já ocupado.

Os discursos de Santos Neves não fazem qualquer referência a políticas pelo menos assemelhadas às de Getúlio Vargas. Nada há neles sobre a locação de camponeses em projetos de ocupação de pequenos lotes de terras ou mesmo de organização de cooperativas.

Santos Neves fala de apoio técnico e financeiro, da presença do Estado não apenas como prestador de serviços na área do judiciário e do aparelhamento do fisco. Menciona a necessidade da presença estatal mediante a construção de estradas, escolas, hospitais e ambulatórios. Sua *cantilena* sobre a inserção do norte ao desenvolvimento que já se verificava ao sul do Rio Doce, carece de sentido objetivo e estão, em conteúdo, muito mais próximas dos projetos de ocupação do período JK, inseridos no projeto de interiorização da capital Brasília.

Assim, tal conceituação decorre do fato de que o *Plano de Metas* e a chamada *Operação Brasília* não contemplavam, de forma alguma, um projeto de colonização. Tratava-se, na verdade, de possibilitar a expansão das fronteiras agrícolas mantendo a forma tradicional de propriedade, da grande propriedade, os latifúndios

produtivos e improdutivo, bastante semelhante aos simples chamamentos de Santos Neves, não propriamente diretivas, sobre a ocupação do norte do Espírito Santo.

Coincidentemente, a política fundiária dos sucessivos governos, a partir do período do interventor Santos Neves (1943-1945), em nenhum momento propôs a colonização do extremo-noroeste com base na pequena propriedade ou a legalização das posses daqueles que lá já estavam instalados há vários anos. A atuação da Delegacia de Terras, localizada em São Domingos, extremamente morosa e demonstrando extraordinária má-vontade em relação a requerimentos de pequenos solicitantes, além de outras dificuldades que estes enfrentavam com relação a custos e à grande distância a percorrer, em nada facilitava o processo de titulação de pequenas glebas. Muito ao contrário, esses requerimentos eram ignorados, não recebendo, na maior parte dos casos, os devidos provimentos e andamentos.

Ainda que seja muito difícil obter o título de propriedade, até mesmo pela grande distância a percorrer para alcançar as repartições oficiais, Foweraker (1982) observa que, obrigatoriamente, “[...] o posseiro deve requerer à administração estadual ou federal a fim de obter o título à terra, porém isso vem a ser quase impossível para o lavrador camponês sem recursos, desconhecedor dos meandros burocráticos, e analfabeto [...] (FOWERAKER, 1982, p. 154)”. Abordando a mesma questão, em relação à área de Cotaxé, o pesquisador Pontes (2007) assevera, referindo-se ao processo de aquisição de terras devolutas, que “[...] os trâmites necessários à alienação de áreas devolutas não impediram que a ocupação de expressiva porção de áreas produtivas continuasse a ficar restrita à elite capixaba (PONTES, 2007, p. 85)”.

Tais dificuldades não as enfrentavam os integrantes da elite e requerentes de glebas maiores. A política de privilegiar a tramitação rápida para a emissão de títulos de posse para requerentes de maior porte, ainda que as ocupações reais, grilagens na verdade, abrangessem áreas muito maiores que aquelas para as quais requeriam titulação, é demonstrada pelo tratamento proporcionado a Francisco Modesto de Menezes. Residente em Carlos Chagas (MG), Menezes, que se dizia proprietário,

sem apresentar documentos, de mais de 400 alqueires de terras, alegadamente requeridos na Delegacia de Terras daquela mesma cidade, requereu, junto à Delegacia de Terras de São Domingos, em novembro de 1954, a regularização de apenas 100 hectares, correspondentes a 20 alqueires. Em apenas trinta dias “[...] o encarregado de mediação envia um relatório ao delegado de Terras de São Domingos, garantindo que ‘a terra é devoluta, não está reservada para fins públicos [...]’ (DIAS, 1984, p. 65)”, tendo sido constatado que o título provisório de propriedade foi emitido pouco depois, em outubro de 1956.

Além disso, tal prática cartorial de denegar provimento a requerimentos de posseiros aparenta ser uma prática comum também em outros pontos do país, a exemplo do Paraná, onde os escritórios de terras, ainda que repetidas vezes solicitados a emitir títulos definitivos, mesmo pagas as taxas e emolumentos, recusavam-se a cumprir as próprias leis de terras estaduais.

Foi na região limítrofe entre o Espírito Santo e Minas Gerais, região do contencioso entre os dois Estados e conhecida pelo nome de *Contestado*, com área de pouco mais de 10.000 quilômetros quadrados, um *paraíso verde* na Serra dos Aimorés, que ocorreu o movimento camponês aqui estudado, movimento de natureza inicialmente sociorreligiosa, a partir do deslocamento de massas de deserdados em busca de melhores condições de vida.

Este deslocamento ocorre pela tomada de conhecimento de que existiam terras férteis em áreas devolutas na região cuja jurisdição era disputada por dois entes federativos, no mais das vezes ausentes e, por isso mesmo, carente de ambos, uma região de fronteira na qual imperava a violência, tanto a violência institucional quanto a violência informal.

Estudando a violência na região contestada, o pesquisador Wallace Tarcísio Pontes (2007) constatou com muita propriedade que, mesmo quando os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais estavam presentes, “[...] essa presença se fazia sentir mais na cobrança de taxas e impostos do que na disponibilização de serviços básicos às comunidades [...] (PONTES, 2007, p. 94)”. Acrescenta ainda Pontes

(2007): “[...] para que os Estados impusessem seus respectivos poderes de arrecadação, não poderiam prescindir de fortes aparatos policiais [...] (PONTES, 2007, p. 94)”, indicando, ainda, que tais nutridos aparatos eram um dos principais vetores da violência.

Na região do Contestado, a violência, ademais da origem em determinados setores do aparelho de Estado, tem origem fundamentalmente na questão social, independente do fato de que o aparelho estatal se posicione, via de regra, em favor da elite econômica e política. Destarte, foi no contexto do avanço da frente pioneira que ocorreu a necessária e providencial fusão, no contexto da expansão e penetração do capitalismo, dos interesses de madeireiros e de pecuaristas.

Ambos careciam de áreas de terras nas quais pudessem desenvolver suas atividades. Para consegui-las, uniram forças na tentativa de expulsar os posseiros, os *novos botocudos*: era a atuação da frente unida de madeireiros e pecuaristas. Ambos os setores atuavam no sentido de livrar a região dos incômodos plantadores de café e de lavoura de subsistência, a chamada lavoura branca, em suas pequenas posses. Para alcançar tal objetivo, contratavam jagunços e *bate-paus* e tratavam de corromper integrantes da polícia e do aparelho de Estado. Naquela região e na tentativa de expulsar os posseiros,

A indústria madeireira aliou-se aos latifundiários, numa luta comum, tentando usurpar as posses e benfeitorias camponesas. Para isso, com seu poder de compra, contrataram jagunços e corromperam, durante anos, a Justiça, a Polícia Militar do Espírito Santo e membros das administrações Jones Santos Neves, Carlos Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar (DIAS, 1984, p. 12).

Os choques entre posseiros e grileiros, que ocorreriam com maior intensidade no extremo-noroeste, particularmente no município de Ecoporanga, resultam, entre outras causas, como já indicado, das contradições entre os dois modos de produção presentes naquela área, o modo de produção capitalista, com a frente madeireira e a frente pecuária inseridas nesta perspectiva, e o modo de produção pré-capitalista, com posseiros e pequenos proprietários, estes praticando uma agricultura de subsistência e de eventuais relações com o mercado.

Naquela região de fronteira, os camponeses tinham a terra apenas como meio de produção ao qual agregavam, na maior parte dos casos, o trabalho individual, além do trabalho familiar e, de forma alguma, o trabalho assalariado. Não obstante, havia também setores interessados na terra enquanto bem de capital, outra racionalidade que explica, também, o deslocamento, para a fronteira, de açambarcadores de terras, acompanhados dos indefectíveis advogados e escritórios de advocacia, especialistas em transações comerciais com terras griladas. A *advocacia da fronteira* do Espírito Santo fez escola e sua presença chega a ser constatada, inclusive, em outras regiões do país.

A propósito da atuação de advogados nos conflitos em regiões de fronteira e narrando episódios de um conflito entre a Agropecuária e Industrial Rimacla Ltda., do estado do Paraná, e posseiros, Foweraker (1982) resumidamente descreve fatos muito semelhantes aos, por diversas vezes, ocorridos em Cotaxé:

O procurador público de Nova Iguaçu havia chamado a Polícia Militar – os proprietários locais pagaram à polícia para evacuar suas propriedades, tendo muitos posseiros genuínos, alguns de sete a dez anos no local, sido expulsos das terras. Os posseiros tiveram que se estabelecer outra vez, pagando pela terra aos arrendatários federais e corretores e *advogados do Espírito Santo* (FOWERAKER, 1982, p. 159, grifo nosso).

No que se refere à procura de terras, seu cultivo e efetiva produção e a relação entre a força de trabalho e meios de produção, Martins (1986, p. 19) assevera que “[...] no que se refere ao trabalhador, a sua força de trabalho só pode começar a funcionar produtivamente a partir do momento em que [...] se põe em contato com os meios de produção [...]”. Além disso, o conceito de força de trabalho deve, também em relação aos camponeses, ser compreendido como a capacidade, afirma Marx (1867, não paginado), que “[...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana”.

No caso em apreço, os choques de classe e a resistência camponesa ocorrem como expressão das contradições entre os setores sociais ligados ao modo de produção capitalista, madeireiros e pecuaristas, e o pré-capitalista, com posseiros e pequenos proprietários praticando agricultura de subsistência e comercializando excedentes, modo de produção que, no entanto,

[...] não pode ser classificado como economia natural, pois dela saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado. Trata-se de uma *economia do excedente*, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades (MARTINS, 1975, p. 45).

Os madeireiros e pecuaristas tinham, em Cotaxé, notórios grileiros de terras públicas como frente avançada, os quais, em frente unida, tentavam, a qualquer custo, expulsar posseiros e pequenos proprietários. Objetivavam, primeiramente, o desmatamento para a produção da matéria-prima da indústria madeireira, com vistas à construção civil e à exportação, combinando-o com a concentração da propriedade da terra, no sentido da introdução da pecuária extensiva como modalidade, ainda que muito atrasada, de atividade econômica.

Foi nesse contexto, o do avanço da frente pioneira capitalista, que se fundiram os interesses de grileiros, madeireiros e pecuaristas. O embate social originado pelo choque originado por esses dois modos de produção caracteriza-se como um embate de classes ou, segundo Foweraker (1982, p. 168), “[...] uma luta de classes, travada pela apropriação do excedente e pela apropriação da terra [...]”.

Ainda a propósito dos embates sociais, dos violentos choques e das resistências ou das revoltas camponesas e considerando algumas afirmativas presentes na historiografia de Eric J. Hobsbawm, Löwy (2002) assinala que

Para compreender essas revoltas, observa Hobsbawm, é preciso partir da constatação de que a modernização, a irrupção do capitalismo no campo, a introdução do liberalismo econômico e das relações sociais modernas significam uma verdadeira catástrofe para as sociedades camponesas tradicionais, um autêntico cataclismo social que as desarticula completamente [...] (LÖWY, 2002, p. 25).

As revoltas e as resistências camponesas seriam explicáveis em razão de que, com relação à aludida irrupção do capitalismo, tal fato, conforme Löwy (*ibid*, p. 25), “[...] é percebido por esses camponeses como uma agressão mortal ao seu modo de vida”.

Quanto à contradição entre os dois agentes sociais mais importantes e ao caráter que assumiu, posteriormente, a resistência camponesa em Cotaxé e

algumas similitudes com outros movimentos de resistência camponesa, o de Porecatu, no Paraná, e o de Trombas e Formoso, em Goiás, por exemplo, conviria considerar que, segundo afirma Priori (2011):

São esses, portanto, dois agentes sociais – posseiros e grileiros – os personagens de um dos mais importantes conflitos de terra (...). A presença desses grandes grileiros na região, que, por meio da polícia, de jagunços e de pistoleiros expulsavam e tomavam as terras dos posseiros, motivará a organização de uma resistência – que posteriormente se transformou em resistência armada – com o objetivo de defender as suas posses e benfeitorias (PRIORI, 2011, p. 13).

Em Cotaxé, a resistência, a tenacidade dos posseiros e sua insistência em permanecer na terra, obstaculizavam enormemente o avanço da frente capitalista, o avanço da indústria madeireira e a implantação da atividade pecuária. Os posseiros viam-se, agora, nas mesmas condições dos primeiros habitantes, os indígenas: passaram a ser considerados, também, como obstáculo ao progresso. Em razão disso, e em nome desse mesmo progresso, deveriam ser expulsos.

Aos madeireiros cabia a função de derrubar a floresta, desde a perspectiva capitalista do uso da madeira como insumo para construção civil e item de exportação, como já vimos. Diferentemente do período do Império, segundo Borgo; Rosa e Pacheco (1996, p. 36), “[...] já na República, desativada a construção de grandes navios de madeira, reverte-se a postura frente ao corte de madeiras e se incentiva a sua rápida exportação [...]”, agregando estes mesmo autores que, com a “[...] grande demanda de materiais de construção à base de madeira, acelerou-se o corte de árvores na região norte do Estado (*ibid.*, p. 16)”.

A ação dos madeireiros objetivava deixar desimpedida a área para que fosse, posteriormente, implantada a pecuária. Perante as autoridades, grileiros tentavam comprovar a titularidade através da apresentação de títulos de propriedade das terras devolutas já anteriormente ocupadas por posseiros, documentos esses forjados e obtidos de maneira mais que suspeita, originando-se nessa prática da *grilagem* os conflitos pela posse da terra. A violência, bem como a paralela reação dos posseiros, tinha origem no fato de que esses “[...] pretensos proprietários, portando títulos emitidos por cartórios de Minas Gerais – não raro, sem qualquer amparo jurídico – passaram a ameaçar e agredir os pioneiros, que não aceitavam a

validade daqueles documentos [...] (DIAS, 1984, p. 12)”. Era a apresentação de documentos falsos que caracterizava esses pretensos proprietários como simples e reles grileiros.

A violência contra os posseiros, praticada por jagunços e até mesmo por policiais, era exercida mediante “[...] ameaças, agressões físicas, espoliação de bens e atentados contra a vida [que] se sucederam cotidianamente no rastro da impunidade e da ausência quase completa do Estado (PONTES, 2007, p. 92)”. Acirram-se, dessa forma, os conflitos pela posse da terra e sua transformação em renhida luta política em razão de que posseiros, os pioneiros ocupantes de *posses* - camponeses que tomavam posse de glebas -, negando validade àqueles títulos, se recusavam obstinadamente a abandonar as suas terras e as benfeitorias. A origem da resistência camponesa e sua tenacidade pode ser também explicada pelo fato de que,

Como a terra é seu [único] meio de sobrevivência, os camponeses não podem capitular tão facilmente nessa competição desigual que enfrentam, agarrando-se à terra; daí a transformação do processo econômico de ocupação da terra numa luta política marcada pela violência (FOWERAKER, 1982, p. 44).

Tais violentos conflitos ocorriam em toda a zona do Contestado. Não obstante, ocorriam em nível mais agudo nos distritos de Estrela do Norte, Itapeba e Cotaxé, no município de Ecoporanga, com destaque para os ocorridos na chamada Fazenda Resende, em janeiro de 1962, fazenda ocupada por posseiros desde muitos anos.

Mesmo nas condições de império da violência, o final de década de 1950 marca o auge do deslocamento de camponeses sem terra, tangidos pelo latifúndio e premidos pela miséria, em busca de terras para plantar e colher. São oriundos, em sua maior parte, de Minas Gerais, alguns do próprio Espírito Santo e poucos do sul da Bahia. A ocupação da Serra dos Aimorés foi a saída vislumbrada por milhares de camponeses para praticar uma agricultura de subsistência e garantir a sua sobrevivência, pela razão de que, como afirma Foweraker (1982, p. 42), os “[...] camponeses vão para a fronteira em busca de terras para se estabelecer, e assim proverem sua subsistência”.

Com características de zona de fronteira, a Serra dos Aimorés deve ser, neste estudo, compreendida como sendo uma região na qual, como em todas as outras regiões de fronteira, imperam a violência e os choques sociais, uma região também marcada pelo

[...] aspecto trágico da fronteira, [que] se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no genocida desencontro de etnias e no radical conflito de classes sociais, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas sobretudo pelo *abismo histórico* que as separa (MARTINS, 1997, p. 15, grifo nosso).

Para uma ainda mais ampla compreensão do conceito de fronteira, pode-se acrescentar que ela, ainda segundo Martins (1997),

[...] é essencialmente o lugar da alteridade [...] é o lugar dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e camponeses pobres, de outro (MARTINS, 1997, p. 150).

Assim, a fronteira é uma região na qual, mais além dos embates de classe, é também a dos embates determinados pelas distintas temporalidades históricas nas quais estão inseridos os *diferentes entre si* e também os grupos étnicos e sociais que nela se fazem presentes.

Como vimos, o auge da ocupação dessa região de fronteira, a Serra dos Aimorés, a região do contencioso entre o Espírito Santo e Minas Gerais, ocorreu na década de 1950. No fundamental, eram camponeses provenientes de Minas Gerais que se deslocavam para aquela área.

Todavia, em 1945, aportou à região um cidadão baiano de pré-nome Udelino. Chamava-se, na verdade, Udelino Alves de Matos e chegara a Cotaxé em razão de ter recebido um convite para trabalhar como professor em uma das fazendas da região. Esse professor tinha o hábito de fazer prédicas com ditos bíblicos. Após encerrar sua atividade como *docente*, Udelino dedicou-se a um determinado projeto, em conformidade com as suas prédicas religiosas, o qual logo ganhou conotações de atividade com implicações de natureza política.

Sua proposição fundamental era a da construção de um Estado camponês que se situaria na Serra dos Aimorés, na região litigada pelo Espírito Santo e por Minas Gerais, o denominado Contestado. Tal Estado se chamaria *União de Jeovah* e, para a sua construção, Udelino mobilizou um razoável número de camponeses, fez diversas incursões pela arena política como, por exemplo, a organização de comícios, tomou providências para a montagem de um simulacro de organização estatal e, finalmente, passou atuar como o *coordenador* do *Estado União de Jeovah*.

Estudaremos, no capítulo seguinte, a chegada de Udelino, a tentativa de organização de *União de Jeovah* e o desfecho do *movimento jeovense*, quando *União de Jeovah* é desbaratado e liquidado por violenta ação da Polícia Militar do Espírito Santo, como veremos.

## CAPÍTULO 2: UDELINO ALVES DE MATOS E *UNIÃO DE JEOVAH*

### 2.1 – A CHEGADA E AS ATIVIDADES DE UDELINO, O PREGADOR VISIONÁRIO

Entre os migrantes chegados à região de Cotaxé, na década de 1940, estava Udelino Alves de Matos. Baiano, oriundo da região de Alagoinhas, no leste da Bahia, místico, bem falante e com certas luzes, sabia, inclusive, ler e escrever. Estava sempre vestido com uma fatiota preta, que lhe conferia um aspecto de seriedade, com bolsos largos o suficiente para transportar um exemplar da Bíblia Sagrada, a qual era sacada em todos os momentos que considerasse oportuno.

Sua chegada à região deu-se em razão de que um fazendeiro local, o também baiano José Ramos, havia construído uma escola para seus próprios filhos e os dos seus colonos. Este fazendeiro havia diligenciado, no sul da Bahia, a vinda de uma alfabetizadora para lecionar na sua escola. Ficou muito surpreso quando a ele apresentou-se, não uma professora, mas um professor, definido por Hasse (2002, não paginado) como “[...] um rapaz moreno, forte, falador, que gostava de rezar e carregava uma Bíblia no bolso [...]”, ou, em outra definição, de Vilaça (2002, não paginado), como “[...] um rapaz franzino, rezador, com jeitinho de padre [...]”, segundo declarou o próprio José Ramos. Foi por essa época que Udelino apresentou-se ao seu primeiro empregador, para trabalhar como professor na escolinha da fazenda. Ao mesmo tempo, no entanto, exercia variadas atividades, trabalhando até como braçal. O então fazendeiro José Paulo dos Santos, mais conhecido pela alcunha de Zé Vermelho, como informa Hasse (2000, não paginado)<sup>12</sup>, “[...] diz que se lembra do líder Udelino, pois certa vez lhe deu serviço – servicinho menor, na volta de casa”.

O pesquisador Vilaça (2002), percorrendo a região cerca de 40 anos após a passagem de Udelino, ainda encontrou vários moradores que com ele conviveram e que forneceram muitos e preciosos relatos sobre a sua forma de agir, vestir e pregar, e, principalmente, as formas que utilizava para cativar aquela gente sofrida. Os

---

<sup>12</sup> Artigo de Geraldo Hasse intitulado **Meus colegas lavradores**, que estava disponível no site do e-jornal Século Diário. Como este foi invadido em 2014, não sendo mais possível acessá-lo, este documento do arquivo pessoal deste pesquisador está disponibilizado no Anexo A deste trabalho.

relatos dos contemporâneos de Udelino permitiram, inclusive, a recuperação e remontagem de parte dos seus discursos nos eventos que organizava.

Traços marcantes do pregador eram a fala fácil e o hábito de fazer citações bíblicas em todas as oportunidades que surgissem, além de gostar de falar de Deus aos seus ouvintes. Udelino, afirma Hasse (2000, não paginado), “[...] gostava de rezar e carregava no bolso do paletó uma bíblia que sacava em momentos estratégicos, quando precisava calar a boca de alguém”.

Dessa forma começa a ser conhecido na região e a ser considerado, pelos deserdados da sorte, como um *arauto de Deus*, propondo a materialização da justiça divina através da construção do paraíso na terra, significando este a terra da abundância, da felicidade e da justiça, o paraíso naqueles ermos da Serra dos Aimorés. Isso encantava aqueles camponeses rudes, mas fortemente influenciados pela religiosidade presente no interior, os quais queriam apenas trabalhar e produzir para cuidar das suas famílias. Para esses camponeses, a terra era o horizonte, o seu luminoso objetivo, era a possibilidade de nela colher *leite e mel*. Essa era a idéia do paraíso para aquela gente simples e esperançosa. O Pai Eterno nos deu o paraíso, pregava Udelino, reforçando suas esperanças.

Afirmava ele que aquela região era uma parte do paraíso terrestre e que, por vontade de Deus, todos os que para lá emigrassem teriam direito a um pedaço de chão. Ele se sentia no direito, e até mesmo no dever, de fazer a divisão da terra em lotes, na forma como lhe parecia adequada e, quanto à distribuição dos lotes, segundo Vilaça (2002, não paginado), Udelino “[...] demarcava 4 alqueires para solteiro, 10 para família [...]”.

Udelino, como vimos, chegou à região da divisa entre o Espírito Santo e Minas Gerais na metade dos anos 1940 e teria, nessa época, pouco mais de vinte anos. Vilaça (2002) afirma que ele, já em 1945, pouco antes da derrocada do Estado Novo (1937-1945), deslocou-se em direção ao Rio de Janeiro, numa primeira tentativa de ser recebido por Getúlio Vargas, o *pai dos pobres*, como Getúlio era conhecido e decantado em prosa e verso, inclusive pelo próprio Udelino.

No entanto, em virtude da deposição de Vargas, ainda em 1945, Udelino teria voltado cabisbaixo, mas pouco tempo depois, recuperado, retomava as suas atividades habituais. Afirma Vilaça (2007) que, após o retorno, depois de quase chegar ao final do destino na mal sucedida viagem, “[...] Udelino continuaria a receber e localizar posseiros, que chegavam em levas do Sul [sic] da Bahia e do Leste [sic] mineiro [...] (VILAÇA, 2002, p. 16-17)”.

Aqui, registre-se o fato de que Udelino, já nessa época, demonstrava uma grande habilidade para atuar no campo da política, aliada a uma boa dose de perspicácia, como veremos, buscando e explorando os canais apropriados e específicos desta área de atividade, no sentido de encaminhar politicamente, e logo no mais elevado dos níveis de governo, a presidência da República, os pleitos dos posseiros da região de Cotaxé.

Ousado e articulador competente, segundo relatos dos seus contemporâneos, e ainda que aparentasse certa inocência, Udelino aliava sua incomum perspicácia política e seu excepcional senso de oportunidade à sua simplicidade natural, nunca perdendo esta característica, a qual corriqueira e muito naturalmente demonstrava. Seu discurso, quando passa a se dedicar exclusivamente à sua atividade de pregador e de agitador social, por isso mesmo, era simples, direto e ousado.

Sua proposta aos “colegas lavradores” para chegar ao paraíso era simples e ousada: naquela terra de ninguém, onde fazendeiros, jagunços, posseiros, grileiros e polícia decidiam a sorte no grito e na bala, todos deveriam unir-se em torno dele, redividir as fazendas, defendê-las com suas próprias armas e, simplesmente, parar de pagar os impostos (HASSE, 2002, não paginado).

Ocupar a terra e não mais pagar impostos, eram os explosivos lemas de Udelino, aqui apresentando certas semelhanças com Antônio Conselheiro, em Canudos. Terra para plantar e colher, figuradamente e no imaginário camponês, uma terra que *manava leite e mel*, na perspectiva do profetismo e do messianismo, era o que prometia Udelino àquela massa de crédulos esperançosos.

Sua fala era convincente e sua proposta de criar um novo Estado camponês naquela região duplamente abandonada tanto pelo governo de Minas Gerais quanto pelo do Espírito Santo, granjeava-lhe admiração e respeito por parte dos posseiros:

prometia a construção do paraíso naqueles ermos, pregava a justiça e o direito de ocupar a terra para nela trabalhar. Pouco tardou para conseguir muitos e fieis seguidores, premidos pela necessidade e encantados com o discurso libertário daquele *doublé* de místico bem-falante e de líder político.

Após a chegada de Udelino e em função da sua pregação com base em discurso de difuso fundo religioso, a movimentação voltada para a ocupação de posses na área de Cotaxé começa a apresentar contornos de movimentação sociorreligiosa. Tal movimento se propunha a materializar uma proposta de natureza social - a da resolução da questão da titulação e do uso da terra -, como forma de realizar na prática a sua utópica proposição, de fundo místico e religioso, da construção do paraíso terrestre na sua sede verde, a Serra dos Aimorés, uma dádiva de Deus, como bradava Udelino, sua consigna voltada para a construção de uma nova sociedade e de um novo mundo.

Eric J. Hobsbawm (1983), ao se referir aos movimentos camponeses de natureza religiosa, em particular ao movimento milenarista europeu, considerava que, ademais de uma *ideologia* bastante típica, tal movimento tem, também, como característica, segundo Hobsbawm (1983, p. 94), “[...] un rechazo profundo y completo de este mundo de maldad, y un anhelo apasionado de otro mejor [...]”, acrescentando que, não obstante, tais e generosos movimentos “[...] tienen tan poco de práctico como mucho de utópico [...]” (*ibid.* p. 97).

Assim, os movimentos sociorreligiosos encerram utópicos ideais de construção de sociedades edênicas, livres estas das mazelas das sociedades das quais são provenientes. Aos movimentos sociorreligiosos em geral, pode-se aplicar o mesmo sentido motivador aplicado ao milenarismo europeu por Hobsbawm (1983).

Sobre o papel do utopismo como motivador de vontades, ainda que referindo-se a uma revolução, o próprio Hobsbawm (*ibid.*, p. 98) assegura que “[...] el utopismo es seguramente un instrumento social necesario para generar los esfuerzos sobrehumanos sin los que no se puede llevar a cabo ninguna revolución importante”.

Ademais, são inúmeros exemplos históricos que têm demonstrado que, sem uma firme determinação, não é possível alcançar avanços significativos na área da sociedade, determinação e vontade que, pelo que vimos e segundo Hobsbawm (1993), é motivada, também, pelo utopismo.

Todavia, com relação aos deslocamentos em direção à fronteira aqui estudada, a Serra dos Aimorés, o utopismo não se configurava como motivação única, e nem mesmo a principal razão a justificar tal movimentação. Observa-se que, no período anterior à chegada de Udelino, tanto a migração quanto a ocupação daquelas terras davam-se no quadro de deslocamentos que ocorriam de maneira natural, e de forma alguma organizados ou planejados, uma migração de natureza espontânea, por *livre*, mas não tão livre assim, como veremos, vontade dos camponeses. Pode-se dizer, seguramente, que a migração para a ocupação e colonização da Serra dos Aimorés, em particular aquela direcionada ao município de Ecoporanga, não foi programada por qualquer ente político-administrativo oficial, organização particular ou entidade política.

Em se tratando de agricultores, os quais constituem a maior parte do contingente populacional que se desloca para a fronteira, a razão da migração reside fundamentalmente na busca da terra, sendo essa a justificativa fundamental para explicar tais deslocamentos. Quando se afirma como sendo espontânea a natureza da ocupação, toma-se como referência o espontâneo movimento de levas de camponeses em direção àquela região de fronteira, abandonando suas antigas localidades e deslocando-se em busca de terras novas e férteis. Justificando tais deslocamentos, é necessário ter em conta que, além do natural cansaço da terra, afirma Foweraker (1982, p. 103), que “[...] é o desequilíbrio entre a população e os meios de subsistência que determina o abandono da terra [...]”.

Em escala reduzida, em nível de unidade familiar, este desequilíbrio se dá em razão da chegada dos filhos, os quais se casam e geram outros filhos, os quais, todos, dependem da mesma área de terra. Em decorrência disso, e também do mencionado processo permanente de empobrecimento do solo, ele próprio acentuado pela expansão do número de integrantes de uma família, é que

[...] o migrante muda-se quando a fazenda não pode mais prover a subsistência de todos os membros da família (ele pode ter herdado um pequeno lote que não sustentará seus filhos, ou pode ele próprio ser um peso para seus pais lavrando solos empobrecidos). [...] Quando é ultrapassado este ponto, a migração 'espontânea' se inicia (FOWERAKER, 1982, p. 105).

Tal circunstância pode ser exemplificada, neste estudo, com o caso de um importante personagem, como veremos mais adiante, do Movimento de Cotaxé, o qual para lá se deslocou com sete filhos e 28 netos. Trata-se de um agricultor e proprietário em São Geraldo do Baixio, então distrito do município de Galiléia, em Minas Gerais, que, com sua família vivenciou situação análoga. Lá, conforme Dias (1984, 63), “[...] em uma propriedade de seis alqueires, o lavrador Genuíno da Silva Gama e seus filhos produzem rapadura e aguardente. Mas a terra desgastada exige da família a busca de novas paragens”. Tanto pelo desgaste da terra quanto pela família numerosa, Genuíno da Silva Gama deslocou-se para Cotaxé, terra rica e ainda coberta de matas.

Não obstante constituírem-se na maior parte dos migrantes, os lavradores não são os únicos a buscar a fronteira. Em razão e em função das atividades na terra, outros misteres e afazeres são necessários à vida, daí resultando que muitos para a fronteira se deslocam no sentido de exercer atividades outras que não apenas a agricultura. No caso de lavradores, afirma Foweraker (1982, p. 103), “[...] o movimento é espontâneo, no sentido de que estão procurando terras próprias para trabalharem [...]”, ou seja, o camponês desloca-se premido pela necessidade e na perspectiva de encontrar terras férteis nas quais possa trabalhar para produzir as condições de reproduzir a sua própria força de trabalho. Todavia, os *simples agricultores* arrastam atrás de si uma variada fauna humana, os tipos ditos civilizados que se fazem presentes na fronteira, os quais podem ser assim descritos:

Gente em busca de trabalho e riqueza. Trabalhadores, empresários. Aventureiros em geral. Gente bem intencionada. Mal intencionada também. Campeões do machado. Maratonistas do traçador. Simples agricultores. Motoristas. Mecânicos. Comerciantes. Prestadores de serviços. Fugitivos das autoridades judiciais, que se tornavam mão-de-obra armada a serviço de quem pagasse melhor (HASSE, 2000, não paginado).

A fronteira, pela variedade de atores que para ela se deslocam e que nela atuam em decorrência das suas múltiplas racionalidades, transforma-se, assim, em

[...] cenário de intolerância, ambição e morte. [Mas] É também, lugar da elaboração de uma residual concepção de Esperança, atravessada pelo milenarismo da espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura (MARTINS, 1997, p. 11).

Essa concepção de esperança, de busca de novos horizontes e de construção de uma nova vida, permeia o imaginário daqueles que, pelas mais diversas motivações e racionalidades, migram em direção à fronteira.

Além da heterogênea população que já havia migrado e que se fazia presente na região, Udelino cuidava de trazer mais posseiros. É dessa forma que, como informa Vilaça (2007, p. 16), “[...] já familiarizado ao rincão, ainda na década de [19]40, sempre realizando constantes viagens do território Contestado à Bahia, Udelino começou a carrear novos e numerosos posseiros para a região”.

Na fronteira, o discurso místico e religioso de Udelino, o da construção do paraíso, este uma dádiva de Deus, faz uma concessão e, até mesmo, incorpora o sentimento de religiosidade fortemente presente nas regiões interioranas. A afirmativa de que *Deus nos deu o paraíso* leva em consideração tal religiosidade, utilizando-a como fator mobilizador de vontades e unificador das determinações dos camponeses na sua luta pela terra – o *locus* material imprescindível à instalação desse paraíso -, e pela instituição, inteligentemente integrada ao seu discurso, do ente federativo, público e político, que lhe daria provimento e consequência, a forma política de garantir a propriedade e o uso da terra, o ente federativo, o *Estado União de Jeovah*.

Vilaça (1999), que segundo sua própria narrativa, enfiou-se a viajar no território do ex-Contestado vasculhando aquela região, conseguiu, através de depoimentos, remontar algo das falas de Udelino. No fragmento “O Pai Eterno nos deu o paraíso! (HASSE, 2000, não paginado)”, fica evidente a consideração pela religiosidade e o apelo de Udelino para o sentimento religioso daquela gente. O fragmento complementar, logo a seguir, remete à questão social, aponta para a questão da terra e para a questão política, o aparelho de Estado e a proposta sobre como enfrentá-lo. No discurso remontado por Vilaça (1999), aquele pregador afirma, ainda conforme Hasse (2000, não paginado), que “[...] os estados do Espírito Santo e de

Minas disputam o mando sobre a nossa terra! A polícia é como um gafanhoto de farda! Precisamos de um grupo forte para enfrentar as autoridades! Não pagaremos mais impostos!”.

Para inserir o tema da necessidade da instalação de *União de Jeovah* no imaginário dos seus seguidores e no corpo da propaganda do seu projeto, Udelino criticava tanto os estados do Espírito Santo quanto o de Minas Gerais, propunha-se a enfrentar as autoridades, algo que ele realmente fazia, e a não mais pagar impostos. Assim, conforme Hasse (2002, não paginado), “[...] Udelino misturava um sermão religioso radical com sonhos políticos”. No entanto, mais além desses sonhos políticos e do sermão religioso, constatou Vilaça (2002, não paginado) que, “[...] mesmo sendo um rezador, Udelino descobriria que o apelo da terra [...] melhor colava nos posseiros que afluíram à sua reforma agrária do que sua ladainha”.

É na percepção do *apelo da terra* que se manifesta a leitura camponesa, de fundo religioso, das relações do homem com a natureza, expressa, de acordo com Moreira (2010, p. 144), “[...] no pensamento espinosano: ‘[...] que religião é um impulso natural para dar sentido ao mundo e à vida humana’ [...]”. O episódio do abandono e da fuga espetacular das trincheiras, quando do cerco à Casa de Tábua, o barracão sede dos trabalhos de Udelino, pelo contingente da Polícia Militar comandado por Djalma Borges, no dia 24 de fevereiro de 1953, tal como relatado detalhadamente por Dias (1984, p. 59), como veremos adiante, exemplifica perfeitamente a concepção camponesa da religião enquanto impulso para justificar a vida humana. Assim, como observa Vilaça (2002, não paginado),

O Jeovah que os posseiros tinham no altar daquele embate era o da vida e o da lavoura, portanto, terreno e transitório. Por isso deixaram as trincheiras tão logo ficou patente que perderiam a vida, que não podiam com as metralhadoras e granadas do opositor (VILAÇA, 2002, não paginado).

Na vida e na lavoura, desde a abordagem com base na religiosidade camponesa, a terra e o ato de trabalhá-la, a visão do mais essencial e do mais sagrado pode ser assim resumida, de acordo com Brandão (1999, *apud* MOREIRA, 2010): “De todos os trabalhos feitos com a sensibilidade, a inteligência e as mãos, nenhum é mais essencial e também mais sagrado (por que motivo evitar esta palavra aqui?) do que o ofício de lavar”.

Udelino, místico e religioso, captava a sensibilidade camponesa e prosseguia na sua trajetória de pregador e de professor. Empregou-se, no final dos anos 1940, como docente em uma pequena escola situada na fazenda da família Dias Flores, o que o ajudou a manter-se na região. Contudo, pouco tempo depois abandonou a docência com a finalidade de se dedicar exclusivamente às atividades de organização e de divulgação voltadas para a instalação do *Estado União de Jeovah*.

Entre estas atividades, além das orações diárias, estavam as *reuniões de trabalho*, na chamada Casa de Tábua, um barracão de madeira construído no projetado Patrimônio União de Jeovah, reuniões nas quais se deliberava sobre os comícios e outras atividades públicas organizadas por Udelino, atividades em conjunto com algumas personalidades políticas, tais como o prefeito de Barra de São Francisco, Cristolino Cardoso e o então deputado federal Wilson Neves da Cunha. As ações discutidas e planejadas naquelas reuniões incluíam, até mesmo, as investidas dos grupos armados para a expulsão de proprietários.

## 2.2 UNIÃO DE JEOVAH: DE SOCIORRELIGIOSO A SOCIOPOLÍTICO

Quando agregou o discurso da terra ao discurso de fundo religioso, Udelino introduziu no *movimento jeovense* o conteúdo que pode ser definido como sendo o de movimento sociorreligioso. Até agora não foi possível determinar em que momento Udelino, a partir do início da construção do Patrimônio União de Jeovah<sup>13</sup>, que foi o seu primeiro e inicial projeto, introduziu a proposição de instituição do *Estado União de Jeovah*. A existência do patrimônio foi desvelada através do depoimento para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) de 1953<sup>14</sup>, tendo o posseiro José Moreira de Sampaio declarado que “[...] no dia 5 de janeiro de 1952, [foi] convidado por Udelino Alves de Matos para trabalhar nas matas do Estado, onde receberia uma colônia de

---

<sup>13</sup> O Patrimônio União de Jeovah era um arraial que Udelino estava construindo nas proximidades da vila de Cotaxé, na *propriedade* do grileiro Willi Weirauch. A informação foi prestada a este pesquisador por Tristão (2013).

<sup>14</sup> Doravante, em vez de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Ales de 1953, usaremos apenas a expressão CPI de 1953.

5 alqueires e um terreno para construir sua casa no *Patrimônio União de Jeovah* (PONTES, 2007, p. 139 grifo nosso)”.

A respeito dessa questão, Pontes (2007, p. 141), arguto pesquisador, afirmou que “[...] nossas pesquisas não lograram identificar com clareza a partir de que momento a idéia de criação do Patrimônio União de Jeová expandiu-se – na mente de Udelino e no imaginário popular – para a criação de um Estado”.

Mesmo não sendo possível determinar o momento da introdução dessa proposta, pode-se afirmar que, em decorrência disso, da proposta de construção de um ente federativo, o *movimento jeovense*, ganhando nova feição, transita de movimento sociorreligioso para movimento sociopolítico ainda no período sob a liderança de Udelino. Este, a partir de então, passa a circular e a atuar com muita desenvoltura na arena política. Um breve levantamento, que será feito logo a seguir, das suas iniciativas e atividades nessa área deixa evidente essa transição, até pelo fato de que tais iniciativas passam a ser o foco e o centro das suas preocupações, andanças e ações. Implantar *União de Jeovah*, e mediar tal implantação necessariamente através da política, esse o objetivo fundamental e o norte dos atos de Udelino.

Além de buscar se relacionar com o mundo da política, Udelino também o fazia em relação à Igreja, certamente buscando ainda mais apoimentos, e assim o fazia até mesmo por possíveis razões de natureza utilitarista. Djalma Borges, comandante da operação militar que desmontou União de Jeovah, no seu relatório ao governador do Estado, malgrado ser uma fonte pouco confiável, afirma que o Padre Zacarias de Oliveira,

[...] capitão-capelão da Polícia Militar e vigário de Barra de São Francisco, [...] abençoava Udelino em troca de duas áreas de 50 hectares cada uma, sendo uma para ele e outra para uma família prestes a chegar do Ceará – pedidos que foram feitos em carta a Udelino (DIAS, 1984, p. 58).

As ligações de Udelino com o mundo da política indicam que ele estava mesmo determinado a construir *União de Jeovah*, que tinha *vontade*, aqui compreendida como consciência dos seus objetivos, tal qual assim definida por Antonio Gramsci (1918), para o qual “[...] vontade significa consciência da finalidade, o que quer dizer,

por sua vez, noção exata da potência que se tem e dos meios para expressá-la na ação (GRAMSCI, 1918, não paginado)”. Tinha Udelino consciência da finalidade e da realidade objetiva, ou imaginava que tinha, mas sabia da necessidade e trabalhava no sentido de construir, ainda segundo Gramsci (1918), uma “[...] organização compacta e disciplinada para os fins específicos próprios, sem desvios nem vacilações (GRAMSCI, 1918, não paginado)”.

Além da *vontade*, da determinação quase obsessiva em relação à construção de *União de Jeovah*, podemos agregar à sua acuidade política, a característica e a capacidade de agitador e divulgador de ideias, as ideias que embasavam o seu movimento e a sua organização e que apontam para uma natureza marcadamente mais política que propriamente religiosa. No entanto, além dessas características de agitador e de divulgador, Udelino revelava também grande capacidade de organização.

É no sentido de adiantar os preparativos para a estruturação de *União de Jeovah* que ele, além de agitar e fazer propaganda entre os posseiros e a população local, procurava alargar seus contatos e ampliar o alcance das suas atividades na área política. Enquanto buscava envolver na mediação do problema dos posseiros do Contestado além do prefeito Cristolino Cardoso e do deputado federal Wilson Cunha, Udelino ao mesmo tempo também tentava, e é possível que o tenha conseguido, ser recebido pelos governadores do Espírito Santo e de Minas Gerais, além de também tentar agendar, neste caso comprovadamente sem sucesso, uma audiência com o próprio presidente da República, Getúlio Vargas.

Como veremos pouco adiante, em relação à audiência com o governador de Minas Gerais, é o próprio Udelino que relata o fato em carta ao prefeito Cardoso, e por este agregada aos documentos da CPI de 1953, sendo essa a única e pouco confiável fonte conhecida sobre o episódio. Em relação Espírito Santo, a declaração de que Udelino esteve com o governador do Estado é de Wilson Cunha, em depoimento perante a CPI de 1953, sendo também essa a única referência obtida por este pesquisador.

Nas suas incursões pelo terreno da política, segundo assevera Pontes (2007, p. 141), “[...] Udelino convida amigos e autoridades para conhecer o próspero Patrimônio que fundara. Dentre esses [...] o prefeito de Barra de São Francisco, Cristolino Cardoso, a quem Udelino tinha como amigo [...]”. Circulando com muita naturalidade nesse ambiente, como se no seu elemento natural efetivamente estivesse, Udelino, em carta ao referido prefeito Cardoso, no dia 15 de abril de 1953, relata um encontro que teria tido com o então governador Juscelino Kubitschek: “Estive em Belo Horizonte e falei ao governador Juscelino sobre nossa situação. Ele prometeu muita coisa, mas o amigo sabe como são promessas de políticos (PONTES, 2007, p. 145)”.

Entretanto, Udelino buscava voos mais altos. Preparando a visita ao Palácio do Catete, na sua segunda tentativa de ser recebido por Vargas e em busca da mediação da presidência da República nos problemas dos posseiros de Cotaxé, ele “[...] procurou o deputado federal Wilson Cunha, solicitando-lhe que facilitasse seu encontro com o Presidente da República. [...] O deputado reconhece, em seu depoimento na CPI de 1953, que teria prometido ajuda a Udelino [...] (PONTES, 2007, p. 140)”.

No referido depoimento, Wilson Cunha assim esclarece o agendamento da visita de Udelino ao Palácio do Catete:

Tempos depois apareceu no Rio de Janeiro um cidadão chamado Umbelino de Tal [Udelino], não me recordo bem o nome, com um memorial com cerca de 200 ou 300 assinaturas e me procurou na Câmara, pedindo-me que lhe facilitasse uma entrevista com o Sr. Presidente. [...] Facilitei, então, conforme me fora solicitado, a aproximação deste cidadão ao Sr. Secretário do Presidente da República, Dr. Lourival Fontes que protocolou o memorial e disse que o Sr. Presidente da República iria estudar o caso e tomar as providências exigidas.<sup>15</sup>

Além da relação política com o prefeito Cardoso e com o deputado Cunha, Udelino marcou sua presença, inclusive, no Palácio do Catete, naquele momento sede do governo federal, sendo recebido pelo secretário da presidência da República, Lourival Fontes, em 23 de maio de 1952. Todavia, não foi apenas com o

---

<sup>15</sup> Depoimento de Wilson Cunha à CPI de 1953: consulta à folha de número 57 dos documentos numerados e gentilmente cedidos pelo pesquisador Adilson Vilaça. Os documentos da CPI de 1953 foram entregues por Vilaça ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e encontram-se disponíveis para consulta.

governador do estado de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, que Udelino teria se entrevistado para discutir a situação dos posseiros do Contestado. No seu depoimento à CPI de 1953, Wilson Cunha confirma ter conhecimento de que Udelino também se entrevistou com o governador do Espírito Santo. Declarou Cunha: “[...] fiz uma carta ao Sr. Governador do Estado, apresentando-lhe o Sr. Umbelino [...] Soube, depois, que esse cidadão esteve com o Governador do Estado e que lhe entregou a minha carta [...]”<sup>16</sup>.

Agora, na sua nova condição de *líder sociopolítico*, Udelino tentaria, ainda, mais um vetor de mediação política do problema dos posseiros. Ainda durante o mês de novembro de 1952, com novo memorial, ele “[...] volta ao Rio de Janeiro tornando a me procurar com novos elementos. Eu então disse a ele que, [sic] o que eu tinha que fazer já tinha feito, sem nenhum resultado. Achei interessante até que ele procurasse um outro deputado.”<sup>17</sup> Udelino teria procurado o também deputado federal Padre Ponciano dos Santos, do Partido de Representação Popular (PRP), o qual abordou a questão dos posseiros em pronunciamento na tribuna da Câmara Federal, no dia 5 de dezembro daquele mesmo ano, conforme o próprio Santos (1952). Wilson Cunha declarou à CPI de 1953 que “[...] Efetivamente, o Padre Ponciano falou na Câmara sobre o assunto [...]”.<sup>18</sup>

No seu pronunciamento, o deputado federal Padre Ponciano, com base em matéria do diário carioca *A Noite*, edição do dia 14 de novembro de 1952, denunciou a grilagem de terras, a violência contra os posseiros e, também, criticou acerbamente a atuação do major Djalma Borges e a atitude do governo do Estado. Afirmou o deputado Santos (1952):

O resumo dos acontecimentos é o seguinte: “Udelino Alves de Matos, lavrador na zona litigiosa, reclama que os grilheiros [sic] ricos com o auxílio da política [sic] militar do Estado, tomaram as terras de mais de 800 famílias, forçando a pau e a fogo os lavradores a assinar documentos que eles nem entendiam. O policial chega mesmo a atear fogo nas propriedades, como aconteceu queimando mais de mil sacas de arroz. O major Djalma, da polícia, está agindo a soldo dos grilheiros [sic]. É possível que haja uma

---

<sup>16</sup> Depoimento de Wilson Cunha à CPI de 1953: consulta à folha de número 57 dos documentos numerados e cedidos pelo pesquisador Adilson Vilaça a este pesquisador.

<sup>17</sup> Idem: consulta à folha de número 58 dos documentos numerados e cedidos pelo pesquisador Adilson Vilaça.

<sup>18</sup> *Ibid.*

reação violenta se continuarem a ser maltratados. O Governo do Estado faz ouvidos de mercador” (SANTOS, 1952, p. 14.275).

Além disso, outras iniciativas de Udelino demonstram que ele, no espaço específico da política, obtinha, em favor de sua causa, resultados mais que apreciáveis. Por exemplo, elaborar o texto do abaixo-assinado e do requerimento, além de coletar fundos para a viagem ao Rio de Janeiro, como já vimos, demonstra a sua versatilidade e o seu conhecimento dos meandros do ativismo político. Conseguir protocolizar tal requerimento junto à Secretaria da Presidência da República, cujo assunto foi encaminhado ao Ministério da Justiça, segundo telegrama de Lourival Fontes, secretário da Presidência, endereçado a Udelino, foi, sem dúvida, um feito até então impensável, mormente em se tratando de um camponês, ainda que uma destacada liderança... mas apenas na região de Cotaxé.

Sagazmente, Udelino introduzira adendos no memorial e no requerimento, ficando constatado que

[...] Udelino não apenas havia levado ao conhecimento do Presidente um memorial contendo queixas dos posseiros, mas também que ele solicitou expressamente ao Presidente a cessão de [...] uma área de terra de propriedade da União [...]’ (PONTES, 2007, p. 145).

O deputado Wilson Cunha, no seu depoimento à CPI de 1953, esclarece que Udelino, além do memorial contendo queixas dos posseiros e solicitando a abertura de um inquérito, “[...] desejava, também, que o Ministério da Agricultura criasse uma escola naquela região e que o Governo Federal interviesse lá no sentido de distribuir as terras com esses homens que dela estavam apossados”.<sup>19</sup>

A correspondência enviada a Udelino, com origem no Palácio do Catete e remetida a um endereço por ele utilizado no Rio de Janeiro, comunicava a decisão do Ministério da Fazenda a respeito do seu pleito. Assim, como informa Pontes (2007, p. 144), “[...] aquele requerente era comunicado que o Ministro da Fazenda havia decidido [...] não ser possível o atendimento do pedido, por falta de amparo legal”.

---

<sup>19</sup> Depoimento de Wilson Cunha à CPI de 1953: consulta à folha de número 58 dos documentos numerados e cedidos pelo pesquisador Adilson Vilaça a este pesquisador.

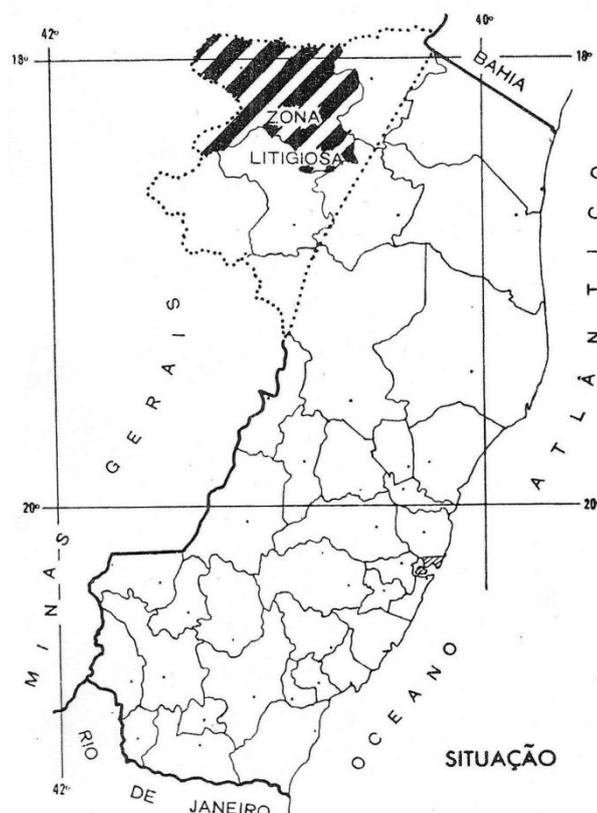
Objetivando a divulgação de *União de Jeovah*, Udelino atuava como propagandista de si mesmo e do seu projeto de Estado e utilizava, para tanto, uma combinação de ações de distinta natureza, mas com um nítido e único objetivo: ele usava de expedientes como encontros públicos, os comícios, para impor sua liderança, ao mesmo tempo em que, com o mesmo objetivo, mantinha sempre à mão a sua *força de persuasão*, o bando armado que funcionava como seu destacamento de segurança. Sua propaganda e divulgação de *União de Jeovah*, no entanto e de certa forma, conflitavam com alguns dos seus posicionamentos e relações, notadamente a sua ligação com políticos do Espírito Santo, outro e distinto Estado federado.

Udelino pregava a criação de um terceiro ente federativo na região, objetivando resolver o impasse territorial existente, o contencioso entre o Espírito Santo e Minas Gerais, como forma de colocar a população migrante sob a proteção de um novo e único aparato estatal. Com a constante chegada de novos posseiros e o aumento da população local, Udelino ampliava consideravelmente a sua liderança.

Em função de sua atuação contra o chamado setor público, como definido por Habermas (2003, p. 45), tanto no discurso quanto na prática, Udelino cuidava de estabelecer alguns aparelhos que poderiam funcionar tanto como divulgadores das suas propostas e da sua causa, os chamados *aparelhos ideológicos*, na concepção de Robert Fossaert (*apud* WINOCK, 2003, p. 286), quanto de montar aparelhos de sustentação de *União de Jeovah*, os denominados *aparelhos de Estado*, ainda na concepção de Fossaert.

A dualidade de poder na zona contestada e, ao mesmo tempo, a ausência destes poderes, ensejou a Udelino a oportunidade para propor a criação deste novo ente federativo, o qual teria, presumivelmente, uma área de cerca de 10.000 km<sup>2</sup>, tendo como capital o povoado de Cotaxé e que, geograficamente, estaria circunscrito no polígono constituído pelas cidades de Nova Venécia, no Espírito Santo, Nanuque, Carlos Chagas e Governador Valadares, em Minas Gerais. O

mapa do IBGE<sup>20</sup>, na área hachurada da figura 2, possibilita uma ótima visão da área em litígio, o chamado Contestado.



**Figura 2:** mapa do IBGE, destacando a zona litigiosa, o chamado Contestado.

**Fonte:** IBGE, 1959.

Foi naquele cenário que apareceu Udelino, o pregador visionário, inicialmente predicando conselhos bíblicos e despejando sobre os camponeses uma algaravia a respeito do seu projeto de construção do paraíso na terra, garantindo, posteriormente, que a materialização desta utopia seria efetivada pela instalação de um ente público, outro Estado da federação que se chamaria *Estado União de Jeovah*. Tratava-se, na concepção de Udelino, de um Estado federado camponês e autônomo, com jurisdição plena sobre o seu território e no qual o acesso à terra seria a todos garantido, Estado que seria regido pelas leis de Deus e baseado nas práticas religiosas impostas pela fé. Estas práticas, ao que se sabe, consistiam nas orações diárias conduzidas por Udelino e, também, no uso, pelos dignitários de *União de Jeovah*, de um crucifixo como símbolo da fé cristã, entregue por Udelino quando da nomeação e posse de seus *auxiliares administrativos*.

<sup>20</sup> IBGE: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, XXIII Volume, Rio de Janeiro, 1959. Consulta feita no escritório do IBGE, em Colatina (ES), em 30 mar. 2015.

Udelino, segundo seus contemporâneos, realmente empolgava. Com base no seu elevado domínio da arte da oratória e com o seu impreciso discurso religioso, referenciava-se no forte sentimento de religiosidade existente no interior, baseado, no fundamental, em um catolicismo extraoficial, sentimento capaz de fundamentar movimentos sociorreligiosos, e, também, de provocar, até mesmo, vários dos episódios registrados pela História decorrentes de exacerbados surtos místicos como os de Pau de Colher, Demônios do Catulé e a Revolta dos Muckers, esta, no entanto, de inspiração assim chamada *protestante*.

Tal religiosidade tem seus elementos fundantes nas tradições, segundo Queiroz (2005), de uma

[...] religião praticamente exclusiva da população livre e pobre que se foi avolumando nos sertões – posseiros, agregados, parceiros, pequenos proprietários, etc. [...] um catolicismo popular, em larga escala independente da igreja e de seus agentes oficiais, religião das camadas subalternas [...] o universo do capelão, que desconhece a doutrina católica, mas se encarrega, na costumeira ausência das autoridades eclesiásticas, da condução dos ritos, das orações e ladainhas que acompanham as práticas religiosas da população pobre do campo (QUEIROZ, 2005, p. 138).

Dessa forma, articulando o discurso da terra ao seu discurso religioso, Udelino conseguiu empolgar um grande número de camponeses. Centenas e centenas de camponeses, acreditando no seu discurso, passam a seguir o pregador.

Nesse período ele ainda não propunha a construção do ente político *União de Jeovah* e, tampouco, buscava circular no espaço da política ou buscar a mediação de atores políticos, como excepcional e extemporaneamente havia feito em 1945, imaginando, naquela oportunidade, convocar para tal a chefia do poder executivo central, o próprio presidente da República. Posteriormente, ao enunciar a proposta da instituição do novo Estado federado, além de certos apoios da Igreja local, Udelino contava, também, com o apoio de alguns atores políticos propriamente ditos. Além do apoio do padre Zacarias de Oliveira e do prefeito do município de Barra de São Francisco, Cristolino Cardoso, segundo Dias (1984, p. 57-58), Udelino contava também com o respaldo do proprietário rural e naquele momento deputado federal pelo Espírito Santo, o já mencionado Wilson Neves da Cunha. Cunha denunciava,

da tribuna da Câmara Federal, a violência policial, destacadamente a de Djalma Borges, contra os posseiros bem como a atuação de grileiros ou, como ele os denominava, *indivíduos endinheirados que açambarcavam* grandes áreas.

A propósito da atuação desses grileiros, Cunha proferiu um discurso na Câmara, no dia 27 de junho de 1952, poucos dias após o retorno de Udelino do Rio de Janeiro, quando este tentou, pela segunda vez, ser recebido pelo presidente Vargas, tentativa mediada pelo próprio Cunha. Neste pronunciamento, Cunha (1952) denunciava os açambarcadores de terras, os quais contavam com a colaboração ativa da polícia estadual, e cujo teor integral é o seguinte:

Sr. Presidente, venho comunicar à Casa fatos gravíssimos que vêm ocorrendo no Extremo Noroeste do Espírito Santo, na zona do Rio do Norte. Indivíduos endinheirados açambarcaram grandes áreas de terras nessa região, ferindo direitos dos posseiros, que nela trabalham há muitos anos. O mais grave é que essas pessoas, com a colaboração da polícia estadual, vão desapropriando arbitrariamente os pobres lavradores, que, não raro, ao retornarem do campo, encontram as casas queimadas. Os autores desse crime são elementos da polícia, em combinação com os capatazes dos tais endinheirados. Espero que esta reclamação surta os efeitos necessários, fazendo que o Governo do Estado tome as medidas para acabar com essa situação intolerável (CUNHA, 1952, p. 5.884).

Cunha confirmaria, posteriormente, como já vimos, que havia sido procurado por Udelino para agendar sua visita ao Palácio do Catete, na tentativa de ser recebido pelo Presidente Vargas. Como resultado dessa estreita relação política com Udelino, Cunha teria, inclusive, lançada a sua candidatura ao governo do Espírito Santo em um dos comícios de Udelino, na Vila de Cotaxé, nos primeiros dias do mês de fevereiro de 1953. Neste comício, conforme Dias (1984, p. 52), “[...] o segundo orador atacou as autoridades do Estado e lançou a candidatura do deputado federal Wilson Cunha a governador do Estado nas próximas eleições”.

Tal relação política, no entanto, apresenta-se algo estranha e politicamente contraditória, em virtude de que Udelino, como proponente da criação de um terceiro ente federativo, além do apoio da população, buscava também cercar-se de apoiamentos e de tomar iniciativas que aparentemente pouca relação tinham com o seu projeto original de instituição de *União de Jeovah*, tal como o lançamento da candidatura de Wilson Cunha ao governo do Espírito Santo.

Todavia, pode-se presumir que essa relação entre Udelino e Cunha se desse em razão do fato de que, a par de sua corajosa atuação na Câmara Federal, conforme Pontes (2007, p. 107), “[...] Wilson Cunha sempre esteve ligado às demandas da população interiorana e às causas dos pequenos proprietários rurais, especialmente aqueles residentes nos núcleos urbanos que se formaram no noroeste capixaba”.

Ainda sobre a atuação do deputado Cunha na defesa dos posseiros, pode-se acessar outro discurso, de 14 de abril de 1953, logo após a derrocada de *União de Jeovah*, fato que estudaremos adiante, referindo a certos fatos que já há algum tempo ocorriam. Sobre a violência policial, assim se pronunciou Cunha (1953a):

Sr. Presidente. Há cerca de dois anos, vem a polícia do Espírito Santo sendo comandada por um Oficial atrabiliário, Major Djalma Borges, criando através de sua autoridade policial um clima insustentável no sertão capixaba. Aquele policial, [...] vem espancando, sistematicamente [...] espancando sistematicamente os posseiros da região norte do Estado, que ocupam terras devolutas (CUNHA, 1953a, p. 2.741).

Cunha (1953b) se refere a Udelino e a *União de Jeovah*, embora negando sua participação, quando afirma, em discurso no dia 7 de maio de 1953, que Djalma Borges, no seu relatório sobre a operação militar da qual resultou o esfacelamento de *União de Jeovah*, estava “[...] pretendendo comprovar a minha participação em imaginários movimentos de rebelião pinturesca, fantasiada pelo govêrno [sic] do Estado, assemelhando-se a segundo [sic] Canudos, [...] (CUNHA, 1953b, p. 3.679)”.

Além das relações com a Igreja e com políticos, buscando difundir e propagar o projeto para o qual necessitava do aval da população, aqui compreendida como a *opinião pública*, Udelino, por vezes, usava um discurso intimidante, além de certos instrumentos de coerção. Sua atuação exemplifica o fato de que, conforme Winock (2003, p. 279), “[...] a história das ideias políticas faz necessariamente fronteira com a história da opinião pública e a história da propaganda [...]”. Atuando no sentido de conquistar o apoio da chamada *opinião pública*, Udelino, através das suas apresentações no espaço público, ao mesmo tempo em que divulgava suas ideias políticas, notadamente aquelas relacionadas ao poder político e o seu exercício, propagava também o seu projeto de instituição de *União de Jeovah*.

Estas aparições públicas, os *comícios* nos quais ele fazia proselitismo político e divulgação da proposta de criação de *União de Jeovah*, contavam com numerosa assistência. Explorando os sentimentos da população em relação ao Estado, principalmente em relação à atuação dos truculentos integrantes dos destacamentos policiais, utilizava-se do expediente de tentar legitimar e fazer aceitar o seu próprio discurso e sua prática, menos autoritários, todavia, que os do setor público. Foi entrevistando moradores contemporâneos do período jeovense, que Vilaça (2002) conseguiu recuperar e remontar parte do usual discurso de Udelino.

No documentário *O efêmero Estado União de Jeovah (O EFÊMERO..., [2000])*<sup>21</sup>, o discurso de Udelino ganhou a seguinte versão condensada, já mencionada neste trabalho, em outro local e em outra discussão e abordagem:

Meus colegas lavradores! O Pai Eterno nos deu o paraíso! Os estados do Espírito Santo e de Minas disputam o mando sobre a nossa terra! A polícia é como um gafanhoto de farda! Precisamos de um grupo forte para enfrentar as autoridades! Não pagaremos mais impostos! (HASSE, 2000, não paginado).

Nesta *arenga* remontada de Udelino, fica nítida sua tentativa de justificar-se e legitimar suas ações, neste período com natureza de revolta, uma nítida e bem caracterizada revolta camponesa, através da utilização de uma terminologia que refletia a moral e as percepções imperantes naquela região. Explorava Udelino as representações da população local tanto em relação à força pública, as formações policiais e seus truculentos integrantes, quanto à ação de agentes do fisco de dois governos estaduais, ação fiscalizatória sempre sustentada pelos seus respectivos contingentes policiais.

A respeito dessa prática do discurso, um ato, por assim dizer, ilocutório, segundo Skinner (2003, p. 208), “[...] um acto praticado ao dizer-se algo [...]”, tentava Udelino obter um efeito perlocutório, induzindo seus ouvintes a adotar o seu próprio ponto de vista. Tal entendimento pode ser explicitado no seguinte fragmento: “O tipo de efeitos perlocutórios que estas figuras normalmente pretendem atingir são, por exemplo, incitar, persuadir ou convencer os seus ouvintes ou seus leitores a adotarem um novo ponto de vista (SKINNER, 2003, p. 208)”, podendo-se

---

<sup>21</sup> Documentário para TV baseado no romance histórico COTAXÉ, de Adilson Vilaça.

acrescentar que, neste caso, não se deve “[...] ignorar as implicações do facto de as pessoas geralmente possuírem fortes motivos para procurar legitimar qualquer conduta considerada duvidosa [...] (SKINNER, 2003, p. 208)”, como aparentavam ser as de Udelino.

### 2.3 UDELINO NO PALÁCIO DO CATETE

Dando prosseguimento às providências no sentido de materializar o projeto de criação de *União de Jeovah*, Udelino, em lance típico da atividade política, elaborou um Memorial, o qual deveria ser levado ao presidente da República, Getúlio Vargas, a quem prodigalizava elogios, buscando reforçar sua influência e autoridade sobre aquelas pessoas simples e crédulas. Nessa iniciativa, Udelino saiu-se tão bem que conseguiu levantar contribuições para fazer a viagem ao Rio de Janeiro, naquele período a capital federal, da qual retornou afirmando ter sido nomeado *Delegado de Terras*, ainda que não tenha conseguido sequer entrevistar-se com o presidente.

Mesmo sem ser recebido pelo presidente Vargas, o qual estava, por aqueles dias, em viagem para a Bahia, a ida de Udelino ao Rio de Janeiro ficou registrada nos órgãos de imprensa da época. Chegando àquela cidade e

Hospedado no Albergue da Boa Vontade e munido de um memorial com 866 assinaturas de pioneiros da Zona do Contestado, o posseiro Udelino Alves de Matos pretende uma audiência com o presidente Getúlio Vargas. Antes, ele concede uma entrevista a O JORNAL do Rio de Janeiro, e denuncia arbitrariedades contra os posseiros da região (DIAS, 1984, p. 51).

Udelino retorna da sua segunda viagem ao Rio de Janeiro e ao Palácio do Catete tendo conseguido somente protocolizar um requerimento dirigido ao presidente Vargas, que estava novamente no poder desde 1951, desta feita pela via do voto, eleito que fora nas eleições de 1950. Apesar de ter sua vitória contestada pela UDN, Vargas havia tomado, mais uma vez, o controle da Nação brasileira, enquanto Udelino se dizia sempre bem acolhido por ele e garantia contar com seu total apoio. No entanto, ao retornar, Udelino estava, aparentemente, convencido de que era mesmo *delegado de terras* do presidente Vargas.

O título a Getúlio atribuído de ‘pai dos pobres’ foi incorporado ao seu discurso e Udelino, sempre que mencionava o Presidente, fazia uso de tal expressão. Homem

simples, Udelino, revelando uma já demonstrada percepção política, ratifica a opinião de Winock (2003, p. 278), segundo o qual “[...] as ideias políticas não são apenas as dos filósofos e dos teóricos, mas também as do homem comum”.

Após esta segunda, e novamente mal sucedida, tentativa de entrevistar-se com o presidente da República, Udelino retorna a Cotaxé. Quando do retorno, portava e apresentava folhas de papel timbrado com as armas da República, afirmando que ali estava a sua nomeação como Delegado Federal de Terras. Dedicou-se, então, a exercer as funções, que ele mesmo se atribuiu, decorrentes do cargo para o qual, afirmava, havia sido nomeado. Em seguida, já atuando como Delegado Federal dos lavradores (DIAS, 1984, p. 64), desmandou-se na ação contra *grileiros* e outros proprietários, em ações truculentas e apoiado pelo seu destacamento armado.

Os *jeovensês*, a partir de então, passam a ser chefiados pelo agora *Delegado de Terras* Udelino Alves de Matos, nomeação que *comprovava*, apresentando os tais papéis com as armas da República impressas. Tomava forma e contornos mais definidos, então, o *movimento jeovense*, “[...] uma luta que as autoridades da época compararam a uma ‘nova Canudos’ (DIAS, 1984, p. 13)”, conforme mencionado em fragmentos já citados anteriormente.

O movimento crescia a olhos vistos e Udelino tomou providências, junto aos seus seguidores mais próximos, no sentido de estabelecer uma *organização estatal*, ainda que rudimentar, conseguindo mesmo estabelecer um simulacro deste tipo de organização, incluindo sede de governo, autoridades e dignitários, chegando até mesmo a nomear um chamado *diretório* e, também, um *governo provisório*. *União de Jeovah* já contava com seus símbolos e paramentava seus dignitários com ostensores funcionais. Ao nomear seus auxiliares e designar suas funções, Udelino lhes pendurava um crucifixo ao pescoço, como símbolo de alta posição na hierarquia do nascente Estado. Além da Casa de Tábua, local destinado às orações e que era utilizado como sede administrativa, uma grosseira imitação de palácio de governo, também a bandeira e o hino oficial, os símbolos do novo Estado, como dissemos, já haviam sido instituídos e, inclusive, *União de Jeovah* já contava com destacamentos armados, a força de segurança do novo Estado.

Em relação aos destacamentos armados, Udelino havia organizado, com seus seguidores mais corajosos e determinados, um numeroso grupo que, comandado pelo índio Pojichá de nome, segundo Loiola (2008, p. 74), Deroci Laurindo da Silva, mais conhecido como Jorge *Come-Cru*, invadia sedes de fazendas de latifundiários, grileiros na verdade, ameaçava-os e praticava alguns atos de violência, não raro colocando-os em fuga. Uma dessas ações armadas resultou, inclusive, como informa Dias (1984, p. 54), na morte de Izaías Conceição, administrador da propriedade do *fazendeiro* Gustavo de Oliveira.

Udelino havia desenhado, em 1952, a bandeira de *União de Jeovah*, atribuindo-lhe determinados significados. Dos seus *pendores criativos* resultou, segundo Vilaça (2014, não paginado), o símbolo, “[...] a bandeira do estado de ‘União de Jeovah’, com seu campo retangular verde e faixa diagonal branca a sinalizar a colonização daqueles confins ainda tomados por matarias [...]”.

Uma bandeira do novo Estado era hasteada em cada lugarejo ou fazenda que a aceitasse. A sede *do governo*, o barracão de madeira, como informa Dias (1984, p. 56) com base no *relatório Djalma Borges*, era “[...] uma construção rústica de 11 metros de comprimento por 8,70 de largura [...]”, também conhecida como Casa de Tábua, e estava situada no Patrimônio de União de Jeovah, nas proximidades da Vila de Cotaxé, a qual, segundo Udelino, seria a capital de *União de Jeovah*. Assim, como informa Vilaça (2014, não paginado), “[...] o efêmero estado de ‘União de Jeovah’, datado na primeira metade daquela década, instalou seu governo provisório em Cotaxé, distrito do município capixaba de Ecoporanga”. Ressalve-se que, à época de Udelino, Cotaxé era apenas uma vila no distrito de Ecoporanga, distrito do então município capixaba de Joeirana, considerando-se que Ecoporanga só seria emancipado e efetivamente transformado em município em 1955.

O hino de *União de Jeovah*, cuja letra é composta por alguns versos de um poema denominado *A Canção do Lavrador*, letra de autoria do poeta camponês José das Virgens<sup>22</sup>, foi designado como o *hino oficial* do novo Estado. Os versos

---

<sup>22</sup> José das Virgens, agricultor e cooperativista baiano, havia chegado a Cotaxé, coincidentemente, na mesma época da viagem de Udelino ao Rio de Janeiro, em maio de 1952. Nada se sabe sobre as circunstâncias sob as quais ocorreu contato entre os dois para o aproveitamento do poema como letra do hino de *União de Jeovah*.

fortes, nos quais eram cantadas as esperanças do campesinato, propunham a união e louvavam a determinação dos camponeses. A transcrição parcial explica-se por si:

É segredo revelado / O poder da união / Para tê-lo confirmado, / Basta o encontro das mãos. / Se dois unidos são fortes, / Um milhão detém a morte / Na garganta do canhão. Os lavradores unidos, / No ideal e na ação, / Breve verão resolvidos / Os problemas da Nação. / Tornando mecanizada / Esta lavoura atrasada / Que recebemos de Adão / Temos varrido o desgosto / De só com o suor do rosto / Amassar o nosso pão (VILAÇA, 2007, p. 108-109).

O hino arrancava aplausos, até mesmo lágrimas, onde fosse cantado. Para aquela gente simples, tudo estava aparentemente se encaminhando para tornar real a existência do *Estado União de Jeovah*. A estrutura estatal estava sendo organizada e a população aumentava a cada dia. Crescia também a certeza da efetivação dos seus sonhos de se tornarem proprietários rurais. *União de Jeovah*, aos poucos, se configurava na mente e nos corações dos posseiros como a materialização do sonho de garantir a regularização das posses, a titulação oficial da terra, enquanto Udelino aparecia como o seu grande e incontestável líder.

Udelino representava, devido a sua religiosidade, a imagem de um santo, de um homem enviado por Deus para fazer justiça aos seus, mesmo que essa justiça viesse com o uso de armas. Este *pai protetor* era respeitado e amado pelo povo da região e, por sua simplicidade e carisma, conquistava e manipulava a todos sem maiores dificuldades. Corrêa (1997), em reportagem publicada na revista *Veja*, em outubro, define com razoável precisão a personalidade do protetor, santo e justiceiro: “[...] Udelino pregava como místico e combatia como jagunço. Tinha o costume de degolar adversários, mas ensaiou ali uma versão primitiva de reforma agrária (CORRÊA, 1997, p. 97)”. Contudo, pelas pesquisas efetuadas, a referência à degola de adversários deve ser tomada com extrema reserva, ainda que também apareça em outros textos.

Mesmo com a estreita relação de Udelino com políticos locais, teria peso significativamente negativo no desfecho do *movimento jeovense* o seu evidente isolamento físico-geográfico, o fato de abranger uma área, além de reduzida, distante e praticamente desconhecida. Além disso, é notório, também, o isolamento social do *movimento jeovense*, pelo fato de não estar articulado com qualquer

entidade de natureza institucional, conforme ocorria com outros movimentos organizados existentes no país naquele mesmo período e, tampouco, com outros movimentos sociais ou políticos com linhas programáticas razoavelmente definidas.

#### 2.4 LIQUIDANDO *UNIÃO DE JEOVAH*: A AÇÃO REPRESSORA DA PMES

Udelino colocava em prática a política do fato consumado: ocupava a terra, após distribuí-la entre os posseiros, e ameaçava e expulsava pretensos proprietários, numa prática de reforma agrária que, poucos anos mais tarde, ganharia a designação de *reforma agrária na lei ou na marra*<sup>23</sup>. Logo após a morte de Izaías Conceição, na propriedade de Gustavo de Oliveira, a ação dos poderes constituídos não se fez esperar. No início de fevereiro de 1953, autoridades e funcionários públicos, em função das ações de Udelino e do seu *batalhão*, como informa Dias (1984, p. 52), dirigindo denúncias à Delegacia de Terras e Colonização de São Domingos, solicitaram a intervenção do governo do Estado.

Tabelião e oficial do registro civil, João Corsino de Freitas comunica àquela Delegacia de Terras e Colonização que, segundo ele, cerca de 600 homens estavam concentrados na região, *a convite de Udelino*. Denunciava Corsino, conforme Dias (1984, p. 54, grifo nosso), que “[...] o ambiente é de *completa insegurança*, de desordens e de desrespeito ao povo da região [...]”, acrescentando que “[...] acompanhado por seu batalhão, Udelino têm-se dirigido a diversos proprietários, exigindo documentação e insultando-os”.

No mesmo tom se manifesta o subcoletor José Matias da Costa, dirigindo-se também ao Delegado de Terras, denunciando também *a completa insegurança* e mencionando que estava agindo na região, como informa Dias (1984, p. 53, grifo nosso), “[...] um contingente de homens, calculado em 500 a 600, todos bem armados, devendo estar *a convite de Udelino Alves de Matos*, pra invadir os matos da região”. Manoel da Tudéia, encarregado de medições da Delegacia de Terras e

---

<sup>23</sup> Lema das chamadas Ligas Camponesas, movimento político camponês que atuava em boa parte do território nacional, fundado na meação da década de 1950 e liderado pelo advogado pernambucano Francisco Julião.

Colonização de São Domingos, através de ofício dirigido ao delegado, segundo ainda Dias (1984, p. 53), afirma ter sido “[...] surpreendido por um grupo de 450 pessoas bem armadas, chefiadas por Udelino de Matos, que se diz autorizado pelo deputado Wilson Cunha e pelo chefe da Nação, Getúlio Vargas [...]”.

O major Djalma Borges, como informa Dias (1984, p. 56), afirmou no seu *relatório* que era de 300 o número de seguidores de Udelino concentrados no córrego Canela de Ema. Tais denúncias desembocam na mesa do diretor da Divisão de Terras e Colonização, em Vitória, e daí, através dos diversos níveis de governo, até a do governador do Estado. Esses funcionários e autoridades pintavam em cores carregadas a situação de violência generalizada e, fato curioso, em redação muito semelhante, fazendo, todos eles, menção às mesmas circunstâncias, referindo-se à situação dos terrenos já medidos, homens *a convite de Udelino, completa insegurança*, fuga de proprietários e as referências aos discursos de Udelino nas concentrações nos vários povoados por ele e seu *batalhão* visitados.

Aqui não seria de todo inapropriado discutir a natureza das incursões armadas de Udelino. No período pré-Udelino, as refregas, que sempre existiram, entre posseiros e jagunços, estes não raramente integrantes do contingente policial local, eram ações individuais com nítido caráter de autodefesa contra as provocações instigadas pelos assim chamados *fazendeiros*. Não há, no entanto, referência a ações dessa natureza, de autodefesa e armadas, orientadas por Udelino quando do início das suas atividades, considerando-se o intervalo de tempo entre sua chegada, em 1945, a primeira viagem a Rio de Janeiro tentando entrevistar-se com o presidente Vargas, e o seu retorno, após a segunda tentativa, agora autoinvestido nas funções de *delegado de terras* ou *delegado de matos*, forma pela qual Udelino por vezes se apresentava.

A partir do instante em que Udelino organiza a sua própria força armada e, em seguida, passa a atacar propriedades para, ao mesmo tempo, expulsar proprietários e locar posseiros, ele passa a desenvolver ações com as mesmas e nítidas características das tradicionais revoltas camponesas relatadas por Hobsbawm (1983). Nessas ações, Udelino tomava a iniciativa, praticava ações de natureza ofensiva e armada, diferentemente de ações de resistência, quando ocorre a ação

de autodefesa ou, no máximo, de revide, adotando-se, no geral, a postura defensiva. Udelino, após retornar do Rio, dirigiu, na verdade, uma nítida revolta camponesa.<sup>24</sup>

É no contexto dessa propalada, mas superestimada, situação de violência, que o governo do Espírito Santo, na época chefiado por Jones dos Santos Neves, determina o deslocamento de forte contingente policial, sob o comando do major Djalma Borges, Delegado-Chefe da terrível, temida e violenta Delegacia de Capturas, para dar combate e desbaratar o *batalhão* de Udelino ou, como eufemisticamente declaravam as autoridades, por cobro à violência imperante na região e para *impor ordem e tranquilidade*. No entanto, segundo registros da imprensa da época e em posterior investigação pela Assembléia Legislativa, através da CPI de 1953, constatou-se que foi a centena de homens da polícia militar que excedeu-se em violências e truculências contra posseiros e outros moradores.

Além de combater Udelino, outra razão de ordem política elucidava a operação do contingente comandado por Djalma Borges. Tratava-se da atuação do deputado federal Wilson Neves da Cunha no apoio à luta de posseiros e de pequenos proprietários, a qual o governador Santos Neves procurava dificultar, prevenindo-se contra outros e possíveis riscos políticos.

Para Djalma [Borges] – e para o próprio governo – as ações daquele grupo, reivindicando terra a todo custo, eram revolucionárias e representavam grande perigo à estabilidade social na região, sendo igualmente consideráveis os riscos políticos de uma identificação da população local com o apoio que o deputado vinha prestando a posseiros e pequenos agricultores da região (PONTES, 2007, p. 122-123).

O desmonte de *União de Jeovah* e o desaparecimento de Udelino ocorreram como resultado tanto das ações diretas da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) quanto das, ainda que indiretas, ações da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). A ridícula força armada de Udelino, verdadeira *Armata Brancaleone*<sup>25</sup>, é completamente destruída.

<sup>24</sup> Para melhor conhecimento sobre revoltas ou levantes camponeses, ver o texto: MAO, Zedong. Informe sobre una investigación del movimiento campesino en Junan. Obras Escogidas de Mao Tse-tung, Tomo I, Pekín: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1968.

<sup>25</sup> L'Armata Brancaleone, clássico do cinema italiano, é uma sátira demolidora aos costumes da cavalaria medieval. A figura central é Brancaleone, um cavaleiro atrapalhado que lidera um pequeno e esfarrapado exército constituído por quatro miseráveis mortos de fome e que perambulava pela Europa em busca de um feudo. Trata-se, na verdade, de uma paródia do D. Quixote, de Cervantes.

A expedição militar comandada por Djalma Borges, no cumprimento das determinações do governador Jones dos Santos Neves (1951-1955), desloca-se para a região de Cotaxé e, no dia 24 de fevereiro de 1953, alcança o córrego Canela de Ema. Assim relatou Djalma Borges, conforme Dias (1984, p. 56): “Às seis horas da manhã do dia 24, o barracão, sede dos trabalhos de Udelino, estava completamente cercado pela minha força, composta de 15 praças”.<sup>26</sup>

Na Casa de Tábua, construída no Patrimônio União de Jeovah, a tropa não encontra qualquer resistência. Os *jeovensens*, procurando preservar a vida e sem qualquer veleidade sebastianista, recusaram o combate contra um adversário bem armado e muito mais poderoso, abandonando as trincheiras preparadas para uma eventual resistência à sortida da Polícia Militar. Como relatou Borges, segundo Dias (1984, p. 59), os jeovensens “[...] iniciaram uma fuga espetacular por estradas, matas e capoeiras [...]. A minha força não encontrou resistência [...]. Alguns tiros foram disparados para o ar, a fim de dispersar os ocupantes das trincheiras”. Os integrantes da pretendida defesa da Casa de Tábua foram desbaratados, presos mais de trinta, restando apenas, e em rota de fuga, um reduzido grupo constituído por Udelino, Jorge *Come-Cru*, João Piedade, José Maria Furtado, Sebastião Raimundo e um desconhecido.<sup>27</sup>

Na fuga, esse grupo foi interceptado, no dia 26 de fevereiro de 1953, por um contingente da PMES, no povoado de Santa Terezinha. Após um tiroteio, três deles foram presos, a saber, José Maria Furtado, Jorge *Come-crú* e o tal desconhecido, sendo que Sebastião Raimundo acaba falecendo, constatando-se, posteriormente, conforme depoimento de Wilson Cunha à CPI de 1953, que “[...] uma coisa é insofismável, incontestável: o lavrador morreu em consequência de tiros que recebera pelas costas”.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> Fragmento do relatório do major Djalma Borges ao governador do Estado, conforme consta em Dias (1984).

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Depoimento de Wilson Cunha à CPI de 1953: consulta à folha de número 58 dos documentos numerados e gentilmente cedidos pelo pesquisador Adilson Vilaça.

Udelino consegue evadir-se, juntamente com seu lugar-tenente João Piedade. Segundo Dias (1984, p. 63), “[...] Udelino havia escapado ao cerco militar no povoado de Santa Teresinha e conseguido chegar até a posse de Romualdo, sob cerrado tiroteio”. Alguns dias depois, numa das tardes do mês de março de 1953, Udelino chegou à propriedade do anteriormente mencionado Genuíno da Silva Gama, acompanhado por Romualdo da Silva, seu filho e posseiro em Cotaxé desde 1952, confirmando a hipótese de que Udelino teria mesmo conseguido fugir, como afirma Dias (1984, p. 59), e chegar a São Geraldo do Baixio, em Minas Gerais.

Sua chegada é, de certa forma, ratificada pela professora aposentada Geralda Gama, filha de Genuíno da Silva Gama, ainda hoje residente em Imburana, distrito de Ecoporanga, em recente entrevista concedida a este pesquisador, na qual declara ter *alguma lembrança* de que seu irmão Romualdo chegou à casa do pai acompanhado de um *homem moreno e alto* (GAMA, 2014).

Outra hipótese sobre o desaparecimento de Udelino e um dos seus possíveis destinos foi desvelada pelo fazendeiro José Paulo dos Santos, mais conhecido como José Vermelho, em declaração a Vilaça e registrada no documentário *O efêmero Estado União de Jeovah*, afirmando que, quando da gravação do dito documentário, Udelino ainda estaria vivo. Na degravação, José Vermelho afirma: “[...] Udelino saiu e foi para o estado do Rio, para Parati. Até uma época, um senhor de Parati passando por aqui, me disse: Udelino mandou muitas lembranças para você [...] (O EFÊMERO..., [2000])”.

No entanto, sobre o destino final de Udelino, o próprio Vilaça (2001a, não paginado)<sup>29</sup>, reproduzindo declaração do tropeiro Jovelino, por ele entrevistado, assim registra: “[...] A esse respeito era categórica a posição do tropeiro Jovelino Cordeiro da Silva: ‘[...] Udelino fugiu para os lados em que estava a polícia mineira. Foi morto e enterrado na mata. Os mineiros não faziam prisioneiros [...]’”. De Udelino, afirma Hasse (2002, não paginado), “[...] Não restou sequer uma foto, nem mesmo uma notícia clara de seu destino - uns diziam que ele foi capturado e morto pela

---

<sup>29</sup> Artigo de Adilson Vilaça intitulado **Memórias de um sargento de milícia: Nascido para guerrear**, que estava disponível no site do e-jornal Século Diário. Como este foi invadido em 2014, não sendo mais possível acessá-lo, este documento do arquivo pessoal deste pesquisador está disponibilizado no Anexo B deste trabalho.

polícia, outros que fugiu para a Bahia ou para o Paraná, onde teria sido assassinado”.

Ainda a propósito do destino de Udelino há que se considerar o fato de que ele, após a fuga, em Santa Terezinha, no dia 26 de fevereiro e a chegada a São Geraldo do Baixo, *numa das tardes de março*, enviou, no dia 15 de abril de 1953, uma carta ao seu amigo Cristolino Cardoso, prefeito de Barra de São Francisco, solicitando a este que fizesse a remessa das correspondências que – por alguma forma Udelino disso tinha conhecimento –, o prefeito recebera do secretário da Presidência da República, Lourival Fontes. Udelino solicitava que os documentos fossem enviados para um determinado endereço no Rio de Janeiro, o mesmo utilizado por Fontes quando os remeteu. Na carta, entregue por Cardoso à CPI de 1953, Udelino afirma:

Tem essa por finalidade principal pedir ao meu grande amigo o obséquio de devolver para o endereço: Rua Almirante Calheiros da Graça 82 – Todos os Santos - Rio de Janeiro-DF. ao meu nome a carta que deve ter em mãos e que a mim foi endereçada aos meus cuidados (PONTES, 2007, p. 145).

Em razão de que o endereço indicado era do Rio de Janeiro, é bastante plausível que Udelino já lá estivesse naquela oportunidade, sendo essa uma das possibilidades de fuga e do seu destino, logo depois do desmonte de *União de Jeovah* e após sua passagem por São Geraldo do Baixo. Não obstante as pesquisas já realizadas, ainda não foi possível elucidar esta questão. No terreno das conjecturas, é possível até considerar uma possível conexão entre essa última hipótese e o recado que José Vermelho recebeu, de que Udelino estaria em Parati, no estado do Rio de Janeiro, e que teria até mesmo lhe mandado lembranças.

Ainda a propósito da possível ação conjunta das duas polícias militares a do Espírito Santo e a de Minas Gerais, sua influência decisiva para o desfecho do *movimento jeovense* e a liquidação do projeto de Udelino, Hasse (2000, não paginado) afirma que

A pretensão de Udelino e seus seguidores foi sufocada pela união das polícias mineira e capixaba. Em poucos meses, as forças policiais dos dois estados, com o apoio dos grandes fazendeiros — que faziam pressão para tirar os posseiros das terras que tinham como suas, mediante documentos ou simples ocupação física —, liquidaram com o projeto do Conselheiro capixaba, que desapareceu na poeira, sem que se tenha certeza do seu destino (HASSE, 2000, não paginado).

Assim, juntamente com seu reduzido estado-maior, Udelino desaparece, ou é *desaparecido*. Não há certeza sobre o seu destino final, mas pode-se presumir que ele teria, finalmente, conseguido evadir-se. Na sequência do desaparecimento de Udelino Alves de Matos, o visionário e místico pregador e idealizador da construção do *Estado União de Jeovah*, o sonhado e utópico Estado dos camponeses, este, *ipso facto*, extingue-se por si próprio, extingue-se por acefalia, antes mesmo de ter efetivamente existido. Encerrando o capítulo 2 do livro *Massacre em Ecoporanga*, Dias (1984, p 60), afirma: “[...] Udelino Alves de Matos desaparece da região. Acaba o sonho de criação do novo *Estado União de Jeovah*”.

Na sequência da desaparecimento de Udelino e do desmonte definitivo de *União de Jeovah*, imposta a *ordem e a tranquilidade*, literalmente a ferro, fogo e bala, pela atuação de Djalma Borges e seus comandados, o deputado Wilson Cunha, que em outras oportunidades já havia se pronunciado sobre os conflitos agrários na região de Cotaxé, faz, no dia 14 de abril de 1953, um pronunciamento na tribuna da Câmara Federal no qual denuncia a violência policial de há muito existente e os últimos fatos ocorridos naquela área.

No referido pronunciamento, relatando acontecimentos do dia 26 de fevereiro de 1953, o já mencionado tiroteio entre o estado-maior de Udelino e o destacamento da Polícia Militar comandado pelo sargento Altivo Corrêa, declara Cunha (1953a, p. 2741): “Na minha passagem pelo povoado de Santa Terezinha, tive oportunidade de verificar que, na véspera, seis lavradores haviam sido bárbaramente agredidos pela polícia, ficando um moro [sic] e outro gravemente ferido”.

Entrementes, o deputado Cunha, em razão de ter recebido ameaças explícitas do major Djalma Borges, conforme consta do seu depoimento à CPI de 1953, depoimento prestado no dia 1º de setembro daquele mesmo ano,<sup>30</sup> dirigiu-se, por telegrama, “[...] ao Sr. Presidente da Câmara Federal, pedindo garantias<sup>31</sup> [sic]”, seguramente garantias de vida. Tais acontecimentos foram noticiados pela imprensa,

---

<sup>30</sup> O completo teor do depoimento do deputado Wilson Cunha à CPI de 1953 pode ser consultado nas folhas de número 54-90 dos autos da CPI, conforme numeração do pesquisador Adilson Vilaça.

<sup>31</sup> Depoimento de Wilson Cunha à CPI de 1953: consulta à folha de número 65 dos documentos numerados e cedidos pelo pesquisador Adilson Vilaça.

ainda no dia 10 de abril, especialmente pelo jornal capixaba A Tribuna, o qual repercutiu esses fatos.

Ante as várias denúncias, notadamente através da imprensa, que chegavam à Ales, os deputados estaduais viram-se na contingência de criar uma CPI para apurar responsabilidades. Referindo-se à sua criação, afirma Pontes (2007):

A leitura da justificativa de instauração dos trabalhos de investigação do legislativo estadual deixa claro que diante da publicação no Jornal A Tribuna – e de várias denúncias que chegavam àquela casa – os parlamentares capixabas se viram compelidos a decidir pela criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a responsabilidade dos fatos que estariam ocorrendo entre a Polícia Militar do Espírito Santo e lavradores no Norte do Estado (PONTES, 2007, p. 113).

Ainda a respeito da criação da CPI de 1953, a *justificativa* do Projeto de Resolução nº 14/1953, apresentado à Ales em 10 de abril de 1953, com redação final estabelecida em 19 de junho, inicia-se da seguinte forma:

Está sendo amplamente divulgado pela imprensa local que a Polícia Militar, sob a responsabilidade do Major Djalma Borges vem praticando atos de arbitrariedade contra lavradores. Ainda hoje, o jornal “A Tribuna” estampa, na primeira página, notícia de que, na câmara federal o assunto foi amplamente debatido, havendo o presidente daquela Casa Legislativa telegrafado para o Sr. Governador do Estado solicitando garantias de vida ao deputado Wilson Cunha que estaria ameaçado de morte.<sup>32</sup>

A *justificativa* acrescenta que

[...] tendo-se em vista ainda que a Assembléia Legislativa do Estado não tem conhecimento pormenorizado do que ocorre, mister se torna a criação de uma comissão de inquérito parlamentar a fim de, em primeiro lugar, verificar a existência dos fatos denunciados pelo deputado Wilson Cunha e, ao mesmo tempo, apurar as responsabilidades dos mesmos.<sup>33</sup>

O Projeto de Resolução nº 14/1953, em sua redação final, assim reza: “Fica criada uma comissão de inquérito parlamentar para, no prazo de 60 dias, apurar a responsabilidade dos fatos que estariam ocorrendo entre a Polícia Militar e lavradores no Norte do Estado”. Após marchas e contramarchas na nomeação dos seus integrantes, depois de renúncias e substituições de nomes, foram, em definitivo,

<sup>32</sup> Os dados sobre a constituição e instalação da CPI foram extraídos da consulta aos documentos da própria CPI, recuperados e cedidos pelo pesquisador Adilson Vilaça, antes mesmo da sua entrega definitiva ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). A *justificativa* pode ser consultada na folha de número 2.

<sup>33</sup> Idem.

nomeados todos os seus membros e ocorreu a primeira reunião da CPI de 1953, então denominada Comissão de Inquérito Parlamentar, no dia 20 de agosto de 1953, a qual designou, por unanimidade, como seu presidente, o deputado estadual Dirceu Cardoso, do Partido Social Democrático (PSD). A CPI de 1953 coletou, no decorrer dos seus trabalhos, dezenas de depoimentos tanto de posseiros quanto de políticos, policiais militares e outras autoridades.

A respeito dos pronunciamentos do deputado Cunha, nos dias 14 de abril e 7 de maio de 1953, na tribuna da Câmara Federal, sua repercussão na imprensa e a consistência do seu depoimento perante a CPI de 1953, tais circunstâncias foram assim definidas e mencionadas por Pontes (2007):

Proprietário de terras na região e responsável pelo pronunciamento na Câmara dos Deputados, que em muito repercutiu nos jornais da capital capixaba, [...] o deputado federal Wilson Cunha prestou o mais robusto e completo testemunho carreado aos autos daquele inquérito (PONTES, 2007, p. 118).

No pronunciamento de Cunha do dia 7 de maio, após o envio do já mencionado relatório Djalma Borges ao governador Jones dos Santos Neves, também do Partido Social Democrático (PSD), relatando as ações militares ocorridas em Cotaxé, nos dias finais do mês de fevereiro de 1953, Cunha (1953b), sarcástico, assim se refere ao relatório e ao próprio major:

O relatório com que o major Djalma Borges dá contas ao govêrno [sic] de sua expedição punitiva aos que constroem naquela região a grandeza do Brasil, lavrando a terra sem nenhum amparo dos poderes públicos, sem estradas, sem escolas e sem saúde, espelha seus hábitos quixotescos, sua vocação para herói, narrando riscos e peripécias de suas diligências, onde em certa hora uma enorme cobra lançou pânico em sua falange. Foi êste o acontecimento culminante de todo o seu drama (CUNHA, 1953b, p. 3.679).

Ainda que tivesse constatado inúmeros casos, e até mesmo criticado desmandos, arbitrariedades e leniência de oficiais, uma demonstração de que a violência sempre foi prática habitual e corriqueira por parte dos integrantes da Polícia Militar, violência praticada através de espancamentos, estupro de mulheres e de jovens filhas de posseiros, extorsão, simples roubo, tortura e, até mesmo, assassinatos de muitos posseiros, o relatório final acaba por justificar tais ações por parte de integrantes da PMES e a atuação criminosa das tropas do major Djalma Borges contra Udelino e os *jeovensês*, além de muitos outros integrantes da população local. O item 23 do relatório final da CPI de 1953 afirma que,

Se não fossem as providências prontas embora enérgicas da Polícia, teríamos tido uma 'NOVA CANUDOS', tal a organização do grupo que ali se instalou e a firme determinação de se imitarem na posse das áreas que Udelino Matos atribuiu no seu sonho visionário.

Nos depoimentos aí tomados fazem-se acusações pesadas à polícia com referências àqueles acontecimentos que, pela sua natureza *exigiam uma rápida e enérgica repressão* para que não se degenerassem num conflito amplo, de profundas conseqüências [sic], e que seria marcado a sangue e fogo, tal o “clima” e o “local” em que deveria se ferir (VILAÇA, 1999, p. 304, grifo nosso).

A referência a Canudos indica, seguramente, o objetivo de rotular negativamente o movimento mediante, conforme Vilaça (2002, não paginado), a “[...] rápida proclamação do líder Udelino Alves de Matos como recriação de Antônio Conselheiro [...]”. Acrescenta ainda que “[...] Queriam rotular um líder messiânico que fanatizasse seus seguidores. Um perigo a ser cortado na raiz, custasse o sangue que custasse [...] (*Ibid*)”, com o sentido nada sub-reptício de caracterizar o *movimento jeovense* como manifestação de camponeses rudes e atrasados, ou, então, como movimento resultante de desvios patológicos, como, de resto, foram sempre rotuladas, na nossa História, as movimentações camponesas. A esse respeito, pode-se dizer que “[...] A insistência em fanatizar a luta pela terra no noroeste do Espírito Santo foi uma jogada para a desqualificação do movimento (*Ibid.*)”.

No entanto, em relação ao quinto item das Conclusões do Relatório da CPI de 1953, no qual se considera que o governador não teve qualquer responsabilidade nos fatos, violências e arbitrariedades praticados por Djalma Borges, três dos seus cinco integrantes emitiram um voto em separado, discordando do item quinto das *Conclusões*. Neste quesito, com voto em separado, porém com redação e assinaturas em conjunto, assim emitiram seus votos os deputados Oswaldo Zanello, do Partido de Representação Popular (PRP), Benjamin Barros, da União Democrática Nacional (UDN), e Annibal Soares, também da União Democrática Nacional (UDN):

Julgo, por conseguinte, o Sr. Governador responsável pelos sangrentos acontecimentos uma vez que, tendo conhecimento das violências policiais deixou de tomar qualquer medida no sentido de coibi-las.

Aos demais itens das conclusões deste relatório dou minha plena concordância (VILAÇA, 1999, p. 313-314).

Transcorriam ainda os trabalhos da CPI de 1953 quando um razoável número de posseiros, expulsos por Djalma Borges na sua verdadeira *razia* contra aquela gente, retornou às posses para colher o que haviam plantado. Dias (1984, p. 64) afirma que alguns “[...] dos posseiros expulsos com a investida do major Djalma Borges estão de volta. Com eles, uma leva de outros pioneiros”. O fato de que a questão mais importante, do ponto de vista dos posseiros, a questão da posse e da titulação da terra, permanecerem irresolvidas, bem como a permanência de antigos e a chegada de novos posseiros na área, apontavam para um posterior e praticamente inevitável prosseguimento dos choques e das lutas camponesas em Cotaxé.

Além das razões de ordem objetiva, estudaremos, no capítulo seguinte, outras razões da contínua e persistente resistência camponesa, razões que, como um fio, perpassam, acoplando, as sequentes vagas e os distintos momentos das lutas dos camponeses. É essa nova retomada e a continuidade, após a derrocada final de *União de Jeovah*, que configuram a transição de movimento de gênese inicialmente sociorreligiosa para movimento eminentemente político, organizado e articulado que estudaremos no próximo capítulo. Tal transição foi mediada por um agente político, o PCB, que se fez presente na região atuando a partir de uma linha política de abrangência nacional, o qual apresentou um novo projeto, um outro programa para o Movimento de Cotaxé, qual seja o da luta pela reforma agrária nos espaços institucionais, com ações de defesa das posses e benfeitorias, defesa efetuada, não raro, através de ações armadas e, em alguns poucos casos, de revide mesmo. É o que apresentaremos em continuação.

### CAPÍTULO 3 - A RESISTÊNCIA CAMPONESA, O SEGUNDO MOMENTO

Neste capítulo apresentaremos os resultados dos estudos sobre a continuidade das lutas pela terra na região de Cotaxé no período pós-Udelino e, ainda, analisaremos as razões que explicam a persistente e continuada resistência camponesa, inclusive até os nossos dias, além dos fatores de ordem objetiva que engendraram um segundo momento no Movimento de Cotaxé.

O falecido professor Flávio Moreira<sup>34</sup>, em sua tese de doutorado, fez constar que, perscrutando o modo de pensar camponês, o pesquisador Carlos Rodrigues Brandão havia observado que o camponês incorpora certos saberes, valores e sensibilidades, além de outros conceitos, os quais induzem a compreensão de que, no que se refere ao campesinato, no conjunto das suas relações de troca e de vivências, ocorre um constante processo de resistência, explicitando Brandão (1999, *apud* MOREIRA, 2009), que

[...] a sua característica principal está em resistir contínua e persistentemente a se dissolver em uma lógica de relacionamentos na qual o dom se submeta ao *lucro*, a *reciprocidade ao negócio* e a *deferência-afeto* entre as pessoas à *manipulação comercial* (BRANDÃO, 1999, *apud* MOREIRA, 2009, p. 179).

Também no objeto do nosso estudo, esse quase estoicismo e capacidade de resistência se fazem presentes, percorrendo e acoplando, como um fio condutor, as etapas do Movimento de Cotaxé, desde o período *jeovense*, com Udelino e *União de Jeovah*, até o período da resistência, sob a direção da União dos Posseiros de Cotaxé, como veremos. Todavia, essa capacidade de resistência do campesinato atua sobre a base de continuidades de natureza objetiva, permanências que transitaram do primeiro ao segundo momento do movimento que estudamos.

---

<sup>34</sup> O professor Flávio Moreira, quando do seu falecimento, em setembro de 2014, tinha apenas 46 anos. Moreira era graduado em Pedagogia, com mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Ele integrou os quadros da Universidade Federal do Tocantins, no campus Tocantinópolis, de 2007 até 2014, quando retornou ao Espírito Santo. No Tocantins, foi diretor e docente do curso de Pedagogia. Na Ufes era professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes), no Campus de São Mateus e, no Ceunes, tinha área de atuação em Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e Movimentos Sociais.

Por isso, na sequência, estudaremos as principais características que, presentes no período Udelino, passaram e se fizeram presentes também no pós-Udelino, características que se tornaram causa da tenaz, e por vezes armada, resistência camponesa, em resposta à violência praticada por falsos proprietários, os denominados grileiros, em frente unida com madeireiros e pecuaristas.

### 3.1 APÓS A DESAPARIÇÃO DE UDELINO, CONTINUIDADES E TRANSIÇÃO

Após o desmonte de *União de Jeovah* e a desapareição de Udelino, permanece sem solução, desde a perspectiva dos agricultores, a questão fundamental, a questão da posse e da titulação das pequenas glebas ocupadas pelos posseiros. Aqui se torna necessário realçar que se trata de questão fundamental em virtude de que a terra, reivindicada e pela qual luta o camponês, é o instrumento para construir um futuro melhor, o objeto e meio de seu trabalho e, em se tratando de posseiros já estabelecidos, segundo Bastos (1984, p. 21, grifo da autora), “[...] a luta dos camponeses [...] não é uma luta por *qualquer terra*, mas sim uma luta *pela terra que tem incorporado seu trabalho*”.

A não resolução dessa questão fundamental ocorre ao mesmo tempo em que permanecia intacta a estrutura da propriedade da terra, alterando-se, paulatinamente e para maior, a extensão das propriedades na região de Cotaxé. Para que tal ocorresse, em muito contribuía a postura das autoridades capixabas, as quais, inclusive, reconheciam como válidos os títulos de propriedade emitidos pelo estado de Minas Gerais em favor de conhecidos grileiros. Acrescente-se a isso o fato de que os requerimentos de medição e concessão de títulos de propriedade por ocupantes das áreas maiores podiam ser efetivados tanto em Minas Gerais como, também, junto à Delegacia de Terras e Colonização de São Domingos, uma repartição da Divisão de Terras e Colonização do governo do Espírito Santo.

Assim, mediante simples requerimento ao poder público, em ambos os Estados, extensas áreas de terras podiam ser *legalizadas*, desconsiderando direitos adquiridos, e passarem a se sobrepor às áreas já ocupadas por posseiros, a conhecida circunstância da sobreposição de titularidade. Com relação às terras

devolutas, constatou-se, no extremo-noroeste, a ocorrência de uma das situações de ocupação da terra mais comuns, segundo a qual, conforme Hobsbawm (1999, p. 242), “[...] quando a terra é reivindicada simultaneamente por camponeses ou grandes proprietários, [...] geralmente a terra é pública e de domínio do Estado; [...]”.

Dessa forma, e em decorrência da prática usual dos requerimentos cartoriais e da titulação sobreposta, estende-se o latifúndio, o qual, anos mais tarde, desembocou em enormes propriedades nas quais, após o quase total desmatamento, será exercida a pecuária extensiva. Tal situação, após a expansão da área das propriedades e da implantação da atividade pecuária, foi motivo de reportagem da revista *Veja*. Na matéria, citando declarações de um ex-governador do Espírito Santo, registra-se:

Hoje, segundo Vitor Buaiz, “o extremo norte é pobre e cheio de grandes propriedades”. No ano passado, ele construiu na região uma estrada, ligando o Espírito Santo a Minas. Tem 28 quilômetros de extensão, mas cabe inteira em duas fazendas (CORRÊA, 1997, p. 97).

Em relação aos requerimentos de títulos de propriedade, primeiramente eram criadas grandes dificuldades, por variadas formas e procedimentos burocráticos, além do uso de extrema violência, para, impedindo a titulação das pequenas glebas, afastar os posseiros daquela área. Ao mesmo tempo em que se procurava expulsar as famílias que ali trabalhavam, ampliou-se o desmatamento, em ações combinadas de limpeza humana e de limpeza física da área. Tratava-se de expulsar os *novos botocudos*, os posseiros que, da mesma forma que os indígenas, eram tidos como obstáculos ao progresso e que, por isso e em nome desse mesmo progresso, também deveriam ser afastados, expulsos ou exterminados.

As continuidades, neste nosso estudo, apontam para algo que vai mais além da persistência do problema fundiário, ou seja, a persistência simultânea e o comprometimento do poder de Estado e seus instrumentos com determinadas classes sociais. Nesta categoria está o aparelho oficial de Estado, constituído pelos órgãos do Poder Executivo, pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público, com destaque para o aparato policial, este último enormemente reforçado por agentes não oficiais - a jagunçada -, principalmente quando se trata de áreas nas quais ocorrem agudos conflitos de terras.

Efetivamente, no sentido de reforçar o aparato repressivo, pistoleiros e os denominados *jagunços fardados*, - pistoleiros engajados na Polícia Militar - são, em grande número, contratados por grileiros e latifundiários. Quanto a esta modalidade de jagunço, o *fardado*, como afirma Pereira (1988), quando

[...] o fazendeiro quer desfrutar de uma posição cômoda para seus jagunços de confiança; então consegue que o 'deputado amigo' engaje seus homens na polícia e a seguir que sejam eles destacados para seu município ou vizinhanças; fica, assim, contando com jagunços fardados (PEREIRA, 1988, p. 39).

Nas regiões de fronteira, tal qual a que aqui estudamos, o termo *jagunço* tem significado distinto daquele utilizado quando da Guerra do Contestado<sup>35</sup>. Aqui, o termo jagunço deve ser compreendido como *homem que serve de guarda-costas a fazendeiros, pistoleiro a serviço de poderosos*, tanto para defendê-los quanto para assassinar adversários. Na fronteira, são contratados por grileiros para atuar contra os posseiros, cometendo toda sorte de tropelias, tentando, pela violência, amedrontá-los e fazer com que abandonem suas posses. A atuação dos jagunços compreende, afirma Piori (2011, p. 122), “[...] os assassinatos, a invasão violenta da posse, o incêndio das casas dos posseiros e o abatimento de animais de criação, [...] bem como a tentativa de estupro de filhas e mulheres de camponeses [...]”.

O jagunço é o vetor por excelência da chamada violência informal e sua atuação se volta sempre contra as pessoas simples do povo, notadamente contra os posseiros. Por essa razão, não ocorriam enfrentamentos e tiroteios entre jagunços, que circulavam portando farto armamento, e policiais, pois aqueles eram como que auxiliares destes. Quanto à sua caracterização e origem social, Pereira (1988, p. 48) afirma que “[...] os pistoleiros são os jagunços dos 'proprietários': são comumente camponeses que procuram escapar do peso da pobreza e da classe juntando-se aos opressores [...]”, ao mesmo tempo em que “[...] o jagunço do grileiro, [é] o tipo mais odiado pelo camponês porque, sendo camponês também, se aluga ao latifundiário para oprimir os seus iguais [...] (*ibid*, p. 68)”.

<sup>35</sup> No contexto da Guerra do Contestado (1912-1916), ocorrida numa área de disputa territorial entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, o termo *jagunço* designa o caboclo que, armado e nos *redutos*, participava dos destacamentos rebeldes que combatiam as forças federais e estaduais, na defesa de suas *posses* e propriedades.

Após desaparecidos tanto Udelino quanto sua quimera, o *Estado União de Jeovah*, permaneceu intacto e atuante todo o aparelho de Estado. Persistindo irresolvida a questão da propriedade da terra, impunha-se necessariamente a permanência também das salvaguardas do Estado de classe, o qual tem, como um dos seus pressupostos, até por determinação constitucional no Brasil, a defesa da propriedade privada. Não obstante, e por mais paradoxal que possa parecer, esta forma de organização social tem defendido a propriedade e, ao mesmo tempo, posiciona-se contrariamente à ampliação do número de proprietários. Tem defendido, na verdade e principalmente, a concentração da propriedade privada, na lógica do desenvolvimento do capitalismo.

Tal situação ocorria, e continua ocorrendo nos nossos dias, particularmente no que se refere à propriedade fundiária. Propriedade privada, e grande, apenas para alguns poucos. A sua defesa é papel do Estado de classe, conivente com e a serviço da grande exploração e da grande propriedade rural. Não obstante, mesmo desaparecido Udelino, a violência não cessa. Contando com o beneplácito do aparelho de Estado, conforme assinala Priori (2011, p. 112), é permanente “[...] a ação dos latifundiários e grileiros, seja por meio da justiça, seja por meio da violência institucional (Força Pública) ou da violência informal (jagunços) [...]”. Tais circunstâncias foram confirmadas por Pontes (2007, p. 81), quando asseverou que, “[...] às vezes, eram os próprios agentes do estado [sic] os vetores dessa violência”.

Todavia, a violência continuava a existir exatamente em razão de que os posseiros insistiam em lá permanecer e, também, porque resistiam valentemente, não abandonando suas posses, as glebas e as benfeitorias disputadas literalmente a ferro e fogo. Entretanto, conflito e violência são geradores de resistências e, sob certas circunstâncias, como em Cotaxé, Porecatú, Trombas e Formoso, de resistência armada.

Assim, o aparelho de Estado permanece presente e atuante na defesa de grileiros e seus associados, os madeireiros e os pecuaristas. A poderosa e pesada mão do Estado se faz notar principalmente através da atuação da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES). No final do mês de fevereiro de 1953, como analisado no capítulo anterior, em ruidosa operação militar, o movimento jeovense foi aniquilado e

esfacelada toda a sua direção, sendo que muitos posseiros e alguns dos seus principais líderes foram assassinados, segundo diversos relatos e depoimentos à CPI de 1953.

Como já estudamos, em agosto de 1953 foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), para investigar aqueles acontecimentos, averiguar a extrema violência empregada pela Polícia Militar, além de determinar os seus responsáveis. Como decorrência da condenação da violência policial, no relatório final da CPI. e não mais existindo a atuação de Udelino, segue-se um período no qual a violência retoma o seu curso habitual, o curso da violência informal, aquela praticada por jagunços, fardados ou não, e da violência institucional, praticada pelo Estado, notadamente pela força pública. A violência não deixa de existir, porém não mais se trata da explosão de truculência praticada pela expedição policial-militar mobilizada para desmontar *União de Jeovah* e que foi comandada por Djalma Borges, em fevereiro de 1953.

Mesmo com a retomada do curso habitual da violência, permanecem na área centenas de camponeses que ocupavam pequenas posses em diversos distritos do município de Ecoporanga. A permanência de posseiros na região é demonstrada pelo fato de que, posteriormente, ocorreriam novos conflitos. Naquele município, “[...] os dois principais conflitos estavam localizados [...] nos distritos de Itapeba/Estrela do Norte e Cotaxé, durante a mesma época, nos anos [19]50 e [19]60 (DIAS, 1984, p. 13)”. No distrito de Cotaxé, os posseiros ocupavam glebas no Córrego do Limão e no Córrego do Peixe. O líder posseiro Benício Jacinto, narrando o episódio de uma convocação, pelo tenente Alceu Jr., o qual havia enviado policiais a todas as *posses*, exigindo o comparecimento dos posseiros na Vila de Cotaxé, declara, segundo Dias (1984, p. 68), que “[...] meu pai desceu pelo córrego do Peixe e eu pelo córrego do Limão, chamando os outros posseiros para atender ao pedido do tenente”.

Além dos camponeses, permanecem na área também os grileiros e seus aliados, os madeireiros e os pecuaristas, e outros segmentos sociais e categorias profissionais, como tropeiros, artífices, pequenos comerciantes e intermediários de negócios, dependentes, todos eles, das atividades econômicas desenvolvidas na região, principalmente da produção agrícola dos posseiros e pequenos proprietários.

Como se pode notar, permanecem na área os mesmos atores sociais do período jeovense. Permanece, apesar da repressão policial, um grande número de posseiros, inclusive posseiros pioneiros da ocupação. Além destes, com o beneplácito e a proteção policial, também permanecem pretensos proprietários, estes exibindo títulos de propriedade emitidos, ou alegadamente emitidos, por cartórios de Minas Gerais, em razão, seguramente, da duplicidade de jurisdição imperante na região e astuciosamente explorada por conhecidos grileiros. Dessa forma, segundo Vilaça (2002, não paginado), “[...] com títulos de terra falsos, quase sempre emitidos em Teófilo Otoni (MG), fazendeiros de criação extensiva de gado tinham expropriado a região, vendendo a preço baixo a madeira de lei”. Os cartórios de Minas Gerais emitiam títulos de propriedade com base, assinala Dias (1984, p. 83), em um “[...] conjunto topográfico fornecido [...] pelo Distrito de Terras Devolutas sediado em Teófilo Otoni [...]”, conforme consta de um relato do inspetor de terras Alberico Freire do Prado. Mesmo concedidos por Minas Gerais, tais documentos eram sempre reconhecidos e validados pelas autoridades do Espírito Santo.

Dessa forma, o poder público, posicionando-se, quase sempre, com evidente parcialidade, exercia a função de *mediador* das agudas contradições entre aqueles inconciliáveis litigantes sociais. Explicitando a operacionalização da mediação dos conflitos de terras por intermédio, por exemplo, da burocracia estatal, Foweraker (1982, p. 48) observa que “[...] Os quadros burocráticos presentes na fronteira incluem funcionários, empregados e conselheiros técnicos de departamentos e repartições estaduais e agências federais, principalmente de “desenvolvimento” e de terras”. A burocracia estatal é, assim, um dos vetores da mediação dos conflitos na fronteira.

A mediação desses antagonismos, além do exercício direto da violência institucional, da violência informal e da atividade dos quadros burocráticos, apresenta ainda outro componente. Trata-se da mediação pela operação da lei a qual, conforme Foweraker (1982, p. 48), fica a cargo e “[...] manifesta-se na polícia, nos advogados e nos juízes [...]” e, também, pela atuação dos membros do Ministério Público. Este é o espaço público, o campo de atuação no qual militavam os atores sociais presentes na área dos conflitos por terras na região de Cotaxé. É neste espaço que posseiros e grileiros se constituirão nas principais forças sociais

em confronto, as quais, em decorrência do seu embate, provocarão os ulteriores acontecimentos, no pós-Udelino.

### 3.2 UM NOVO ATOR POLÍTICO: O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB)

Naquela região de conflitos pela terra pode-se afirmar que, considerando as continuidades de natureza econômica, política e social (a estrutura da propriedade, o aparelho de Estado e a burocracia estatal, grileiros e posseiros, jagunços, bate-paus, provocadores e policiais), no pós-Udelino e malgrado o desaparecimento deste, permaneceu uma grande utopia. Esta grande utopia, a impulsionadora da migração e da tenacidade dos migrantes, consiste no sonho, o sonho da simples conquista de um pedaço de terra para trabalhar. Nesse sentido, afirma Priori (2011),

O principal motivo da migração, sem dúvida, era a terra. O migrante visualiza a possibilidade de viver e trabalhar em um pedaço de terra que fosse seu. O pensamento era um só: primeiro a posse, depois a regularização e, por fim, o direito, na forma de propriedade (PRIORI, 2011, p. 112).

A decisão de migrar para Cotaxé, como a do *velho* Genuíno da Silva Gama, não resulta de qualquer espécie de aventura, mas de uma candente e imperativa necessidade de continuar vivendo e existindo.

O sonho da conquista da terra, pelo resultado da atuação do Partido Comunista, passa aos poucos a ser *sonhado junto* pelos obstinados posseiros de Cotaxé, os quais insistiam em lá permanecer. A atividade do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>36</sup>, cuja inserção nas lutas pela terra em Cotaxé veremos pouco adiante, aponta no sentido da conscientização do direito ao uso da terra e da organização dos posseiros, inclusive daqueles remanescentes do período jeovense. Seria através da União dos Posseiros de Cotaxé (UPC) que o PCB exerceria a sua função dirigente das lutas camponesas naquela área. Organizar entidades representativas do campesinato, as denominadas ligas, associações ou uniões, era uma antiga experiência do Partido Comunista na organização de camponeses, acreditando os

---

<sup>36</sup> Fundado em 1922, manteve a mesma designação e sigla até agosto de 1961. Como estamos tratando de fatos ocorridos antes dessa última data e por existir um único partido comunista naquela quadra, optamos por utilizar o nome e a sigla que vigoravam naquele período.

comunistas, conforme Silva (2003), que “[...] através das ligas, o PCB teria condições de organizar os camponeses conscientizando-os da situação miserável em que viviam [...] (SILVA, 2003, p. 30)”.

Em Cotaxé, a etapa da organização, da conscientização e da articulação com outros movimentos camponeses, é a nova componente orgânica e política e consiste no elemento novo que passa a existir no período pós-Udelino, mercê da atuação do PCB.

Assim, *União de Jeovah*, após sua liquidação, transitou para a União dos Posseiros de Cotaxé, fundada em novembro de 1954<sup>37</sup>, sob a orientação do já localmente estruturado PCB. A criação dessa associação legal, uma entidade de defesa e de representação, foi a forma encontrada pelo PCB, partido na ilegalidade, para alcançar o espaço público. Buscava aquele partido alcançar tal espaço com a mesma fórmula pela qual, afirma Priori (2011, p. 179), “[...] como sempre foi praxe durante o período em que estava na ilegalidade, [...] procurava inserir seus quadros em partidos legais”. No caso da UPC, tratava o PCB de inserir seus *quadros*, ou militantes qualificados, em uma associação legal que ele próprio criara, a qual exercia certas funções de partido político.

É de se recordar, também, que a experiência do Partido Comunista na fundação de organizações camponesas, as associações e uniões, também denominadas como *ligas camponesas*, data da meação da década de 1930, em São Paulo, ainda que sem muito sucesso, conforme assinala a pesquisadora Emiliana Andréo da Silva (2003). No entanto, acrescenta aquela autora, “[...] somente a partir de 1940 é que constatamos uma maior organização dos camponeses por meio de associações e de ligas camponesas, tendo como agente o Partido Comunista Brasileiro [sic] (SILVA, 2003, p. 28)”.

Após resultados pouco frutíferos, uma experiência exitosa de criação de associações de camponeses pelos comunistas foi assim exemplificada por Priori

---

<sup>37</sup> Conforme entrevista de Erasmo de Carvalho Moreira, secretário da União dos Posseiros de Cotaxé, a este pesquisador, no dia 4 de maio de 2014.

(2011, p. 125): “A primeira notícia que se tem da formação de uma Liga Camponesa no estado do Paraná data de 1944, ano em que dois acontecimentos marcaram o início do movimento organizado dos posseiros de Porecatu e região”. Estes dois acontecimentos, explicita aquele autor, foram a criação de duas *ligas camponesas*, uma na localidade de Ribeirão do Tenente e outra na de Guaraci, naquele estado.

No extremo-noroeste do Espírito Santo, levando em conta o final abrupto do *movimento jeovense* e as continuidades observadas, com base nas pesquisas realizadas pode-se afirmar que, após liquidado *União de Jeovah*, ocorreu em Cotaxé uma transição, mediada pelo Partido Comunista, de movimento inicialmente sociorreligioso e de alcance restrito, local e isolado, para movimento organizado, consciente e politicamente articulado com outros movimentos sociais. Tal articulação, incluindo outros movimentos camponeses do Espírito Santo, dava-se notadamente em relação ao movimento sindical urbano, extrapolando, dessa maneira, a sua conformação local e a área geográfica original. Assim, o Movimento de Cotaxé passa a ser formalmente dirigido pela recém-criada União dos Posseiros de Cotaxé, mas, em última análise, era orientado pelos comunistas através da sua organização partidária local.

É inegável, como acreditamos ficará demonstrado, que foi a partir da presença e atuação do Partido Comunista e da fundação, por sua iniciativa, da União dos Posseiros de Cotaxé, uma espécie de *sindicato temporão*, como assim a definia, segundo Moreira (2014), o militante comunista Francisco Calazans Pinheiro, o Chico Gato, seu primeiro presidente, é que foram criadas as condições subjetivas que possibilitaram tal transição e a continuidade das lutas na região de Cotaxé.

A presença do PCB em Cotaxé, assim como nas localidades de Trombas e de Formoso, em Goiás, como também em Porecatu, no Paraná, deu-se no contexto da sua então vigente linha política. A orientação para a atuação dos comunistas estava delineada em dois dos assim chamados *documentos* aprovados pela direção nacional daquele partido. Tais diretivas para a atuação política do PCB foram elaboradas à luz da sua compreensão dos fatos políticos no plano interno, mas também sofreram influências de circunstâncias externas, particularmente as que se referem à guerra revolucionária na China, o desenvolvimento da revolução chinesa,

praticamente triunfante em janeiro de 1948 e definitivamente vitoriosa em outubro de 1949.

Assim, conhecidos como os *Manifestos do PCB*, o primeiro, de janeiro de 1948 e o segundo, de agosto de 1950, são esses os documentos que alteraram a linha política que vigorara durante os primeiros anos da redemocratização, logo após a queda do Estado Novo (1937-1945). Tais *Manifestos* são decorrentes, o primeiro, da reação algo intempestiva à cassação do registro do PCB, em maio de 1947, - seguida da cassação dos mandatos dos seus parlamentares, em janeiro de 1948 - e, o segundo, da influência do triunfo da revolução chinesa e de sua importância na indicação de um caminho alternativo para a revolução nos países então chamados subdesenvolvidos, um caminho distinto do caminho da revolução russa de 1917.

O triunfo da revolução chinesa, já delineado em 1948 e estabelecido em definitivo a 1º de outubro de 1949, apontava, em relação aos países do terceiro mundo, uma outra perspectiva quanto ao caminho da revolução, caminho alternativo ao dos levantes e insurreições de operários, camponeses e soldados, o conhecido modelo de 1917, difundido e praticamente imposto aos demais Partidos Comunistas pela III Internacional<sup>38</sup>, os quais deveriam tê-lo como modelo e colocá-lo em prática. Como linhas gerais da estratégia alternativa e, de certa forma, *rebeld* do Partido Comunista da China, pode-se afirmar que se tratava do caminho do cerco das cidades pelo campo através de ações de natureza tanto política quanto militar, no quadro geral de uma guerra prolongada, travada tendo como fundamento, inicialmente, os princípios da defensiva estratégica, segundo as formulações teórico-militares de Mao Zedong<sup>39</sup>.

A importância da revolução chinesa tornava-se tanto maior porque maior era o contingente da população rural, em relação à urbana, nos países do então chamado Terceiro Mundo, o Brasil inclusive. O triunfo da revolução chinesa provocou,

---

<sup>38</sup> A III Internacional, também conhecida como Internacional Comunista, foi um fórum internacional dos partidos comunistas de diversos países que funcionou de 1919 até 1943. Todas as Resoluções dos Congressos e do Comitê Executivo deveriam ser de conhecimento obrigatório dos partidos filiados. A Internacional Comunista degenerou após a ascensão de Stálin e foi dissolvida em 1943, como demonstração de boa-vontade para com os países aliados na II Guerra Mundial.

<sup>39</sup> Intelectual chinês, pintor, poeta e estrategista político e militar que assumiu a direção do Partido Comunista da China em 1931, sendo o principal elaborador da sua estratégia e da sua tática na condução da revolução chinesa.

segundo Cunha (1997), Ribeiro (2009) e Priori (2011) forte influxo na linha do PCB e na sua opção por tentar aproximar-se do campesinato, no sentido de construir a decantada aliança operário-camponesa, tentando colocar a questão da revolução agrária e anti-imperialista na ordem do dia.

Registre-se que, naquele momento, o PCB estava bastante alinhado com o Partido Comunista da China (PCC), sendo que os seus órgãos de imprensa repercutiam, frequentemente, notícias sobre a China e publicavam artigos de dirigentes chineses. A esse respeito, Ribeiro (2009) assinala que

A partir da análise de um variado número de fontes, é possível perceber influências da Revolução Chinesa e do maoísmo na linha política do Manifesto de Agosto (1950-1958). Diversas fontes atestam o fenômeno. Documentos do partido, memórias de militantes e ações práticas do Partido Comunista do Brasil permitem verificar ressonâncias do pensamento maoísta e do episódio revolucionário chinês, de 1949, no interior do partido, na década de 1950, e na elaboração de sua linha política radical (RIBEIRO, 2009, p. 2).

Assinado por Luiz Carlos Prestes, o *Manifesto de Agosto* conduz o PCB no sentido de uma linha política de extrema radicalidade. Propunha a construção de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, da qual excluía a *burguesia nacional*, substituindo a anterior linha de *cega unidade* pela sua negação total, a luta pela instituição de um governo democrático e popular, contra o imperialismo e pela revolução agrária com base na aliança operário-camponesa, tendo o campesinato como a massa fundamental da revolução. O *Manifesto de Agosto* também propunha a organização de um certo e mal definido Exército Popular de Libertação Nacional (EPLN), apontando para a tomada revolucionária do poder através da luta armada, mediante a utilização da *violência revolucionária das massas*.

A partir do IV Congresso, realizado em novembro de 1954, no mesmo ano e mês da fundação da União dos Posseiros de Cotaxé, a linha política do PCB tende a flexionar-se ao centro, corrigindo, em parte, os desvios tidos como *esquerdistas* dos Manifestos de Janeiro de 1948 e de Agosto de 1950, principalmente os *desvios* do segundo. Assim, pode-se inferir que a chegada, em 1952, primeiramente de Cleonizeth Alves Tristão e, logo em seguida, de José Apyro das Virgens, sendo o primeiro de família comunista, e o segundo, um antigo militante do PCB, os dois

*comunistas* precursores naquele cenário, como detalharemos adiante, ocorreu quando da vigência da linha política do *Manifesto de Agosto* de 1950. Todavia, a atuação posterior da União dos Posseiros, fundada e dirigida pelos comunistas de Cotaxé, ocorre já nos marcos da nova e atenuada, em relação ao referido *Manifesto*, linha política do IV Congresso.

A influência do contexto nacional e internacional, nos primórdios da guerra fria, apontava, como vimos, para um redirecionamento da linha política do Partido Comunista, tida como de conciliação de classes, para uma explosiva proposta à esquerda, de assalto direto ao poder, expressa no *Manifesto de Agosto*. É neste ambiente político-ideológico que passam a ocorrer intervenções dos grupos políticos de esquerda junto aos camponeses, os comunistas inclusive. Com relação aos comunistas, constata-se, tanto em Cotaxé, no Espírito Santo, quanto em Porecatu, no Paraná, ou em Trombas e Formoso, em Goiás, que

Foi com esta perspectiva de revolução que setores do Partido, entusiasmados com a vitoriosa revolução chinesa e a possibilidade de implementar uma política a ser transposta naquele processo e norteada por uma concepção teórica revolucionária do campo cercando as cidades, lançaram-se ao reforço dos movimentos sociais (CUNHA, 1997, p. 1).

Aqui se manifesta a questão da cultura política, tanto de militantes quanto de partidos, evidentemente políticos, às quais se referia Serge Berstein (1998) ao abordar esta questão. Particularmente em relação às motivações de das Virgens e de Tristão, conviria tentar determinar as suas origens, apostando que compreendê-las é uma necessidade para elucidarmos aspectos do nosso objeto de estudo. Aqui, como alerta Berstein (1998, p. 359), “[...] recordamos mais uma vez que a verdadeira aposta está em compreender as motivações que levam o homem a adotar este ou aquele comportamento político [...]”. Constatou-se, com relação ao mencionado Cleonizeth Alves Tristão, que seu pai, Lisandro Armondes Tristão, falecido em 1948, já seria, também, militante comunista, segundo depoimento de Tristão (2013), e que, por influência do pai, Cleonizeth seria portador da cultura daquele partido, a qual teria sido apropriada e à qual aderiu no ambiente familiar, que é o primeiro e principal vetor de integração e socialização da cultura política, segundo Berstein (1998). Referindo-se aos diversos vetores e canais de integração da cultura política, Berstein (*ibid.*, p. 356) afirma que estes são, “[...] Em primeiro lugar, a família, onde a

criança recebe mais ou menos directamente um conjunto de normas, de valores, de reflexões que constituem a sua primeira bagagem política [...]”. Assim, foi portando essa cultura política que o *comunista* Cleonizeth Tristão chegou a Cotaxé.

A aguerrida e eficaz militância, tanto de das Virgens quanto de Tristão é, seguramente, justificada pela circunstância de que a cultura política, ainda segundo Berstein (1998, 361), “[...] retira a sua força do fato de, quando interiorizada pelo indivíduo, determinar as motivações do ato político [...]” e que, “[...] passando da dimensão individual à dimensão coletiva, esta fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura [...]”. É nesse contexto político-cultural que se dava a relação do militante das Virgens e do quase militante, o *simpatizante* Tristão com o seu partido, o PCB.

A proximidade deste último com o PCB, em razão da formação familiar, é atestada em entrevista do antigo dirigente comunista Antônio Ribeiro Granja a este pesquisador. Militante do PCB desde 1934, Granja, nascido em 1913 e natural de Exú, em Pernambuco, veio para o Espírito Santo em 1945, para aqui organizar o Partido, já que no Espírito Santo havia apenas comunistas dispersos e não organizados. Granja, na entrevista referenciada, informou que Tristão, na segunda metade da década de 1940, já homem feito, participava das reuniões do PCB na casa paterna e que, por isso, conhecia a maneira de atuar do partido comunista. Ainda segundo Granja, Tristão, *apenas um militante*, mas não *um filiado* [sic], *comunicou* ao PCB que iria para Cotaxé. Em razão de ser *somente* um militante, recebeu, por isso mesmo, apenas uma *sugestão* no sentido de desenvolver ali o trabalho partidário. Tristão, segundo Granja, foi assim orientado: “[...] você vai fazendo o Partido, devagar [...] (GRANJA, 2014)<sup>40</sup>”.

No caso em apreço, como elementos fundantes da cultura política do PCB e de seus militantes ou simpatizantes próximos, é possível determiná-la como sendo, naquele período, constituída, por um lado, pela perspectiva da revolução, algo muito presente no imaginário comunista, em conformidade com a concepção maoista do cerco das cidades pelo campo e, por outro, em se tratando do Espírito Santo, conforme Dias (1984, p. 11), “[...] dos primeiros passos do Partido Comunista do

<sup>40</sup> Entrevista de Antônio Ribeiro Granja concedida a este pesquisador em abril de 2014.

Brasil na aplicação prática da sua revolucionária aliança operário-camponesa [...]”, concepção essa fortemente presente tanto no *Manifesto de Janeiro* quanto no *Manifesto de Agosto*.

Assim, é no contexto destes *Manifestos* e de sua orientação política, conforme Piori (2011, p. 151)<sup>41</sup>, que Tristão, formalmente filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), porém simpatizante muito próximo do clandestino PCB, desloca-se para aquela área em 1952 e juntamente com José das Virgens, após a chegada deste, também em 1952, passa a *recrutar*<sup>42</sup>, depois da estruturação do PCB em Cotaxé, no ano de 1953,<sup>43</sup> os mais destacados líderes entre os posseiros, além de importantes personalidades locais. A ação conteudista e organizativa do PCB redundaria na criação, em 1954, da União dos Posseiros de Cotaxé, entidade que passaria, formal e publicamente, a dirigir as atividades dos posseiros, tanto com relação ao plantio de lavoura de subsistência e comercialização de madeiras quanto à ação de grupos armados de autodefesa, de exitosas ações de *acerto de contas* contra dois notórios jagunços e, inclusive, de duas tentativas de liquidação física, mediante a organização de emboscadas, do destacado e detestado grileiro Lamartine Loureiro, segundo relata Dias (1984, p. 129-130), com base em relato de Benício Jacinto da Silva.

Quando do esfacelamento de *União de Jeovah*, em fevereiro de 1953, vigorava em todo o país um ambiente de relativas liberdades democráticas, acentuadamente a partir do período do governo de Getúlio Vargas, de 1951 a 1954. O PCB, já estruturado localmente, intensifica a sua atuação na área de Cotaxé, bem como em todo o país. A atuação dos posseiros, sob a orientação comunista, passa das ações violentas e ilegais, como no período jeovense, para um estágio de ações legais e em geral pacíficas, em conformidade com o ambiente político e social e, também, conforme as definições da nova estratégia e da tática do PCB, após o seu IV

---

<sup>41</sup> “Os manifestos de 1948 e 1950 são documentos do PCB que orientavam para uma nova linha política. Defendiam a ‘violência revolucionária’ como linha de ação, visando à luta direta para a tomada do poder e cujo objetivo consistia em fazer a ‘revolução agrária e anti-imperialista’”.

<sup>42</sup> Recrutar: antigo termo do jargão comunista, que significa filiar, inscrever, conquistar um adepto.

<sup>43</sup> Entrevista de Janda das Virgens Caiado, filha de José das Virgens, concedida por e-mail a este pesquisador em janeiro de 2015. (APÊNDICES F e G).

Congresso, atenuando a linha política expressa pelos *Manifestos* de janeiro de 1948 e de agosto de 1950.

Contudo, a atuação dos posseiros pela reforma agrária, nos marcos legalidade, não arrefece os ânimos belicosos dos sucessivos grileiros que atuavam na região. A sucessão de *proprietários*, a sequência dos portadores dos títulos de propriedade, dá-se através de transferências comerciais. Assim é que o grileiro Francisco Modesto de Menezes transfere, como relatado em Dias (1984, p. 92), a Lamartine Loureiro, o qual, por sua vez, pouco mais tarde, transfere sua *propriedade* para um médico mineiro. Benício Jacinto declara que, após o segundo atentado praticado pelos posseiros, alertado e, provavelmente, muito amedrontado, “[...] Lamartine transferiu a área para o médico João Fernandes Leão, de Governador Valadares, e se mudou para a Bahia (DIAS, 1984, p. 130)”.

Como vimos anteriormente, após a extrema brutalidade empregada na destruição de *União de Jeovah*, teve lugar um período no qual a violência, tanto a informal quanto a institucional, retoma de maneira sistemática o seu curso. Durante esse período, a UPC, orientando a luta dos posseiros, encaminha essas lutas pelas vias da institucionalidade, pela via da mediação política, através de atividades pacíficas e legais, ressalvadas as ações de autodefesa, quando ocorria de serem atacados.

No entanto, mesmo com a postura legalista da UPC, ocorreria, após o interregno da violência e na mesma região, o segundo momento do movimento de Cotaxé, o qual foi, por vezes, nominado como sendo uma revolta camponesa. Esta denominada *revolta*, resistência, na nossa concepção, configura-se como sendo o segundo momento, nitidamente político, na sequência do aqui considerado movimento inicialmente sociorreligioso de Udelino, o *União de Jeovah*. Não seria necessário um exame mais acurado dos fatos para se concluir que não se tratava de uma revolta camponesa, porém de uma continuidade e de um prolongamento da resistência dos posseiros ante a ação de grileiros que pretendiam desalojá-los de suas posses, como veremos posteriormente.

### 3.3 MEDIANDO A TRANSIÇÃO: A ATUAÇÃO DO PCB

O papel desempenhado pelo PCB, no nosso entendimento, nesta sequência e encadeamento de dois momentos históricos, foi o de mediar, de funcionar como *interface* entre as duas etapas, os dois momentos, distintos em sua natureza, do Movimento de Cotaxé.

Aqui, torna-se necessário reiterar que se trata, na compreensão deste pesquisador, de dois momentos encadeados e de mãos absolutamente dadas, não de dois movimentos, distintos e apartados, ainda que tenham ocorrido em sequência no tempo e na mesma área geográfica, os quais, repetindo Vilaça (2002, não paginado, grifo nosso), “[...] os coloca *quase de mãos dadas* no tempo - a fundação e o desbaratamento do ‘Estado União de Jeovah’ de 1950 a 1954 e a revolta camponesa de 1959 a 1962”. Introduzindo os elementos de conscientização e de organização entre os posseiros, os novos migrantes e os remanescentes do período jeovense, a atuação do PCB resulta ser a explicação para existência, por tão longo tempo, desde 1948 até 1966, do movimento e das lutas pela posse da terra na chamada região contestada, no noroeste do estado do Espírito Santo, com suas manifestações mais agudas nos distritos de Cotaxé, Estrela do Norte e Itapeba, no município de Ecoporanga.

Antigo militante do Partido Comunista do Brasil, Francisco Rosa era morador da região. Nos últimos momentos do *movimento jeovense* e após um comício em Cotaxé no mês de fevereiro de 1953, Rosa, em controversa declaração registrada no documentário *O efêmero Estado União de Jeovah*, afirma haver proposto a Udelino que abandonasse a *tresloucada* idéia da construção de mais um ente federativo. Rosa, como militante comunista e colocando em prática a orientação partidária, levantava a questão da necessidade de organização, em contraposição ao que ele considerava como o *espontaneismo* do período jeovense. Além de levantar a questão da necessidade da ação organizada, inclusive em nível nacional, pela reforma agrária, a qual começava a cobrar ânimo no país, pontuava, também, a questão da consciência política.

Era extremamente reduzido o número de militantes comunistas naquela área. Dele faziam parte Francisco Rosa, segundo Vilaça (2002) e Caiado (2015, não paginado), que declarou recordar-se do nome, mas não da figura de Chico Rosa, “[...] José das Virgens, Marieta Macedo das Virgens, Selassié das Virgens, Janda das Virgens, Cleonizeth Tristão (CAIADO, 2015, não paginado)”, o farmacêutico e, posteriormente, sua auxiliar Maria da Glória Costa, a Glórinha, que havia anteriormente trabalhado com Cleonizeth, antes de deslocar-se para Cotaxé em 1957, como informa Hasse (2000, não paginado). Além destes, também passaram a integrar as fileiras comunistas, *recrutados* por José das Virgens, principalmente, e por Cleonizeth Tristão, a partir de 1953, o tabelião Zulmarino Alves Porto e, com o desenrolar dos acontecimentos, outras personalidades de destaque, como Francisco Calazans Pinheiro, o Chico *Gato*, este seguramente *recrutado* por José das Virgens, conforme revelam as memórias de Janda das Virgens, quando afirma que “[...] Chico *Gato* foi recrutado por José das Virgens com certeza [...] (CAIADO, 2015, não paginado)”. No final de 1954, o *velho* Genuíno da Silva Gama, recém-chegado a Cotaxé, e três dos seus filhos, José Genuíno, Romualdo e Benício Jacinto, também se filiaram ao PCB, ainda por iniciativa de José das Virgens. Esse pequeno contingente de militantes, ainda que bastante influente entre os posseiros, era *assistido*<sup>44</sup> pelos dirigentes comunistas para a área rural, Enéas Pinheiro, então residente em Colatina, e Hermes da Silva Freire, segundo Dias (1984, p. 71).

Naquela quadra, o PCB já desenvolvia também em outras regiões do país uma intensa atividade política entre o campesinato. Tratava de organizar entidades representativas do movimento camponês, inclusive de âmbito nacional. A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), por exemplo, foi fundada em setembro de 1954.

Nas condições em que permanecia latente o problema fundamental na área contestada, a questão da propriedade e da titulação da terra, um cidadão, filho de um militante comunista, resolve, por decisão própria, como já vimos, deslocar-se para o povoado de Cotaxé. Cleonizeth Alves Tristão, o primeiro elemento próximo ao PCB a chegar à região, monta uma farmácia conjugada a um armazém de secos e molhados na Vila de Cotaxé. É a partir desta base física que, atuando

---

<sup>44</sup> Assistido: termo que, no jargão comunista, significava assessorado, acompanhado, orientado.

profissionalmente como farmacêutico e atendendo tanto doentes quanto feridos, inclusive posseiros atacados *a fio de facção*<sup>45</sup>, uma modalidade de violência empregada por integrantes dos destacamentos policiais, Cleonizeth inicia sua ligação com os posseiros, isso ainda durante o período Udelino. Sobre a prática, na qual policiais eram incidentes e reincidentes, de atacar e *espancar a fio de facção*, em depoimento à CPI de 1953, o deputado federal Wilson Cunha relatou que “[...] foram espancados com fio de facção [...], os Srs. Euclides Alves, José Sudré, Deoclides Silva e Olinto Silva”.<sup>46</sup>

O deputado Cunha relata, na sequência do seu depoimento, haver recebido uma carta do cidadão Cícero Ambrózio Ângelo, lida na sessão da CPI e transcrita nos seus Autos, na página de número 69, na qual este relata que, em 22 de novembro de 1952, foi espancado, por um gerente de fazenda e dois soldados, com cacetes e que, posteriormente, “[...] não podendo viajar para longe fue [sic] para a Vila Catoxe [sic] ficando na casa do Farmaceutico Creunicete [sic] que me tratou dos ferimentos recebidos [...]”.

Pouco depois de Cleonizeth, chegou a Cotaxé outro importante personagem, esse seguramente um militante do PCB. Trata-se de José Apyro das Virgens, um baiano proveniente de Buerarema, no sul da Bahia, que é definido por Caiado (2011, p. 170) como agricultor, autodidata, poeta, cronista, farmacêutico, cooperativista, “[...] maçom, espírita e ainda por cima, comunista [...]”, e que chega a Cotaxé com toda a sua família.

Quanto a José das Virgens, que teve cinco das estrofes de um dos seus poemas inscritas como letra do hino oficial de *União de Jeovah*, como já vimos, permanece a necessidade de investigar melhor as razões pelas quais teria se deslocado para Cotaxé, se para atuar entre os posseiros por determinação do PCB, ou se por quaisquer outras.

---

<sup>45</sup> A expressão significa atacar uma pessoa e golpeá-la com o lado do corte do facção.

<sup>46</sup> Depoimento do deputado federal Wilson Cunha formalizado na 3ª. Reunião da Comissão de Inquérito Parlamentar em 1º set. 1953, conforme consta na folha de nº. 68 dos documentos da CPI de 1953.

Sabe-se, no entanto, que José das Virgens, com filiação e ligação comunista ainda antes de 1935, conforme relatado por Caiado (2011, p. 170), estando ainda em Itabuna, na Bahia, segundo informa Caiado (2015), havia antecipadamente comprado um sítio do grileiro Elias Leal, proprietário da fazenda Duas Luas. Das Virgens, antes mesmo de chegar a Cotaxé, realmente havia comprado “[...] um sítio perto de Cotaxé e batizou-o ‘3 de janeiro’, em homenagem ao nascimento do líder comunista Luiz Carlos Prestes (DIAS, 1984, p. 66)”.

No sentido de aclarar, pelo menos em parte, as circunstâncias e prováveis motivações de das Virgens quanto ao seu deslocamento para Cotaxé, aqui inseriremos algumas informações obtidas na recente, e por várias vezes mencionada, entrevista com sua filha Janda das Virgens, através da internet, e que o colocam, desde a perspectiva deste pesquisador, como sendo o mais importante militante comunista em Cotaxé. José das Virgens, líder cooperativista com atuação no sul da Bahia, após um incêndio em sua fazenda de cacau, vende o que sobrou e se dirige para Cotaxé, o eldorado capixaba naquele contexto. Desloca-se, no mês de maio de 1952, com toda a família, e chega à vila ainda no mesmo mês. Ao chegar, instala-se, para um pernoite apenas, em um galpão que servia como alojamento para tropeiros. Segundo Janda das Virgens, o pernoite único devia-se ao fato de que, logo no dia seguinte, a família das Virgens concluiria a viagem, indo até a propriedade de Elias Leal, onde ficaria hospedada na casa da fazenda, a qual fora cedida pelo grileiro até que das Virgens construísse uma moradia no seu próprio sítio, o já mencionado “3 de Janeiro”.

No entanto, ainda no mesmo dia da sua chegada, das Virgens recebe a visita do farmacêutico local, também recém-chegado e também maçom, o já mencionado Cleonizeth Alves Tristão. Janda das Virgens, na época com 16 anos de idade, afirma não poder assegurar se Tristão tinha ou não conhecimento antecipado da chegada do *irmão* de Maçonaria José Apyro das Virgens. Todavia, a visita ocorre ainda no mesmo dia da chegada deste, à tardinha, aparentemente motivada por mera curiosidade, ainda que a grande afluência de pessoas à vila fosse fato usual e corriqueiro naquele período. Afirma Caiado (2015, não paginado), desconsiderando

qualquer outra motivação, que “[...] Cleonizeth, curioso, fez a célebre visita; no cumprimento, a identificação maçônica [...]”.

A respeito das possíveis motivações desse encontro de um comunista e outro cidadão, este de família comunista, maçons ambos, considerando a hipótese que das Virgens estaria chegando a Cotaxé por determinação do PCB, Caiado (2015, não paginado) informa que “[...] José das Virgens, um líder cooperativista, maçom, espírita e comunista e acima de tudo humanitário, [...] se foi ‘predisposto’ para Cotaxé, nunca me foi revelado [...]”, não obstante afirmar também que “[...] com meu raciocínio de hoje [...], acho até possível o José das Virgens ter sido enviado pelo PCB (CAIADO, 2015, não paginado)”. Aqui o termo *predisposto*, acreditamos, deve ser compreendido como se das Virgens tivesse recebido uma determinação do PCB para ligar-se aos posseiros e para lá se dirigido no *cumprimento de uma tarefa*.<sup>47</sup>

Quando questionada sobre quem primeiramente teria se identificado como comunista, se Tristão ou se das Virgens, Janda afirma que “[...] provavelmente José das Virgens. Cleonizeth era tímido para isso (CAIADO, 2015, não paginado)”. Paralelamente, Elvécio Alves Tristão (2013) afirmou em entrevista a este pesquisador que Cleonizeth Tristão teria ido para Cotaxé com a única finalidade de fazer negócios, cuidar dos irmãos menores e que era um alienado [sic]. Também afirmou que seu irmão só se envolveu nas lutas dos posseiros a partir do episódio do *encurralamento* de cerca de uma centena de posseiros, ocorrido no segundo semestre de 1957, um sórdido episódio perpetrado pelo 2º ten Jadyr Rezende, delegado de capturas, uma passagem narrada em detalhes por Dias (1984):

Uma centena de posseiros ouve a música acompanhada por um sanfoneiro de Polícia Militar destacado em Cotaxé: [...] Eles dançam durante várias horas. Nus e desajeitados, homens, mulheres e crianças circulam dentro do curral da fazenda de Francisco Modesto. Encostados na cerca de arame, em torno do sanfoneiro, estão os componentes da captura comandada pelo tenente Jadir Resende, recentemente nomeado delegado de Ecoporanga. Em fila, os posseiros continuam dançando. [...] A fila é assim: sem distinção de sexo ou idade, os lavradores requebram em círculo, sob ameaça de armas, cada um com uma mão sobre o ombro do outro e com um dedo da outra mão na bunda do companheiro da frente. De vez em quando um chicote estala nas costas dos que se revoltam contra a humilhação. Estes são obrigados a lambar pisaduras dos animais presos no curral. Os militares riem e, impotentes, muitos moradores do povoado assistem ao quadro (DIAS, 1984, p. 69-70).

<sup>47</sup> Na terminologia comunista, a execução de alguma atividade política por determinação partidária.

Nessa oportunidade, Cleonizeth Tristão teria feito um discurso contra o oficial PM que comandou o tal ato bárbaro contra os posseiros, o 2º ten Jadyr Rezende, nomeado em julho daquele ano, conforme Loiola (2008, p. 83), para chefiar a Delegacia de Capturas da Zona Norte do Estado. Tristão (2013) afirma, ainda, que seu irmão, Cleonizeth Tristão, também teria se dirigido a Colatina, em busca de apoio da sua loja maçônica, em razão dos atos de selvageria praticados contra os posseiros. Sobre esse episódio e em entrevista a Vilaça (2001b<sup>48</sup>), Rezende, aparentemente sem qualquer drama de consciência, afirmou friamente: “Prendi posseiros num curral, lá em Cotaxé. Muita gente mesmo. A notícia veio parar em Vitória. Foi um problemão (VILAÇA, 2001b, não paginado)”.

O firme posicionamento de Tristão, em relação às arbitrariedades cometidas contra os posseiros, foi assim registrado por Dias (1984, p. 66), valendo a menção à sua estatura: “[...] baixinho, pouco mais de metro e meio, [...] Cleonizeth revolta-se contra a opressão a que estão submetidos os posseiros. Membro da maçonaria, denuncia à sua loja as arbitrariedades do major Djalma Borges [sic]”.

Sobre a militância partidária e social de Tristão, Elvécio, naquele momento um pré-adolescente, provavelmente enganou-se. Caiado (2015, não paginado) afirma que “[...] Cleonizeth só se envolveu com o PCB com a chegada do José das Virgens. Por muito tempo, sua participação era mais intelectual [...]”, acrescentando que “[...] Cleonizeth se envolveu neste episódio dos posseiros nesta data, mas já pertencia ao PCB”.

A respeito da possível motivação política de Tristão para ir viver em Cotaxé, tanto Elvécio quanto Janda discordam de Antônio Ribeiro Granja, o já mencionado dirigente comunista, o qual, como vimos, afirmou que Tristão, *apenas um militante, comunicou* ao PCB a sua ida e que foi *orientado* para ir construindo o partido, devagar. Tristão (2013), afirma que Cleonizeth foi para fazer negócios, transferindo o *comércio* que tinha em Cedrolândia, município de Nova Venécia. Caiado (2015, não

---

<sup>48</sup> Artigo de Adilson Vilaça intitulado **Rápido no gatilho, certo na pontaria, destemido na defesa da lei**, que estava disponível no site do e-jornal Século Diário. Como este foi invadido em 2014, não é mais possível acessar o artigo e, por isso, ele está disponibilizado no Anexo C deste trabalho

paginado) afirma que “[...] Cleonizeth foi para Cotaxé cuidar dos irmãos: ficaram órfãos e lá teriam mais chances de progresso – no Eldorado Capixaba”. Todavia, reconsidera, em parte, sua primeira impressão ao afirmar que “[...] as palavras do Sr. Antônio Ribeiro Granja, acho que são de inteira confiança sendo ele quem é. (CAIADO, 2015, não paginado)”.

Para uma melhor avaliação do real papel de José das Virgens, seguramente o mais importante militante do PCB, tanto na estruturação do Partido em Cotaxé quanto na fundação da UPC, é necessário, também, considerar suas atividades posteriores. É sabido que das Virgens foi designado para desempenhar a função de presidente da Comissão Organizadora do I Congresso Estadual dos Lavradores, o qual ensejou a fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo (ALTAES), em novembro de 1957, como já vimos. Em decorrência da sua atuação, das Virgens ocupa, muito naturalmente, a posição de presidente da ALTAES, cuja diretoria ficou assim constituída:

Presidente José A. das Virgens; vice-presidente: Hermes Freire; secretário-geral Cleonizeth Alves Tristão; 1º Secretário, Dalmar Geraldo Lacerda Guimarães; 2º Secretário, José Ferreira do Espírito Santo; 1º tesoureiro Horácio Rodrigues de Oliveira, 2º tesoureiro Enéias Pinheiro; Conselho Fiscal Adelino Coimbra, Augusto Eugênio Sigismundo e João Batista Braga.<sup>49</sup>

Posteriormente, exercendo a presidência da ALTAES, José das Virgens organiza o II Congresso Estadual dos Lavradores, no qual foi fundada, em junho de 1962, como também já vimos, a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo (FLATAES). Todavia, não integra a sua diretoria. No primeiro semestre de 1962, antes da realização do II Congresso, das Virgens, enfrentando graves problemas familiares, os quais envolviam uma filha e a própria esposa, deslocou-se para o Mato Grosso. Em se tratando de um experiente *quadro* camponês e comunista, muito provavelmente é essa a razão pela qual seu nome não integra a primeira diretoria da FLATAES. Relata Dias (1984) que, sem a presença de das Virgens,

---

<sup>49</sup> Folha Capixaba, edição do dia 22 de novembro de 1957, número 1102, Vitória, ES. Matéria na página 7: AJUDEMOS QUEM NOS DÁ O FEIJÃO, com os seguintes subtítulos: Empolgante o I Congresso dos Lavradores – Homenagem às forças armadas – Criada a Associação dos Lavradores – Já nasceu grande, proclama José A. das Virgens.

A primeira diretoria eleita da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo é a seguinte: Hermes da Silva Freire (presidente), Adilson Cassimiro de Matos (vice-presidente), Jovenílio Ubaldo Bonfim (secretário-geral), José Ferreira do Espírito Santo (1º Secretário), Mário Rocha (2º secretário), Enéas Pinheiro de Souza (1º tesoureiro), Manoel Romão do Nascimento (2º tesoureiro), Manoel Alves Vieira, Francisco Antônio de Araújo e Manoel Macedo (Conselho Fiscal); David Afonso de Oliveira, Jurandir Pereira Pinto e Benício Jacinto da Silva (suplentes do Conselho Fiscal) (DIAS, 1984, p. 105-106).

A entrevista com Caiado (2015) permitiu determinar a fundamental importância de José das Virgens na atividade inicial do PCB em Cotaxé e possibilitou, também, desvelar a forma pela qual aquele Partido, após a estruturação do seu contingente inicial local e a proposição da fundação da UPC, acabou por transformar-se no elemento mediador da transição, no Movimento de Cotaxé, do *Estado União de Jeovah*, seu primeiro momento, para um segundo, nitidamente político, organizado e articulado com outros setores dos movimentos sociais, dirigido pela União dos Posseiros de Cotaxé e, nos bastidores, pelo Partido Comunista.

Do ponto de vista político, tão logo da fundação da UPC, tem início um novo período na atuação dos posseiros, agora nos marcos da lei, organizados e informalmente dirigidos pelo PCB, como sabemos, na clandestinidade. Conviria aqui esclarecer que as determinações táticas do PCB, tanto para a sua própria atuação como agrupamento político quanto para os movimentos sociais onde exercia alguma influência, era a de pressionar governantes, nos limites das ações legais, por medidas que permitissem avanços nas questões sociais. Na área rural, esta política consistia em pressionar por medidas graduais de reforma agrária, desapropriação e distribuição das terras aos camponeses, com a concessão de títulos de propriedade.

No caso específico de Cotaxé, este período pode ser caracterizado como sendo o da tomada de consciência sobre a necessidade da organização de entidades representativas do campesinato. Logo após fundada a UPC, as lideranças da área, inclusive José das Virgens, atuando como presidente da comissão organizadora, participam, em novembro de 1957, na cidade de Vitória, juntamente com outros movimentos camponeses do Espírito Santo, da criação da ALTAES, no transcorrer do I Congresso Estadual dos Lavradores, como já vimos, com vasta

divulgação e, posteriormente, com ampla cobertura por parte do semanário Folha Capixaba.<sup>50</sup>

Acompanhando a trajetória de José Apyro das Virgens, desde a sua chegada a Cotaxé até a sua firme atuação na organização do II Congresso Estadual dos Lavradores, pode-se concluir que, tendo vindo *predispósito* ou não, na expressão de Caiado (2015, não paginado), de ter se deslocado para Cotaxé no cumprimento ou não de uma determinação ou para cumprir uma tarefa partidária, fato é que das Virgens foi inquestionavelmente o personagem mais destacado e o mais importante *quadro*<sup>51</sup> comunista a se fazer presente naquela área.

José das Virgens, logo chegado, assume a sua condição de qualificado militante comunista e dá início à estruturação do PCB na região, primeiramente pelo *recrutamento* do quase militante, nos dizeres de Janda das Virgens e de Elvécio Tristão, ou do *simples militante e não filiado*, no dizer de Granja, mas muito próximo, por formação familiar, o já por diversas vezes mencionado Cleonizeth Alves Tristão. Na estruturação do PCB, das Virgens envolve, inclusive, a sua própria família, conforme o relato de Caiado (2015, não paginado): Janda das Virgens, ela mesma militante do PCB aos 16 ou 17 anos de idade, juntamente com o filho mais velho, Selassié das Virgens, e a própria esposa, Marieta das Virgens, lançando-se, todos, na participação e no reforço daquele movimento social.

Ainda no ano de 1957, logo após os episódios do *encurralamento* perpetrado por Jadyr Rezende e por ele mesmo posteriormente confirmado, um grupo de posseiros é recebido, em Palácio, pelo governador Francisco Lacerda de Aguiar. Assevera Dias (1984) que, na audiência,

[...] o governador orienta aos posseiros para que retornem a Cotaxé, “porque a terra é do Estado, é terra devoluta, é de vocês, é de quem nela trabalha”. Com a volta dos posseiros os conflitos diminuem. Os contatos na capital permitem uma trégua, um período de relativa calma. No entanto, a contradição principal, a questão da terra, não está solucionada. Os posseiros estão na terra, mas continua pendente o problema da propriedade (DIAS, 1984, p. 71).

---

<sup>50</sup> Na Folha Capixaba, grande parte da edição do dia 22 de novembro de 1957, número 1102, foi dedicada à realização do I Congresso Estadual dos Lavradores e à fundação da ALTAES.

<sup>51</sup> Na terminologia comunista, *quadro* designa um dirigente intermediário e/ou militante qualificado.

É nesse período de relativa calma que o Partido Comunista intensifica sua ação organizativa e de educação política. Afirma Dias (1984) que

[...] nesse curto período despontam várias lideranças entre os posseiros e moradores do povoado de Cotaxé. Com essas lideranças forjadas na luta contra a opressão, cresce o Partido Comunista. Surgem boletins e discussões sobre a reforma agrária e outras reivindicações camponesas (DIAS, 1984, p. 71).

Aproveitando o relativo decréscimo da violência institucional e, ao mesmo tempo, respirando os ares de liberdade do período JK, os posseiros de Cotaxé, concomitante sua participação no movimento camponês do Estado e levantando a bandeira da reforma agrária, trabalham a terra: plantam, colhem, fazem-na produzir.

Tão bem se houberam aqueles posseiros e pequenos proprietários, detentores de pequenas glebas, praticantes, inicialmente de uma agricultura de subsistência, mas inseridos na economia do excedente, que, em decorrência principalmente dessas atividades produtivas, Cotaxé, na década de 1960, era o mais importante distrito do município. Segundo Dias (1984, p. 111), “[...] o distrito de Cotaxé é o mais desenvolvido de todo o município de Ecoporanga. A feira vende verduras, cereais, carne de porco, de boi e aves, em barracas que invadem a praça do mercado e toda a rua principal”.

Antigo morador, Nelsino Silvano de Oliveira, segundo Hasse (2000, não paginado), “[...] lembra-se com saudade dos dias em que o mercado de Cotaxé regurgitava de colonos e mercadorias: - Naquele tempo havia muita lavoura. Acabou tudo quando os fazendeiros botaram pasto”. Outro antigo morador da sede do distrito, Josué Brocchini, em recente declaração a este pesquisador afirma que “[...] os caminhões saíam carregados de sacos de arroz, feijão, farinha, cachaça e rapadura (BROCCHINI, 2014)<sup>52</sup>”. Esse era o resultado das atividades agrícolas desenvolvidas pelos posseiros naquela região de fronteira, exatamente como em todas as outras regiões de fronteira existentes no país.

Estudando a natureza das atividades agrícolas na fronteira e sua principal função, afirma Foweraker (1982, p. 77), “[...] que tais colheitas de ‘subsistência’ são

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida a este pesquisador, em 21 de junho de 2014, por Josué Brocchini.

as principais safras comerciais das fronteiras, e que a função tradicional da fronteira tem sido a de alimentar as cidades”.

Como resultado da importância do distrito, em função da atividade econômica e do grande número de habitantes, e no sentido de mediar os conflitos na fronteira, os poderes públicos tentaram, ainda em 1963, desmembrar o distrito de Cotaxé do município de Ecoporanga, e transformá-lo também em município. O governo do estado do Espírito Santo, naquele então chefiado por Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966), através da mensagem nº 1.311, de 27 de agosto de 1963, encaminhada à Ales, propôs a criação dos municípios de Cotaxé e de Novo Horizonte, desmembrando-os do município de Ecoporanga. Ainda que tal iniciativa não fosse da competência do Poder Executivo, conforme fez constar o jornalista Victor Costa na coluna Política Estadual, publicada no jornal A Gazeta<sup>53</sup> na edição do dia 3 de agosto de 1963, Lacerda de Aguiar, ele próprio um grande produtor de café, cuidava de fazer-se presente naquela região de fronteira no sentido de, certamente, mediar, a partir de determinados interesses, seguramente não os dos posseiros, os conflitos entre estes e grileiros naquela região.

A referida mensagem do Executivo foi transformada no Projeto de Lei (PL) nº 151. Pouco depois, por iniciativa do então deputado estadual Tolentino Xavier Ribeiro, o primeiro prefeito de Ecoporanga, nomeado tão logo da instalação do município, em abril de 1955, e antes da eleição de João Corcino de Freitas no pleito de outubro daquele mesmo ano, aquele deputado apresentou o PL nº 248 (ESPÍRITO SANTO, 1963), o qual foi protocolado no dia 15 de outubro de 1963 e arquivado no dia 18 de fevereiro de 1964. O equivocado arquivamento deveu-se ao fato de que o governador Lacerda de Aguiar, por razões que não cabe aqui discutir, não sancionou a Lei nº 171/1964 (ESPÍRITO SANTO, 1964), conforme ofício encaminhado à Ales no dia 6 de fevereiro de 1963 (ANEXO E), nos seguintes termos: “Através do presente, encaminho às mãos de V.Exa., em devolução, em virtude de haver decorrido, sem nosso pronunciamento, o decênio constitucional, o incluso autógrafo, em duplicata, da Lei nº 171 de 24 de janeiro do corrente ano”.

---

<sup>53</sup> Victor Costa, na coluna Política Estadual, jornal A Gazeta, edição do dia 3 ago. 1963: “Embora não seja da sua competência, o Sr. Lacerda de Aguiar quer ter a iniciativa de leis sobre a criação de municípios (Cotaxé e Novo Horizonte).”

Ocorre que a mencionada Lei nº 171/1964 não se refere ao Projeto de Lei do Deputado Tolentino Xavier Ribeiro propondo a criação do município de Cotaxé, sendo aquela o resultado da conversão do PL nº 5/1963, de 21 de março de 1963, de autoria do então deputado estadual Geraldo Vargas Nogueira. Curiosamente, tal projeto de lei e sua redação final, a Lei nº 171/1964, trata também dos conflitos de terras no distrito de Cotaxé, concedendo expressa autorização ao Executivo para que fossem feitas desapropriações, *por interesse público e social*, operação denunciada pela imprensa, notadamente pelo jornal A Gazeta (ESCANDALOSA... 1964), como sendo uma grossa negociata urdida por alguns dos deputados estaduais.<sup>54</sup>

Assim, o projeto de criação do município de Cotaxé, de autoria do Deputado Tolentino Xavier Ribeiro foi arquivado, sendo utilizado, para tanto, um ofício do Executivo que se referia a uma lei que nada tinha a ver com o Projeto de Lei original.

Ainda que, por esse tipo nada transparente de injunções, Cotaxé não tenha sido alçado à condição de município, tais eventos, na área dos poderes públicos, demonstram a importância daquele distrito, resultado da dinâmica e eficaz atividade geradora de riqueza dos migrantes, os posseiros e pequenos proprietários que desbravaram e colonizaram aquela região de fronteira.

Todavia, os primeiros anos da década de 1960 afiguram-se promissores para os movimentos sociais. Em clima de plena vigência das liberdades democráticas, esses movimentos, tanto os interioranos quanto os urbanos, passam a atuar mais desenvolvamente no sentido de levantar suas reivindicações e pressionar os governantes. Após o advento do governo João Goulart, em setembro de 1961, em razão da renúncia, em 25 de agosto do mesmo ano, do então presidente Jânio Quadros, ganha ímpeto a luta pela reforma agrária. Nesta luta, destaca-se o movimento denominado Ligas Camponesas, fundado e dirigido pelo advogado pernambucano Francisco Julião. Diferentemente da posição legalista e pacifista do PCB, que também organizava entidades camponesas, Julião, ainda que mais como

---

<sup>54</sup> O jornal diário A Gazeta, na edição de 9 jan. 1964 exibe a seguinte manchete: “Escandalosa negociata agrária explode no Legislativo Estadual”.

figura de retórica do que de reais intenções, anunciava que o movimento camponês exigia a *reforma agrária, na lei ou na marra*. Nesse mesmo período, e por atuação do Ministério do Trabalho do governo João Goulart, notadamente no período do ministro Almino Afonso<sup>55</sup>, de janeiro a junho de 1963 (FUNDAÇÃO..., 2001), não paginado), foi elaborada uma legislação sindical específica para a área rural. Fazem sua aparição, na esfera social e política, os agora legalizados sindicatos de trabalhadores rurais, as federações estaduais e, em dezembro de 1963, ocorre a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). (CONFEDERAÇÃO...).<sup>56</sup>

A participação nas entidades representativas, os sindicatos, federações e confederações, confere ao período posterior ao *movimento jeovense*, o caráter de movimento, além de *consciente*, também *organizado* e, na sequência e por ações do PCB, *articulado* com outros movimentos camponeses e apoiado pelo movimento sindical urbano. Ganha, assim, características que o distinguem enorme e marcadamente dos outros movimentos de matriz sociorreligiosa. O aspecto da articulação faz com que, inclusive, extrapole os limites da sua área geográfica de atuação, diferentemente do que ocorreu com a maior parte dos movimentos de natureza semelhante já ocorridos no país.

A luta dos posseiros de Cotaxé, tal como a dos posseiros de outras regiões, notadamente em Porecatu, no Paraná, e em Trombas e Formoso, em Goiás, em virtude da articulação com outros movimentos sociais, contou, também, com uma frente de solidariedade nos meios urbanos, com destaque para o movimento sindical. Assim, além da resistência na frente legal e da resistência armada, concorreu de forma altamente positiva a frente de solidariedade criada nas cidades, caracterizando-se, então, uma luta em três frentes. Com relação às frentes de ação, ocorreu em Cotaxé, no quesito da solidariedade dos movimentos urbanos, circunstância muito semelhante ao que ocorreu em Porecatu, também como

---

<sup>55</sup> Para saber mais sobre a trajetória do ex-Ministro Almino Afonso, consultar CPDOC/FGV. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/almino\\_afonso](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/almino_afonso)>.

<sup>56</sup> A CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, foi fundada em dezembro de 1963, por iniciativa do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Seu primeiro presidente, Lindolpho Silva, era um tradicional militante comunista camponês, tendo sido, também, presidente da ULTAB, desde quando fundada, em 1954.

decorrência da atuação do Partido Comunista. A semelhança fica evidenciada em Priori (2011) que assim definiu as frentes de ação em Porecatu:

A resistência camponesa de Porecatu foi realizada em duas frentes: uma armada, com um grupo reduzido de pessoas, mas com uma disciplina rigorosa e um comando extremamente forte; e outra legal, composta por algumas centenas de camponeses, nas posses e nas fazendas, além de uma frente de solidariedade e ajuda mútua, nas cidades (PRIORI, 2011, p. 136).

Após o esfacelamento de *União de Jeovah*, os conflitos pela posse da terra seguiram o seu curso, nesta etapa, sem a atuação direta de expedições militares. Expedições militares com o objetivo de liquidar a todos e tudo arrasar, como as quatro expedições contra Canudos, não chegaram a ocorrer na região de Cotaxé no período do movimento jeovense e, tampouco, durante o período da resistência, o da, acreditamos, impropriamente chamada *revolta camponesa*. Diferentemente de Canudos, os migrantes, ocupantes de glebas mesmo antes da aparição e influência de Udelino, não foram cá dizimados até praticamente o último homem, como lá ocorreu. Porém, como decorrência da prática da *grilagem*, resultado da atuação continuada de *grileiros*, persistia a violência informal, exercida por pistoleiros e jagunços, incluindo-se entre estes, muitas das vezes, até mesmo integrantes da força policial.

A propósito da prática da *grilagem*, compreendida como atividade típica de *grileiros*, ela pode ser caracterizada, de acordo com Martins (1986, p. 29), como sendo “[...] uma verdadeira indústria de falsificação de títulos de propriedade [...] registrados em cartórios oficiais, geralmente mediante suborno aos escrivães e notários [...]”, ou também definida como a atividade de “[...] ‘grileiros’, que tentam validar suas pretensões seja através de títulos de terra fraudulentos, obtidos por corrupção, seja através de títulos forjados que jamais, obviamente, foram registrados [...] (FOWERAKER, 1982, p. 47-48)”, agregando ainda este mesmo autor que

A “grilagem” contribui para os conflitos legais que afligem as regiões de fronteira, e, apesar de ser uma prática predominantemente privada, não poderia ter prosseguimento sem, pelo menos, o conluio das administrações estadual e federal (FOWERAKER, 1982, p. 151).

A *grilagem* tem o significado de sequestro cartorial da terra por meios evidentemente fraudulentos, e que resulta na subtração, ao posseiro, do seu único

meio de subsistência. Tal procedimento, interesseiro e inescrupuloso, é praticado, conforme Westphalen (1968, *apud* PRIORI, 2011, p. 37), por “[...] espertos aventureiros, hábeis no apossamento de terras alheias, com base em títulos falsos de propriedade”.

Resumindo, pode-se dizer que o *grileiro* é aquele que se apropria ilegal e fraudulentamente de terras, mediante o registro e a apresentação de títulos de propriedade falsificados, ainda que oficialmente, por cartórios inescrupulosos. No extremo-noroeste do Espírito Santo, os grileiros forjavam registros das suas terras, como já vimos, em cartórios de outro Estado. A propósito da prática de registrar terras localizadas no Espírito Santo nos cartórios de Minas Gerais, são muito esclarecedores os seguintes parágrafos:

O título de posse que o fazendeiro Lamartine possui é concedido pelo Estado de Minas Gerais e reconhecido por autoridades do Espírito Santo. [...] Em Cotaxé, no Córrego do Pitengo e na Estrela, nas áreas abrangidas pelos alqueires do fazendeiro Lamartine, estão, há mais de 15 a 20 anos, posseiros que perderam seus direitos para uma escritura fornecida pelo Estado de Minas no ano de 1962 (DIAS, 1984, p. 122).

Dias (1984, p. 12) já havia feito constar que esses grileiros, “[...] pretensos proprietários, portando títulos emitidos por cartórios de Minas Gerais - não raro sem qualquer amparo jurídico – passaram a ameaçar e agredir os pioneiros, que não aceitavam a validade daqueles documentos”.

Não obstante a ação violenta dos grileiros, os posseiros se defendiam como podiam. Como em todas as etapas da história, as camadas oprimidas buscam formas de defesa conjunta, buscam organizar-se para a autodefesa. Era exatamente isso o que ocorria com os novos e os antigos posseiros.

Na década de 1950 passam a ocorrer intensas movimentações camponesas no Nordeste, no Centro e no Sul do país e já eclodiam ações de camponeses na luta pela terra. Na esteira da redemocratização, após derrocada da ditadura estadonovista, determinadas forças políticas avançadas passam a propor a reforma agrária e buscam estabelecer ligação com os setores mais mobilizados e aguerridos do campesinato. No mesmo período, por exemplo, também com a mediação do Partido Comunista, ocorreram as lutas pela terra na região de Porecatú, no estado

do Paraná, e nas regiões de Trombas e Formoso, no estado de Goiás, estas duas últimas, segundo Cunha (1997), sob a liderança do líder camponês José Porfírio, militante da reforma agrária e também ligado ao Partido Comunista.

Como a orientação de aproximar-se do campesinato era uma proposição de abrangência nacional, também no Espírito Santo, mais precisamente em Cotaxé, o Partido Comunista buscava contato com o setor mais avançado do campesinato no Estado, os posseiros da região de Cotaxé. A partir daí, como já vimos, algumas das lideranças mais influentes e combativas foram *recrutadas* pelo PCB. No centro da atividade, tanto a organização das atividades produtivas quanto a discussão da situação do campesinato como classe e a formação de grupos de autodefesa. Continua desempenhando importante papel o poeta-lavrador José das Virgens. Elemento consciente, das Virgens compreendia a situação de sua classe social e suas necessidades. Também militante da reforma agrária, difundia a ideia de que apenas a posse da terra e o trabalho conduziriam à obtenção de uma vida feliz.

Das Virgens atuava entre os lavradores fazendo proselitismo e pregando a necessidade da luta pela posse da terra em conjunto com os lavradores de outras regiões, defendendo a ação articulada com o movimento camponês do restante do país. Além de algumas destacadas lideranças entre os posseiros, como, por exemplo, Chico *Gato* e Genuíno da Silva Gama, apareciam como organizadores, além de das Virgens, com sua simplicidade interiorana, o tabelião Zulmarino Alves Porto e, também, o intelectualizado farmacêutico Cleonizeth Alves Tristão, o qual, mesmo enfiado naquelas brenhas dominava, inclusive, a língua inglesa.

Contrariamente ao entendimento de alguns pesquisadores, este reduzidíssimo contingente comunista constituiu-se como importante e primordial fator na condução do segundo momento do Movimento de Cotaxé. Atuava no sentido de recrutar lideranças respeitadas, propor a organização de associações representativas, além de organizar as atividades da produção e do comércio de madeiras, também organizava a autodefesa e a resistência armada, quando necessária.

Essa resistência organizada garantia a existência do movimento. Sem ela, o movimento se extinguiria, os posseiros seriam novamente desbaratados, como

ocorreu ao final de *União de Jeovah*. A capacidade de resistir, inclusive à mão-armada, tornou-se o fator fundamental que garantiu a continuidade das lutas camponesas naquela região por tantos e tantos anos. Não houvesse a resistência organizada, insistimos, não mais haveria posseiros e posses.

Naturalmente que, mesmo em condições de um permanente estado de belicosidade, negociações entre posseiros e autoridades eram estabelecidas e ocorriam efetivamente. Ocorriam, inclusive, por sugestão e com a participação de políticos locais, como prefeitos, deputados, vereadores, entre outros. A atuação de comissões de vereadores para discutir com lideranças camponesas ou, então, de delegações de posseiros para conversar com autoridades, foi relatada por Dias (1984, p. 99), no livro *Massacre em Ecoporanga*.

Mesmo no contexto de negociações, constata-se, também aí, o importante papel desempenhado pelo Partido Comunista e a sua identificação com a defesa dos posseiros. A resistência organizada foi fator fundamental para que continuassem existindo tanto posseiros quanto suas posses. Sem essa resistência, dirigida em última instância pelo Partido Comunista, os posseiros seriam desbaratados. Nesse caso, não mais haveria o que defender ou sobre o que discutir e parlamentar, sendo essa uma conclusão óbvia. Tal identificação do Partido Comunista com a defesa dos posseiros contrapõe-se, no entanto, a uma equivocada afirmativa de Pontes (2007, p. 153), segundo o qual “[...] não foi o Partido Comunista quem mais se identificou com os reclames dos posseiros de Ecoporanga, promovendo sua defesa”.

Ainda a propósito da identificação dos comunistas com os posseiros, não apenas os de Cotaxé, mas também os de outras localidades, foi observado que no episódio do chamado massacre ocorrido na Fazenda Rezende, em janeiro de 1962, solidariamente, conforme Dias (1984, p. 102), muito “[...] embora não tivessem qualquer ligação com o pessoal da Itapeba – lá o Partido está ausente -, os posseiros de Cotaxé decidem enviar um grupo para lutar contra a Polícia Militar [...]”.

Conviria, aqui, recuperar as palavras de Benício Jacinto, entrevistado por Dias (1984), segundo o qual,

Na Fazenda Rezende os posseiros não estavam organizados, mas a gente estava começando a manter contato com eles. Um dos posseiros de Itapeba chegou a conversar com o Jurandir Pereira Pinto. Com a chegada da Polícia Militar a gente organizou um grupo para ir até a fazenda (DIAS, 1984, p. 102).

Ainda que sem a presença do Partido Comunista em Itapeba, os comunistas, dirigindo a luta dos posseiros de Cotaxé, manifestavam sua solidariedade e identificação de combate com os posseiros daquele outro distrito. Ainda assim, mesmo que sem organização, segundo Benício Jacinto, os posseiros de Itapeba receberam a polícia militar à bala, disso resultando que, “[...] durante a investida morre o soldado Alnizio Brum da Silva e fica ferido um outro, chamado Aristides Abelar da Cunha (DIAS, 1984, p. 102)”. Não obstante, é necessário considerar que a resistência camponesa armada, com seu auge em abril de 1962, resulta do fato de que violência e conflito sempre provocam resistências e que o sentimento de resistência ou manifestações de revolta em Itapeba e também em Cotaxé não foram criadas pelo PCB: eram já pré-existentes desde os tempos do período jeovense.

### 3.4 A PRESENÇA DO PCdoB EM COTAXÉ APÓS O GOLPE MILITAR

Em julho de 1961, os grileiros organizaram mais um atentado contra a vida de Chico Gato. A Folha Capixaba (CLIMA..., 1961), estampa a seguinte manchete: “Clima de insegurança em Cotaxé: ferido gravemente Chico Gato”, detalhando que “Mais uma tentativa de assassinato foi perpetrada contra o Sr. Francisco Calazans Pinheiro (Chico Gato). Há tempos foi vítima de outro atentado, tendo escapado milagrosamente. Agora sofreu outro atentado (CLIMA..., 1961)”. Após este segundo atentado contra a sua vida, Chico Gato teria abandonado o Espírito Santo, o que seria muito compreensível, pois, como informa Dias (1984, p. 90), “[...] na capital, os dirigentes do Partido Comunista do Brasil decidem pela retirada de Francisco Calazans Pinheiro, temendo um novo atentado fatal”. No entanto, na edição especial de 8 de setembro, a de número 1296, a Folha Capixaba, na primeira página, abre a seguinte manchete: “Chico Gato retorna à labuta”, encimando o texto abaixo:

Francisco Calazans Pinheiro, o popular líder camponês conhecido como Chico Gato, esteve em nossa redação despedindo-se de nós, após um longo tratamento a que se submeteu num dos hospitais desta capital. [...] Já recuperado, porém, da grave enfermidade, Chico Gato retorna a Cotaxé,

onde reiniciará suas labutas diárias, ao lado da sua esposa e filhos (CHICO..., 1961).

A propósito da equivocada afirmativa sobre o afastamento de Chico *Gato*, por decisão do PCB, Erasmo de Carvalho Moreira e Carlos Augusto Lima Paz, o *Parangaba*, confirmam que Chico *Gato* retornou a Cotaxé, lá permanecendo pelo menos até o final de 1966, quando Paz vem a conhecê-lo por ocasião da saída definitiva de Benício Jacinto. Relata Paz (2014a, não paginado<sup>57</sup>) que após “[...] um papo largo com Gato, comemos uma boa merenda, nos despedimos, foi uma despedida de saudades e de desejos de sucessos. Conheci o Gato naquela noite”.

No dia 11 de agosto de 1961, o jornal *Novos Rumos*<sup>58</sup>, órgão *oficioso* do PCB, havia publicado, além de um manifesto assinado por Luiz Carlos Prestes, o novo programa e os estatutos do partido que, dali em diante, passaria a chamar-se Partido Comunista Brasileiro, mas conservaria, no entanto, a sigla PCB. A respeito dessas modificações, Ribeiro (2009) as esclarece da seguinte forma:

Fundado em março de 1922, com o nome de Partido Comunista do Brasil, Seção Brasileira da Internacional Comunista, e adotando a sigla PCB, somente em agosto de 1961 o Comitê Central do partido modifica os estatutos e sua denominação, passando, assim, a utilizar o nome Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla (RIBEIRO, 2009, p. 1).

No entanto, um pequeno grupo de comunistas, discordando das mudanças, houve por bem reorganizar, segundo afirma em seus *documentos*, o antigo Partido. Surge na cena política, em fevereiro de 1962, *reorganizado*, segundo o próprio PCdoB<sup>59</sup>, ou *refundado*, segundo terceiros, outro partido comunista com o mesmo nome do antigo, aquele fundado em 1922, o Partido Comunista do Brasil, o qual, sem alternativa, passa a utilizar a sigla PCdoB. Daí em diante passam a existir, no Brasil, dois partidos comunistas<sup>60</sup> e isso ocorre também no Espírito Santo e, inclusive, em Cotaxé. Tal fato ocasionará, como veremos, diferenças quanto à orientação política aos posseiros no período posterior à instauração da ditadura militar.

<sup>57</sup> A declaração de Paz (2014a) está disponível no Apêndice C deste trabalho.

<sup>58</sup> Jornal *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, edição n. 127, 11 a 17 ago. 1961.

<sup>59</sup> Partido Comunista do Brasil (PCdoB): Manifesto-Programa (1962).

<sup>60</sup> Como decorrência da cisão no movimento comunista brasileiro e a partir da reorganização do PCdoB, em 1962, passam a existir e atuar, no país, dois partidos comunistas: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Até o golpe de 1964, mesmo ausentes das Virgens e Tristão, Enéas Pinheiro e Hermes Freire permaneciam encarregados de dar assistência e orientação política à organização local do já então denominado Partido Comunista Brasileiro e, por seu intermédio, à União dos Posseiros de Cotaxé. A ausência de das Virgens é explicada pelo fato de que ele, tão logo eleito presidente da ALTAES, transfere-se para Vitória, indo residir na Pensão dos Lavradores, conforme Caiado (2015, não paginado). Quanto a Tristão, ameaçado pelos grileiros, passa a residir na cidade de Vitória, a capital do Estado.<sup>61</sup> Todavia, logo após o golpe civil-militar, Pinheiro passa à clandestinidade, desaparece e não mais retorna a Cotaxé, enquanto Freire *mergulha*<sup>62</sup> e também não mais retorna à área. A presença do já reorganizado PCdoB, presença constatada desde 1963, permitiu detectar, entre os dirigentes posseiros, mesmo antes do golpe de abril, algumas dúvidas com relação à linha política do Partido Comunista Brasileiro. A propósito delas, Benício Jacinto assim teria se manifestado:

Na época da divergência foi colocada a questão da coexistência pacífica, a necessidade de se registrar o Partido – como disse o Enéas Pinheiro, que foi lá conversar com a gente. Mas o pessoal do PC do Brasil também esteve em Cotaxé e argumentou que não podíamos conciliar com o inimigo. Então, se o PCB estava conciliando com o inimigo, o PC do Brasil é que estava certo. Mas a verdade é que as coisas não podiam sair fora da hora. Uns queriam que a gente levasse para o pacifismo. Outros queriam que a gente quebrasse o pau logo (DIAS, 1984, p. 101-102).

As dúvidas expressas por Benício Jacinto evoluem para uma desilusão, cada vez mais evidente e acentuada, com a linha política do PC Brasileiro após a derrota dos movimentos populares, em razão do triunfo golpe de abril de 1964. A propósito dessa desilusão dos comunistas de Cotaxé em relação ao PC Brasileiro, um não identificado ex-dirigente, ligado ao grupo que reorganizou o PCdoB, assinala, conforme faz constar Dias (1984):

O pessoal de Cotaxé foi se desligando paulatinamente do PCB, desiludido com o golpe. Homens habituados a rechaçar jagunços e a Polícia à bala, eles achavam um absurdo que ninguém tivesse coragem para reagir. Não expressavam isso, mas dava para sentir a desilusão (DIAS, 1984, p. 128).

<sup>61</sup> Tristão, mudando-se para Vitória no sentido de resguardar-se da ação dos grileiros, frequentou, em 1964, a 3ª série e concluiu o curso colegial, equivalente hoje ao ensino médio, no Colégio Estadual do Espírito Santo.

<sup>62</sup> No jargão político daquele período, mergulhar significa ficar inativo, sem desenvolver as atividades políticas habituais, no sentido de resguardar-se da repressão.

Após o golpe de abril, a ligação esporádica do PC Brasileiro com a organização partidária em Cotaxé ficou a cargo do antigo dirigente comunista capixaba Antônio Flores. No entanto, com relação ao estado de ânimo dos posseiros e a atuação do PC Brasileiro após o golpe, Paz (2014a, não paginado), em Cotaxé desde 1965, afirma que “[...] faltava-lhes apoio e estímulo para continuarem a lutar. Estavam cansados, exaustos, sem paz e em clima constante de tensão. O PCB que era quem os orientava, praticamente os deixou a sós”.

Coerente com a sua linha política e em função do conhecimento da região e da ligação pessoal do conhecido dirigente comunista Carlos Nicolau Danielli com os posseiros, o PCdoB considerava a possibilidade de que aquela região, na Serra dos Aimorés, pudesse ser transformada, no futuro, em área de escape ou até mesmo um bastião de defesa e de combate à ditadura militar já instaurada. Com esse objetivo, ainda em 1964, foi enviado para a região um militante comunista baiano, radicado em Minas Gerais, camponês e garimpeiro, aqui conhecido como *Velho*, tal como mencionado em Dias (1984, p. 132) e que, na verdade, chamava-se Manoel Galvão Sampaio, seu nome legal, conforme informações passadas a este pesquisador, através da internet, por Wellington Teixeira Gomes e Paulo Ribeiro Martins, este último, conhecido pessoal de Sampaio e com o qual havia residido.

Ainda no início de 1965, por determinação da direção nacional do PCdoB, Sampaio foi transferido e, para substituí-lo, foi enviado um estudante secundarista cearense que aqui se apresentava com o nome fictício de *Augusto*, seu *nome-de-guerra*, bem em conformidade com o jargão, a necessidade e a prática da época.

Na verdade, *Augusto*, conhecido líder do movimento estudantil secundarista cearense antes do golpe de abril de 64, chama-se Carlos Augusto Lima Paz, mais conhecido lá como *Parangaba*, como também registrado por Dias (1984, p. 132), o qual, naquele período, já estava na *clandestinidade*<sup>63</sup>. Definindo a natureza e os

---

<sup>63</sup> A clandestinidade foi a circunstância na qual se encontraram muitos dos militantes sociais e políticos após instaurada a ditadura militar. Significava, para escapar à repressão e não ser preso, abandonar e cortar todas as relações com seu local de origem, alterar traços fisionômicos, passar a identificar-se por nomes fictícios, os codinomes, e providenciar *documentos alternativos*, providenciar nova identidade com outro nome.

objetivos da sua presença na região, o próprio Paz (2014a, não paginado) afirma que tal presença consistia em uma “[...] missão revolucionária de organizar as regiões conflagradas de posseiros pela conquista da terra e prepará-los para o prolongamento da luta contra a ditadura militar e pela reforma agrária”.

*Parangaba* permaneceu com os posseiros até outubro 1966 quando estes, em função da impossibilidade de manter o movimento nas condições de existência de uma ditadura militar, optam por negociar os valores das posses e benfeitorias e, finalmente, se deslocar para outras regiões. O novo proprietário, o médico João Fernandes Leão, como já vimos, havia adquirido os supostos direitos do grileiro Lamartine Loureiro. Os posseiros de Cotaxé optaram por fazer um acordo com Leão e, em seguida, deslocaram-se em massa, alguns para o Paraná, mas a maioria para o Mato Grosso e Rondônia.

Quase vinte anos mais tarde alguns deles foram contactados e entrevistados pelo jornalista Luzimar Nogueira Dias, autor do livro *Massacre em Ecoporanga*, o primeiro e mais abrangente trabalho sobre as lutas pela terra na região de Cotaxé. Prolongando-se até o final de 1966, o Movimento de Cotaxé tem seus primórdios ainda na década de 1940, vivencia uma fase sociorreligiosa sob o comando de Udelino Alves de Matos, logo transmutada para sociopolítica e, em seguida, com a mediação e sob a direção do Partido Comunista, agora com caráter de movimento político e organizado, além de articulado com outros movimentos sociais, consistiu em uma memorável odisséia de luta pela terra ocorrida no estado do Espírito Santo.

A derradeira ação política do PCdoB em Cotaxé ocorre no final de 1966 quando Benício Jacinto da Silva é condenado pela justiça comum em função da morte, a ele atribuída, do pistoleiro Zé Ângelo, em 1962. Naquela ocasião Benício Jacinto escapou por pouco de ser preso. Assim relatou Benício, conforme Dias (1984):

Só não fui preso porque não estava em casa. Lá na lavoura eu soube das prisões. [...] Durante 28 dias fiquei escondido nas matas de Cotaxé, esperando uma oportunidade para fugir da região. Só consegui com a ajuda do companheiro “Augusto”, enviado pelo comitê regional do PC do Brasil (DIAS, 1984, p. 132).

Na declaração enviada por e-mail a este pesquisador, Paz (2014a, não paginado) afirma que, juntamente com Benício, deslocou-se, a pé, desde Cotaxé, no Espírito Santo, até o povoado de Vila Pereira, em Minas Gerais. Ele explicita:

Saímos a passos acelerados rumo a Vila Pereira, município de Minas Gerais, na divisa com Espírito Santo, passamos às 4 hs da manhã num pequeno córrego, comemos rapadura com farinha e tomamos água [...], Aceleramos o passo, chegamos a Vila Pereira por volta das 7:30hs (manhã) pegamos um ônibus para Carlos Chagas, outro para Nanuque e um outro para Vitória (PAZ, 2014a, não paginado).

Benício ficou hospedado em uma pensão na região do Parque Moscoso, como informa Dias (1984, p. 132), seguindo posteriormente para Cachoeiro do Itapemirim. De Cachoeiro, vai para o balneário de Marataízes, deslocando-se posteriormente para Cáceres, na região centro-sul do Mato Grosso. Lima Paz, ou *Augusto*, ou *Parangaba*, havia encaminhado Benício Jacinto para esconder-se, em Marataízes, na casa do ferroviário comunista Guilherme Tavares, conforme declaração de Paz (2014a, não paginado), fato confirmado pelo próprio Tavares em declaração a este pesquisador (informação verbal)<sup>64</sup>. Benício é convencido a deixar o Espírito Santo e desloca-se, pouco antes de *Parangaba*, para a região de Cáceres e, de lá, para Salto do Céu, no Mato Grosso. Dias (1984) registrou:

Benício se instala no norte do país no dia 23 de janeiro de 1967, junto com “Augusto”, trabalhando como picadeiro – abrindo matas – nas obras de colonização. Ele diz que nunca pretendeu sair do Espírito Santo [...] (DIAS, 1984, p. 132).

*Parangaba* retornou a Cotaxé para encaminhar o deslocamento dos últimos posseiros, inclusive do jovem armeiro Marcos José de Lima,<sup>65</sup> tomando também o mesmo destino, a região de Cáceres, na qual o PCdoB pretendia dar sequência às lutas naquela nova fronteira e, também, organizar mais um possível reduto de resistência armada à ditadura militar. Sobre o encaminhamento preferencial para o Mato Grosso, Paz (2014c<sup>66</sup>) assim se manifesta:

<sup>64</sup> Entrevistando o ferroviário Guilherme Tavares, em Cachoeiro do Itapemirim para a Fundação Maurício Grabois, Tavares revelou a este pesquisador que Benício havia ficado escondido em uma casa de sua propriedade no balneário de Marataízes.

<sup>65</sup> Marcos José de Lima, de Nova Venécia, foi, posteriormente, transferido para a região do Bico do Papagaio, área na divisa entre os estados do Pará, Tocantins e Maranhão, onde foi deflagrada a chamada Guerrilha do Araguaia. Participante da Guerrilha do Araguaia, na qual foi morto, Marcos José de Lima é considerado um dos desaparecidos políticos do Brasil.

<sup>66</sup> Esta declaração de Paz (2014c) está disponível no Apêndice E deste trabalho.

O principal motivo do deslocamento da companheirada do Cotaxé para Mato Grosso, era com as experiências de lutas acumuladas e com o conhecimento político e ideológico, era objetivo abrir uma frente guerrilheira na região do Rio Paraguai [...] (PAZ, 2014c, não paginado).

Esta, para o PCdoB, ainda segundo Paz (2014a, não paginado), era uma “[...] das 4 frentes de luta que o partido planejava criar, [...] somente a do Araguaia, deu início num momento ainda não apropriado [...]”, sem, no entanto, especificar quais as outras duas frentes, já que determinadas estavam as frentes do Araguaia e a do Rio Paraguai.

Sobre a retirada e o roteiro de Benício, Paz (2014a, não paginado) declara que “[...] tiramos o Benício do Espírito Santo. Foi de ônibus para Mato Grosso, Cuiabá, Cáceres, em seguida, Salto do Céu”. Em Cáceres, junto a outros posseiros e um dos filhos de José das Virgens, Selassié das Virgens, segundo informação de Paz (2014a, não paginado), tanto Benício quanto *Parangaba* trabalham abrindo matas, nas obras de colonização. Essa declaração de Lima Paz confirma aquilo que Benício Jacinto já havia informado a Luzimar Nogueira Dias, nos primeiros anos da década de 1980, a respeito das atividades de ambos nas obras de colonização<sup>67</sup>.

Benício revive a saga dos primeiros posseiros, tal como ocorreu com Udelino, escorraçado pela perseguição policial. *Parangaba*, ou Carlos Augusto Lima Paz, usando uma *identidade alternativa* com o nome de Raimundo Cardoso de Freitas, após muitas peripécias e vicissitudes, acaba por fixar-se na cidade de Manaus, no Amazonas, onde estuda e gradua-se como agrônomo pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), utilizando a identidade fictícia. Funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em função de ter sido anistiado, reassume sua identidade, permanecendo agrônomo do INCRA e trabalhando na cidade de Rio Branco, no estado do Acre. Carlos Augusto Lima Paz foi recentemente aposentado por aquele órgão federal.

### 3.5 UM POSSÍVEL CENÁRIO DE RESISTÊNCIA ARMADA À DITADURA

---

<sup>67</sup> Declaração de Benício Jacinto a Luzimar Nogueira Dias, já citada.

A resolução do PCdoB de deslocar militantes qualificados para a área de Cotaxé resultava de um projeto que previa, num primeiro momento, dar prosseguimento à atividade política e organizativa na área, mesmo nas novas condições políticas do país, no sentido de, num segundo momento, ter aquela região relativamente isolada e acidentada como suporte de movimentos que, supunha o PCdoB, eclodiriam no país contra o regime dos militares.

A propósito desse projeto do PCdoB, Dias (1984), reproduzindo declarações de um, por ele não identificado, ex-dirigente daquele partido, assim registrou:

Embora inexpressivo, o Partido Comunista do Brasil e seus militantes [...] começaram a pensar que, no futuro, por sua tradição de briga, de luta, Cotaxé poderia se transformar num bastião de defesa e de combate à ditadura. [...] Cotaxé era uma região propícia à guerra. [...] Então, o negócio era começar um trabalho político com os posseiros, devagar, deslocando pessoal. E isso começou a ser feito. Dois companheiros do PC do Brasil, de outros estados, o “Velho” e o “Parangaba”, foram mandados pra Cotaxé. O Partido Comunista do Brasil pensou, por um certo tempo, em montar um dispositivo, uma base de apoio, de resistência (DIAS, 1984, p. 128).

O PCdoB no Espírito Santo, no entanto, percebe certo cansaço e desgaste após todos aqueles anos de lutas. Leva em consideração, inclusive, que os órgãos de repressão da ditadura militar já focavam Cotaxé. Dias (1984) assevera que

As perseguições promovidas pelo regime se estendem a Ecoporanga. Os irmãos Benício e Zé Genuíno são intimados a prestar depoimento no Departamento de Polícia Federal, em Vitória. Ninguém, em Ecoporanga, acredita que eles retornem vivos (DIAS, 1984, p. 127).

Assim, o PCdoB passa a orientar as lideranças remanescentes e os posseiros no sentido de que fosse, em conjunto, fechado um acordo com o novo proprietário e que considerassem a possibilidade de uma transferência para o Mato Grosso, no centro-oeste do país. Paz (2014a) resume a situação:

Eu analisava a situação local, a vontade de muitos em vender suas posses, e era difícil persuadi-los. Existia facilidade de terra em Mato Grosso e Rondônia, era terra ainda de ninguém. Fizemos uma reunião com a coordenação, avaliamos o cenário, vivíamos no regime de ditadura, os fazendeiros estavam com vez e com a voz, o desmonte seria desastroso para a liderança que ficava fragilizada, conseqüentemente isolada e derrotada. Foi então que resolvemos sair todo mundo. Nós víamos famílias irem embora e logo as casas eram demolidas. Muito triste, não tínhamos condições de resistir, era ditadura militar (PAZ, 2014a, não paginado).

Esta declaração de Lima Paz confirma inteiramente a informação contida no livro *Massacre em Ecoporanga*, baseada na entrevista de Benício Jacinto da Silva a Luzimar Nogueira Dias, o autor do livro, em 1982, registrando-se, aqui, o fato de que Lima Paz só recentemente, e através do autor deste trabalho, tomou conhecimento da existência do livro, do qual a ele foram enviadas a transcrição das páginas 132 e 133, nas quais são feitas referências ao *Parangaba* e ao *Velho*. Sobre a decisão final de abandonar a região de Cotaxé, Dias (1984) assim registrou:

Inutilmente os líderes tentam manter os posseiros na região. Zé Genuíno, Romualdo da Silva e Jurandir Pereira Pinto também decidem sair. Os sonhos sobre as terras virgens de Mato Grosso, Rondônia e Paraná são mais fortes e significam um rompimento com o passado de violências (DIAS, 1984, p. 131).

Confirmando Dias (1984), acrescenta Paz (2014a):

Apesar das tentativas para sustar as vendas, com assembleias, reuniões, pactos assinados etc. As [sic] vendas continuaram e percebemos que assim fragilizava o movimento e que as lideranças que eram visadas pela repressão policial e política local, ficariam expostas, em minoria, tornando-se presa fácil para derrota no campo político e no enfrentamento armado (PAZ, 2014a, não paginado).

O recente depoimento de Paz (2014a, não paginado) vem confirmar a avaliação enunciada por um também não identificado dirigente secundarista, o qual assim considerava a situação na qual se encontravam os posseiros de Cotaxé, no período posterior ao golpe de abril, conforme assinalou Dias (1984):

Neste contexto estava o pessoal de Cotaxé, sem qualquer perspectiva. Fazer o quê? As opções eram poucas: dando tiro, matando um policial ou um jagunço e perdendo um ou dois companheiros, ou sair para Goiás, Paraná, Rondônia ou Mato Grosso? O recurso para aquele pessoal era mudar de região, como o recurso para o movimento operário, estudantil, foi a clandestinidade (DIAS, 1984, p. 129).

Este foi o desfecho do Movimento de Cotaxé em conformidade com a orientação do PCdoB: um acordo pelo qual os posseiros seriam indenizados pelas posses e benfeitorias, com a posterior transferência para o centro-oeste do país. No início da década de 1980, o jornalista Luzimar Nogueira Dias esteve em Rondônia buscando material informativo para o livro *Massacre em Ecoporanga*, tendo entrevistado Benício Jacinto, conforme fez constar naquele texto.

O movimento camponês de Cotaxé, em seus dois momentos, o da resistência, por vezes armada, descendente em linha direta e sucedâneo do momento jeovense, em função da impossibilidade de sua posterior existência e permanência, recua e enrola suas bandeiras, por imposição das drásticas mudanças na conjuntura política daqueles anos, ou seja, após a implantação da ditadura militar. Seu descenso e posterior desfecho acompanharam, necessariamente, o descenso das lutas do povo brasileiro naquele contexto de recuo geral dos movimentos populares, em função da eclosão do golpe civil-militar de 1964 e da implantação da ditadura militar, um recuo para acumulação de forças. Desse recuo temporário, os movimentos populares somente cobriam certo ânimo no ano de 1968.

Luzimar Nogueira Dias estudou a resistência protagonizada pelos novos migrantes e pelos camponeses remanescentes do chamado *movimento jeovense* tendo como fonte fundamental os registros jornalísticos da época, bem como algumas entrevistas, como consta no seu livro *Massacre em Ecoporanga*. Adilson Vilaça, *herdeiro* dos arquivos de Dias, em quem reconhece e destaca os méritos – “Além da amizade, in memoriam, haja mérito! (VILAÇA, 2002, não paginado)” – estudou mais aprofundadamente o período jeovense. No seu estudo, Vilaça parte, segundo ele próprio, primeiramente do enfoque da terra e, posteriormente, mudando o foco e abordando e enfatizando a questão do messianismo e sua importância naquele e em outros movimentos assim ditos *messiânicos*. Afirma Vilaça (2007), em relação à sua nova leitura, que o mais importante, “[...] o que importou, verdadeiramente, foi a mudança do foco. Foi o novo olhar (VILAÇA, 2007, p. 12)”.

Permanecia, e continua permanecendo, a necessidade de estudar a singularidade mais importante do Movimento de Cotaxé, a transição dos seus dois subsequentes e interligados momentos, como resultado da mediação exercida pelo Partido Comunista. Isto ocorre inicialmente pela atividade do PCB, o antigo Partido Comunista do Brasil, e, posteriormente, pela do PCdoB, os quais, cada qual a seu tempo e articulando as duas fases, conferem a Cotaxé uma característica ímpar entre os movimentos de gênese sociorreligiosa, qual seja a da transição de movimento sociorreligioso para movimento de natureza política, consciente e organizada, além de articulado com outros movimentos sociais.

Foram 18 anos, considerando-se o seu início quando Udelino começa a sua pregação, em 1948, até o seu desfecho, em 1966, tempo de marchas e contramarchas, de avanços e recuos, perpassando parte do período do governo Eurico Dutra (1946-1951) até o período do governo João Goulart (1961-1964), adentrando, ainda, por quase três anos do ciclo militar.

Acrescente-se, também como fator distintivo, a atuação do Partido Comunista, bipartido e com duas orientações ideológicas e organizativas em dois períodos bastante distintos da história, o período compreendido entre a redemocratização após o Estado Novo, em 1945, até o golpe de abril de 1964, e o período subsequente, a partir da implantação da ditadura militar até seu desfecho em outubro 1966, o definitivo dobre dos sinos para o denominado Movimento de Cotaxé.

Sobre as duas diferentes orientações ideológicas e organizativas, inicialmente, a atuação do Partido Comunista do Brasil, o PCB, que abarca os períodos de Vargas até o golpe militar, caracterizado principalmente, não obstante a organização da autodefesa armada, pela atuação nas associações legais, movimentos de natureza pacífica e nos marcos da legalidade, não armado ou violento - como no movimento jeovense sob a direção de Udelino, este sim, um real período de revolta camponesa. Em seguida, a atuação do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB: num primeiro momento, a visão estratégica da resistência à ditadura no cenário rural, da guerra prolongada a ser travada principalmente no interior do país, com o deslocamento de militantes qualificados conforme já havia definido o PCdoB e conforme colocou em prática, iniciando a organização, por essa mesma época, da Guerrilha do Araguaia. Num segundo momento, o PCdoB, dada a impossibilidade de permanência dos posseiros na região de Cotaxé e a continuidade das suas lutas, trata de orientá-los para aceitar o acordo com o novo proprietário e empreender o deslocamento para o Centro-Oeste e Noroeste, mais especificamente para o Mato Grosso ou para Rondônia.

Confirmou-se recentemente, através das informações de Paz (2014a), uma circunstância dada apenas como provável em relação ao deslocamento na direção do Centro-Oeste do país. O PCdoB, com base nessas lideranças e nos posseiros deslocados para o Mato Grosso, a exemplo do que fazia, naquela mesma quadra,

na região do chamado Bico do Papagaio<sup>68</sup> e em outras áreas rurais do país, também pretendia preparar aquela área no Mato Grosso visando eventuais operações militares de resistência à ditadura. Paz (2014b, não paginado<sup>69</sup>) afirma que “[...] a nossa ideia era, estando aqui, irradiar as lutas nesta área, o que não aconteceu [...]”, por razões outras, as quais não cabe aqui discutir.

A respeito da permanência em Cotaxé ou o deslocamento dos posseiros para a Região Centro-Oeste ou para o Noroeste, aqui também se manifestou uma diferença de orientação entre o PC Brasileiro (PCB) e o PC do Brasil (PCdoB). O primeiro, conforme declaração de Perly Cipriano, naquela quadra um combativo e qualificado militante, um *quadro* ligado ao PC Brasileiro, orientava, equivocadamente, ainda segundo Cipriano, no sentido da permanência dos posseiros em Cotaxé (informação verbal).<sup>70</sup> Seguramente que, nas condições de existência de uma ditadura militar, os dirigentes posseiros, desde há muito ligados ao Partido Comunista, fato conhecido e sabido pelos organismos de repressão, seriam perseguidos e caçados, sendo impossível determinar os desdobramentos de tal e aventureira orientação, caso adotada.

A recapitulação, nas considerações finais, das características do Movimento de Cotaxé torna-se necessária para a compreensão do conjunto deste trabalho, com a questão e o problema fundamental a ser elucidado por este estudo e para estabelecer suas notáveis singularidades. A absolutamente incomum e única *transição* de movimento sociorreligioso a movimento político ocorre exclusivamente em Cotaxé. Além disso, o seu longo tempo de duração, cerca de 18 anos, o mais longo na História do Brasil, são as especificidades mais notáveis deste movimento, suas duas singularíssimas características, ímpares mesmo, deste que foi um dos mais belos momentos das lutas sociais do povo capixaba.

---

<sup>68</sup> Área na divisa entre os estados do Pará, Tocantins e Maranhão na qual o PCdoB organizou a denominada Guerrilha do Araguaia.

<sup>69</sup> Citação de parte das declarações de Lima Paz contidas no APÊNDICE D.

<sup>70</sup> Perly Cipriano, em declaração ao Professor Paulo César Scarim, da Ufes, e a este pesquisador, quando da realização do I Seminário das Humanidades de Cotaxé, em Maio de 2013.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No *período jeovense* do Movimento de Cotaxé constatou-se, inicialmente, a ocorrência de um difuso discurso de fundo religioso, após a chegada de Udelino Alves de Matos, com a prática diária de orações. Isso, de alguma forma, nos remete às práticas religiosas de Antônio Conselheiro, em Canudos, não se apresentando, aqui, no entanto, os traços típicos do milenarismo, a iminência do apocalipse, a proximidade do final dos tempos e do juízo final e, tampouco, a presença de elementos do sebastianismo. O cerne da proposição jeovense é a defesa das posses já ocupadas e a distribuição de glebas a migrantes recém-chegados, uma proposta de reforma agrária para a qual Udelino buscava mediação através dos canais da política e contatos nessa área. Paralelamente, ocorre a apenas esboçada e frustrada tentativa de construção de um Estado de camponeses, o *Estado União de Jeovah*, no qual todos teriam acesso à terra, no sentido de, garantindo a sua posse, materializar a utopia edênica, a de que Deus nos agraciou com o paraíso, e que este estaria situado naqueles ermos da Serra dos Aimorés. Este período inicial do assim chamado *movimento jeovense* foi considerado, neste trabalho, como sendo de natureza sociorreligiosa.

Ainda durante o *período jeovense* foi possível constatar que, introduzida a proposta, de natureza cristalinamente política, da construção de mais um ente federativo, um estado-tampão localizado na região do contencioso Espírito Santo-Minas Gerais, o denominado Contestado, ocorreu a intensificação das incursões de Udelino no espaço específico da política. O discurso da terra foi oportunamente agregado ao discurso religioso, enquanto Udelino buscava legitimar-se perante seus seguidores mediante a busca de apoios de algumas autoridades políticas, desde um prefeito até o presidente da República, passando, muito provavelmente, pelos governadores do Espírito Santo e de Minas Gerais. Para suas andanças na área do poder executivo, Udelino buscou o concurso de dois deputados federais pelo Espírito Santo, um deles de forma mais amiúde, o deputado federal Wilson Neves da Cunha, do Partido Social Progressista (PSP), e outro, em apenas uma oportunidade, pelo que conseguimos averiguar, o deputado federal e padre Ponciano Stenzel dos Santos, do Partido de Representação Popular (PRP).

Além de agendamentos para audiências com o governador do Espírito Santo e com o presidente da República, tais contatos no campo da política deram origem a pronunciamentos daqueles dos dois deputados no plenário da Câmara Federal a respeito das questões de terras no extremo-noroeste do Estado. Como se tratava da proposta política de construção de um novo ente federado e da busca da mediação, também pela política, em relação a problemas de natureza social, passamos, neste estudo, a considerar tal arranjo como sendo de natureza sociopolítica. Destarte, ainda no *período jeovense*, teria ocorrido, desde o nosso ponto de vista, uma alteração quanto à natureza daquele período, uma transição de movimento sociorreligioso a movimento sociopolítico, no decorrer do próprio *período jeovense*.

Num segundo momento, após a debacle do *movimento jeovense*, o Movimento de Cotaxé, em razão da fundação da União dos Posseiros de Cotaxé, por iniciativa do Partido Comunista do Brasil (PCB), vai adquirindo contornos cada vez mais nítidos de *movimento consciente*, a posse da terra como bandeira e proposição central, de *movimento organizado*, com atuação de grupos de mobilização, de discussão política e de orientação para a autodefesa, além das atividades laborais, e de *movimento articulado* com o incipiente movimento camponês e também com o movimento sindical urbano do Espírito Santo.

O período de articulação com o movimento camponês, em âmbito estadual e nacional, e com o movimento sindical urbano do Espírito Santo, inicia-se com a participação na fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo (ALTAES) quando da realização do I Congresso Estadual dos Lavradores, em novembro de 1957, fortemente apoiada pelos sindicatos de trabalhadores da capital, Vitória. A articulação com o movimento camponês alcança um patamar mais elevado quando da fundação da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo (FLATAES), em junho de 1962, no decorrer do II Congresso Estadual dos Lavradores e tem sequência com a fundação formal, em 1963, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ecoporanga, juntamente com a de diversos outros sindicatos de trabalhadores rurais no Espírito Santo. A importância do II Congresso é expressa pelo fato de que, como informa Dias (1984, p. 105), “[...] o Congresso foi aberto com a presença do presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), Lindolpho Silva”.

Realizado no auditório do Sindicato dos Arrumadores de Cargas, um dos sindicatos da orla portuária na capital do Estado, o II Congresso contou, para a sua preparação e realização, com o decisivo apoio de uma comissão de sindicalistas e dos sindicatos filiados ao Conselho Sindical dos Trabalhadores do Espírito Santo (CONSINTRA-ES), uma minicentral sindical local que funcionou em Vitória até o golpe militar de 1964. A esse respeito, afirma Dias (1984, 104) que “[...] a presença dos sindicatos operários foi fundamental para a organização do congresso [...]”.

No entanto, a articulação com outras entidades sindicais rurais apenas se consolida após a entrada em vigor da legislação sindical rural, aprovada em março de 1963, o denominado Estatuto do Trabalhador Rural, o qual permitia a estruturação de organismos sindicais representativos do campesinato. A aplicação de tal legislação, gestada e aprovada durante o governo de João Goulart, foi capitaneada por Almino Afonso, então Ministro do Trabalho de Jango e conduzida, no Espírito Santo, pelo delegado regional da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), Guilherme Atahualpa de Montezuma Breder, até o dia 31 de março de 1964.

Assim, o movimento camponês de Cotaxé, a par de apresentar no seu primeiro momento, o do *movimento jeovense*, um período inicial de natureza sócio-religiosa, também apresenta, em sequência, um segundo, de natureza sociopolítica. Com a derrocada do *movimento jeovense* e liquidada a sua forma política ainda embrionária, o *Estado União de Jeovah*, segue-se um período de relativa trégua, quando a violência contra os posseiros retoma o curso habitual da violência informal praticada por jagunços e pistoleiros a serviço de grileiros. No entanto, a partir de 1957, principalmente pelas ações truculentas do tenente Jadyr Rezende, Delegado de Capturas da Zona Norte do Estado, e até 1962, ocorre uma intensa retomada da violência institucional. Este longo período de violência institucional, junto à corriqueira violência informal, tem seu auge no primeiro semestre de 1962.

Neste trabalho consideramos a existência de dois momentos no Movimento de Cotaxé e de nele ter ocorrido, em função das continuidades, uma transição, mediada pela atuação do Partido Comunista, do primeiro ao segundo, que nominamos, neste trabalho, como sendo o da resistência camponesa, abrangendo o período sob a

direção da UPC e dos comunistas, a partir de 1954, até o seu final definitivo, no final do ano de 1966.

Quanto a esse segundo momento, o pesquisador Vilaça (2002) chega a nominá-lo como sendo o período da *revolta camponesa*, a qual foi estudada, nos seus aspectos fundamentais, pelo jornalista Luzimar Nogueira Dias. Vilaça (2007), que enfocou basicamente, até o presente momento, o *movimento jeovense*, o período da atuação de Udelino Alves de Matos e a tentativa de construção de *União de Jeovah*, assim define a grande importância do livro de Dias (1984), bem como o próprio encontro com o seu tema de pesquisa:

Somente em 1984, em livro-reportagem de Luzimar Nogueira Dias, que investigava e reportava a revolta camponesa ocorrida naquela região entre 1959 e 1962, *é que foi encontrado o fio da memória do movimento jeovense* (VILAÇA, 2007, p. 8, grifo nosso).

Após o colapso de *União de Jeovah*, como conclui este estudo, as permanências indicam que, ao *momento jeovense*, seguiu-se o *momento da resistência*, configurando-se, assim, uma segunda etapa do Movimento de Cotaxé, sendo a transição entre ambos interfaceada pela atuação deliberada e subjetiva do Partido Comunista. Assim, consideramos tratar-se de um primeiro e de um subsequente segundo momento, não se tratando, portanto, de dois movimentos, ainda que *quase de mãos dadas no tempo*.

Os dois momentos ocorrem na mesma área geográfica, com a participação e presença de atores sociais e de personagens comuns aos dois, e têm a questão da propriedade da terra e da violência institucional e informal presentes no transcorrer de todo o episódio, desde a sua gênese até o seu ocaso.

A transição ocorrida no Movimento de Cotaxé e seus dois momentos com fatores constitutivos bastante diversos, foi o objeto original central deste estudo, sua questão central a ser elucidada. Tratava-se de determinar os fatores presentes em cada um dos momentos, suas possíveis diferenças e as nuances, e que fundamentaram a referida transição, além de identificar quais os fatores que transitaram de um a outro e que se constituíram como elementos de conexão e, ao mesmo tempo, examinar a sua longevidade.

Tudo indica que o *Estado União de Jeovah* e seus desdobramentos, a posterior *resistência camponesa*, acabaram por tornar-se o movimento de gênese sociorreligiosa de maior duração no tempo, o mais longo da nossa história. Esta afirmativa decorre do fato de que, mesmo considerando-se a presença de Udelino já na meação da década de 1940, mas com o início efetivo de suas atividades de professor e pregador a partir de 1948, ano considerado neste trabalho como o seu marco inicial, estende-se até o final do ano de 1966, quando, na impossibilidade de prosseguir a luta nas condições de existência da ditadura militar, os posseiros dos distritos de Estrela do Norte e Itapeba e os do córrego do Limão e do Peixe, no distrito, e quase município, de Cotaxé, negociam o valor das posses e benfeitorias com o novo proprietário, são indenizados e, em seguida, deslocam-se na busca das prometidas terras devolutas da União localizadas no Mato Grosso, em Rondônia, no Paraná e até no Acre, transferindo-se praticamente todos para aquelas regiões.

Tais circunstâncias, em resumo, indicam que este foi o mais longo dentre todos os movimentos camponeses de matriz sociorreligiosa na história do nosso país. A ocupação do extremo-noroeste capixaba, intensificada na década de 1930, com o seu auge nas de 1940 e de 1950, e seus episódios mais relevantes, a frustrada tentativa de construção do *Estado União de Jeovah*, de 1948 a 1953, e, na sequência, a resistência camponesa de 1954 até 1966, representa uma verdadeira epopeia vivida pelo campesinato em terras capixabas.

Marcadamente incomum e singular, Cotaxé, todavia e lamentavelmente, permanece desconhecido e ausente da historiografia nacional e estadual e até, infelizmente, também do currículo escolar do estado do Espírito Santo.

Como se pode constatar, existiu, aparentemente, em relação ao Movimento de Cotaxé, um processo de construção de memória através da construção do esquecimento, processo em certa medida revertido pelo pesquisador Vilaça ao conseguir, após intensa atividade e vencendo imensas dificuldades, recuperar as partes desaparecidas e montar os autos das duas CPIs da Ales, a de 1953 e a de 1962 e também, recuperar importantes registros, entrevistando moradores que vivenciaram o *período jeovense* e até conviveram com Udelino Alves de Matos.

Aos setores dominantes da sociedade, evidentemente pouco, ou nada, interessa expor a capacidade e a história de luta do povo capixaba. Estes constroem a memória desde os seus interesses e, em decorrência disso, na verdade constroem o esquecimento, posicionamento que decorre, conforme assinala Villa (1995), do “[...] preconceito dos dominantes que desqualificam qualquer manifestação dos de baixo, como se estes não tivessem direito ao registro histórico ou, o que é mais grave, a fazer a história (VILLA, 1995, p. 9)”.

O Movimento de Cotaxé ficou, por longos anos, praticamente esquecido, um esquecimento que nos parece, por um lado, proposital, no caso das elites econômicas e políticas, e, por outro, incompreensível, em se tratando dos partidos políticos que intervieram naqueles acontecimentos. O PCB, o *PC Brasileiro*, assim nominado a partir de agosto de 1961, repercutia os fatos ocorridos na região através do seu órgão de imprensa, o semanário *Folha Capixaba*, desde meados da década de 1950. Este estudo não encontrou evidências de interesse daquele agrupamento político, ainda atuante, em reivindicar a memória e assumir sua inegável e importante participação no movimento de Cotaxé.

Quanto ao PCdoB, o *PC do Brasil*, reorganizado em 1962, também não reivindica esta memória e, tampouco, assumiu a sua participação, ainda que, com esta designação, apenas na etapa final daquelas lutas camponesas. A primeira iniciativa de resgate e construção da memória daquelas lutas foi de iniciativa pessoal de um jornalista, Luzimar Nogueira Dias, ainda que filiado ao PCdoB. Registre-se que o próprio Cleonizeth Alves Tristão, militante do PCB e elemento de grande importância naqueles eventos, quando procurado por Luzimar, no início da década de 1980, recusou-se a lhe conceder entrevista (informação verbal).<sup>71</sup> Tristão teria alegado certas e, considerando a sua trajetória de vida, seguramente respeitáveis razões para não fazê-lo. Sem mencionar nomes, Dias (1984), relata que a reportagem que resultou no livro *Massacre em Ecoporanga*,

[...] apenas arranhava a grossa couraça imposta pela historiografia oficial, pela ação corrosiva do tempo e, fundamentalmente, pela “amnésia” que

---

<sup>71</sup> Informação prestada a este pesquisador pelo próprio Luzimar Nogueira Dias, em 1986, quando ambos residíamos em Colatina (ES).

acomete, hoje, ex-dirigentes “comunistas” que tiveram participação efetiva na organização dos camponeses de Ecoporanga. Muitos deles se negaram a dar qualquer informação, esclarecimento, sob a justificativa de que a publicação prejudicaria determinadas pessoas (cargos, na verdade), ou que eu superestimava a amplitude do movimento na Zona do Contestado (DIAS, 1984, p. 9).

Consta que Cleonizeth queixava-se amargamente dessas afirmativas de Dias (1984), ainda que o texto não contenha referência expressa ao seu nome. Este, no entanto, lançou-se a pesquisar e acabou deslocando-se até o Mato Grosso e São Paulo, obtendo preciosas informações, como se depreende da leitura do *Massacre*, conseguindo entrevistar o importante militante José Apyro das Virgens e o dirigente posseiro e militante comunista Benício Jacinto da Silva. Estas informações de Dias (1984), pelo seu ineditismo à época do lançamento do livro, foram bastante utilizadas neste trabalho. Com relação ao PCdoB, Dias (1984, p. 91), encontrou certo e não identificado ex-dirigente comunista, como também um ex-dirigente nominadamente ligado ao PCdoB e citado na página 128, e, ainda, “[...] um ex-militante do PC do Brasil, que acompanhou a cisão, [e que] fala sobre Cotaxé (DIAS, 1984, p. 120)”.

A memória escrita de Cotaxé, fazendo sobressair as lembranças, além do *Massacre em Ecoporanga*, de Dias (1984), é integrada pelos livros de Vilaça (1997), já na sua quinta edição, *Cotaxé*, o primeiro deles, e Vilaça (2007), *Cotaxé: a reinvenção de Canudos*, o segundo, além de grande número de artigos da sua lavra publicados na imprensa local. São dignos de menção, também, os artigos do jornalista Geraldo Hasse sobre aqueles sucessos e também publicados na imprensa local. Quanto aos trabalhos acadêmicos já elaborados, o primeiro deles foi o trabalho de conclusão de curso de André Luiz Gomes de Souza (1998), *História do Estado União de Jeová*, uma monografia em curso de especialização e transformada em livro pelo IHGES, de Maria Beatriz Figueiredo Abaurre (2000), *A metaficção histórica no romance “Cotaxé”*, e, também, a dissertação de mestrado de Wallace Tarcísio Pontes (2007), *Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais*, este o mais consistente trabalho já produzido em nível acadêmico. Todos esses trabalhos foram produzidos no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Atualmente, são raríssimos os contemporâneos daqueles acontecimentos que ainda vivem na região. Alguns deles foram encontrados e entrevistados por este pesquisador: Josué Brocchini, ainda morador na Vila de Cotaxé, Elvécio Alves Tristão, Erasmo de Carvalho Moreira, Janda das Virgens Caiado e Geralda Gama, esta residente em Imburana, distrito de Ecoporanga. Não foi possível, neste período, encontrar o diretor da UPC conhecido pelo nome de João Canguçu. Há notícia de que ainda vivem alguns outros contemporâneos, não obstante poucos, notadamente do período pós-Udelino e, quando muito, com vagas lembranças deste.

Parafraseando Dias (1984), esperamos que este trabalho possa, ainda que modestamente, contribuir para “[...] resgatar a memória do Espírito Santo e compreender seu presente [...] (DIAS, 1984, p. 10)”, com vistas, segundo Winock (2003, p. 290), a “[...] dar novamente sentido ao passado e tornar, por isso mesmo, o presente mais inteligível, [que] é a finalidade de uma história política”.

Este estudo foi uma tentativa de escrever a história também do ponto de vista dos perdedores, daqueles que tiveram as esperanças frustradas pelas circunstâncias dos embates da vida, como ocorreu, infelizmente, em relação aos posseiros de Cotaxé. Teve como objetivo, também, contribuir para que, de acordo com Moreira (1998, p. 16), a historiografia não acabe apenas “[...] fazendo a apologia dos êxitos da história [...]”, deixando de registrar “[...] tudo aquilo que, por algum motivo deixou de acontecer, [...] as possibilidades sociais não consumadas ou, ainda, sobre desejos e projetos frustrados [...]”, e que, pelo contrário, acabe validando somente aqueles que venceram e tiveram seus projetos legitimados pela vitória.

## REFERÊNCIAS

A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. 1789. Disponível em: <[http://www.senat.fr/lng/pt/declaration\\_droits\\_homme.html](http://www.senat.fr/lng/pt/declaration_droits_homme.html)>. Acesso em: 8 abr. 2015.

AJUDEMOS quem nos dá o feijão: empolgante o I Congresso dos Lavradores – Homenagem às forças armadas – Criada a Associação dos Lavradores – Já nasceu grande, proclama José A. das Virgens. **Folha Capixaba**, n. 1.102, p. 7, 22 nov. 1957. Microfilme (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo).

BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Rioux e Sirinelli (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BORGO, Ivan Anacleto Lorenzoni; ROSA, Lea Brígida Rocha de Alvarenga; Renato José Costa. **Norte do Espírito Santo**: ciclo madeireiro e povoamento. Vitória: EDUFES, 1996.

BRASIL. Leis históricas. **Colecção das Leis do Brazil de 1808**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 37-41. Carta Régia de 13 de maio de 1808: “Manda fazer guerra aos índios Botocudos”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_18/CartaRegia\\_1305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_18/CartaRegia_1305.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2015.

BROCCHINI, Josué. **Do Estado “União de Jeovah” à União dos Posseiros de Cotaxé**: transição de movimento sociorreligioso a movimento político e organizado - Singularidades: transição e longevidade. Entrevista concedida a Elio Ramires Garcia, Cotaxé, distrito do município de Ecoporanga, 26 jun. 2014.

CAIADO, Janda das Virgens. **Pequenas histórias, crônicas e poemas do vovô**. Campinas: Komedi, 2011.

CAIADO, Janda das Virgens. **Declarações sobre a chegada de José das Virgens a Cotaxé e suas atividades** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <helioramiresgarcia@hotmail.com> em 23 jan. 2015.

CAMPOS, Helcio Ribeiro. A resolução de fronteiras Minas Gerais-Espírito Santo na Zona do Contestado. **Revista Geonorte**, Manaus, ano 4, v. 7, n. 1, p.1010-1030, 1º semestre 2013. Edição especial 3 – (Geografia Política). III Simpósio Nacional de Geografia Política. Disponível em: <<http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/article/14/A%20RESOLU%C3%87%C3%83O%20DE%20FRONTEIRAS%20MINAS%20GERAIS-ESP%C3%8DRITO%20SANTO%20NA%20ZONA%20DO%20CONTESTADO.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2014.

CHICO Gato retorna à labuta. **Folha Capixaba**, n. 1.296, 8 set. 1961, p. 1. Edição especial. Microfilme (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo).

CLIMA de Insegurança em Cotaxé: ferido gravemente Chico Gato. **Folha Capixaba**, n. 1.289, 15 a 21 jul. 1961. Microfilme (Arquivo Público do Estado do Espírito Santo).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **A CONTAG**. (1963). Brasília/DF. Disponível em:

<<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>>. Acesso em: 27 set. 2014.

CORRÊA, Marcos Sá. Terra desaforada. 1997. **Veja**, São Paulo, edição 1515, ano 30, n. 39, p. 96-100, 1º out. 1997. Disponível em:

<<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas. **Cadernos AEL**, Campinas, n. 7, 1997. Disponível em:

<[http://segall.ifch.unicamp.br/site\\_ael\\_antes\\_migracao/AEL/website-ael\\_publicacoes/cad-7/Artigo-3-p83.pdf](http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael_antes_migracao/AEL/website-ael_publicacoes/cad-7/Artigo-3-p83.pdf)>. Acesso em 27 jun. 2014.

CUNHA, Wilson. Comentários em torno das violências de que foi vítima no Espírito Santo. 1953a. Discurso pronunciado na tribuna da Câmara Federal em 14 de abril de 1953. **Diário do Congresso Nacional**, Capital Federal, ano 8, n. 71, p. 2714-2764, 15 abr. 1953. Disponível em:

<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD15ABR1953.pdf#page=30>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Consideração em torno de violências policiais no Espírito Santo. 1953b.

Discurso pronunciado na tribuna da Câmara Federal em 7 de maio de 1953. **Diário do Congresso Nacional**, Capital Federal, ano 8, n. 88, p. 3654-3708, 8 maio 1953.

Disponível em:

<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08MAI1953.pdf#page=27>>.

Acesso em: 25 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Protesta contra açambarcamento de terras no Extremo Noroeste do Espírito Santo, ferindo direitos de posseiros. Discurso pronunciado na tribuna da Câmara Federal em 27 de junho de 1952. **Diário do Congresso Nacional**, Capital Federal, ano 7, n. 117, p. 5868-5918, 28 jun.1952. Disponível em:

<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD28JUN1952.pdf#page=18>>.

Acesso em: 25 fev. 2015.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DIAS, Luzimar Nogueira. **Massacre em Ecoporanga**: lutas camponesas no Espírito Santo. Vitória: Cooperativa dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984.

ESCANDALOSA negociata agrária explode no Legislativo Estadual. **A Gazeta**, edição de 9 jan.1964, p. 1. Microfilme (Arquivo Público do estado do Espírito Santo).

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembléia Legislativa do Estado Espírito Santo. 1953. **Comissão Parlamentar de Inquérito**, CPI de 1953. Documentação completa recuperada e disponibilizada por Adilson Vilaça.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei 248, de 10 de outubro de 1963. Cria o município de Cotaxé, desmembrado do município de Ecoporanga.** Texto original. Arquivo Geral da Ales: Classificação AA, caixa 2.

\_\_\_\_\_. **Lei no. 171, de 24 de janeiro de 1964. Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar por interesse público e social, áreas de terras situadas no distrito de Cotaxé, município de Ecoporanga, de propriedade de Lamartine Loureiro e outros que julgar conveniente.** Texto original. Arquivo Geral da Ales.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado do Espírito Santo. **1947 a 2007 – Governadores do Estado.** Disponível em: <[http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/governadores\\_estado.aspx](http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/governadores_estado.aspx)>. Acesso em: 14 mar. 2015.

FERREIRA, Jorge. **O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart.** 2013. In: Simpósio Nacional de História, 27. 2013, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363283639\\_ARQUIVO\\_OPCB\\_eogovernoJoaoGoulart.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363283639_ARQUIVO_OPCB_eogovernoJoaoGoulart.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2015.

FLOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **A trajetória política de João Goulart: Almino Afonso.** In: \_\_\_\_\_. **Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930.** 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/almino\\_afonso](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/almino_afonso)>. Acesso em: 15 ago. 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945: Anos de Incerteza (1930 - 1937) > golpe do Estado Novo.** [1997a]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Anos 20 > Questão Social > Partido Comunista do Brasil (PCB).** Partido Comunista do Brasil (PCB). [1997b]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

GAMA, Geralda. **Do Estado “União de Jeovah” à União dos Posseiros de Cotaxé: transição de movimento sociorreligioso a movimento político e organizado - Singularidades: transição e longevidade.** 2014. Entrevista concedida a Elio Ramires Garcia, Imburana, distrito do município de Ecoporanga, 26 jun. 2014.

GOMES, Wellington Teixeira. **Declaração sobre a trajetória de Manoel Galvão Sampaio** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por Elio Ramires Garcia através da rede Facebook em 30 nov. 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Marx e o reino da consciência**. 1918. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1918/mes/marx.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

GRANJA, Antônio Ribeiro. Do Estado “União de Jeovah” à União dos Posseiros de Cotaxé: transição de movimento sociorreligioso a movimento político e organizado - Singularidades: transição e longevidade. 2014. Entrevista concedida a Elio Ramires Garcia, Serra, 14 fev. 2014.

HASSE, Geraldo. **A curta vida de União de Jeová**: era uma vez o rebelde Udelino, que queria um estado só para lavradores. 2002. Disponível em: <<http://galileu.globo.com/edic/92/conhecimento1.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Faroeste caboclo: meus colegas lavradores. 2000. **Revista Século**, Vitória, n. 6, ago./2000. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/seculo/2000/seculo06/hasse/index.htm>>. Acesso 4 jul. 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Rebeldes primitivos**. Barcelona: Ariel, 1983.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, XXIII Volume, Rio de Janeiro, 1959.

\_\_\_\_\_. **Malha Municipal**. Rio de Janeiro, 1997. Fonte: Recenseamento Populacional de 1872 e Ministério de Viação e Obras Públicas, 1944. Elaborado por Maria Helena Palmer Lima, 1997.

LOIOLA, Gelson. **A participação da PMES nos conflitos limítrofes entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais na região do Contestado**. Vitória: IHGES, 2008.

LÖWY, Michael. Do Capitão Swing a Pancho Villa: resistências camponesas ao Capitalismo na Historiografia de Eric Hobsbawm. 2002. **Politeia: História e Sociologia**: Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 23-36, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/151/164>>. Acesso em: 25 maio 2014.

MAO, Zedong. **Informe sobre una investigación del movimiento campesino en Junan**. Obras Escogidas de Mao Tse-tung, Tomo I, Pekín: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1968. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/espanol/mao/escritos/HP27s.html>>. Acesso em 24 maio 2014.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Paulo Ribeiro. **Declaração confirmando o nome de Manoel Galvão Sampaio** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por Elio Ramires Garcia através da rede Facebook em 16 out. 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. Volume 1 - Parte III, Capítulo VII, Seção 1. O processo de trabalho e o processo de produzir mais valia. 1867. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap07.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e revolta**: os Botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru: EDUSC, 2004.

MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e revolta**: os Botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru: EDUSC, 2004. Resenha de: KOK, Glória. **Espaço ameríndio**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 211-214, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/viewFile/2494/1570>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

MOREIRA, Erasmo de Carvalho. Do Estado “União de Jeovah” à União dos Posseiros de Cotaxé: transição de movimento sociorreligioso a movimento político e organizado - Singularidades: transição e longevidade. 2014. Entrevista concedida a Elio Ramires Garcia, B. S. Francisco, 10 out. 2014.

MOREIRA, Flávio. **O religioso e o político no processo de implantação e permanência da Pedagogia da Alternância**: uma análise histórica dessas relações nas Escolas Famílias Agrícolas do MEPES no norte do Espírito Santo. 2009. 362 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo Vitória, 2009. Disponível em: <[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/nometese\\_33\\_FLAVIO%20MOREIRA.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/nometese_33_FLAVIO%20MOREIRA.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2015.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A serviço do império e da nação: trabalho indígena e fronteiras étnicas no Espírito Santo (1822-1860). 2010. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 13-55, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/18936/11030>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Brasília**: a construção da nacionalidade - um meio para muitos fins (1956 – 1961). Vitória: Edufes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Entre as vilas e os sertões:** trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). 2011. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/pdf/nuevomundo-60746-entre-as-vilas-e-os-sertoos-transitos-indigenas-e-transculturacoes-nas-fronteiras-do-espírito-santo-1798-1840.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

NEVES, Jones dos Santos; ACHIAMÉ, Fernando; NEVES, Reinaldo Santos (orgs). **Com vistas ao futuro:** discursos 1943-1954. Vitória: IHGES, 2002.

NOVOS RUMOS. Rio de Janeiro: PCB, n. 127, 11 a 18 ago. 1961. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/novos-rumos>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

O EFÊMERO Estado de União Jeovah. Direção de Joel Zito de Araújo e roteiro de Adilson Vilaça. 2000. Vitória: L. C. A. Produções; Tapiri Cinema e Vídeo. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=6kD-FvhPaM](http://www.youtube.com/watch?v=6kD-FvhPaM)>. Acesso em: 24 maio 2014.

OLIVEIRA, Francisco. **O ornitorrinco.** 2003. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/geo/ornitorrinco.rtf>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo.** 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PARTIDO Comunista Brasileiro (PCB). **Manifesto de Agosto.** Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1950. Disponível em: <[http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=89:o-manifesto-de-agosto&catid=1:historia-do-pcb](http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=89:o-manifesto-de-agosto&catid=1:historia-do-pcb)>. Acesso em: 23 mar. 2015.

PARTIDO Comunista do Brasil (PCdoB). **Manifesto-Programa (1962).** Disponível em: <[http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id\\_sessao=49&id\\_noticia=124](http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=124)>. Acesso em: 26 ago. 2014

PAZ, Carlos Augusto Lima. **Tese sobre Cotaxé.** 2014a. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[helioramiresgarcia@hotmail.com](mailto:helioramiresgarcia@hotmail.com)> em 24 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. **Tese sobre o movimento camponês de Cotaxé.** 2014b. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[helioramiresgarcia@hotmail.com](mailto:helioramiresgarcia@hotmail.com)> em 4 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Posseiros de Cotaxé x Araguaia.** 2014c. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[helioramiresgarcia@hotmail.com](mailto:helioramiresgarcia@hotmail.com)> em 6 jun. 2014.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono.** 2. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.

PONTES, Wallace Tarcísio. **Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais.** 2007. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em: <[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_3320\\_Walace\\_Tarcisio\\_Pontes.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_3320_Walace_Tarcisio_Pontes.pdf)>. Acesso em: 8 jan 2015.

PRIORI, Angelo. **O levante dos posseiros**: A revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Maringá: Eduem - Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011.

QUEIROZ, Renato da Silva. Mobilizações sociorreligiosas no Brasil: os surtos messiânico-milenaristas. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, p. 132-149, set./nov. 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/67/10-queiroz.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2013.

RIBEIRO, Jayme Lúcio Fernandes. Entre a China e o Brasil: o pensamento maoista e Revolução Chinesa no Partido Comunista do Brasil na década de 1950. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25. 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=16312>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

RIBEIRO, Lucílio da Rocha. **Contribuição à história da imigração italiana no município de Colatina**. Vitória: Ed. do Autor, 1996.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **Cultura política e relações de poder na região de São Mateus**: O papel da Câmara Municipal (1848/1889). Vitória: IHGES, 2013.

SANTOS, Ponciano dos. Acontecimento ocorrido na zona litigiosa entre Espírito Santo e Minas Gerais. 1952. Discurso pronunciado na tribuna Câmara Federal em 5 de dezembro de 1952. **Diário do Congresso Nacional**, Capital Federal, ano 7, n. 283, p. 14.236-14.286, 6 dez. 1952. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD06DEZ1952.pdf#page=41>>. Acesso em: 14 fev. 2015

SILVA, Emiliana Andréo da. **O despertar do campo**: lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

SOUZA, André Luiz Gomes de. História do Estado União de Jeová. **Dimensões**: Revista de História da UFES, Vitória, n. 7, 1998. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2287/1783>>. Acesso em: 15 maio 2014.

TRISTÃO, Elvécio Alves. Do Estado “União de Jeovah” à União dos Posseiros de Cotaxé: transição de movimento sociorreligioso a movimento político e organizado - Singularidades: transição e longevidade. Entrevista concedida a Elio Ramires Garcia, Vila Velha, 23 mar. 2013.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos**: o povo da terra. São Paulo: Ática, 1995.

VILAÇA, Adilson. Ainda uma vez Cotaxé. 2014 In: **II Seminário das Humanidades de Cotaxé**. Ecoporanga, 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/adilson.vilaca/posts/258510274337189>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Cotaxé, a reinvenção de canudos**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2007.

\_\_\_\_\_. **As CPIs do esquecimento**: uma pá de cal sobre a história. 2002.  
Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/seculo/2002/seculo25/index2.htm>>.  
Acesso em: 4 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Memórias de um sargento de milícias**: nascido para guerrear. 2001a.  
Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/seculo/2001/seculo19/index2.htm>>.  
Acesso em: 4 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Faroeste Capixaba**: Rápido no gatilho, certo na pontaria, destemido na defesa da lei. 2001b. Disponível em:  
<<http://www.seculodiario.com/seculo/2001/seculo21/index2.htm>>. Acesso em: 7 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Cotaxé**. 2. ed. Vitória: Textus, 1999.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 271-294

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Declaração de Wellington Teixeira Gomes

Declaração de Wellington Teixeira Gomes: via Facebook, no dia 30 de outubro de 2013.

30 de outubro de 2013

30/10/2013 16:40

#### **Wellington Teixeira Gomes**

*Boa tarde Elio Ramires Garcia. Através do arquivo do DOPS, comparado com o áudio da entrevista de Paulo Ribeiro Martins, descobrimos a primeira direção do PCdoB em Belo Horizonte no ano de 1962. O Secretário Político chamava-se Moacir Vasconcelos e era capixaba. Tivemos a oportunidade de entrevistar alguns dos militantes e dirigentes da época quando confirmamos a composição da direção que consta dos arquivos do DOPS e da entrevista de Paulo Ribeiro. Manoel Galvão Sampaio nasceu em em [sic]1908, em Brejões, na Bahia, mesma cidade do Paulo. Militando no PCB, morou na região de Teófilo Otoni onde distribuía os jornais e documentos do Partido e realizava reuniões para organização dos camponeses. Foi preso e arrastado para Belo Horizonte pelos órgãos de repressão em 1952. Em 1962 estava morando em BH e trabalhando na construção civil. "Desapareceu" de BH após o golpe em abril de 1964, quando tinha 56 anos. Quando um velho, de nome Sampaio esteve na área de Cotaxé? Conseguimos localizar seu paradeiro em Goiás. No início dos anos 80, quando o PT começava a se organizar, através de alguns petistas chegou notícia na sucursal da Tribuna da Luta Operária que em Uruaçu havia um casal de comunistas muito pobres, mas bastante ativos. O Partido foi até lá e trouxe o casal para Goiânia. Residiram num barracão, nos fundos da sede da Tribuna. Devido a alguns problemas deixaram de morar na sede, mudando-se para um quarto numa favela. Me disseram que Amazonas teria comentado que o velho teria sido enviado para o Araguaia e não deve ter dado certo, ficando perdido em Uruaçu. Ainda vou aprofundar o levantamento, mas quando de sua morte, na década de 90, o Presidente do PCdoB-GO (que pagava o aluguel de seu quarto e ajudava financeiramente) foi avisado e esteve no velório onde colocou sobre seu caixão uma bandeira do Partido e recebeu dos vizinhos tudo que possuía numa pequena caixa. Estamos a procura dela. Segundo informações, era um grande agitador, branco, de olhos claros e no final da vida "meio gordo". Como podemos ter acesso a uma cópia da publicação e da monografia? Quanto as quedas de 1971 em BH, elas se deram pela explosão antecipada, numa drogaria, de um artefato que seria utilizado, através de reação química, para espalhar panfletos. Por que você se diz responsável? Um abraço.*

## APÊNDICE B – Declaração de Paulo Ribeiro Martins

Declaração de Paulo Ribeiro Martins: via Facebook, no dia 16 de novembro de 2013.

16 de novembro de 2013



16/11/2013 00:17

**Elio Ramires Garcia**

*Olá, velho companheiro: veja lá:*

*Manoel Galvão Sampaio nasceu em 1908, em Brejões, na Bahia: seria o Sampaio que esteve aqui e conversou contigo ainda em 1964?*



16/11/2013 00:20

**Paulo Ribeiro Martins**

*É isso mesmo Hélio, nem eu que morei em sua casa lembrava mais do nome completo. Pelo que me consta ele morreu em Governador Valadares, no dia do golpe, estou certo?*



16/11/2013 00:20

**Elio Ramires Garcia**

*Não, não está... felizmente...*

*ele morava em BH quando do golpe e escafedeu-se de lá veio aqui para o ES esteve com camponeses no Extremo Noroeste do ES depois foi substituído pelo Parangaba, um secundarista cearense foi, ao que tudo indica, para o Araguaia, mas não ficou acabou os seus dias em Goiás segundo me relataram os estudiosos da história do PCdoB em MG*



16/11/2013 00:23

**Paulo Ribeiro Martins**

*Incrível, não sabia nada disso. Eu gostava muito dele, era uma pessoa decente, decidida, ótimo companheiro.*



16/11/2013 00:23

**Elio Ramires Garcia**

*foi a impressão de deixou quando da sua passagem aqui  
Muito bem: os dois historiadores me encontraram aqui...  
e certamente vão te encontrar também aí nesse seu paraíso*

**APÊNDICE C – Declaração de Carlos Augusto Lima Paz**

Declaração de Carlos Augusto Lima Paz correspondência por e-mail, em 24 abr. 2014, referenciada como Paz (2014a).

Informações

Parangaba

Parangaba

 Outlook

**Email**

carloslima.paz@gmail.com

24/04/2014

Documentos

Para: helioramiresgarcia@hotmail.com

Outlook.com Exibição Ativa

1 anexo (23,4 KB)

Baixar como zip

Adicionar ao OneDrive

*Hélio,*

*Desculpa o atraso mas não esqueci do compromisso. Você merece uma boa tese e sendo a respeito da companheirada revolucionaria de Cotaxé será de grande contribuição para a hitoria [sic] dos movimentos camponeses e posseiros do Estado do Espírito Santo e do Brasil. As informações contidas a meu respeito é apenas para você conhecer um pouco das minhas "perambulações", naquele periodo pelo Brasil afora.*

*Abraço grande amigo e companheiro que ha decadas [sic] não nos vemos.*

Depoimento de Carlos Augusto Lima Paz: por e-mail, no dia 24 abr. 2014.

*Hélio,*

*Há mais de 40 anos que nós nos conhecemos. Há mais de 40 que nós não nos vimos. Mas eu lhe via em algum lugar do mundo contribuindo naquilo que você sonhava.*

*Sobre o movimento dos posseiros em Cotaxé, cheguei ali no final do ano de 1966, numa missão revolucionaria de organizar as regiões conflagradas de posseiros pela conquista da*

*terra e prepará-los para o prolongamento da luta contra a ditadura militar e pela reforma agrária [...].*

*Já na clandestinidade, me desloquei à região a fim de apoiar os camponeses na sua luta encontrei um quadro desfavorável a eles. Faltava-lhes apoio e estímulo para continuarem a lutar. Estavam cansados, exaustos, sem paz e em clima constante de tensão. O PCB que era quem os orientava, praticamente os deixou a sós.*

*Tive dificuldades no início, nos primeiros contatos, quem estava ali era um jovem ex-líder estudantil no Ceará, militando e organizado no PC do B, chegando numa área de conflitos sob o controle político [sic] do PCB, com a missão de organizá-los e prepará-los politicamente para as suas conquistas e lutas mais prolongadas.*

*Quando o domínio da grilagem da terra do chamado Córrego do Limão em Cotaxé, estavam sobre o domínio do Senhor Lamartine, que queria resolver tudo na boca da pistola e do papo amarelo, os posseiros estavam fortalecidos e unidos na defesa das suas posses. Com este procedimento enfrentaram polícias armadas (conflito armado), pistoleiros mortos inclusive o famoso “Paredão”, que é do seu conhecimento.*

*Lamartine passou a posse da grilagem ao Senhor Leão, médico mineiro que inteligentemente resolveu negociar e comprar as benfeitorias. Me deparei com esta situação. Foi uma estratégia inteligente que “minava” as forças da liderança do movimento. Apesar das tentativas para sustar as vendas, com assembleias, reuniões, pactos assinados etc. As vendas continuaram e percebemos que assim fragilizava o movimento e que as lideranças que eram visadas pela repressão policial e política [sic] local, ficariam expostas, em minoria, tornando-se presa fácil para derrota no campo político [sic] e no enfrentamento armado.*

*Lá encontrei o Benício e vários outros em situações difíceis com problema de saúde na família me dediquei ao máximo em contribuir na recuperação da sua filha mais nova com problemas de saúde devido a subnutrição. O companheiro vivia mais nas montanhas do que em casa. Assim como ele, outros enfrentavam o mesmo problema. Era nosso plano organizar uma estrutura de apoio com medicamentos, víveres, munição e armas. Munição constava de pólvora preta que íamos fabricar no local, bala de chumbo em forma de gesso e cartucho tinha que ser de metal, comprado no comercio de Ecoporanga. Na época conseguiam via partido em Vitória armas para ajuda-los, principalmente rifles.*

*A maioria da população era evangélica. A policia patrulhava as estradas de acesso procurando armas. As senhoras idosas, crentes, de vestidos longos compravam os cartuchos de metal e traziam debaixo das saias. Por serem idosas a policia não ia levantar suas saias por que não despertava curiosidades nem apetites.*

*A companheirada constata uma grande diferença entre PCB e PC do B no enfrentamento do problema. Sentiram apoiados e mais confiantes, com o passar dos dias com reuniões, discussões foram entendendo a linha política [sic] do PC do B e se submeteram a linha do partido na luta pela terra e pelas mudanças no meio rural.*

*Contávamos com a participação das lideranças principais: Benício, José Genuíno, Jurandir, Juquinha (cunhado do Benício), Orlando, Adão, Joaquim Roxo, Zezinho, seu filho, Elizeu,*

*Francisco e Osvaldo, três irmãos. Elizeu foi assassinado devido desavenças pessoais. Dois anos após Osvaldo, vinga a morte do irmão. Ambos eram de uma família de evangélicos (Assembleia de Deus). O pai Senhor Francisco era determinado e muito trabalhador. Essa família foi embora para o Estado do Paraná.*

*Eu analisava a situação local, a vontade de muitos em vender suas posses, e era difícil persuadi-los. Existia facilidade de terra em Mato Grosso e Rondônia, era terra ainda de ninguém. Fizemos uma reunião com a coordenação, avaliamos o cenário, vivíamos no regime de ditadura, os fazendeiros estavam com vez e com a voz, o desmonte seria desastroso para a liderança que ficava fragilizada, conseqüentemente isolada e derrotada. Foi então que resolvemos sair todo mundo. Nós víamos famílias irem embora e logo as casas eram demolidas. Muito triste, não tínhamos condições de resistir era ditadura militar.*

*Resolvemos primeiro tirar Benício. Artigo com o partido para escondê-lo em Vitória ou noutro lugar. Fiquei responsável pela sua retirada. Articulamos sua saída a noite cortando atalho pela mata dos Aymorés. Preparamos a segurança para que ele ficasse seguro com a família a sós uma noite e o dia seguinte.*

*Às 19hs (noite) conforme programado saímos da sua residência a pé. Atravessam o Rio Cotaxé, orientado pelo companheiro Chico Gato que morava no outro lado do Rio margem esquerda.*

*Um papo largo com Gato, comemos uma boa merenda, nos despedimos, foi uma despedida de saudades e de desejos de sucessos. Conheci o Gato naquela noite. Saímos a passos acelerados rumo a Vila Pereira, município de Minas Gerais, na divisa com Espírito Santo, passamos às 4 hs da manhã num pequeno córrego, comemos rapadura com farinha, e tomamos água (o bom cearense nas horas difíceis não vive sem rapadura. Foi a única parada). Aceleramos o passo, chegamos a Vila Pereira por volta das 7:30 hs (manhã) pegamos um ônibus para Carlos Chagas, outro para Nanuque e um outro para Vitória. De Vitória, Benício vai para a casa de um líder ferroviário do partido e em seguida para a praia de Marataízes. Casa de um médico de Cachoeira do Itapemirim, Gilson Carone, se não me falha a memória.*

*Benício, ficou seguro, com meios para se manter. Era versátil e trabalhador, ganhou dinheiro como pedreiro enquanto estava aguardando a sua saída para Mato Grosso. Retorno à Vitória e Cotaxé, por fim organizo com a companheirada a saída das famílias para Mato Grosso.*

*Mato Grosso havia uma fronteira agrícola em expansão, no Governo Pedro Pedrossian a colonização estadual de Rio Branco e Salto do Céu, pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT). Essa colonização ficava cerca de 150 km de Cáceres. Os Rios que ali correm pertencem a Bacia do Rio Paraguai. Rio Branco que deságua no Rio Cabaçal, que deságua [sic] no Paraguai e “ai vai minha Chalana”.*

*Tiramos o Benício do Espírito Santo. Foi de ônibus para Mato Grosso, Cuiabá, Cáceres em seguida Salto do Céu. Lá habitava o Senhor José Fernandes, amigo dele desde o Espírito Santo. Serviam de ponto de apoio. Havia vários capixabas habitando à região que serviu de chamariz para os posseiros de Cotaxé.*

*Em seguida, chega o Parangaba. Assume o nome de Mário Ângelo. Me infiltro na CODEMAT (Instituição do Governo do Estado). Me faço de agrimensor prático. Aprendi rápido manipular com os aparelhos chamados theodolito, do tempo que o cão era menino. Conhecemos um agrimensor prático com larga vivência na região de nome Selassié das Virgens, filho de Zé das Virgens a mãe D. Marieta eram separados. Você relata a passagem de Zé das Virgens por Cotaxé. Selassié nasceu em São Mateus, nós nos apoiamos nele e formamos uma boa equipe de campo. Tanto trabalhávamos quanto treinávamos. Éramos preparados tanto na sobrevivência na selva, quanto no tiro e na resistência física para qualquer desafio. e formamos uma boa equipe de agrimensura para fazer medição dos rios para fins de loteamento. Era nosso propósito [...] conhecer vastas regiões de florestas e rios, mapeá-los para futuras locomoções. Selassié, era um tipo boêmio, romântico, bom violão, boa voz, tinha política na cabeça, era poeta que herdou o DNA do pai.*

*Nos embrenhávamos na floresta passávamos de 2-3 meses floresta a dentro. Para você ter uma ideia quando terminávamos o levantamento de um Rio, demorávamos 2, 3, 4 dias a pé até à Vila Salto do Céu. Esses levantamentos destinavam-se a loteamentos para entregar os sem terra que chegavam na região.*

*As famílias que chegaram de Espírito Santo foram todas assentadas num lote de terra para começar nova vida. Era nosso propósito, organizar o partido por gleba. Estávamos engajados nas demarcações dos lotes para não deixarmos ninguém sem terra. E assim foi feito.*

*Benício, também aprendeu a manusear com theodolito e chegou a ser agrimensor [sic] prático, segundo informações que me passaram anos depois.*

*As lutas ideológicas no interior do partido provocaram algumas deserções. Em 1968 um militante do Comitê Central, aderiu ao MR-8, caiu nas mãos da repressão em São Paulo, para não ser torturado passou a ser informante da OBAN, era o contato do C.C do partido comigo. Ele não conhecia os demais. Logo que ele caiu, Daniele, enviou contato para eu cair fora. Assim foi feito. Anoiteci, não amanheci. Decorria o ano de 1969.*

*O partido me envia para a região do Sul da Bahia, Zona Cacaueira. Cheguei lá com o nome de Zé Roberto. Fui organizar a luta no cacau baiano. Fui ser peão de fazenda de cacau. Era muita gente nos trabalhos braçais das fazendas. Organizam célula do partido em várias regiões. Estão indo muito bem até que um membro do partido em Ilhéus, por liberalismo dele, falou o que não devia, foi preso e sou obrigado a sair da área. Me desloco para a Chapada Diamantina (Bahia), depois montanhas mineiras com a Bahia, Vale do Mucurí, Jequitinhonha e Norte de Goiás, com o nome de Raimundo Cardoso de Freitas.*

*Informo para o seu controle que eu estava na organização do partido para a luta armada. Alguns quadros que eu recrutei e treinei, foram para o Araguaia. Marcos José de Lima, era de Nova Venécia, fabricava armas, foi comigo para Mato Grosso, montamos uma oficina para instrumentos agrícolas, e camufladamente fabrica de armas. O partido desloca-o para o Araguaia. Infelizmente o exercito fuzilou-o. Era uma [sic] grande quadro.*

*Como você bem sabe, foram derrotados em 1974/75 na Guerrilha do Araguaia . Das 4 frentes de luta que o partido planejava criar, somente a do Araguaia, deu inicio num*

*momento ainda não apropriado. Não aguentou, sozinho por longo tempo. Não souberam recuar foram aniquilados. Com a derrota e o quase desmonte do PC do B, vou para o Amazonas. Manaus em seguida para o Alto Solimões. Fiquei um ano e meio com os índios Tykunas. Em 1976 desço à Manaus, faço as provas de supletivo do 2º grau, recebi o certificado aproveitei o momento me inscrevi para o vestibular na UNIV Federal do Amazonas, fiz para agronomia, me formei em 1980 com o nome de Raimundo Cardoso de Freitas, dominamos o DCE, até o meu último ano com a experiência vivida contribuí muito na política estudantil. Como profissional, contribuí se não para a reforma agrária [...] mas pelo menos milhares de assentamentos de famílias passaram pela minha assinatura nos estados do Tocantins, Rondônia, Distrito Federal e Acre, onde trabalhei.*

*Concluindo. Desde que sai de Mato Grosso não vi mais Benício, nem os demais companheiros valorosos do Cotaxé. Eu fico a me perguntar foi correto tira-los do Cotaxé? Se ficassem e fossem massacrados não seria pior? Havia como apoiar-los ali com prefeitos Venais, repressão de toda ordem contra eles e o partido ainda muito frágil?*

*Nesta imensidão da Amazônia e os afazeres do dia a dia, as limitações que tínhamos, me impossibilitou de sair por aí a procura deles. Há pouco tempo soube que o Benício faleceu. Genuíno, seu irmão faleceu anos antes. Essa companheirada deve ter ficado isolada sem o contato do partido, do companheiro que lhes dessem ânimos [sic] e esperanças para continuarem a sonhar. Os Cotaxeenses se dispersaram entre Mato Grosso para onde foram, Rondônia em vários municípios e alguns estão aqui no Acre, encontrei uma família em Brasileia, fronteira com a Bolívia e outras no município de Porto Acre. Ambos eram amigos de Benício e contribuíram nas lutas de Cotaxé.*

*Hélio, aqui apenas conto para você por cima de modo direto, sem teorizar nem filosofar, alguns dados da minha contribuição pequena neste feito. Te garanto que não me conformo ter deixado os companheiros tão distantes sem a devida organização. Entendo que houve a diáspora, migraram mais para o norte principalmente Rondônia. A luta continua, a construção da história cabe a todos nós. Me ligue, me cobre mais informações. Desejo uma boa dissertação de mestrado. Quando dirigi o INCRA no Distrito Federal através dos topógrafos do INCRA, descobri Selassié das Virgens. Fui a procura dele, localizei-o, foi uma conversa longa. Encontrei num quadro de certo alcoolismo, trajas bem desorganizados, tratamos de vários assuntos inclusive para ele trabalhar com o INCRA em demarcação de lotes rurais. Ele combinou que voltava, mas que ia levar a companheira para um tratamento e nunca me apareceu. Eu estava disposto a ajuda-lo. Trata-se de pessoa valorosa que foi importante no apoio em Mato Grosso.*

*Fui informado que o Juquinha, cunhado do Benício, faleceu e tinha perturbações mentais. Avalio que a companheirada além do sofrimento histórico sofreu pela falta de uma luz no final deste túnel que eles iam atravessar. Gostaria que o depoimento fosse gravado porque você ia perguntar o que interessa para sua tese.*

*Em homenagem às populações que lutaram na defesa daquela terra de Cotaxé, o INCRA devia desapropriar aquilo lá e transformar num assentamento para os sem terra do Espírito Santo de hoje.*

*Seria corrigir uma injustiça cometida contra aquela gente há 48 anos.*

**APÊNDICE D – Declaração de Carlos Augusto Lima Paz**

Declaração de Carlos Augusto Lima Paz - correspondência por e-mail, em 4 jun. 2014, referenciada como Paz (2014b).

Tese sobre o movimento camponês de Cotaxé  
Tese sobre o movimento camponês de Cotaxé  
Parangaba

**Parangaba**

 Outlook

**Email**

carloslima.paz@gmail.com

04/06/2014

Para: helioramiresgarcia@hotmail.com

*Companheiro Helio, Boa noite. Estou aqui no outro lado geográfico do Brasil mas a disposição para contribuir com sua tese sobre o que aconteceu naquele tempo no lado daí, sobretudo o que se relaciona com Cotaxé, partido, o que se fez e deixou de fazer.. A tese é importante para arrumar a história daquela gente que dispersou-se ao longo do Noroeste da Amazônia, quando a nossa idéia era, estando aqui, irradiar as lutas nesta área, o que não aconteceu. Não [sic] esqueça de mim, de nós continuemos a conversa, a comunicação que enriquece e rejuvenesce.*

**APÊNDICE E – Declaração de Carlos Augusto Lima Paz, em 6 jun. 2014**

Declaração de Carlos Augusto Lima Paz: correspondência por e-mail, em 6 jun. 2014, referenciada como Paz (2014c).

posseiros de Cotaxé x Araguaia

Parangaba  
Parangaba

 Outlook

**Email**

carloslima.paz@gmail.com

06/06/2014

Para: helioramiresgarcia@hotmail.com

*Hélio, a verdade verdadeira alguém ou alguns da companheirado [sic] de Cotaxé, era possível ir para o Araguaia, assim como foi o Marcos José de Lima, capixaba de Nova Venécia - ES. Esse companheiro eu o recrutei naquele município, um jovem cheio de sonhos, rebelde, conhecedor de armas como ninguém, desenhava, fabricava, e confeccionava instrumentos agrícolas. Era um monstro. Foi para o Mato Grosso, muito ligado ao Benício e a companheirada. Montamos uma oficina e ele era quem consertava e fabricava armas e instrumentos agrícolas. Fabricava bons arados de tração animal, foice etc. "Escondidamente" [sic] noutra casa fabricava as armas. O partido enviou-o para a Guerrilha do Araguaia. No decorrer da refrega o exército descobre a fábrica camuflada prendeu e fuzilou-o. O principal motivo do deslocamento da companheirada do Cotaxé para Mato Grosso, era com as experiências de lutas acumuladas e com o conhecimento político e ideológico, era objetivo abrir uma frente guerrilheira na região do Rio Paraguai, começando com a invasão das grandes propriedades improdutivas (feudos), e aí ninguém segurava porque era região de vastas florestas. Por este motivo, não era interessante enviar quadros de Cotaxé treinados para o Araguaia porque ia desfalar para a formação dos grupos e uma frente aberta ali [sic] e mais outras em outros lugares, contribuía também para a dispersão das forças armadas em ter que nos combater em diversas frentes e não em uma só como ocorreu com o Araguaia. Depois a gente conversa melhor sobre o assunto. Abcs, Carlos Paz, Parangaba, Cardoso, como queira. kkkk*

## APÊNDICE F – Entrevista: Perguntas Para Janda das Virgens Caiado

Entrevista:

Perguntas para Janda das Virgens Caiado, enviadas por e-mail, em 2 dez. 2014.

COTAXÉ

Helio Garcia

02/12/2014

Documentos

Para: jandadasvirgenscaiada@hotmail.com

Outlook.com Exibição Ativa

2 anexos (total de 264,8 KB)

Baixar tudo como zip

Adicionar tudo ao OneDrive

Boa tarde, Janda!

Estou enviando o questionário e praticamente repetindo as perguntas que te fiz ao telefone. Ainda não pedi os dois livros ao Adilson Vilaça: fá-lo-ei, no entanto, em breve. Como um bom amigo da onça, gostaria de sugerir que você, a partir desse roteiro, considerasse a possibilidade de redigir um texto (e até publicar em livro) sobre a chegada de José das Virgens e família a Cotaxé, suas vicissitudes e sua atuação na política e nos movimentos sociais, em Cotaxé e em Vitória. Fica feita a ursada!

Envio também, em anexo, três artigos de Adilson Vilaça a respeito do tema. No entanto, os endereços eletrônicos não mais funcionam: o site do e-jornal foi “varejado” por hackers e perdeu-se quase que totalmente uma rica documentação garimpada pelo jornalista Rogério Medeiros. Sobre o tema, existem outras três matérias, do jornalista Geraldo Hasse. No entanto, este não é um pesquisador e, seguramente, se baseia nos textos de Adilson. Ainda assim, envio um link para um dos seus textos. Envio também o link de um documentário sobre Cotaxé: os créditos se explicam por si. No final, envio o rescaldo do que consegui lembrar de nossa conversa ao telefone. Caso haja algo que você considere importante e que eu tenha esquecido, por favor, dê um toque...

Documentário: <https://www.youtube.com/watch?v=DDmBAiMi2Ac>

Geraldo Hasse: A curta vida de União de Jeová

<http://galileu.globo.com/edic/92/conhecimento1.htm>

Também solicitaria que você, ao final, inserisse uma autorização para a divulgação das informações, mais ou menos da seguinte forma: "Eu, Janda das Virgens Caiado, AUTORIZO a divulgação e publicação das declarações dadas em entrevista no dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, ao mestrando Elio Ramires Garcia, conforme os questionamentos acima expostos e demais assuntos abordados sobre o tema em questão."

Por ora, muito agradecido.

Elio

0 (xx) 3722 - 0248

(27) 9 9948 - 2073

## ENTREVISTANDO JANDA DAS VIRGENS CAIADO:

Questionário para entrevistar a autora Janda das Virgens Caiado, a segunda dos nove filhos de José das Virgens, repetindo praticamente perguntas feitas por telefone, no dia 26/11/2014, a partir das 10:30h

A respeito de José das Virgens, personagem do movimento camponês de Cotaxé e do Estado do Espírito Santo, cuja importância ainda não foi devidamente registrada e avaliada pela história.

Perguntas para a autora Janda das Virgens Caiado:

1 - No seu livro, na página 85, há o poema de José das Virgens “Para Janda, ao completar 14 anos”, Vitória, novembro de 1951:

Pergunta: - *José das Virgens, naquele ano de 1951, já conhecia o Espírito Santo?*

2 - José das Virgens, com toda a família, sai da Bahia em direção ao Espírito Santo em maio de 1952. Para precisar datas, faço as seguintes...

Perguntas: - *Quando José das Virgens chega a Cotaxé: ainda em maio ou já em junho de 1952?*

- *Ele veio em função do incêndio, pelo fato de que “A Fazenda Nova Promissão ardia em chamas” ou haveria alguma outra razão para o seu deslocamento em direção àquela região?*

3 - Tenho a seguinte informação: José das Virgens chega a Cotaxé e vai hospedar-se na casa de Cleonizeth Tristão: (Elvécio afirmou: era a única casa mais ou menos decente na vila!).

Perguntas: - *Isso corresponde à verdade?*

- *José das Virgens teria conhecimento de que Cleonizeth já estava em Cotaxé?*

- *Como foi o encontro entre os dois? Há alguma possibilidade de que ambos já tivessem um encontro programado?*

04 - Soube, entrevistando Antônio Ribeiro Granja, antigo dirigente do PCB (atualmente com 102 anos), que Cleonizeth Tristão **comunicou** ao PCB que estava indo morar em Cotaxé. Então, a direção estadual do PCB **orientou** Tristão, um apenas militante, mas não filiado, no dizer de Granja: “você vai fazendo o Partido, devagar”. Em resumo, Cleonizeth foi para Cotaxé por decisão pessoal e não designado, enviado pelo PCB, para cumprir a tarefa de ligar-se aos posseiros. Acontecimentos de semelhante natureza já haviam ocorrido em duas outras regiões do país, praticamente à mesma época: em Porecatu, em 1949, e em Trombas/Formoso, em 1951. Por dever de ofício, tenho que fazer as seguintes

Perguntas:

- *Teria Tristão, de família comunista, ido apresentar-se ao cooperativista e comunista José das Virgens para encaminhar alguma atividade do PCB, tal como estruturar o Partido ou fundar uma associação representativa dos interesses dos posseiros, como foi efetivamente fundada a União dos Posseiros de Cotaxé (UPC), em novembro de 1954?*

- *Caso não, ou caso você saiba, por qual razão Tristão foi falar com José das Virgens e para quê?*

5 - Fui informado, por Elvécio Tristão, que seu irmão “Cleonizeth foi para Cotaxé para fazer negócios” – a farmácia e o armazém –, no sentido de cuidar e criar os irmãos menores, e que só se envolveu com a luta dos posseiros a partir do episódio do “encurralamento” e espancamento de uma centena de posseiros. Durante o episódio, Cleonizeth teria tido uma discussão com o Ten PM e

Delegado de Polícia Jadir Rezende (que confirmou a veracidade do fato em entrevista a Adilson Vilaça). Tal fato ocorreu, no entanto e segundo Luzimar Nogueira Dias (p. 69-70), apenas no ano de 1957, sem precisar dia e mês. Elvécio afirma também que só após esta discussão é que Cleonizeth procurou uma loja maçônica em Colatina para denunciar os maus tratos aos camponeses. Como a loja não se abalçou para tomar qualquer atitude, Cleonizeth teria ido, então, procurar o Partido Comunista, na pessoa do dirigente local chamado André Germano. Esta, segundo Elvécio, a trajetória de Cleonizeth, após deixar a localidade de Cedrolândia, em Nova Venécia, onde tinha também um comércio, e deslocar-se para Cotaxé.

Pergunta: - *José das Virgens, um líder cooperativista, maçom, espírita e comunista, foi fazer exatamente o que em Cotaxé? Participante ativo em movimentos sociais por onde havia passado, teria ido já predisposto a envolver-se com a luta dos posseiros pela posse e titulação das glebas ou por outras razões quaisquer?*

6 - Sabe-se que o movimento de Udelino Alves de Matos adotou como símbolo, entre outros, (bandeira e ostensores funcionais - o crucifixo, por exemplo), um hino oficial. A letra do hino, segundo o pesquisador Adilson Vilaça, era constituída por algumas (não apenas duas!) estrofes do poema lido quando do I congresso dos Lavradores do Espírito Santo. Vilaça indica também que "A letra de Zé das Virgens foi musicada à maneira de Moreninha Linda, popular marcha rancheira, em dó maior, do trio Tonico, Priminho e Maninho". Sabendo-se que Udelino desapareceu em 26 de fevereiro de 1953, segundo Luzimar (p.55-56), com base em um relatório do major Djalma Borges ao então governador do Estado, e que José das Virgens chegou a Cotaxé apenas em maio de 1952, pouco tempo antes, faria a seguinte

Pergunta: - *Qual teria sido a ligação de José das Virgens com Udelino, como os dois teriam se conhecido a ponto de chegar ao aproveitamento do poema como letra do hino?*

PS.: Eram as seguintes as estrofes inseridas como letra do hino oficial de União de Jeovah (\*):

- Meus colegas lavradores / Companheiros de jornada [...] Vergando ao cabo da enxada;
- Façamos um mundo novo / De paz, amor, liberdade [...] Nem sofra necessidade;
- É segredo revelado / O poder da União [...] Um milhão detém a morte / Na garganta do canhão;
- Os lavradores unidos / No ideal e na ação [...] De só com o suor do rosto / Amassar o nosso pão;
- Hoje qualquer pensamento / Ou ideia que a alma cria [...] Gasta sua alma inquieta / Na tela da fantasia.

\* - VILAÇA, Adilson. **Cotaxé**: Romance do efêmero estado União de Jeovah. 2ª ed. Vitória: Ed. Textus, 1999.

7 - José das Virgens comprou um sítio, nominando-o 3 de Janeiro, em homenagem a Luiz Carlos Prestes, porque aquela era a data do aniversário de Prestes, indicando, por conseguinte, sua anterior ligação e filiação ao PCB.

Pergunta: - *Isso procede ou é fantasioso?*

8 - Erasmo de Carvalho Moreira, um então jovem alfaiate que foi convocado por Chico Gato para ser o secretário da UPC, passou-me a seguinte informação: Maria da Glória Costa, a Glorinha, também baiana (?), chegou a Cotaxé e foi para a casa de José das Virgens. Glorinha, enfermeira, foi posteriormente trabalhar com Cleonizeth na farmácia deste, antes de abrir a sua própria farmácia (conforme informação de Josué Brocchini). No seu livro há a informação de que José das Virgens teve uma "farmácia no Cavaco, hoje Areia Branca". Em função disso, faça as seguintes...

Perguntas:

- *Você chegou a conhecer a Glorinha? Caso sim, onde e quando?*

*- Teria Glorinha trabalhado com José das Virgens na farmácia no Cavaco, ou seja, teria Glorinha uma ligação profissional anterior com o farmacêutico José das Virgens?*

PS.: não obstante, Elvécio fornece outra versão para a chegada da Glorinha: ela teria vindo para tentar organizar o trabalho do PCB entre os posseiros da Fazenda Rezende, em Itapeba. Isso teria alguma procedência?

9 – Eu tenho informações, a partir de depoimentos diversos (Elvécio, Erasmo, Josué) que o PCB foi estruturado ainda em 1953. Há até o depoimento de um cidadão já falecido, Francisco Rosa, o Chico Rosa, de que o PCB atuava junto com Udelino. Como Udelino desaparece em fevereiro de 1953, tal cooperação do PCB com ele só poderia ter ocorrido desde a chegada de Cleonizeth e José das Virgens, este em maio 1952, até o sumiço de Udelino, em fevereiro de 1953. Na nossa conversa por telefone, você afirmou que, muito provavelmente, o PCB foi realmente organizado em 1953 e, inclusive, que você também era militante do Partido e que cuidava da convocatória das reuniões da base partidária, as quais eram realizadas no sítio de José das Virgens. Tudo isso sugere diversas perguntas, como por exemplo:

Perguntas:

*- Consultando as suas lembranças, você afirmaria que o PCB foi de fato organizado em 1953?*

*- Para dar alguma precisão à informação, no primeiro ou no segundo semestre de 1953?*

*- Quais as pessoas que se reuniam no sítio, ou melhor, quem e quantos eram os militantes do PC?*

*- Teria sido Cleonizeth quem “recrutou” Chico Gato para o PCB, ou teria sido José das Virgens?*

*- Você teria conhecimento da existência de Francisco Rosa? Ele também se reunia no sítio? (Elvécio e Erasmo nunca ouviram falar dele)*

*- Sobre a suposta cooperação do PCB com Udelino, relatada por Rosa, você teria conhecimento?*

10 - Na nossa conversa por telefone, você afirmou que Cleonizeth, o visitante, e José das Virgens, o visitado, identificaram-se como maçons quando da visita daquele a das Virgens, logo após sua chegada a Cotaxé, na hospedaria rústica e que daí decorreu uma amizade que duraria muitos anos.

Pergunta: *- Cleonizeth e José das Virgens: quem teria se apresentado a quem como comunista, propondo, provavelmente, a estruturação do PCB e/ou a atuação entre os posseiros?*

11 - Erasmo de Carvalho Moreira, atualmente com 75 anos, afirma que foi convocado por Chico Gato para ocupar a função de secretário da União dos Posseiros de Cotaxé e também para filiar-se ao PCB no ano de 1954. Afirma que filiou-se de imediato e, também, que integrou a primeira diretoria da UPC, fundada em novembro de 1954, a qual tinha estatuto e que este teria sido registrado no cartório do Zulmarino. Francisco Calazans Pinheiro, o Chico Gato, era o presidente e um certo João Canguçu (tenho a informação de que ainda está vivo e que reside em Praia Grande, um bairro de Jacaraípe ou Nova Almeida) também era diretor da UPC. Revendo os livros do cartório de Zulmarino, que estão atualmente no cartório de Imburana Zulmarino perdeu o cartório devido à perseguição política depois do golpe de 1964, e o titular seguinte também perdeu, aparentemente por condutas inadequadas. Por isso não mais existe cartório na vila de Cotaxé), não encontrei o registro da UPC. Todavia, existe a possibilidade, ainda por averiguar, de que o registro tenha sido feito em algum cartório em Ecoporanga, na sede. Em vista disso, faria as seguintes...

Perguntas:

*- Você se lembraria se, nas reuniões do PCB realizadas no sítio, discutiu-se a fundação da UPC?*

- *É do seu conhecimento que a UPC realmente existiu?*
- *O que você poderia informar sobre a UPC, seus dirigentes e sua fundação, etc?*
- *Dos nomes que eu citei (Chico Gato, Erasmo, João Canguçu) você conheceu algum?*
- *Poderia, em caso afirmativo, fazer um relato, ainda que breve sobre suas atividades na UPC?*
- *Benício Jacinto da Silva e Jurandir Pereira Pinto eram da direção da UPC?*
- *José Genuíno e Romualdo da Silva Gama teriam sido também dirigentes da UPC?*

12 - O pesquisador Vilaça, percorrendo a região nos primeiros anos da década de 1990, constatou que Udelino, além de chefiar contingentes armados de camponeses com os quais tentava expulsar proprietários no sentido de locar camponeses, elaborou a proposta da construção de um novo ente federativo na região contestada, um espécie de estado-tampão entre Minas e Espírito Santo. Tal estado se chamaria União de Jeovah. Vilaça levantou inclusive documentos que comprovam isso. Você, ao telefone, afirmou, salvo engano de minha parte, que o movimento de Udelino era meio misterioso ou algo parecido. Você poderia explicitar isso? Por que era misterioso, estranho? Era violento? Elvécio afirma que não. Mesmo sendo muito nova - mas já ligada ao Partido Comunista, a precocidade é uma marca do PC – você se lembra de ações claramente políticas por parte de Udelino, além da proposta de criação do estado União de Jeovah? Teria, também, condições de avaliar o aspecto religioso do movimento de Udelino?

- *Aqui eu queria explicar uma coisa: estas perguntas têm a ver com uma controvérsia sobre a conceituação do movimento de Udelino. Seria messiânico, como afirma Vilaça, ou seria político, como afirmam outros estudiosos, ou ainda sócio-religioso, como eu conceituo, com base em alguns autores, estudiosos do messianismo e do milenarismo, os quais cunharam esta expressão a partir dos seus significados e representações. Daí decorrem as minhas perguntas sobre a sua afirmativa: o movimento de Udelino era meio misterioso, estranho, ou coisa assim. Como assim? por favor...*

#### **RESCALDO: conversa por telefone no dia 26 de novembro de 2014, a partir das 10:30h**

- José das Virgens chega a Cotaxé ainda em maio de 1952
  - já tinha conhecimento sobre a região, a partir de informações de um fazendeiro de nome...;
  - Cotaxé era uma região promissora, um eldorado: a fronteira oferecia grandes oportunidades;
  - era comunista, mas não foi a Cotaxé ligar-se às lutas camponesas, como determinação do PCB;
  - José das Virgens não tinha conhecimento e nada sabia da presença de Cleonizeth em Cotaxé;
  - chegou e hospedou-se, com toda a família, numa hospedaria rústica, um barracão para peões;
  - com a notícia da chegada de uma família de baianos, logo recebeu a visita de Cleonizeth;
  - identificaram-se como maçons, decorrendo daí uma amizade que duraria muitos anos;
  - as filhas, não os filhos, de José das Virgens vão hospedar-se na pequena casa de Cleonizeth;
  - só posteriormente Cleonizeth constrói uma casa maior;
  - depois comprou o sítio, realmente nominado como Três de Janeiro, em homenagem a Prestes;
  - Glorinha não se hospedou no sítio, conforme havia informado Erasmo de Carvalho Moreira;
  - ela não trabalhou na farmácia de das Virgens, no Cavaco (Vilaça: Glorinha chegou em 1957);
  - as reuniões do PCB no sítio: Janda cuidava disso;
  - o PCB foi organizado e se reunia desde 1953: Cleonizeth também participava das reuniões;
- essa informação contesta a de Elvécio: segundo ele, Cleonizeth só se envolveu nas lutas dos posseiros a partir do episódio do curral, ocorrido em 1957, quando ele teria feito um discurso contra Jadir Rezende, partindo em seguida para denunciar na loja maçônica Nilo Peçanha, em Colatina. Em

virtude de que a maçonaria não se sensibilizou com o problema, ele procurou André Germano, um conhecido dirigente do PCB em Colatina; (pergunto eu: como e de onde Cleonizeth conhecia o dirigente comunista André Germano?)

- a organização local do PCB aplicava a linha política vigente (que era a do Manifesto de Agosto de 1950, antes do IV Congresso, este de novembro de 1954);
- Janda concordou com minha opinião de que a intervenção do PCB no movimento de Cotaxé foi orientada por uma linha política de abrangência nacional, vigente naquele então.
- acredito que Janda não sabia que a intervenção do PCB dava-se também em outros movimentos camponeses à mesma época: o de Trombas e Formoso, em Goiás, e o de Porecatu, no Paraná;
- o movimento de Udelino era meio misterioso;
- sobre a relação de José das Virgens com Udelino, a propósito do hino oficial de Jeovah:
  - tem coisas do meu pai que eu não sabia, mas alguém me falou a respeito: o pastor Adriano de Oliveira (?);
- a candidatura de Cleonizeth a vereador: arrepiou carreira e foi esconder-se no sítio: a “bronca”;
- Cleonizeth farmacêutico: foi atender um moribundo e salvou-lhe a vida: o cortado a facção;
- Janda conheceu Luzimar em 1982 (?): mencionou as fotos que ele trouxe: provavelmente estavam nas pastas que Sandra Dias determinou a Ronald Mansur que as entregasse a Adilson.

## APÊNDICE G – Entrevista: Respostas de Janda das Virgens Caiado

Entrevista: Respostas de Janda das Virgens Caiado, recebidas por e-mail, em 23 jan. 2015. A entrevistada respondeu às questões enviadas também por e-mail, mas não copiou as perguntas.

RE: COTAXÉ  
Janda das Virgens Caiado

23/01/2015

### Documentos

Para: Helio Garcia

Outlook.com [Exibição Ativa](#)

1 anexo (22,1 KB)

[Baixar como zip](#)

[Adicionar ao OneDrive](#)

Oi Hélio,

sou [sic] filha da Janda e digitei as respostas que ela escreveu para enviar a você.

Se você precisar ligar prá ela, ela está na minha casa esses dias...:

19 3244 4825

Abraço,

Carla

ET.

Posso tirar uma foto da autorização e te mandar, tudo bem? Assim, vai com a assinatura dela.

---

1. *Este poema foi escrito na fazenda Nova Promissão, sul da Bahia, em 1951. quando ele passou a limpo, para organizar seus escritos, já estava na “Pensão dos Lavradores” em Vitória. Por isso o erro. Ainda não conhecia o ES em 1951.*

2.

*em maio, mas não lembro o dia.*

3.

*Nos hospedamos em um galpão grande, no centro da Vila. Houve uma grande curiosidade pelos moradores. Aquele galpão era geralmente para tropeiros, mas lá havia uma família. vleonizeth [sic] curioso, fez a célebre visita, no cumprimento à identificação maçônica. Aí a amizade, troca de ideias. Cleonizeth só naquelas paragens encontrou um amigo à altura! Mamãe, eu, Josa, Maria Telma e José Franklin (bebê), Maria Angélica tivemos o acolhimento da família Tristão. Se havia contato entre os dois, não tenho este conhecimento.*

4.

*As palavras do se. Antônio Ribeiro Granja, acho que são de inteira confiança sendo ele quem é. Só que eu não sabia de nada. Sabia que o Cleonizeth foi para Cotaxé cuidar dos irmãos: ficaram órfãos e lá teriam mais chances de progresso – no Eldorado Capixaba.*

*Por algum motivo, não me lembro da fundação dos posseiros (UPC) em novembro de 1951 [sic], pois eu ainda estava lá.*

*Jose das Virgens, um líder cooperativista, maçom, espírita e comunista e acima de tudo humanitário... se foi "predisposto" para Cotaxé nunca me foi revelado.*

*O grileiro Elias leal é quem trouxe a informação das terras do contestado.*

*Aconteceu o incêndio da maior parte da nossa fazenda, a venda e a ida para ES. Nosso sítio 3 de janeiro foi comprado do Elias Leal.*

*O Cleonizeth só se envolveu com o PCB com a chegada do José das Virgens. Por muito tempo, sua participação era mais intelectual.*

5.

*Pergunta sem uma resposta correta até para mim mesma. Tenho um enorme ponto de interrogação.*

6.

*Este é o mistério ao qual me referi. Se houve algum contato foi totalmente em segredo. Só o tempo dirá.*

7.

*Procede*

8.

*- Sim. 1957, mais ou menos maio ou junho, numa visita que fiz a Cleonizeth e a Maria José, minha grande amiga.*

*- Não. A Glorinha não trabalhou no Cavaco nem tinha ligação nenhuma com José das Virgens. Em conversa com meu irmão Gamaliel, Glorinha já havia trabalhado com Cleonizeth.*

9.

*Como era ainda muito jovem não posso afirmar, mas tenho quase certeza. Não me lembro em que semestre. Militantes que lembro:*

*Enéas Pinheiro*

*José das Virgens*

*Marieta Macedo das Virgens*

*Selassié das Virgens*

*Janda das Virgens*

*Cleonizeth Tristão*

*Chico gato foi recrutado por José das Virgens com certeza. E muitos outros. Tínhamos [sic] a distribuição do ARALEM e muita gente ia buscar.*

*- Lembro-me o nome Francisco ROSA, mas não consigo lembrar a pessoa não...*

*- Não tenho conhecimento mas acho possível.*

10.

*Provavelmente José das Virgens. Cleonizeth era tímido para isso.*

*Os posseiros, quem conhecia José das Virgens sabia que ele iria tomar partido.*

11. *Erasmão de Carvalho Moreira deve ser o Moreno.*

- *Discutia-se a organização, situação e solução dos Posseiros, pois este era o grande problema. Certamente era o início deste movimento e eu, não entendia ainda.*

- *não.*

- *nada além do que falei acima.*

- *Chico Gato era bem próximo a nós.*

- *na época não tinha todo este conhecimento.*

- *não sei.*

- *não sei.*

12.

*este texto me fez lembrar de um fazendeiro, para os lados do córrego do Facão: José ferreira [sic], casado pela segunda vez. Tinha um filho chamado Nelson Ferreira. Não me lembro o nome da enteada.*

*A convite do Sr. José Ferreira fomos papai, eu e Francisco Correa de Amorim, agrimensor da região.*

*Já na fazenda do Sr. José houve uma escola dominical e logo após José das Virgens e o Francisco Amorim, que também era comunista, falaram aos trabalhadores da fazenda reunidos na frente da casa. Todos que estavam na escola dominical assistiram ao discurso socialista, com o consentimento do dono da casa. Isto era mais ou menos 53/54.*

*na ocasião me parecia misterioso: só se conhecia de nome, vivia escondido nas matas. Só soube do movimento religioso através do Livro do Luzimar e do Pastor Adriano Oliveira que me enviou trechos [sic] e fotos do movimento religioso de Udelino [sic].*

*Eu entendia que o movimento dele era para criar o estado de Jeovah. Mas quanta coisa estou sabendo agora...*

*Com meu raciocínio de hoje e este seu empenho em contar a história, acho até possível o José das Virgens ter sido enviado pelo PCB.*

*Sabendo hoje do movimento Udelino, acho que tem tudo a ver com sociorreligioso.*

Respostas confirmativas sobre conversa por telefone:

1. *maio 1952*

2. *Elias Leal que já tinha muitas terras na região*

3. *sim*

4. *e agora? Realmente muito difícil*

5. *não que eu soubesse*

6 a 11. *sim*

12. *não*

13. *não*

14. *ajudaria*

15. *algumas vezes durante o dia*

16. *Cleonizeth se envolveu neste episódio dos posseiros nesta data mas já pertencia ao PCB. Andre Germano pai de Toninho Germano e casado com Antônia. Sogros da Ednoi Tristão irmã do Cleonizeth. Provavelmente se conheciam da igreja pois ambos eram de famílias evangelicas [sic].*

17. *o movimento do Udelino, para uma m,enima [sic] de 15/16 anos era, no mínimo misterioso.*

18. *agora o mistério maior!*

*Tinha que haver uma relação, uma comunicação. Havia um senhor que para nós, filhos, era comum, mas hoje vejo que tinha alguma coisa. Ele andava descalço, pés largos, ninguém sabia de onde vinha nem para onde ia, que sempre vinha conversar com o papai. Conversavaaava,, [sic] tomava café e ia embora.*

- *não, conheci o Luzimar depois desta data. Vou pesquisar.*

- *Cleonizeth, como farmaceutico [sic] salvou a vida de muita gente na região. O pessoal confiava muito nele.*

- *a candidatura – ele tinha a filha mais velha e um bebê. Deve ter tido suas razões.*

## SISTEMATIZAÇÃO DA ENTREVISTA

(19) 3307 – 0344  
9 8358 – 0344  
[jandadasvirgenscaiada@hotmail.com](mailto:jandadasvirgenscaiada@hotmail.com)

### MONTAGEM - JANDA

Questionário para entrevistar a autora Janda das Virgens Caiado, a segunda dos nove filhos de José das Virgens, repetindo praticamente perguntas feitas por telefone, no dia 26/11/2014, a partir das 10:30h

A respeito de José das Virgens, personagem do movimento camponês de Cotaxé e do estado do Espírito Santo, cuja importância ainda não foi devidamente registrada e avaliada pela história.

Perguntas para a autora Janda das Virgens Caiado:

**01** - No seu livro, na página 85, há o poema de José das Virgens “Para Janda, ao completar 14 anos”, Vitória, novembro de 1951:

**PERGUNTA:** José das Virgens, naquele ano de 1951, já conhecia o Espírito Santo?

**RESPOSTA 01.** Este poema foi escrito na fazenda Nova Promissão, sul da Bahia, em 1951. Quando ele passou a limpo, para organizar seus escritos, já estava na “Pensão dos Lavradores” em Vitória. Por isso o erro. Ainda não conhecia o ES em 1951.

**02** - José das Virgens, com toda a família, sai da Bahia em direção ao Espírito Santo em maio de 1952. Para precisar datas, faço as seguintes...

#### PERGUNTAS:

- Quando José das Virgens chega a Cotaxé: ainda em maio ou já em junho de 1952?
- Ele veio em função do incêndio, pelo fato de que “A Fazenda Nova Promissão ardia em chamas” ou haveria alguma outra razão para o seu deslocamento em direção àquela região?

**RESPOSTA 02.** em maio, mas não lembro o dia.

**03** - Tenho a seguinte informação: José das Virgens chega a Cotaxé e vai hospedar-se na casa de Cleonizeth Tristão: (Elvécio afirmou: era a única casa mais ou menos decente na vila!).

#### PERGUNTAS:

- isso corresponde à verdade?
- José das Virgens teria conhecimento de que Cleonizeth já estava em Cotaxé?
- como foi o encontro entre os dois?
- há alguma possibilidade de que ambos já tivessem um encontro programado?

**RESPOSTA 03.** Nos hospedamos em *um galpão grande*, no centro da Vila. Houve uma *grande curiosidade* pelos moradores. Aquele galpão era geralmente para tropeiros, mas lá havia uma família. Cleonizeth, curioso, fez a célebre visita, no cumprimento à identificação maçônica. Aí a amizade, troca de ideias. Cleonizeth só naquelas paragens encontrou um amigo à altura! Mamãe, eu, Josa, Maria Telma e José Franklin (bebê), Maria Angélica *tivemos o acolhimento da família Tristão. Se havia contato entre os dois, não tenho este conhecimento.*

**04** - Soube, entrevistando Antônio Ribeiro Granja, antigo dirigente do PCB (atualmente com 102 anos), que Cleonizeth Tristão **comunicou** ao PCB que estava indo morar em Cotaxé. Então, a direção estadual do PCB **orientou** Tristão, *um apenas militante, mas não filiado*, no dizer de Granja:

“você vai fazendo o Partido, devagar”. Em resumo, Cleonizeth foi para Cotaxé por decisão pessoal e não designado, enviado pelo PCB, para cumprir a tarefa de ligar-se aos posseiros. Acontecimentos de semelhante natureza já haviam ocorrido em duas outras regiões do país, praticamente à mesma época: em Porecatu, em 1949, e em Trombas/Formoso, em 1951. Por dever de ofício, tenho que fazer as seguintes

**PERGUNTAS:**

- teria Tristão, de família comunista, ido apresentar-se ao cooperativista e comunista José das Virgens para encaminhar alguma atividade do PCB, tal como estruturar o Partido ou fundar uma associação representativa dos interesses dos posseiros, como foi efetivamente fundada a União dos Posseiros de Cotaxé (UPC), em novembro de 1954?
- caso não, ou caso você saiba, por qual razão Tristão foi falar com José das Virgens e para quê?

**RESPOSTA 04.** As palavras do Sr. Antônio Ribeiro Granja, acho que são de inteira confiança sendo ele quem é. Só que eu não sabia de nada. Sabia que o *Cleonizeth foi para Cotaxé cuidar dos irmãos*: ficaram órfãos e lá teriam mais chances de progresso – no *Eldorado Capixaba*.

Por algum motivo, não me lembro da fundação dos posseiros (UPC) em novembro de 1954, pois eu ainda estava lá.

Jose das Virgens, um líder cooperativista, maçom, espírita e comunista e acima de tudo humanitário... se foi “predisposto” para Cotaxé, nunca me foi revelado.

*O grileiro Elias Leal é quem trouxe a informação das terras do contestado.*

Aconteceu o incêndio da maior parte da nossa fazenda, a venda e a ida para ES.

Nosso sítio, 3 de janeiro foi comprado do Elias Leal.

*O Cleonizeth só se envolveu com o PCB com a chegada do José das Virgens. Por muito tempo, sua participação era mais intelectual.*

**05** - Fui informado, por Elvécio Tristão, que seu irmão “Cleonizeth foi para Cotaxé para fazer negócios” – a farmácia e o armazém -, no sentido de cuidar e criar os irmãos menores, e que só se envolveu com a luta dos posseiros a partir do episódio do “encurrallamento” e espancamento de uma centena de posseiros. Durante o episódio, Cleonizeth teria tido uma discussão com o Ten PM e Delegado de Polícia Jadir Rezende (que confirmou a veracidade do fato em entrevista a Adilson Vilaça). Tal fato ocorreu, no entanto e segundo Luzimar Nogueira Dias (p. 69-70), apenas no ano de 1957, sem precisar dia e mês. Elvécio afirma também que só *após esta discussão é que Cleonizeth procurou uma loja maçônica em Colatina para denunciar* os maus tratos aos camponeses. Como a *loja não se abalçou* para tomar qualquer atitude, Cleonizeth *teria ido*, então, procurar o *Partido Comunista*, na pessoa do dirigente local chamado André Germano. Esta, segundo Elvécio, a trajetória de Cleonizeth, após deixar a localidade de Cedrolândia, em Nova Venécia, onde tinha também um comércio, e deslocar-se para Cotaxé.

**PERGUNTA:** José das Virgens, um líder cooperativista, maçom, espírita e comunista, foi fazer exatamente o que em Cotaxé? Participante ativo em movimentos sociais por onde havia passado, *teria ido já predisposto a envolver-se com a luta dos posseiros* pela posse e titulação das glebas ou por outras razões quaisquer?

**RESPOSTA 05.** Pergunta sem uma resposta correta até para mim mesma. Tenho um enorme ponto de interrogação.

**06** - Sabe-se que o movimento de Udelino Alves de Matos adotou como símbolo, entre outros, (bandeira e ostensores funcionais - o crucifixo, por exemplo), um hino oficial. A letra do hino, segundo o pesquisador Adilson Vilaça, era constituída por algumas (não apenas duas!) estrofes do poema lido quando do I congresso dos Lavradores do Espírito Santo. Vilaça indica também que “A letra de Zé das Virgens foi musicada à maneira de Moreninha Linda, popular marcha rancheira, em dó maior, do trio Tonico, Priminho e Maninho”. Sabendo-se que Udelino desapareceu em 26 de fevereiro de 1953, segundo Luzimar (p.55-56), com base em um relatório do major Djalma Borges ao então governador do Estado, e que José das Virgens chegou a Cotaxé apenas em maio de 1952, pouco tempo antes, faria a seguinte

**PERGUNTA:** Qual teria sido a ligação de José das Virgens com Udelino, como os dois teriam se conhecido a ponto de chegar ao aproveitamento do poema como letra do hino?

**RESPOSTA 06.** Este é o mistério ao qual me referi. **Se houve algum contato foi totalmente em segredo.** Só o tempo dirá.

**07** - José das Virgens comprou um sítio, nominando-o 3 de Janeiro, em homenagem a Luiz Carlos Prestes, porque aquela era a data do aniversário de Prestes, indicando, por conseguinte, sua anterior ligação e filiação ao PCB.

**PERGUNTA:** isso procede ou é fantasioso?

**RESPOSTA 07.** Procede [*comprou do grileiro Elias Leal*]

**08** - Erasmo de Carvalho Moreira, um então jovem alfaiate que foi convocado por Chico Gato para ser o secretário da UPC, passou-me a seguinte informação: Maria da Glória Costa, a Glorinha, também baiana (?), chegou a Cotaxé e foi para a casa de José das Virgens. Glorinha, enfermeira, foi posteriormente trabalhar com Cleonizeth na farmácia deste, antes de abrir a sua própria farmácia (conforme informação de Josué Brocchini). No seu livro há a informação de que José das Virgens teve uma “farmácia no Cavaco, hoje Areia Branca”. Em função disso, faço as seguintes...

**PERGUNTAS:**

- você chegou a conhecer a Glorinha? Caso sim, onde e quando?
- teria Glorinha trabalhado com José das Virgens na farmácia no Cavaco, ou seja, teria Glorinha uma ligação profissional anterior com o farmacêutico José das Virgens?

PS.: não obstante, Elvécio fornece outra versão para a chegada da Glorinha: ela teria vindo para tentar organizar o trabalho do PCB entre os posseiros da Fazenda Rezende, em Itapeba. Isso teria alguma procedência?

**RESPOSTA 08.**

- Sim. 1957, mais ou menos em maio ou junho, numa visita que fiz a Cleonizeth e a Maria José, minha grande amiga.

- Não. *A Glorinha não trabalhou no Cavaco nem tinha ligação nenhuma com José das Virgens.* Em conversa com meu irmão Gamaliel, *Glorinha já havia trabalhado com Cleonizeth.*

**09** – Eu tenho informações, a partir de depoimentos diversos (Elvécio, Erasmo, Josué) que o PCB foi estruturado ainda em 1953. Há até o depoimento de um cidadão já falecido, Francisco Rosa, o Chico Rosa, de que o PCB atuava junto com Udelino. Como Udelino desaparece em fevereiro de 1953, tal cooperação do PCB com ele só poderia ter ocorrido desde a chegada de Cleonizeth e José das Virgens, este em maio 1952, até o sumiço de Udelino, em fevereiro de 1953. Na nossa conversa por telefone, você afirmou que, muito provavelmente, o PCB foi realmente organizado em 1953 e, inclusive, que você também era militante do Partido e que cuidava da convocatória das reuniões da base partidária, as quais eram realizadas no sítio de José das Virgens. Tudo isso sugere diversas perguntas, como por exemplo:

**PERGUNTAS:**

- Consultando as suas lembranças, você afirmaria que o PCB foi de fato organizado em 1953?
- Para dar alguma precisão à informação, no primeiro ou no segundo semestre de 1953?
- Quais as pessoas que se reuniam no sítio, ou melhor, quem e quantos eram os militantes do PC?
- Teria sido Cleonizeth quem “recrutou” Chico Gato para o PCB, ou teria sido José das Virgens?
- Você teria conhecimento da existência de Francisco Rosa? Ele também se reunia no sítio? (Elvécio e Erasmo nunca ouviram falar dele)
- Sobre a suposta cooperação do PCB com Udelino, relatada por Rosa, você teria conhecimento?

**RESPOSTA 09.**

Como era ainda muito jovem não posso afirmar, mas tenho quase certeza. Não me lembro em que semestre. [sobre a data da organização do PCB]

Militantes que lembro: Enéas Pinheiro, José das Virgens, Marieta Macedo das Virgens, Selassié das Virgens, Janda das Virgens, Cleonizeth Tristão.

Chico Gato foi recrutado por José das Virgens com certeza. E muitos outros. Tínhamos a distribuição do ARALEM e muita gente ia buscar.

- Lembro-me o nome Francisco ROSA, mas não consigo lembrar a pessoa não...

- Não tenho conhecimento, mas acho possível. [sobre a cooperação do PCB com Udelino]

**10** - Na nossa conversa por telefone, você afirmou que Cleonizeth, o visitante, e José das Virgens, o visitado, identificaram-se como maçons quando da visita daquele a das Virgens, logo após sua chegada a Cotaxé, na hospedaria rústica e que daí decorreu uma amizade que duraria muitos anos.

**PERGUNTA:** Cleonizeth e José das Virgens: quem teria se apresentado a quem como comunista, propondo, provavelmente, a estruturação do PCB e/ou a atuação entre os posseiros?

**RESPOSTA 10.** Provavelmente José das Virgens. Cleonizeth era tímido para isso. Os posseiros, quem conhecia José das Virgens sabia que ele iria tomar partido.

**11** - Erasmo de Carvalho Moreira, atualmente com 75 anos, afirma que foi convocado por Chico Gato para ocupar a função de secretário da União dos Posseiros de Cotaxé e também para filiar-se ao PCB no ano de 1954. Afirma que filiou-se de imediato e, também, que integrou a primeira diretoria da UPC, fundada em novembro de 1954, a qual tinha estatuto e que este teria sido registrado no cartório do Zulmarino. Francisco Calazans Pinheiro, o Chico Gato, era o presidente e um certo João Canguçú (tenho a informação de que ainda está vivo e que reside em Praia Grande, um bairro de Jacaraípe ou Nova Almeida) também era diretor da UPC. *Revedo os livros do cartório de Zulmarino*, que estão atualmente no cartório de Imburana (Zulmarino perdeu o cartório devido à perseguição política depois do golpe de 1964, e o titular seguinte também perdeu, aparentemente por condutas inadequadas. Por isso não mais existe cartório na vila de Cotaxé), *não encontrei o registro da UPC*. Todavia, existe a possibilidade, ainda por averiguar, de que o registro tenha sido feito em algum cartório em Coporanga, na sede. Em vista disso, faria as seguintes...

**PERGUNTAS:**

- você se lembraria se, nas reuniões do PCB realizadas no sítio, discutiu-se a fundação da UPC?
- é do seu conhecimento que a UPC realmente existiu?
- o que você poderia informar sobre a UPC, seus dirigentes e sua fundação, etc?
- dos nomes que eu citei (Chico Gato, Erasmo, João Canguçú) você conheceu algum?
- poderia, em caso afirmativo, fazer um relato, ainda que breve sobre suas atividades na UPC?  
[na época não tinha todo este conhecimento.]
- Benício Jacinto da Silva e Jurandir Pereira Pinto eram da direção da UPC?  
[não sei]
- José Genuíno e Romualdo da Silva Gama teriam sido também dirigentes da UPC?  
[não sei]

**RESPOSTA 11.**

- Erasmo de Carvalho Moreira deve ser o Moreno.
- Discutia-se a organização, situação e solução dos Posseiros, pois este era o grande problema. Certamente era o início deste movimento e eu, não entendia ainda.
- não.
- nada além do que falei acima.
- Chico Gato era bem próximo a nós.
- na época não tinha todo este conhecimento.
- não sei.
- não sei.

**12** - O pesquisador Vilaça, percorrendo a região nos primeiros anos da década de 1990, constatou que Udelino, além de chefiar contingentes armados de camponeses com os quais tentava expulsar proprietários no sentido de locar posseiros, elaborou a proposta da construção de um novo ente federativo na região contestada, um espécie de estado-tampão entre Minas e Espírito Santo. Tal estado se chamaria União de Jeovah. Vilaça levantou inclusive documentos que comprovam isso. Você, ao telefone, afirmou, salvo engano de minha parte, que o movimento de Udelino era meio misterioso ou algo parecido. Você poderia explicitar isso? Por que era misterioso, estranho? Era violento? Elvécio afirma que não. Mesmo sendo muito nova - mas já ligada ao Partido Comunista, a precocidade é uma marca do PC – você se lembra de ações claramente políticas por parte de Udelino, além da proposta de criação do estado União de Jeovah? Teria, também, condições de avaliar o aspecto religioso do movimento de Udelino?

- *aqui eu queria explicar uma coisa*: estas perguntas têm a ver com uma controvérsia sobre a conceituação do movimento de Udelino. Seria messiânico, como afirma Vilaça, ou seria político, como afirmam outros estudiosos, ou ainda sócio-religioso, como eu conceituo, com base em alguns autores, estudiosos do messianismo e do milenarismo, os quais cunharam esta expressão a partir dos seus significados e representações. Daí decorrem as minhas perguntas sobre a sua afirmativa: o movimento de Udelino era meio misterioso, estranho, ou coisa assim. Como assim?

#### **RESPOSTA 12.**

Este texto me fez lembrar de um fazendeiro, para os lados do córrego do Facão: José Ferreira, casado pela segunda vez. Tinha um filho chamado Nelson Ferreira. Não me lembro do nome da enteada. A convite do Sr. José Ferreira fomos papai, eu e Francisco Correa de Amorim, agrimensor da região.

Já na fazenda do Sr. José houve uma escola dominical e logo após José das Virgens e o Francisco Amorim, que também era comunista, falaram aos trabalhadores da fazenda reunidos na frente da casa. Todos que estavam na escola dominical assistiram ao discurso socialista, com o consentimento do dono da casa. Isto era mais ou menos 53/54.

Na ocasião *me parecia misterioso: só se conhecia de nome, vivia escondido nas matas*. Só soube do movimento religioso através do Livro do Luzimar e do *Pastor Adriano Oliveira* que *me enviou trechos e fotos do movimento religioso de Udelino*.

Eu entendia que *o movimento dele era para criar o estado de Jeovah*. Mas quanta coisa estou sabendo agora...

*Com meu raciocínio de hoje e este seu empenho em contar a história, acho até possível o José das Virgens ter sido enviado pelo PCB.*

Sabendo hoje do movimento Udelino, acho que tem tudo a ver com sócio-religioso.

**RESCALDO:** conversa por telefone no dia 26 de novembro de 2014, a partir das 10:30h

1 - José das Virgens chega a Cotaxé ainda em maio de 1952

1. maio 1952

2 - já tinha conhecimento sobre a região, a partir de informações de um fazendeiro de nome...

2. *Elias Leal*, que já tinha muitas terras na região

3 - Cotaxé era uma região promissora, um eldorado: a fronteira oferecia grandes oportunidades;

3. sim

4 - era comunista, mas não foi a Cotaxé ligar-se às lutas camponesas, como determinação do PCB;

4. e agora? Realmente muito difícil

5 - José das Virgens não tinha conhecimento e nada sabia da presença de Cleonizeth em Cotaxé;  
**5. não, que eu soubesse**

6 - chegou e hospedou-se, com toda a família, numa hospedaria rústica, um barracão para peões;  
**6. sim**

7 - com a notícia da chegada de uma família de baianos, logo recebeu a visita de Cleonizeth;  
**7. sim**

8 - identificaram-se como maçons, decorrendo daí uma amizade que duraria muitos anos;  
**8. sim**

9 - as filhas, não os filhos, de José das Virgens vão hospedar-se na pequena casa de Cleonizeth;  
**9. sim**

10 - só posteriormente Cleonizeth constrói uma casa maior;  
**10. sim**

11- depois comprou o sítio, realmente nominado como 3 de Janeiro, em homenagem a Prestes;  
**11. sim**

12 - Glorinha não se hospedou no sítio, conforme havia informado Erasmo de Carvalho Moreira;  
**12. não**

13 - Glorinha não trabalhou na farmácia de das Virgens, no Cavaco (Vilaça: chegou em 1957);  
**13. não**

14 - as reuniões do PCB no sítio: Janda cuidava disso;  
**14. ajudaria**

15 - o PCB foi organizado e se reunia desde 1953: Cleonizeth também participava das reuniões;  
**15. algumas vezes, durante o dia**

16 - *essa informação contesta a de Elvécio: segundo ele, Cleonizeth só se envolveu nas lutas dos posseiros a partir do episódio do curral, ocorrido em 1957, quando ele teria feito um discurso contra Jadir Rezende, partindo em seguida para denunciar na loja maçônica Nilo Peçanha, em Colatina. Em virtude de que a maçonaria não se sensibilizou com o problema, ele procurou André Germano, um conhecido dirigente do PCB em Colatina; (pergunto eu: como e de onde Cleonizeth conhecia o dirigente comunista André Germano?)*

**16. Cleonizeth se envolveu neste episódio dos posseiros nesta data, mas já pertencia ao PCB.** André Germano, pai de Toninho Germano e casado com Antônia. Sogros da Ednoi Tristão, irmã do Cleonizeth. Provavelmente se conheciam da igreja, pois ambos eram de famílias evangélicas.

17 - a organização local do PCB aplicava a linha política vigente (que era a do Manifesto de Agosto de 1950, antes do IV Congresso, este de novembro de 1954);

- Janda concordou com minha opinião de que a intervenção do PCB no movimento de Cotaxé foi orientada por uma linha política de abrangência nacional, vigente naquele então.

- acredito que Janda não sabia que a intervenção do PCB dava-se também em outros movimentos camponeses à mesma época: o de Trombas e Formoso, em Goiás, e o de Porecatu, no Paraná;

17 - o movimento de Udelino era meio misterioso;  
**17. o movimento do Udelino, para uma menina de 15/16 anos era, no mínimo misterioso.**

18 - sobre a relação de José das Virgens com Udelino, a propósito do hino oficial de Jeovah:  
**18. agora o mistério maior!**

Tinha que haver uma relação, uma comunicação. *Havia um senhor [JOSÉ DA CRUZ] que para nós, filhos, era comum, mas hoje vejo que tinha alguma coisa. Ele andava descalço, pés largos, ninguém*

*sabia de onde vinha nem para onde ia, que sempre vinha conversar [VÁRIAS VEZES] com o papai. Conversava, tomava café e ia embora.*

- tem coisas do meu pai que eu não sabia, mas alguém me falou a respeito: o pastor Adriano;

- a candidatura de Cleonizeth a vereador: arreprou carreira e foi esconder-se no sítio: a “bronca”;

**Comentário** - a candidatura – ele tinha a filha mais velha e um bebê. Deve ter tido suas razões.

- Cleonizeth farmacêutico: foi atender um moribundo e salvou-lhe a vida: o cortado a facção;

**Comentário** - Cleonizeth, como farmacêutico salvou a vida de muita gente na região. O pessoal confiava muito nele.

- Janda conheceu Luzimar em 1982 (?): mencionou as fotos que ele trouxe: provavelmente estavam nas pastas que Sandra Dias determinou a Ronald Mansur que as entregasse a Adilson.

**Comentário** - não, conheci o Luzimar depois desta data. Vou pesquisar.

## ANEXOS

### ANEXO A – Artigo “Faroeste Caboclo: Meus colegas lavradores”

Meus colegas lavradores

**A incrível história de Udelino de Matos, que tentou criar o Estado da União de Jeovah, na divisa Minas-Espírito Santo, em 1953**

*Geraldo Hasse*

---

*Fotos: Tadeu Bianconi*

Ecoporanga, norte do Espírito Santo, março de 1963. Primeiro dia de aula na escola primária da cidade. A professora, recém-chegada da capital, inicia a chamada dos alunos da primeira série: - Adilson Vilaça de Freitas! Silêncio na classe. Ela repete: - Adilson! No meio da classe Adilson Vilaça de Freitas não se dá por achado. A professora chama o número dois e prossegue até o fim. Mais tarde, quando descobre que Adilson está presente na classe, a professora pede uma explicação; e o menino tem a petulância de dizer que não se identificou porque ela pronunciara seu nome errado. Conclui corrigindo a mestra: - Meu nome é Adirso! O episódio é contado pelo próprio Adilson Vilaça, jornalista e escritor de 43 anos, como prova de que, naquele meio inóspito e inculto, no início da década de 60, as coisas não eram claras e lineares como em Vitória, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e outros centros urbanos civilizados. Ali não apenas Adilson era Adirço; Nelson era Nerço; pólvora, porva; revólver, revolve; e bala, bala. Seu Baltazar, o pai de Adilson, tinha na cidade um armazém – a Casa Jacaré — em que o tradicional baleiro de vidro no balcão não era mostruário de balas de chupar, mas de cartuchos de munição nos calibres 22, 32, 38 e 44. Nos compartimentos restantes do baleiro, a Casa Jacaré exibia espoletas e chumbo – do número 1 (mostarda) ao 12 (balim). Tudo muito natural e à vista de todos: na região, o que valia era a lei do mais forte. Ecoporanga, ainda há quem se alembre, era então o foco mais agitado do faroeste capixaba, perto da divisa com Minas Gerais e encostado no sul da Bahia.

A principal riqueza da região ainda era a madeira extraída da floresta atlântica, mas o ciclo do jacarandá já se aproximava do fim. Ainda se cortavam diariamente milhares de perobas, jequitibás e cedros. Nas baixadas, plantavam-se milho, arroz, feijão e mandioca. Aos sábados e domingos, os povoados recém-nascidos sobre as pegadas dos migrantes regurgitavam de gente comprando e vendendo. A luta pela posse da terra iniciada nos anos 30 alcançara o auge justamente em 1962, quando os posseiros vindos da Bahia, de Minas e de outros lugares enfim se revoltaram contra a violência dos fazendeiros e da polícia. A situação ficou extremamente tensa. Adilson Vilaça, que é um grande contador de histórias, tanto por escrito quanto oralmente, recorda: - Em maio e junho de 1962, Ecoporanga esteve sob toque de recolher. Às seis da tarde ninguém mais podia sair à rua... Histórias desse naipe acabam rendendo livros e filmes. É o que vem acontecendo desde 1984, quando saiu *Massacre em Ecoporanga*, livro do jornalista Luzimar Nogueira Dias, o primeiro relato mais ou menos completo dessa revolta, que acaba num acordo pelo qual os posseiros recebem a oferta de terras da União em Rondônia. Há dois anos, foi a vez de Adilson Vilaça, que produziu *Cotaxé*, um romance que acabou inspirando, em 1999, a produção de um documentário em 35 mm, para cinema e TV. É um dos capítulos menos conhecidos da longa história das lutas por terras no Brasil. A revolta de Ecoporanga foi o desfecho de um processo iniciado depois de 1928, quando a inauguração da ponte rodoviária sobre o rio Doce, em Colatina (ES), acelerou a derrubada, até então moderada, das exuberantes florestas do norte do Espírito Santo. Um ambiente típico das fronteiras agrícolas atraiu para aquela área pouco habitada gente do próprio Espírito Santo, da Bahia e de Minas Gerais, principalmente. Gente em busca de trabalho e riqueza. Trabalhadores, empresários. Aventureiros em geral. Gente bem intencionada. Mal intencionada também. Campeões do machado. Maratonistas do traçador. Simples agricultores. Motoristas. Mecânicos. Comerciantes. Prestadores de serviços. Fugitivos das autoridades judiciais, que se tornavam mão-de-obra armada a serviço de quem pagasse melhor. Bem armados e bem pagos, os jagunços deram então a Ecoporanga a fama de ser “um viveiro de pistoleiros”. Por conta da agitada fauna humana que tradicionalmente ocorre aos locais de exploração da flora – vide a Amazônia nas últimas décadas —, houve nas bandas do norte

capixaba uma série de episódios sangrentos envolvendo o mesmo trio de sempre: posseiros, fazendeiros e polícia. Entre eles, sempre criando caso, os jagunços ou capangas. No oeste do Paraná, na mesma época, havia um quadro equivalente com as mesmas personagens disputando terras ricas em pinho e outras madeiras. No Espírito Santo, a situação se embrulhou porque havia um antigo conflito de divisas entre as autoridades capixabas e mineiras. Mapas antigos registram a área como “contestada”. Enquanto a região norte foi um vazio humano cheio de matas, não houve necessidade de manter ali funcionários para coletar impostos, dar aulas, prestar assistência à saúde ou fazer o papel de polícia. Não era preciso nem padre porque não havia rebanhos de almas para cuidar. A partir de um certo momento, porém, havia dois padres, um defendendo o território como se fosse de Minas, outro apoiando os posseiros como se a terra pertencesse ao Espírito Santo. Acrescente-se a isso o fato de que desde a época da mineração os habitantes do Espírito Santo acumulam queixas contra os que vivem em Minas. Outrora, havia apenas a capitania do Espírito Santo, que a certa altura do século XVIII deu à luz a Província de Minas Gerais, tendo como parteira a Província de São Paulo e como padrinho o rei de Portugal. Essa história de conflitos entre capixabas e mineiros permanece desconhecida pela maioria dos brasileiros, mas é cada vez menos clandestina graças a trabalhos como o romance histórico Cotaxé. Nele, Vilaça conta as incríveis aventuras de Udelino Alves de Matos, um baiano crente que na virada dos anos 40 para os 50, contando com a simpatia do presidente Getúlio Vargas, ensaiou a criação de um estado – o Estado da União de Jeovah – nos 10 mil quilômetros de área de litígio entre os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Os jeovens não foram longe, mas no frigidar dos ovos, em 1953, chegaram a ter os rudimentos de uma organização governamental: além de uma sede e um governo, possuíam hino, bandeira e forças armadas. A pretensão de Udelino e seus seguidores foi sufocada pela união das polícias mineira e capixaba. Em poucos meses, as forças policiais dos dois estados, com o apoio dos grandes fazendeiros — que faziam pressão para tirar os posseiros das terras que tinham como suas, mediante documentos ou simples ocupação física —, liquidaram com o projeto do Conselheiro capixaba, que desapareceu na poeira, sem que se tenha certeza do seu destino. Era governador do Espírito Santo Jones dos Santos Neves. De Minas, Juscelino Kubitschek. O acordo final em torno do Contestado ES-MG só seria assinado em 1963. Pelo Espírito Santo, assinou o governador Francisco Lacerda de Aguiar. Por Minas, Magalhães Pinto. Ficção e realidade, um documentário no sertão, Cotaxé, mesmo com sua arquitetura de romance, é um documento precioso que reconstitui a trajetória completa de Udelino Alves de Matos nos cerca de 12 anos em que atuou no Contestado Minas-Espírito Santo.

Sua história foi tão bem reconstituída por Adilson Vilaça que acabou desencadeando a produção de um documentário de TV rodado a partir de janeiro de 1999, na região de Ecoporanga, e já exibido em Vitória e em vilas e cidades do norte capixaba.

O roteiro (com a colaboração de Vilaça) e a direção são do nanuquense Joel Zito Araújo, da Tapiri, produtora de São Paulo. A produção, de Luciana Vellozo (O Amor Está no Ar), de Vitória. O próprio Adilson Vilaça, que voltou à terra da infância (ele nasceu em Aldeia, MG, mas foi levado para Ecoporanga com sete meses), aparece pessoalmente no documentário como o narrador.

Afinal, além de autor, ele é personagem. As filmagens do documentário, em janeiro de 1999, mexeram profundamente com o povo de Ecoporanga e comunidades vizinhas. Todos queriam abraçar Adilson, que não deu conta de tantos convites para churrascos e jantares. Afinal, era o filho da terra que, tendo vencido na capital, não esqueceu as origens, ao contrário, resgatou-as através de um livro fora de série (ele já escreveu outros nove, todos de ficção).

Amigos deixaram o trabalho e até o veraneio nas praias capixabas para fazer pontas em cenas teatralizadas do documentário. O delegado de polícia da vizinha Barra de São Francisco, Dilson Baeta, apareceu para dar um depoimento sobre o ex-colega de escola e ajudar nos bastidores do documentário. Fora os tropeiros já aposentados e que percorriam de olhos fechados os caminhos do sertão, Baeta é talvez o sujeito que melhor conhece as quebradas de Ecoporanga — mercê dos jogos de futebol do passado, das diligências policiais mais recentes e das pescarias de sempre. Por isso ele foi fundamental na localização de gente para dar depoimentos ao livro e, agora, ao documentário. Nos povoados de Ecoporanga, batidos pelo sol e pela poeira (ainda não há asfalto na maior parte do interior do município, fundado em 1955), o povo foi liberado das frentes de trabalho pagas pela Sudene para figurar no documentário, que tem o apoio da prefeitura. Meio sem querer/querendo, o diretor Joel Zito colheu um material precioso.

Ele se preocupou basicamente em fazer as pessoas entenderem que, para figurar num documentário dos anos 50, bastaria elas se livrarem dos bonés e camisetas dos anos 90. Fora tais detalhes, essa gente do interior de Ecoporanga parece ainda mergulhada no tempo do Contestado. Assim, as imagens colhidas pela equipe mesclaram a realidade do sertão contemporâneo e a ficção do escritor Adilson Vilaça. O resultado é um fantástico show da vida brasileira. Sentadinha ao lado do marido na frente de sua casa no povoado de Imburana, dona Geralda Gama, 62, professora aposentada, fala do perigo endêmico da vida no sítio na década de 50. Certa noite, acordou com o marido gritando ensangüentado na cama. Ele havia levado uma machadada de um empregado, que tentara matá-lo enquanto dormia. O marido, Walter Maciel, tem a cicatriz no braço. O pai, Genoíno Gama, vivia sob ameaça porque dava apoio ao líder Udelino Alves de Matos. José Paulo dos Santos, o seu Zé Vermelho, mineiro de 79 anos, diz que se lembra do líder Udelino, pois certa vez lhe deu serviço – servicinho menor, na volta de casa. Era um rapaz moreno, forte, que gostava de rezar e carregava no bolso do paletó uma bíblia que sacava em momentos estratégicos, quando precisava calar a boca de alguém. Não tinha morada certa. “Depois tomou aquele rumo”, lembra seu Zé Vermelho, que nunca mais viu o líder, mas tem uma surpreendente história para contar: há dez anos ou mais, um emissário lhe trouxe um recado de Udelino. O chefe do Estado da União de Jeovah estaria vivo em Parati, RJ. Adilson Vilaça fica surpreso com a nova versão do destino de Udelino. Segundo versões antigas, ele teria sido morto e enterrado na floresta pela polícia de Minas na década de 50; ou então teria partido para o norte do Paraná, onde teria sido assassinado; há ainda a história de que teria voltado para a Bahia. Mas que estaria vivo em Parati é novidade mesmo. Cabelos brancos curtos penteados para trás, camisa amarela, cigarro entre os dedos, Maria da Glória Costa, a Glorinha, depõe encostada na porta da venda de Cotaxé, a capital da União de Jeovah.

Chegou a esse povoado em 1957 para ajudar na farmácia de Cleonizete Alves Tristão. Ambos eram filiados ao PTB, mas na realidade trabalhavam para o clandestino PCdoB, que deslocara gente para a região. Outro dos agentes do partido era Chico Rosa, que aparece no livro de Vilaça tentando convencer Udelino a desistir da fantasia do Estado da União de Jeovah e “encarar a luta pela reforma agrária”. Seu Chico tem mais de 90 anos e, mais comunista do que nunca, mora num asilo em Ecoporanga. Entre os que assistem à tomada de depoimentos em Cotaxé, Nelsino Silvano de Oliveira, 56 anos, chama a atenção por seu chapéu de boiadeiro. Sentado na guia da calçada, tem na mão o caderninho do ponto da frente de trabalho que varre as ruas do povoado. Côncio de sua antiguidade no lugar, acha-se apto a dar um depoimento para a TV, mas não ousa se oferecer. Só permanece no povoado porque tem o emprego público. Sua mulher e dois filhos adultos, que pegaram lotes no assentamento aberto em fins de 1997 perto de Ecoporanga, estão felizes, com roça adiantada. Confiante na “reforma” (é assim que ele se refere ao assentamento), Nelsino lembra-se com saudade dos dias em que o mercado de Cotaxé regurgitava de colonos e mercadorias: - Naquele tempo havia muita lavoura. Acabou tudo quando os fazendeiros botaram pasto. Quem pôde vendeu as terras em Ecoporanga e foi para a Amazônia. Em 1960, o município tinha 86 mil habitantes. Em 1970, apenas 13 mil. Na década de 90, voltou a crescer, tendo hoje mais de 24 mil habitantes. No documentário, Udelino Alves de Matos é representado por Francisco Martins Cardoso, o professor Chico, secretário de Educação e Cultura de Ecoporanga. É muito conhecido no interior, tanto quanto Udelino no passado (Udelino foi professor numa fazenda e tinha mania de, bíblia na mão, fazer pregações que facilmente se tornavam comícios). Sua amada Ana, filha de fazendeiro, é Neiliene Clara, pedagoga de 26 anos, que faz teatrinho no altar da Assembléia de Deus de Ecoporanga. Todo mundo a festeja por sua semelhança com a atriz Patrícia França. Jorge Come-Cru, o índio pojichá que atua como guarda-costas de Udelino, é representado por Julmar Fonseca, advogado e cartorário. Julmar faz questão de participar porque seu pai, José da Cruz, era o advogado dos posseiros; foi assassinado na campanha eleitoral de 1960, quando era candidato a prefeito. A maior revelação do documentário é Beto Carneiro, 36, o tesoureiro da prefeitura. Ex-seminarista, ele torna verossímil a figura do estafeta Quincas Canudinho, que percorria os sertões capixabas tocando uma flautinha de bambu (para se distrair e, principalmente, evitar ser alvejado em tocaias nas encruzilhadas).

O major Djalma Borges, da PM, chefe da tropa responsável pelo fim do Estado de Jeovah, é representado pelo fazendeiro Roberval Fianco, que também dá um show de realismo numa cena a cavalo. O cigano Tobias Kambulin, que mata Jorge Come-Cru no final, é interpretado por Benjamim Covre, 34 anos, liderança do Assentamento Miragem, que reúne 214 ex-sem-terra patrocinados pelo Inbra a oito quilômetros da cidade. Benjamim não possui a farta cabeleira mencionada no livro, mas a produção logo providencia um lenço para lhe disfarçar a calva precoce. Santa Rita é um simpático povoado com ruas de terra, 300 casas e 50 antenas parabólicas, a 18 quilômetros de Ecoporanga. Na vida real, foi o último povoado a dar guarida a Udelino em sua fuga do Estado de Jeovah, em

1953. A direção do documentário marca para este lugar, ao sol das 17 horas, horário de verão, um discurso do líder Udelino. A cena é montada num barranco. O diretor Joel Zito Araújo pede ao povo para ajoelhar e rezar um pai-nosso. A cena sai direta, sem necessidade de repetir. Chico/Udelino emenda um discurso:

- MEUS COLEGAS LAVRADORES!

O silêncio do momento faz sua voz virar um berro só: - O Pai Eterno nos deu o paraíso! Os estados do Espírito Santo e de Minas disputam o mando sobre a nossa terra! A polícia é como um gafanhoto de farda! Precisamos de um grupo forte para enfrentar as autoridades! Não pagaremos mais impostos! A cena tem de ser repetida várias vezes porque Chico/Udelino perde a voz na metade do discurso. A luz cai rapidamente.

O povoado de três ruas, uma ponte e um beco foi abençoado por um cenário belíssimo. Mesmo sem a antiga floresta, substituída por pastos, cercas, currais e algumas cabeças de gado, a paisagem exibe uma grandiosidade garantida por imensas, monumentais rochas de granito, cuja exploração mal começa, dando alento ao extrativismo de sempre. Em lugar dos antigos caminhões GMC marítimos com toras de madeira, aparecem agora os Volvos carregando dois blocos de pedra, cada um pesando de 20 a 25 toneladas. Seguindo uma fórmula improvisada nas circunstâncias do momento — uma câmera no ombro, o roteiro no papel e o povo dando autenticidade às cenas —, Joel Zito manda colher as imagens que talvez assegurem um estilo “estética da fome” ao seu documentário. Mas falta gravar a última cena – a única noturna do documentário: Anísio, um dos auxiliares do líder Udelino, tendo ganho um violão de presente do chefe, vai cantar Nervos de Aço, o clássico de Lupicínio Rodrigues, junto a um fogo de chão.

O cantor escolhido é Hélio, de 20 anos, que cobra cachê de R\$ 50 na noite de Ecoporanga e cidades vizinhas. Ele toca bem, possui boa voz mas tem um “pobrema”: não consegue guardar na cabeça a letra da canção de Lupi, que lhe puseram na mão às oito da manhã. Às seis da tarde, estressado, ele anuncia que não vai cantar. Mesmo com a ajuda de um coral de boêmios solidários, que vão arrasando o clássico dor-de-cotovelo à medida que derrubam todas as garrafas de cerveja no único bar do povoado, o pobre cantador não consegue se concentrar e arria o violão. Ainda há sol entre os morros de Santa Rita quando o carro da produção arranca levantando poeira. No volante, Renato Carniato, o subprodutor de Luciana Vellozo. Ao seu lado, o delegado Dilson Baeta. Eles saem para buscar outro cantor, mais experiente, que saiba aquela letra cheia de nuances.

Voltam uma hora depois com Abel Bermudes, resgatado de uma mesa de canastra, contra a vontade do parceiro. Vem de boné amarelo e camiseta vermelha. O delegado Dilson Baeta dá a ficha da figura que já beira os 50 anos: - Esse era radiotelegrafista da Polícia Militar, veio fazer um serviço em Ecoporanga e nunca mais voltou, hoje é empregado da prefeitura. Na frente da casa de Seu Benedito, na rua central de Santa Rita, arde firme o fogo de lenha da ex-mata nativa. Noite já fechada, Joel Zito compõe a cena com uma dezena de figurantes locais ao lado do violeiro, que está como o diabo gosta, no centro do espetáculo. Nervoso, Adilson Vilaça senta-se longe, fora do cordão de isolamento, mas de um ângulo que lhe permite acompanhar a filmagem. Abel vai repetindo a canção, às vezes tropeça num verso, mas dá conta do recado, bem no estilo Nelson Gonçalves. Você sabe o que é ter um amor Meu senhor Ter loucura por uma mulher E depois encontrar esse amor Meu senhor Nos braços de um outro qualquer...

Seu Benedito, o dono da casa que cedeu a lenha e a tomada de luz para a cena, procura Adilson Vilaça. Ele não se conforma: colaborou, deu a energia de sua casa e ficou fora da figuração! Adilson pede-lhe compreensão e paciência. No escuro, em poucos minutos, as coisas se acomodam. Sem que o violeiro pare de cantar, arranja-se um lugar para seu Benedito no banco dos figurantes. Ele respira fundo, aliviado, cheio de orgulho, sem saber que, colocado na ponta do banco, está fora do enquadramento da câmera. Adilson Vilaça se aproxima e esfrega as mãos: superando sua imaginação, chega a um final feliz um dos episódios mais dramáticos e comoventes de Cotaxé. A realidade supera a fantasia. Mais uma vez, o cinema brasileiro dá a volta por cima. Todos batem palmas depois que o diretor Joel Zito levanta os braços e grita: - Valeu, pessoal! Obrigado! Muito obrigado!

**ANEXO B – Artigo “MEMÓRIAS de um sargento de milícia: nascido para guerrear”.**

## MEMÓRIAS de um sargento de milícia

### Nascido para guerrear

**FOTO:** de Moysés Rodrigues, único sobrevivente da tropa capixaba que enfrentou e derrotou Udelino e seu Estado de União de Jeovah.

#### Adilson Vilaça

Fotos: Tadeu Bianconi

Moysés Rodrigues nasceu em 1927, três anos antes do soldado Aldomário Falcão tomar em combate e virar herói da guerra de fronteira contra Minas Gerais. Em Baixo Guandu, desde 1976, o olhar de bronze do busto de Aldomário Falcão protege a cidade. Protege a memória capixaba contra o esquecimento de sua história recente. Dos dias em que as forças militares de Minas Gerais acirraram a tentativa de partir o Espírito Santo ao meio. De tomar tudo que era acima do Rio Doce, todo o território em que o passo capixaba ainda era tênue e rala pegada.

No final da década de 1920, num avanço quase em linha reta, a agressão visava ocupar o noroeste capixaba e conquistar as cidades de São Mateus e Conceição da Barra, no litoral norte do Estado. O arrastão seguiria o Rio Doce da cidade mineira de Aimorés até desaguar no Atlântico, em Linhares. A ação apressava-se, porque finalmente o Espírito Santo estava prestes a inaugurar a ponte Florentino Avidos, em Colatina, ligando sul e norte. A ponte seria inaugurada em 1928. A resistência capixaba não arredaria pé, e os mineiros continuariam a ver navios; muito longe do mar.

Mas a inauguração da ponte não deteve a intenção mineira. Ao contrário, deu novo ânimo à pretensão. E somente o heroísmo de cidadãos e soldados que guarneceram a fronteira visível do Estado, como Aldomário Falcão, é que evitou que norte e noroeste capixabas virassem butim daquele tempo em que os estados brasileiros ainda se engalinhavam em escaramuças regionais. Baixo Guandu era fronteira visível, fincada na passagem da descida do Rio Doce. Por isso tão estratégica, por isso tão guerreira.

Assim era o lugar e foi o clima do nascimento de Moysés Rodrigues, selado para ser combatente. “Aos 14 anos eu me apresentei em Vitória, para ir à Guerra Mundial. Mas fui recusado, porque me acharam muito novo. Eu não achava o mesmo; achava que estava pronto”. Muitos anos depois, vários deles lutando na guerra de fronteira, o primeiro-sargento Moysés Rodrigues mudou de opinião. “A maioria dos soldados morre nas guerras por inocência. O jovem não sabe o que é um ser humano, não sabe que ele próprio existe, não tem consciência de sua existência. Só aprendi quem eu sou depois dos 40 anos”. Antes foi um tempo em que Moysés não sabia direito nem aonde ia. Nem por quê. De certo sabia que o ano era 1951; e que ele perambulou pela fronteira, num vaivém de missões, até 1957.

#### Moisés contra Jeová

“Eu não sabia o que estava fazendo lá. As nossas ordens foram curtas: subir na carroceria! Lá em Nova Venécia é que a gente ia saber o que era. Eu achava que a missão era para matar soldado mineiro, a tropa mineira, que queria aspergir pelo Espírito Santo”. Porém, não! Moysés tinha sido recrutado para o Grupamento Especial sob comando do então capitão Djalma Borges. Cujas missões eram desbaratar o recém-criado e provisório Estado de União de Jeovah. Caberia ao Grupamento Especial — composto de 23 homens, dos quais só resta vivo Moysés Rodrigues — avançar até o ângulo do território jeovense.

A sede do governo de União de Jeovah ficava no Córrego Canela D’Ema, a légua de Cotaxé (ou antiga Pedra da Viúva), povoado escolhido para capital do novo estado. “Olha, aquele alcance só foi feito porque um informante paraibano foi olho do nosso Grupo. Nosso comandante ficou para trás. Orientados pelo guia, em turma de uns doze, vazamos cerca de 15 quilômetros, das 7 da noite às 4 da manhã. No facão, abrindo o trançado de cipó, sem poder acender nem isqueiro”. A narrativa do velho soldado faz uma pausa. Por momento, foi como se ainda estivesse se debatendo na mata escura.

“Nos dias daquela missão, um soldado endoideceu. Queria ver a família. Perdeu o juízo e deu um trabalho terrível. Não atacava os companheiros, mas ninguém podia botar a mão nele”.

A memória não consegue recuperar o nome do ex-colega de farda. “Mas sei que muito tempo depois ele suicidou-se; morava em Vitória, no bairro de Gurigica”. Foi um tempo duro. O próprio Moysés contraiu impaludismo. A febre o tirou da linha de frente por 10 dias. Levaram-no para Conceição da Barra. “Apesar da doença, de não conseguir comer direito, foi como um descanso”.

Moysés tratou-se e voltou. Para ele as dificuldades eram lição do cotidiano. “Olha, quando nasci, logo minha mãe morreu. Eu tinha perto de ano. Depois, aos 13, já morando em Itaguaçu, meu pai sumiu”. Mais tarde, ele e suas três irmãs tiveram curta notícia do desaparecido do pai: “Tinha morrido e já estava enterrado”. Filho mais novo, Moysés teve de participar da dura luta pela sobrevivência. “Não tendo pai nem mãe, eu era igual a cachorro vira-lata. Isso é que me fez querer alistar para a Guerra Mundial. Qualquer coisa era qualquer coisa, tanto fazia”.

Portanto, se italianos e alemães escaparam do destemor e pouco caso que o jovem Moysés fazia da vida, igual sorte não teriam as tropas mineiras; e, sem que no início ele sequer suspeitasse da existência do novo inimigo, quem mais sofreu danos de sua coragem foram os jeovenses. “Quando tomamos a Casa de Tábua, um barracão em que os líderes daquela gente se reuniam, prendemos 17”. Outros fugiram. Os prisioneiros teriam sido conduzidos para Barra de São Francisco. O velho soldado diz que não sabe o que aconteceu aos prisioneiros. “A nossa parte era combater; aprisionar; resolver o problema. Agora, se lá na frente soltavam ou qualquer coisa, não sou eu que vou saber”.

### Qualquer coisa

O líder dos jeovenses foi o baiano Udelino Alves de Matos. De sua imaginação e messianismo é que nasceria o efêmero Estado de União de Jeovah. O novo estado ocupava uma seção da Serra dos Aimorés, abarcando cerca de 10.000 km<sup>2</sup> de território, no território Contestado entre Minas Gerais e Espírito Santo. O transitório estado teve hino (Meus colegas lavradores / Companheiros de jornada / Plantamos frutos, plantamos flores / Não somos donos de nada / ...), teve bandeira (verde, com uma faixa branca diagonal, simbolizando matarias e entrada da colonização) e até audiência de seu líder com o presidente Getúlio Vargas, em junho de 1952. Mas terminou em qualquer coisa.

“O tal do Udelino não era brinquedo. Ele ficava por fora da ação, só comandando. Os imediatos dele eram o Jorge Come-Cru e o João Piedade”. Segundo Moysés Rodrigues, era impensável um homem desses — referindo-se aos imediatos — se render. Tinham praticado crimes terríveis, vingavam-se de quem não estava do lado deles, “assassinavam e enterravam com os pés de fora”. No rastro da guerra, a milícia jeovense “batia e torturava, tomava as criações para alimento e deixava quem não era deles de cabelo em pé”.

*- FOTOS: de Jovelino Cordeiro da Silva, tropeiro que é grande conhecedora história da União de Jeovah e busto de Aldovário Falcão, herói na guerra da fronteira.*

Tanto Jorge Come-Cru quanto João Piedade, morreram a tiro. Mas Udelino sobreviveu a várias escaramuças. “O que aconteceu com ele, isso eu não sei”. Relatório datado de 12 de março de 1953, assinado por Djalma Borges Vieira, então promovido a major, dá conta de fuga em massa das trincheiras armadas por Jorge Come-Cru para defesa de Cotaxé. E que Udelino teria escapado: “Encetada a fuga, Udelino reuniu-se a Jorge Come-Cru, João Piedade, José Furtado, Sebastião Raimundo e um desconhecido, rumando para o município de Gabriel Emílio” – atual Mantena, MG.

O relatório também faz alusão ao tiroteio que houve entre jeovenses e polícia capixaba no povoado de Santa Terezinha, com Udelino mais uma vez escapando ileso. Contudo, não precisa se o “governador” estava na Casa de Tábua quando o Grupamento Especial chegou ao Córrego Canela D’Ema. “Eu não sei se estava, se não estava”, confessa o velho soldado Moysés Rodrigues. “Havia umas 100 pessoas aquarteladas no barracão. A maioria caiu no mato, acho que na direção de Joeirana” – município capixaba que também trocou de mão: atual Ataléia, MG. “Não sei do destino dele, de Udelino. Pode ser que lhe tenha acontecido qualquer coisa...”

### A procura da verdade

O relatório do major Djalma Borges foi peça fundamental à Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou os fatos ocorridos no noroeste capixaba. **A CPI, aberta em 20 de fevereiro de 1954**, compara o episódio à reedição de Canudos: “Se não fossem as providências prontas embora enérgicas da Polícia, teríamos tido uma ‘NOVA CANUDOS’, tal a organização do grupo que ali se instalou e a firme determinação de se imitirem na posse das áreas que Udelino Matos atribuiu no seu

sonho visionário. Nos depoimentos aí tomados fazem-se acusações pesadas à Polícia com referência àqueles acontecimentos...”

Três deputados, dos cinco que compõem a comissão, dão um voto em separado no qual julgam “o Sr. Governador responsável pelos sangrentos acontecimentos (...)”. Mas o voto não faria nem o governador Jones dos Santos Neves sofrer qualquer punição, como não desvendaria o paradeiro de Udelino Alves de Matos. Nem de seus imediatos. Nem de muitos prisioneiros. A esse respeito era categórica a posição do tropeiro Jovelino Cordeiro da Silva: “Udelino fugiu para os lados em que estava a polícia mineira. Foi morto e enterrado na mata. Os mineiros não faziam prisioneiros”. E nem fizeram CPI sobre o caso.

O velho soldado Moysés espanta-se ao saber que houve uma CPI. Muito menos sabia que Minas Gerais e Espírito Santo, por meio dos respectivos governadores Juscelino Kubitschek e Jones dos Santos Neves, tinham feito armistício para combater Udelino, o inimigo comum. Que o acordo, ratificado em 1963, previa a divisão quase ao meio exato do “território jeovense” — 5.000 km<sup>2</sup> para cada um. Diz não ter conhecido Jovelino, tropeiro que viveu até aos 100 anos, em Prata dos Baianos (Ecoporanga, ES). Mas Jovelino sabia qual a guerra que Moysés iria travar desde que subiu naquele caminho. “Era para apear o governador Udelino” — testemunhou o tropeiro, em depoimento de 1997.

“Se eu soubesse o que era, não teria ido”. Mas foi. Por vez, passou mais de 60 dias “sem comer comida de prato”. Ficou doente. Onde não tinha um trago, tomou muita dose de “querosene com vinagre pingado”. Fez seu trabalho.

“Gostava do meu trabalho; como iria gostar de outro trabalho, se aquele era o trabalho que eu tinha?” — exalta-se, enquanto a memória novamente agarra a metralhadora, caça o pino da granada, empunha o revólver e chega a facção à Casa de Tábua. “Olha, o barracão era maior que 11 x 8 metros. O relatório do major está errado. Porque ele chegou lá atrasado, não viu o tamanho do barracão, nem ficou sabendo quantas pessoas encontramos lá!”

Os tempos rudes tornaram Moysés Rodrigues um homem de têmpera. Prova disso é que seu fôlego e pernas, passados os 70 anos, sobem a ladeira da casa em que mora, no bairro de Carapina (Serra, ES), com uma ligeireza que espanta. “O corpo está acostumado” — ri depois de ter recusado a carona no carro do fotógrafo Tadeu Bianconi. Ele nos esperava no sopé, galgou a ladeira como se fosse máquina. “Só eu continuo vivo, daquele grupo. Daquela juventude, que enfrentava até o que não sabia. Por isso é que mais tarde, quando me sondaram para atividade mercenária fora do Brasil, eu falei que não. Ninguém que tenha consciência do valor da vida quer ser máquina de matar”. Ninguém.

## **ANEXO C – Artigo “Rápido no gatilho, certo na pontaria, destemido na defesa da lei.**

### **Faroeste Capixaba: Rápido no gatilho, certo na pontaria, destemido na defesa da lei**

Adilson Vilaça  
2001

Era uma vez o noroeste capixaba. Que nem era tão capixaba assim — o Estado de Minas Gerais acalentou, por décadas, o sonho de dividir o Espírito Santo ao meio. Para tanto, avançou tropas para tomar a faixa de terra que subia da margem esquerda do rio Doce até a divisa com a Bahia. Toda aquela terra viveria décadas de intensa exaltação. O turbilhão da disputa semeou no noroeste a colonização fora-da-lei. A violência e a promiscuidade que iriam imperar bem lembram a história do avanço norte-americano rumo à costa do Pacífico. Uma história que tem parentesco na gestação de heróis e anti-heróis.

O coronel Jadir Rezende, aos 87 anos, é personagem reformado daqueles dias do faroeste capixaba. Hospitaleiro e bem-humorado, vigoroso e pleno senhor das lembranças, ele recebeu a mim e a Rogério Medeiros para longa, destemida e certa prosa em sua casa, no bairro Maruípe, Vitória. “Eu acertava um passarinho no vôo. Mas pontaria só não ajuda. Era preciso também decisão e muita energia para comandar. Ou nem a tropa respeitaria o comandante”. Imagine então como era difícil conquistar o respeito do inimigo?

Na cinemateca produzida pelo faroeste podem ser colecionados vários títulos para aplicação nos dias em que o coronel Jadir Rezende duelou contra o território indomado. Era uma no Oeste, Matar ou morrer, Oeste selvagem, Justiceiro implacável, Rastros de ódio, O Anjo e o bandido e mais tantos outros títulos que empunharam a arma dos fatos e para sempre alvejaram a memória daquela colonização com vasto lendário.

Contudo, dentre tantos o mais apropriado é o filme assinado por John Sturges — Sem lei e sem alma. O roteiro explora a amizade real entre o xerife durão Wyatt Earp, vivido por Burt Lancaster, e o fora-da-lei Doc Holliday, interpretado por Kirk Douglas. Como a efêmera amizade que uniria o tenente Jadir Rezende e o perigoso Paredão, personagem que ainda encanta o imaginário da população de Ecoporanga.

#### **A arte da vida**

Porém o roteiro de afinidades interpretado por Jadir Rezende e Paredão não terminaria em duelo no O.K. Corral. “Eu tinha adquirido a fama de que não voltava sem preso. Munido de ordem judicial, aquele que resistia também acabava vindo, do pior jeito”. Acontecia que naquela época as elites locais tinham se decidido a dar fim ao rebelde Paredão, que insistia na transgressão de não ceder sua posse de terra. “Ele era uma boa pessoa, que estava sendo espremida por fazendeiros para deixar o lote. E tinha resolvido não sair. Armou-se, encheu a casa de olhos, e espantou todo mundo que foi atrás dele”.

A casa que abrigava Paredão, lá nas beiras do povoado de Prata dos Baianos, era de estuque. Com algumas cutucadas a punhal, Paredão vazaria a maciez das costelas de barro e bambu das paredes da casa em diversos pontos. Eram os tais olhos, orifícios que vigiavam a movimentação nos quadrantes das trilhas, pelos quais a arma comprida esticava a mira e punha o visitante indesejado a correr. Assim, o camponês encurralado evitava a surpresa, a aproximação no veludo da noite, porque de frente ele não temia ninguém. “Ele era um mulato muito forte, grandalhão, com muita saúde”.

Quem teria a coragem de dar-lhe voz de prisão, por exemplo, na feira? Ou quando ia à farmácia? Ou à missa? Só um louco! E o louco da vez foi o tenente Jadir Rezende. “Na verdade me deram uma licença para matar o Paredão. E ele não merecia. Mas se eu fosse atrás dele e ele resistisse, o que eu poderia fazer? Tinham armado uma situação difícil”. Era um ou um. O ele-ou-eu dos mais famosos duelos. Isso se Jadir Rezende não tivesse tomado a decisão de mudar o roteiro. “Havia muita autoridade corrupta, que vivia de ladroagem, uma corriola de prefeitos e juizes que se juntavam para tirar proveito das situações. E à custa do meu risco, pois eu era determinado no cumprimento de ordem judicial, queriam eliminar o rapaz”.

Desse modo, contornando a ótica da mira, Jadir Rezende procurou um amigo do Paredão. Ao interlocutor, explicou que a ordem judicial era uma tocaia revestida de legalidade. “Por meio daquele amigo do Paredão, eu consegui ir a casa dele; e desarmá-lo. Voltei a Ecoporanga com ele. Para espanto de muitos, o preso estava vivo”. No papel de delegado de Ecoporanga, Jadir Rezende

emprestara proteção ao capturado. “Garanti que ninguém botaria a mão nele enquanto ele fosse meu preso”. E o acordo foi sendo respeitado. Por longos dias.

Enquanto as autoridades envolvidas no desejo de morte de Paredão, frustradas pela inesperada bandeira branca de sua captura, não encontravam os meandros que levassem ao indiciamento e culpabilidade do prisioneiro, o delegado deu a seu protegido o direito diurno de ir e vir. “Ele era muito trabalhador. Como havia muita madeira, ele fez um tripé, uma oficina de serraria, e começou a trabalhar no pátio da delegacia. Serrando madeira. Um touro para trabalhar”.

A tal sala-livre do preso – ou melhor, pátio-livre para estaleiro e golpeão – desagradaria a muita gente. “O homem estava vivo, trabalhando, e havia aqueles incomodados. Então a situação se voltou contra mim”. Foi a vez de se patrocinar tocaia para o delegado. “Eram três jagunços que estavam na espera, numa casa em que eu estava indo para conversar com o juiz. Era o Ruy Cortes. O prefeito era João Corsino de Freitas. Um soldado me chamou, de um canto em que estava escondido na escuridão. Tinha ficado sabendo da armadilha e me avisou. O jeito era enfrentar. Combinamos de eu ir pela frente, arrombar, enquanto ele entrava pela porta de trás. Fizemos o combinado. Nada daquilo foi preciso. Os três já estavam dominados, de arma na cabeça, na mira do Paredão, que também tinha ficado sabendo da tocaia. Aquela prova de amizade desagradou mesmo a muita gente”.

Quando Jadir Rezende foi transferido de Ecoporanga, deixou Paredão livre. Bastaram poucas semanas da partida do delegado para que Paredão fosse assassinado. No lendário local ele permaneceria vivo como uma espécie de Billy the Kid caboclo. “Havia muita autoridade metida nos conluios. Policiais, juízes, promotores, prefeitos... Pessoas de caráter como o juiz Homero Maфра, que encontrei em Barra de São Francisco, ou honestas como o prefeito Tolentino Xavier Ribeiro, também de Ecoporanga, eram raras. E gente de qualidade como José da Cruz, que tinha eleição certa contra João Corsino e era de verdade interessado na causa dos lavradores, acabava assassinada”. Como foi assassinado Paredão. Que cometera o crime de reagir à injustiça.

### **Dentro da rebelião**

Jadir Rezende tinha chegado a Ecoporanga em 1957. De 1959 a 1962 ocorreria no município uma importante rebelião camponesa, registrada pelo falecido jornalista Luzimar Nogueira Dias no livro *Massacre em Ecoporanga*. O delegado Jadir Rezende é apontado no livro como implacável repressor da rebelião, o homem escalado pelo general Darcy Pacheco de Queiroz para “varrer os posseiros a metralhadora”, como depõe um dos camponeses. Mas o coronel Jadir Rezende tem sua versão: “O livro é mentiroso. Quem escreveu não sabia o que realmente aconteceu”.

Publicado em 1984, o livro traz à baila o cenário e as lutas camponesas que empolgaram o noroeste. Região de difícil acesso à época, com povoados e assentamentos perdidos nos vales vigiados pelas cumeeiras da Serra dos Aimorés, Ecoporanga concentrara os camponeses que haviam atendido ao clamor de Udelino Alves de Matos — o líder messiânico que tentara instalar um novo estado no território contestado entre Minas Gerais e Espírito Santo. Na partilha de uma reforma agrária a foice e fogo, os lavradores tinham sido abonados com lotes que variavam de quatro alqueires, solteiros, a dez, para aqueles que tinham família. A instalação do novo estado deu seu último suspiro em 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas e o sumiço de seu apadrinhado Udelino.

Um dos momentos cruciais do acirramento dos ânimos na região ocorreria na região do distrito de Cotaxé, propriamente no Córrego do Limão. “Eu tinha recebido queixa de um fazendeiro... Não foi do Lamartine Loureiro, não. Foi de um antes dele... Não me lembro agora o nome. Pois o fazendeiro foi reclamar que havia posseiros em terras dele. Eu disse: a solução é requerer em juízo a medição judicial. Aquilo que decidir e determinar a Justiça, eu cumpro da melhor maneira”.

Francisco Modesto logo deixaria claro que não estava precisando de conselho ou de delegado que lhe ensinasse o caminho judicial. Ele estava requerendo ação policial na pretensa propriedade, uma sesmaria escorada em registros do município mineiro de Teófilo Otoni. A documentação era fruto da tumultuada dupla jurisdição que campeou o território contestado. “Pois que ele levasse os documentos ao juiz. Não é isso que era o certo? E dei por encerrada a conversa”.

A região tinha virado um barril de pólvora, prestes a explodir. E se não voou tudo pelos ares na ocasião em que Francisco Modesto queixou-se ao delegado Jadir Rezende, a explosão anunciada só fez esperar o rastilho dos dias. Que não tardou. As terras foram trocadas das mãos de Francisco Modesto para as mãos de Lamartine Loureiro. E, precisamente, o fósforo reacenderia o rastilho no dia em que Jadir Rezende, que estava sentado na tampa do barril de pólvora, teve de viajar a Vitória.

Lamartine Loureiro fez o mesmo percurso que seu antecessor. Foi queixar-se na delegacia de Ecoporanga.

Quem estava no comando, na ausência do tenente Jadir Rezende, era o dublê de sargento e subdelegado Edson Cordeiro. “Ele não tinha autoridade para fazer o que fez. Agiu à revelia do delegado, que era eu, e que estava em Vitória. Não sei o que motivou o Edson, mas ele foi precipitado. Tanto que teve militar que recusou participar da ação, como o cabo Pessoa”. O cabo apontado pelo coronel Jadir Rezende é já falecido, mas o também então cabo Albanir Corrêa teria igual atitude, confirmando a versão. “Só participo dessa ação com ordem expressa do delegado, meu comandante”. Foi o que contestou Albanir Corrêa ao subdelegado. E permaneceu na calçada da pensão que o alojava, enquanto via sumir na curva a expedição que levaria alguns de seus colegas de farda para a morte ou graves lesões.

“A ação foi um desastre. Morreu soldado, outros tiveram feridas sem recuperação. Um perdeu olho, outro ficou com um buraco no pescoço. E depois que o fogo começa, é difícil parar”. E as escaramuças prosseguiriam, com outros soldados mortos, paraplégicos, com membros e troncos moídos pela carga das chumbeiras dos posseiros. O soldado Argenil Pereira, destacado em Ecoporanga, na função de carcereiro, lembra que os amotinados carregavam as bocas-de-velha, clavinotes que eles mesmos faziam, “com pedaços de ferradura, cacos de panela, grampos de cerca, qualquer coisa que coubesse lá dentro... Depois, socavam com cera de abelha, com carga de mais de cinco dedos de pólvora”. À queima-roupa, somente à distância em que tinham eficácia, essas armas obsoletas e recriadas artesanalmente matabam com furor ou estropiavam.

“O general Darcy me comunicou o que estava acontecendo em Ecoporanga. Eu tinha de retornar rápido. Mas como, se era um dia de viagem até lá? Então, eu e o juiz Waldir Vitral fomos num aviãozinho, para chegar antes que aquilo complicasse mais”. A delegacia de Ecoporanga foi avisada que o tenente já estava a caminho, voando. Os olhares ficaram atentos no campo de aviação, uma área desbastada numa encosta, para serventia do libanês Kabalan Damian. O dono do campo era comprador de café, ia muito ao Rio de Janeiro para negócios, abreviando a estrada com o aluguel de teco-tecos.

O furdunço anunciado estava feito. “Prometi que iria apurar a culpa dos dois lados. Do lado da polícia, que fez tudo à revelia, sem ordem judicial nem nada. Do lado dos posseiros, eu também precisava saber quem foi que matou e feriu homens da tropa”. O conflito tinha chegado ao ápice na ausência do delegado durão. À revelia do delegado durão, que não se esconde no justificacionismo para assumir uma barbaridade que cometeu na época. “Prendi posseiros num curral, lá em Cotaxé. Muita gente mesmo. A notícia veio parar em Vitória. Foi um problemão”.

Os posseiros encurralados em Cotaxé renderiam ao tenente Jadir Rezende sua inclusão no rol dos investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito, aberta a 16 de junho de 1961. Um ano depois, o Relatório final da CPI, dentre outras medidas, solicitava “b) a exoneração imediata do Tte. Jadir Rezende do cargo de delegado de Polícia em Comissão, responsável que é pelas diligências policiais que deram início aos conflitos de Cotaxé e Itapeba / Estrela do Norte”. Mas como ele teria dado início ao conflito, se estava em Vitória?

Sem eximir o xerife durão Wyatt Earp de suas culpas, nunca se pode esquecer que ele, implacável, aplicou justiça. É certo que muita vez teve a seu lado uma lei sem alma, que não perdoava o nascimento dos autênticos heróis, aqueles que fundam por meio da transgressão a resistência contra a injustiça institucionalizada. “Com sua morte, queriam fazer do Paredão um exemplo”. Porém é também certo que teve alma ao não aceitar a missão de executar um Billy the Kid marcado para morrer. Como também é certo que o delegado durão tem a dignidade de assumir suas culpas.

“Nunca transigi. Trabalhei para cumprir a lei. Mas isso desagradava a muitos políticos e magistrados”. De Ecoporanga, para Barra de São Francisco. De Barra de São Francisco para adeus noroeste, em 1963. “João Corsino foi prefeito de Ecoporanga e depois deputado estadual. Reclamou ao governador (Francisco Lacerda de Aguiar) que a minha presença em São Francisco incomodava sua passagem. Quiseram me mandar para o sul, para Cachoeiro. Eu não quis”. Capitão desde Barra de São Francisco, Jadir Rezende foi para Baixo Guandu. Para a fronteira que ainda abrigava o compadrio e a contenda dos derradeiros coronéis mineiros e capixabas. De lá, para a reforma. O único dos xerifes durões (foi contemporâneo de Zé Scárdua e tenente Orlando) que goza os pijamas da reforma. Vingança nunca bateu em sua porta. “Moro aqui há 47 anos”. Sem sombra de susto.

## As CPIs do esquecimento

### Uma pá de cal sobre a HISTÓRIA

Lutas camponesas  
no noroeste  
capixaba estão  
sepultadas pelo descaso oficial

Adilson Vilaça  
Fotos: Tadeu Bianconi

A história das lutas camponesas no noroeste capixaba durante muitos anos teimou em ficar arquivada no "esquecimento total, tranqüilo como o dos cemitérios". A sugestiva imagem metafórica oferecida por Marcel Proust plenamente narra o sepultamento de décadas de luta dos despossuídos que iniciaram a tardia colonização do noroeste, pois de seus sonhos e de seu embate nem sequer cuidou a memória capixaba de preservar o rasto da documentação oficial. Após o continuado massacre que resultou no esvaziamento da região, os governos sucedâneos calaram-se a respeito dos eventos. Como lápide de tanta morte, foi colocada uma pá de cal sobre o assunto.

Ninguém tem lembrança, a não ser que lá tenha vivido, do povoado de Cotaxé, outrora destinado a capital dos jeovensens. Ninguém tem lembrança, a não ser que nela tenha lutado, da revolta camponesa que sacudiu o noroeste espírito-santense, logo depois do desmonte do visionário estado de União de Jeovah. Os dois momentos constituem fatos históricos ocorridos em seqüência que os coloca quase de mãos dadas no tempo - a fundação e o desbaratamento do efêmero estado de 1950 a 1954 e a revolta camponesa de 1959 a 1962.

Foi como se mandasse notícias de outro mundo ao sossego que embalava Vitória até pouco depois dos 60. Mais de 25 anos seriam transcorridos antes que o fio da meada fosse retomado pelo também jornalista Luzimar Nogueira Dias, que fez publicar a relevante obra *Massacre em Ecoporanga - lutas camponesas no Espírito Santo*. É necessário dizer que a publicação está esgotada e que, em decorrência de uma pendenga judicial entre Luzimar e o jornalista Ângelo Ziviani Zurlo, que participou da realização da obra, ficou obstada uma segunda edição. O embaraço arrastasse aos sucessores de Luzimar, falecido precocemente.

Quem primeiro se dedicou a registrar os episódios das lutas no noroeste foi o jornalista Rogério Medeiros, que publicaria uma longa série de reportagens dando conta das barbaridades cometidas em território que pouco parecia compor o Espírito Santo.

Ao iniciar a pesquisa para a construção do romance *Cotaxé*, deparei-me com a dificuldade de localizar importantes documentos oficiais. Um extensivo trabalho com fontes orais primariamente me forneceu um painel dos acontecimentos, embora sempre tivesse de me cuidar no subsídio do contraditório. Porque a seletividade que constrói a memória individual é capaz de perdoar carneiros e de metamorfoseá-los em heróis, com a mesma naturalidade percorrendo o caminho inverso, sendo o bastante, e na medida em que aqui forneço um exagero, que tal jagunço lhe tenha dado o óbolo de três sorrisos ou que um líder reconhecido tenha cometido o desafeto de não apertar efusivamente incerta mão estendida. A facilidade casual, porém decisiva para a pesquisa, de ter morado na região - propriamente em Ecoporanga, de 1956 a 1969 - iria oferecer-me recurso para não comprar piamente a veemência ou a dissimulação contida em certos depoimentos e de poder sempre recorrer à confrontação. De 1993 a 1997, visitando de um em um cada núcleo urbano da região, alguns por diversas vezes, e me enveredando por cabeceiras de córregos perdidos, concluí que mais ou menos me apropriara do que recordava a história oral acerca dos fatos. Mas e daí?

#### O papel do papel

No outro front, o da obstinada busca de documentação escrita, continuava a andar em águas rasas. Se eram relíquias alguns bilhetes assinados por Udelino Alves de Matos, festejados a cada garimpo feliz, pouco me diziam seus garranchos para a montagem do grande cenário no palco da trama oficial, do ofício burocrático que traçara o registro do batismo à extrema-unção do nascimento e

fim do estado e da conseqüente revolta deflagrada e vencida. A primeira porta da esperança que me deu fôlego foi aquela da viúva do amigo jornalista Luzimar Nogueira Dias. Por concessão de Sandra Dias recebi várias pastas que estavam sob a guarda do também jornalista Ronald Mansur.

O passo seguinte foi saber aonde me levaria a documentação. Retornei a cartórios nos quais já pesquisara cegamente, assim como pude retornar a alguns depoentes. Do velho fazendeiro Augusto Reis, para ilustrar, que muitos haviam me indicado como envolvido na fundação do estado, eu já tinha colecionado seguidas negativas do tipo "nunca ouvi falar". Com uma carta que ele escrevera ao governador Udelino e a resposta de seu protetor no bolso, e do bolso para o ouvido desmemoriado do velho fazendeiro, finalmente consegui uma conversa verdadeira. Um trecho da carta virou capa de Cotaxé, e o livro foi dedicado a Luzimar. Além da amizade, in memoriam, haja mérito!

Com a nova rede traçada a partir do rol de documentos, transformei o recheio de pastas em caixas de arquivo. Entretanto, persistia pairando uma grande insatisfação. A recuperação e reconstituição total dos processos abertos pelas Comissões Parlamentares de Inquérito que haviam investigado os fatos contíguos transcorridos no noroeste - a primeira foi instalada em 1953 e a outra, em 1961. Não somente eu, que já detinha boa parte da maçaroca parlamentar por meio de determinada lavra, mas todos os pesquisadores que se debruçavam no batente do tema se ressentiam de ter acesso negado aos documentos. O resultado de ambas as CPIs tinha virado fumaça. Ninguém sabia, ninguém viu.

Era como se o rio Cotaxé tivesse carregado tudo para o exílio dos mares, como fizera com as lágrimas de sangue dos desterrados arrancados do noroeste. O que mais fazer? O que mais poderia ser feito para quando um estudante de História - como no caso de André Gomes, que fez monografia sobre o tema - me perguntasse pelas CPIs? Pois vejamos: a busca passaria a contar com a ajuda do amigo Perly Cipriano, que me franqueou informações e algumas passagens de ônibus que me levariam, além da região, aos estados da Bahia e do Rio de Janeiro. Perly era então secretário de Estado da Justiça e Cidadania, é do noroeste capixaba e, como todos deveriam saber, é herói nacional que pegou em armas contra a ditadura militar, pagando década de sua vida na prisão.

Quando tudo parecia ainda difícil de ser concluído, já em tempos de revista SÉCULO, quando boa parte das CPIs estavam remontadas, porém carecendo de peças fundamentais aos quebra-cabeças, o jornalista Rogério Medeiros aderiu à justa e boa causa. Da dispersão que havia consumido os documentos, agora era a hora de arredondar as transposições em bemol da sinfonia. Novas fontes preservadas forneceram a munição derradeira para a salva de retorno dos documentos à vida. Tudo que era não sei, novamente virou tintim por tintim, do começo ao fim. Palmilhados os nove círculos do abismo infernal andarihando a esmo, foi como se eu tivesse reencarnado Dante Alighieri, retornando com Beatriz. Foi um dia no paraíso ler os dois documentos até os respectivos pontos finais.

### **Um Jeovah transitório**

Foi o proprietário José Ramos que deu o primeiro abrigo a Udelino Alves de Matos. Fazendeiro progressista, José Ramos construíra uma pequena escola na orla da sede de sua fazenda para alfabetizar os filhos e as crianças da circunvizinhança. Enviou notícias ao território baiano, de onde procedia, de que precisava dos serviços de uma alfabetizadora. Para surpresa dele, e dos familiares, quem surgiu para a missão, vindo da região de Alagoinhas, foi "um rapaz franzino, rezador, com jeitinho de padre".

Um incendiário vestido na água morna de um terno preto. Pregador e orador por excelência, articulador competente, ousado a ponto de se locomover ao Rio de Janeiro para procurar o auxílio do presidente Getúlio Vargas à sua causa, Udelino logo deixaria em polvorosa os governadores Jones dos Santos Neves e Juscelino Kubitschek, que administravam respectivamente Espírito Santo e Minas Gerais. E, portanto, eram governadores ausentes do Contestado, que abarcava pouco mais de 10.000 km<sup>2</sup>, na zona fronteira cumeada pela Serra dos Aimorés.

O que foi e de sua transitoriedade, já se disse com alguma suficiência, mas não toda, acerca do estado União de Jeovah. À luz da CPI, ora remontada, verifica-se que há um ingrediente de destaque no tempero da repressão ao evento. A rápida proclamação do líder Udelino Alves de Matos como recriação de Antônio Conselheiro, encerrando, por conseguinte, a tentativa de instalação do estado União de Jeovah como reprodução capixaba de Canudos foi, no mínimo, potencialização do fato. Para tal endosso, vejamos: "Se não fossem as providências prontas embora enérgicas da Polícia, teríamos tido uma 'NOVA CANUDOS', tal a organização do grupo que ali se instalou e a firme

determinação de se imitirem na posse das áreas que Udelino Matos atribui a seu sonho visionário" - trecho do item 23 do Relatório Final da CPI de 1953. Embora eu já tivesse o Relatório Final em minha posse há bastante tempo - parte dele foi publicada em apêndice do romance Cotaxé e o trecho citado é ainda enfatizado no documentário baseado no livro - a novidade é que agora, com o documento completo, pode ser observada a orientação que a analogia ao contexto de Canudos dá aos inquêritos. Queriam rotular um líder messiânico que fanatizasse seus seguidores. Um perigo a ser cortado na raiz, custasse o sangue que custasse.

Mesmo sendo um rezador, Udelino incorporou em sua luta a experiência atéia de Francisco Rosa, da ramificação do Partido Comunista do Brasil que por lá medrava. Mesmo sendo um rezador, Udelino tentou casar-se em duas ocasiões, frustrando-se em ambas, e, só disso, logo se sabe que nunca atendeu à clientela feminina de costas, como fazia Antonio Conselheiro ao fim da agonia de Canudos. Mesmo sendo um rezador, Udelino descobriria que o apelo da terra - demarcava 4 alqueires para solteiro, 10 para família - melhor colava nos posseiros que afluíram à sua reforma agrária do que sua ladainha.

A insistência em fanatizar a luta pela terra no noroeste do Espírito Santo foi uma jogada para a desqualificação do movimento. O Jeovah que os posseiros tinham no altar daquele embate era o da vida e o da lavoura, portanto, terreno e transitório. Por isso deixaram as trincheiras tão logo ficou patente que perderiam a vida, que não podiam com as metralhadoras e granadas do opositor. E Udelino, que queria instalar novo estado e não, como Conselheiro, de quem foi arremedo, opor-se sabe-se lá até quando ao governo da Terra Grande, em sua solidão de armas teve seu provável fim. Mas por que, exterminado o "fanatizador", persistiria a perseguição assassina aos camponeses do noroeste?

### **A luta pela terra**

De 1940 a 1950 a população da região saltou de 66.994 habitantes para 162.062, enquanto todo o Espírito Santo de então, com área quatro vezes maior que a do Contestado (40.000 km<sup>2</sup>), cresceu de 750.107 para 870.987. Era um turbilhão, que continuaria a carrear em toda a década de 50 despossuídos que sonhavam com terra devoluta, no ápice e no encaço da propaganda de "terra para quem precisa e quer trabalhar nela" feita por Udelino. É interessante observar que, mesmo morto ou desaparecido Udelino, o galo continuaria a cantar para milhares e milhares de camponeses que para lá afluíam.

Uma nova fase seria inaugurada na colonização do noroeste capixaba a partir do desmonte do estado de União de Jeovah. Já não havia o temor para Minas Gerais e Espírito Santo de que um terceiro fizesse cunha em seu litígio fronteiro. Salva-guardara-se também a faixa de disputa entre Bahia e o Espírito Santo, pois era intento de Udelino, depois de consolidar os 10.000 km<sup>2</sup> na Serra dos Aimorés, estender seu domínio territorial ao Vale do Mucuri, para pretensamente liquidar outra pendência de divisa. Decorre que, dito o que não havia, necessário é dizer que havia finalmente população no noroeste capixaba. E densa.

De 1940 a 1950 a população da região saltou de 66.994 habitantes para 162.062, enquanto todo o Espírito Santo de então, com área quatro vezes maior que a do Contestado (40.000 km<sup>2</sup>), cresceu de 750.107 para 870.987. Era um turbilhão, que continuaria a carrear em toda a década de 50 despossuídos que sonhavam com terra devoluta, no ápice e no encaço da propaganda de "terra para quem precisa e quer trabalhar nela" feita por Udelino. É interessante observar que, mesmo morto ou desaparecido Udelino, o galo continuaria a cantar para milhares e milhares de camponeses que para lá afluíam.

E se já cessara o risco fanático, por que não deixar toda aquela gente por lá instalada, trabalhando e produzindo? A CPI que investiga a Revolta Camponesa de 1959 a 1962 tem a plena resposta para a inquirição, ao revelar os atores que mais se beneficiariam do litígio entre os estados, da ausência de instituições e de comando legítimo na região. Madeireiros em combinação com a frente da pecuária marchavam passo a passo na devastação e conquista do território. Com títulos de terra falsos, quase sempre emitidos em Teófilo Otoni (MG), fazendeiros de criação extensiva de gado

tinham expropriado a região, vendendo a preço baixo a madeira de lei. Derrubadas as matas, era a vez do capinzal do latifúndio de pastaria.

As centenas e centenas de depoimentos de camponeses coligidos pela CPI revelam porque os fazendeiros que exigiram intervenção militar na região precisavam satanizar Udelino. Para que a espoliação tivesse caminho livre. Para exemplo, vejamos trechos de apenas dois dos muitos depoimentos: "... que já está invadindo com jagunços os fundos da propriedade do declarante e dali vem retirando grande quantidade de madeira..."; "... que nos primeiros espancamentos sofridos pelo declarante, um soldado bateu-lhe com o coice do fuzil no rosto, quebrando-lhe o maxilar inferior e ofendendo-lhe a vista esquerda..." - ambos foram emitidos em 1962. Se já fora liquidado o "fanatizador", por que os fazendeiros investiam contra os camponeses? Por que à grilagem combinava-se a ação policial?

As duas CPIs pedem, em seus relatórios finais, punição para as arbitrariedades cometidas contra os camponeses. Sugerem indiciamentos, culpam os governos. Tudo em vão. Tais documentos, longe de garantir a integridade dos camponeses, não garantiram a própria integridade de seu papel documental. Haviam sido desmanteladas.

Como foi desmantelado o noroeste capixaba. O município de Ecoporanga - do qual o povoado de Cotaxé, ligeira capital de um estado vapt-vupt, é distrito - tinha 86 mil habitantes em 1960; segundo o mesmo IBGE, em 1970 a população caiu para 13 mil e poucos. Os núcleos urbanos esmirraram-se, a zona rural só tem o pouco aboio de um e outro vaqueiro. É lugar onde ainda hoje, nos tempos do esquecimento, continua a se matar qualquer semente daquela carimbada reprodução de Canudos.

**ANEXO E** - Ofício do governador Francisco Lacerda de Aguiar para o presidente da Ales, Hécio Pinheiro Cordeiro.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria do Governo

Vitória, 6 fevereiro de 1964

N.G/ 268



Senhor Presidente,

Através do presente, encaminho às mãos de V. Exa., em devolução, em virtude de haver de corrido, sem nosso pronunciamento, o decênio constitucional, o incluso autógrafa, em duplicata, da Lei nº 171 de 24 de janeiro do corrente ano.

Valendo-me da oportunidade, reitero a V. Exa. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

*Francisco Lacerda de Aguiar*  
FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR  
GOVERNADOR DO ESTADO

Exmo.Sr. Dr. HELSIO PINHEIRO CORDEIRO  
DD.Presidente da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL

N E S T A  
EAB/ -  
Pr. 357/64